

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO -

FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉ FELIPE DE CARVALHO SANCHEZ

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CONTABILIDADE
GOVERNAMENTAL SOBRE AS CONDIÇÕES DE ENSINO E
NECESSIDADE DA DISCIPLINA EM CURSOS DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA
SANTISTA**

São Paulo

2016

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉ FELIPE DE CARVALHO SANCHEZ

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CONTABILIDADE
GOVERNAMENTAL SOBRE AS CONDIÇÕES DE ENSINO E
NECESSIDADE DA DISCIPLINA EM CURSOS DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA
SANTISTA**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de
Comércio Álvares Penteado - FECAP, como
requisito para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias

São Paulo

2016

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

Reitor: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Graduação: Prof. Dr. Ronaldo Frois de Carvalho

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Diretor da Pós-Graduação Lato Sensu: Prof. Alexandre Garcia

Coordenador de Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Cláudio Parisi

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração: Prof. Dr. Heber Pessoa da Silveira

FICHA CATALOGRÁFICA

S211p

Sanchez, André Felipe de Carvalho

Percepções de professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina em cursos de ciências contábeis da região metropolitana da baixada santista. / André Felipe de Carvalho Sanchez. - - São Paulo, 2016.

237 f.

Orientador: Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias

Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.

1. Contabilidade – Estudo e ensino - Baixada Santista (SP).
2. Currículos – Educação - Baixada Santista (SP).
3. Contabilidade pública - Estudo e ensino (Superior)

CDD 657.07

ANDRÉ FELIPE DE CARVALHO SANCHEZ

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
SOBRE AS CONDIÇÕES DE ENSINO E NECESSIDADE DA DISCIPLINA EM
CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA REGIÃO METROPOLITANA DA
BAIXADA SANTISTA**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Valmor Slomski

Universidade de São Paulo - USP

Prof^a Dra. Vilma Geni Slomski

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 30 de Março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por todo seu amor e misericórdia e por permitir a realização e conclusão desse estudo e do curso de mestrado.

Ao Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias, orientador dedicado e comprometido ao qual tive a honra de ser orientado e que certamente acrescentou muito em minha vida, muito obrigado por ter acreditado, sem seu apoio não seria possível.

Aos membros da Comissão Examinadora, Prof. Dr. Valmor Slomski e Prof. Dra. Vilma Geni Slomski, por tamanha contribuição, todas as recomendações na qualificação e defesa foram de grande valia e transformaram o presente estudo, gerando maior qualidade e contribuição nos achados.

Aos professores e coordenadores da IES participantes da pesquisa, por todo apoio e contribuição, doando seu tempo para que fosse possível a construção desse estudo.

Aos professores do Mestrado em Ciências Contábeis da FECAP, por todos os ensinamentos e experiências proporcionadas.

Aos colegas de turma do Mestrado em Ciências Contábeis pelo ano de convivência e pela troca de conhecimento.

Aos familiares e amigos que sempre acreditaram e torceram por mim na conclusão do mestrado e que muitas vezes aceitaram minha ausência, em especial minha mãe Carmem, por suas orações e irmã Vania, por seu todo seu apoio.

Por fim, agradeço à ela, que durante o mestrado tornou-se minha noiva e esposa, Grazieli Sanchez, a qual dedico esse trabalho por saber que sem o seu amor, paciência, apoio e compreensão eu não teria chegado até aqui.

“Dedique alta estima à sabedoria, e ela o exaltar ; abrace-a, e ela o honrar .”
(Prov rbios 4:8)

RESUMO

Devido a Contabilidade Governamental Brasileira convergir às IPSAS, criaram-se diversas normas, impactando Demonstrativos e Subsistemas. Entretanto, existem aspectos conflitantes e as IES devem preparar o egresso com conhecimentos necessários. Isso posto, esta pesquisa objetiva identificar a percepção dos professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina em Cursos de Ciências Contábeis na região da Baixada Santista. No alcance deste, realizaram-se: pesquisa exploratória, qualitativa, técnicas de coleta de dados de entrevista e análise documental. Na amostra, 7 docentes que lecionaram a disciplina em 7 cursos de ciências contábeis nas IES da região em 2015. Solicitou-se os planos de ensino aos 7 docentes. Os resultados demonstraram que 42,85% são Contadores, 42,85% possuem Mestrado, 71,42% tem até 6 anos de experiência. Nas estratégias de ensino e avaliação, aula expositiva e exercícios foram os mais mencionados. Todos utilizam provas, exercícios práticos e trabalhos. Na carga horária, 71,42%, relatam insuficiência. Quanto a bibliografia, falta autonomia dos professores, a maioria utiliza planos desatualizados. Quanto às NBCT16, 57,14%, dizem considerar no programa. Na última questão, buscou-se aprofundar o conteúdo lecionado, 100% não abordam diferenças entre MCASP e IPSAS, 42,85% abordam subsistemas atuais e aspectos patrimoniais. Conclui-se e recomenda-se, planos alterados semestralmente, inclusão de fontes, autonomia do docente na elaboração do plano, ampliação da carga horária e ampliação de conteúdo quanto ao MCASP/IFAC/NBCT16. Embora há a afirmação de todos os professores de que o conteúdo aplicado atende as exigências dos concursos para Contador, os resultados demonstram necessidade em ampliar os conhecimentos necessários aos discentes.

Palavras-chave: Condições de ensino. Currículo. Contabilidade governamental.

ABSTRACT

The Government Accounting Brazilian converges IPSAS, were created several standards, impacting Demonstrative and Subsystems. Meantime, there are conflicting aspects and HEI are to prepare the graduate with skills required. Having that said, this research objective to identify the perception of teachers of the Government Accounting about the teaching conditions and the need in Courses of Accounting in the Baixada Santista region. Was conducted exploratory and qualitative research; data collection techniques were interview and document analysis. Were taken sample, 7 teachers who teach the discipline in 7 courses in accounting sciences in HEI in the region in 2015. It requested the teaching plans to 7 teachers. The results showed that 42.85% are accountants, 42.85% has Masters, 71.42% have up to 6 years of experience. In teaching strategies and evaluation, expositive classes and exercises were the most mentioned. All use tests, practical exercises and assignments. Regarding workload, 71.42% have reported failure. As for literature, lack autonomy of teachers, most use outdated plans. As for NBCT16, 57.14% say they consider the program. About the last question, it was sought to go deeper concerning what's taught, 100% do not address differences between MCASP and IPSAS, 42,85% use the current subsystems and property aspects. It got to the conclusion and, it's recommended, changing plans after 6 months, sources' inclusion teacher autonomy in preparing the plan, expansion of the workload and expansion of content regarding on MCASP / IFAC / NBCT16. Though there's an affirmation from all teachers that applied content so far meets the demands of the contests for Accountant, the results demonstrate that there are need to expand the expertise to students.

Keywords: Teaching conditions. Curriculum. Governmental accounting.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Decretos e Normas de Ensino no Brasil.....	25
QUADRO 2 – Proposta – Gestão de Finanças Públicas.....	29
QUADRO 3 – Proposta – Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	30
QUADRO 4 – Currículo Modelo ISAR: Detalhamento Sintético.....	32
QUADRO 5 – Inclusão de Termos Voltados para a Área Pública.....	33
QUADRO 6 – Normas de Educação: Manual de Pronunciamentos.....	34
QUADRO 7 – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.....	54
QUADRO 8 – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.....	54
QUADRO 9 – Estrutura do Plano de Contas.....	58
QUADRO 10 – População e Amostra das IES Pesquisadas.....	75
QUADRO 11 – Elementos do plano de ensino e seus propósitos com base em Abreu e Masetto.....	78
QUADRO 12 - Constructo da Pesquisa e Roteiro de Entrevista.....	80
QUADRO 13 - Objetivos específicos da pesquisa x Questões x Constructos.....	81
QUADRO 14 – Principais referências utilizadas na Fundamentação.....	82
QUADRO 15 – Total de IES na Região Pesquisada.....	84
QUADRO 16 – Autorização do curso de Ciências Contábeis nas IES Pesquisadas.....	85
QUADRO 17 – Características da disciplina em cada IES.....	87
QUADRO 18 – Elementos do Planos de Ensino.....	89
QUADRO 19 – Conteúdo das Ementas das IES.....	90
QUADRO 20 – Objetivos Geral e Específicos das IES.....	91
QUADRO 21 – Total de Frequências por Grupo.....	93
QUADRO 22 – Percentual de Frequências – Aspectos Contábeis.....	93
QUADRO 23 – Percentual de Frequências – Aspectos Contábeis e Orçamentários.....	94
QUADRO 24 – Atendimento das IES à NBC T.....	95
QUADRO 25 – Cronograma de Aulas das IES.....	96
QUADRO 26 – Estratégias de Ensino Conforme Plano de Ensino.....	97
QUADRO 27 – Estratégias de Ensino Conforme Plano de Ensino – Analítica.....	97
QUADRO 28 – Critérios de Avaliação Conforme Plano de Ensino.....	99
QUADRO 29 – Referências Bibliográficas Conforme Plano de Ensino.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONVECON	Convenção dos Profissionais de Contabilidade do Estado de São Paulo
CPD	Desenvolvimento Profissional Contínuo
DFC	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado Econômico
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FBC	Fundação Brasileira de Contabilidade
FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
IAESB	International Accounting Education Standards Board
IES ¹	Instituições de Ensino Superior
IES ²	International Education Standards
IFAC	International Federation of Accountants
IPD	Desenvolvimento Profissional Inicial
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
IPSASB	International Public Sector Accounting Standards Board
ISAR	Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSA	Lei de Sociedades por Ações
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
NBCT SP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
ONU	United Nations Organization
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

TCU

Tribunal de Contas da União

UNCTAD

United Nations Conference on Trade and Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 A FORMAÇÃO DO DOCENTE UNIVERSITÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	19
2.2 O ENSINO DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA E A PROPOSTA NACIONAL DE CONTEÚDO DO CFC.....	24
2.3 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA CONTABILIDADE, E SUA RELAÇÃO COM A DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO BRASIL.....	31
2.4 CONCEITO, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO BRASIL E SUA CONVERGÊNCIA AS NORMAS INTERNACIONAIS.....	39
2.4.1 CONCEITO E HISTÓRIA DA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO BRASIL.....	39
2.4.2 CONVERGÊNCIA AS NORMAS INTERNACIONAIS NO BRASIL.....	50
2.4.3 ASPECTOS CONFLITANTES ENTRE IPSAS E SUA CONVERGÊNCIA NO BRASIL.....	56
2.4.4 ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS IPSAS.....	59
2.5 PESQUISAS RELACIONADAS À ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DE DISCIPLINAS DE OUTROS RAMOS DA CONTABILIDADE NO BRASIL.....	60
2.5.1 TRABALHO ANTECEDENTE - DISCIPLINA DE AUDITORIA.....	61
2.5.2 TRABALHO ANTECEDENTE - CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA.....	62
2.5.3 TRABALHOS ANTECEDENTES - CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	62
2.5.4 TRABALHO ANTECEDENTE - PERÍCIA CONTÁBIL.....	63
2.5.5 TRABALHO ANTECEDENTE – CONTROLADORIA.....	64
2.5.6 TRABALHO ANTECEDENTE - CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	64
2.5.7 TRABALHO ANTECEDENTE - CONTABILIDADE INTERNACIONAL.....	65
2.5.8 TRABALHO ANTECEDENTE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	66
2.6 PESQUISAS RELACIONADAS À DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL.....	67
2.6.1 ESTUDOS REALIZADOS NO BRASIL.....	67
2.6.2 ESTUDOS REALIZADOS NO EXTERIOR.....	69
3 METODOLOGIA.....	74
3.1 CLASSIFICAÇÃO, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	74

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	75
3.3 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS	76
3.3.1 DOS PLANOS DE ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL.....	76
3.3.2 DA ENTREVISTA E SUA APLICAÇÃO AOS PROFESSORES.....	78
3.4 TECNICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	82
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	84
4.1 PERFIL DA AMOSTRA: EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL DAS IES PESQUISADAS...86	
4.2 O PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NAS IES.....	87
4.2.1 ELEMENTOS DOS PLANOS DE ENSINO DAS IES.....	89
4.2.2 EMENTAS - CONFORME PLANO DE ENSINO.....	89
4.2.3 OBJETIVOS - CONFORME PLANO DE ENSINO.....	91
4.2.4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CONFORME PLANO DE ENSINO.....	93
4.2.5 CRONOGRAMA DE AULAS - CONFORME PLANO DE ENSINO.....	95
4.2.6 ESTRATÉGIAS DE ENSINO - CONFORME PLANO DE ENSINO.....	96
4.2.7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO - CONFORME PLANO DE ENSINO.....	98
4.2.8 BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR - CONFORME PLANO DE ENSINO.....	100
4.3 ENTREVISTA COM OS DOCENTES DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NAS IES	104
4.3.1 ESTRATÉGIAS DE ENSINO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS PELOS DOCENTES NA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL.....	105
4.3.2 CONDIÇÕES DE OFERTA DA DISCIPLINA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NAS IES PESQUISADAS.....	106
4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS: PLANO DE ENSINO X ENTREVISTA.....	111
5 CONCLUSÕES.....	113
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ, NOME E DADOS BIOGRÁFICOS.....	127
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA.....	128
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	129
APÊNDICE D – ENTREVISTA IES “A”	131

APÊNDICE E – ENTREVISTA IES “B”	139
APÊNDICE F – ENTREVISTA IES “C”	147
APÊNDICE G – ENTREVISTA IES “D”	160
APÊNDICE H – ENTREVISTA IES “E”	172
APÊNDICE I – ENTREVISTA IES “F”	180
APÊNDICE J – ENTREVISTA IES “G”	188
ANEXO A – PARECER 545/91: RECONHECIMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	197
ANEXO B – DIÁRIO DE SÃO LUIZ – 18 DE JUNHO DE 1949	201
ANEXO C – DIÁRIO DE SÃO LUIZ – 1 DE SETEMBRO DE 1949	202
ANEXO D – PLANO DE ENSINO IES A	204
ANEXO E – PLANO DE ENSINO IES B	211
ANEXO F – PLANO DE ENSINO IES C	214
ANEXO G – PLANO DE ENSINO IES D	221
ANEXO H – PLANO DE ENSINO IES E	224
ANEXO I – PLANO DE ENSINO IES F	228
ANEXO J – PLANO DE ENSINO IES G	234

1 INTRODUÇÃO

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa, teve início a Contabilidade Governamental no Brasil, com a criação do Erário Régio e a instituição do Conselho da Fazenda que guiavam a administração real e que também estabeleceram a regulamentação da escrituração contábil desse erário. Outro acontecimento importante foi a publicação do Código de Contabilidade, organizado pela Lei 4.536/1922, regulamentado pelo Decreto 15.783/1922.

Em 1940, foi promulgado o Decreto 2.416 que: “Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios.” (BRASIL, 1940). Em 1964 foi criada a Lei 4.320 – Lei de Direito Público, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e dos balanços públicos. No ano de 2000 foi publicada a Lei Complementar n. 101, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal do Estado.

Nos últimos anos, a Contabilidade Governamental vem passando por mudanças a fim de desenvolver uma linguagem única e comum a ser utilizada como uma estrutura contábil universal. Foram criadas diversas normas, portarias, resoluções e leis, como por exemplo, a Portaria n. 184 de 2008, do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público – (NBCT SP). No mesmo ano, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as dez primeiras NBCT SP.

No final de 2009, foram realizadas algumas alterações nas referidas NBCT's, com o objetivo de aperfeiçoá-las, tornando-as mais próximas dos padrões internacionais. Posteriormente, realizaram-se alterações nas normas com a publicação, pelo CFC, da Resolução 1.437 de 2013 (CFC, 2013) que: “Altera, inclui e exclui itens das NBCT 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11, que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público.”.

Os principais impactos e transformações no Setor Público foram a adoção do Enfoque Patrimonial e não Orçamentário; reconhecimento, mensuração e avaliação de ativos e passivos; a adoção do Regime de Competência para Receitas e Despesas, a criação de novos demonstrativos financeiros e a alteração dos já existentes; a modificação dos subsistemas; e a

constante reformulação do MCASP pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), buscando convergir com as IPSAS.

O processo de convergência se dá com as traduções (e divulgações) das IPSAS; a elaboração de minutas das NBCT SP convergidas; discussão e socialização dessas minutas; publicação das novas NBCT SP e a operacionalização das novas normas, bem como por meio das atualizações das edições do MCASP, que em 2015 está em sua sexta edição.

Apesar de todo empenho realizado no país rumo a convergências as normas da *International Federation of Accountants* (IFAC), alguns aspectos são questionados e até mesmo entendidos como não convergidos ou conflitantes com relação às IPSAS, como por exemplo as IPSAS 18 e 22.

Nesse contexto, indubitavelmente, o profissional contador ou aspirante a tal, que busque como alternativa de atuação profissional o ramo da contabilidade governamental, precisará de constante aperfeiçoamento. E ainda, ao menos a princípio, cabe às Instituições de Ensino Superior (IES) preparar o egresso com os conhecimentos necessários, tendo em vista a notória importância da disciplina de Contabilidade Governamental nas diretrizes curriculares no curso de Ciências Contábeis.

O profissional contador terá que ter capacidade de atuar em diferentes modelos de organizações, habilidades e competências que requerem domínio de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e **governamentais**, ainda mais que sua formação inclui estudos até mesmo de **controladoria aplicada ao setor público**.

Contudo, uma vez que as IES não possuem a obrigatoriedade de manter uma grade rígida, principalmente com relação a carga horária das disciplinas ofertadas, podendo levar em consideração seus próprios interesses, que incluem, por exemplo, a localização da IES e com isso uma avaliação por parte da IES sobre quais disciplinas dar maior ênfase, analisando as demandas regionais por exemplo, poderá ocorrer menor carga horária na disciplina de Contabilidade Governamental, tendo em vista que a maior parte dos egressos possivelmente não atuará na área pública.

Outra preocupação é se a disciplina de Contabilidade Governamental ofertada nos cursos de Ciências Contábeis está sendo lecionada por especialista da área, e ainda, se o mesmo está se atualizando com relação ao constante processo de convergência as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

Ainda, em função da particularidade na inserção do profissional contador na área pública, faz-se importante os critérios de avaliação utilizados pelos docentes da disciplina de

Contabilidade Governamental, tendo em vista que a colocação profissional desse contador se dará por meio de provas, denominadas “concursos públicos”.

A escolha da região metropolitana da Baixada Santista se dá por diversas razões, dentre elas, a acessibilidade por parte do pesquisador e que o estudo corrobora com trabalhos que pesquisaram outras regiões do país (SOARES; DOMINGUES, 2010; VIANA et al., 2012; RODRIGUES, 2013), tornando a presente pesquisa inédita quanto a região; e, ainda, na escolha levou-se em consideração o fato de ser possível entrevistar todos os docentes que lecionam a disciplina de Contabilidade Governamental nessa região.

Uma vez apresentada a contextualização e a temática, formulou-se o problema de pesquisa. De acordo com Deslandes, Gomes e Minayo (2012, p. 39): “Ao formularmos perguntas ao tema estaremos construindo sua problematização. Um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico.”.

Por tanto, a questão principal do estudo é: **Qual a percepção de professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina em Cursos de Ciências Contábeis da Região Metropolitana da Baixada Santista?**

Ao estabelecer os objetivos busca-se demonstrar quais as pretensões do estudo. Segundo Deslandes, Gomes e Minayo (2012, p. 44): “Buscamos com a formulação dos objetivos responder ao que é pretendido a pesquisa, que propósitos almejamos alcançar ao término da investigação. É fundamental que esses objetivos sejam possíveis de serem atingidos.”. Como objetivo geral buscou-se identificar a percepção dos professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina em Cursos de Ciências Contábeis da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Os objetivos específicos são elaborados com o intuito de atingir o objetivo geral. O presente estudo tem como objetivos específicos: a) Verificar com os professores da disciplina de Contabilidade Governamental os conteúdos ministrados, incluindo as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, suas atualizações, divergências e conformidades quanto ao processo de convergência no Brasil; b) Verificar com os professores da disciplina de Contabilidade Governamental se os conteúdos ministrados em sala estão de acordo com as exigências dos concursos para o cargo de Contador Público; c) Identificar através do plano de ensino da disciplina de Contabilidade Governamental o conteúdo programático, a carga horária, a bibliografia básica e complementar e verificar suas atualizações com relação às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público; d) Identificar as estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação mais utilizadas para lecionar a disciplina de Contabilidade Governamental; e) Verificar a integração da disciplina

de Contabilidade Governamental nos cursos de Ciências Contábeis; f) Pesquisar a experiência e formação acadêmica dos docentes que ministram a disciplina de Contabilidade Governamental.

Entre as principais motivações e justificativas que levaram a realização do presente estudo, está no fato da Contabilidade Governamental apresenta-se como um ramo da Ciência Contábil em constante evolução, portanto, faz-se necessário a observação das IES com relação a aplicação das atualizações promovidas com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

Ainda, colaborar com o fomento e comparação dos poucos estudos de ensino da disciplina de Contabilidade Governamental, principalmente quando da inclusão das normas internacionais, procurando outros aspectos que não foram identificados ou mesmo não explorados (LEITE FILHO; SLOMSKI, 2003; RONCALIO; BERNARD, 2008; SOARES; DOMINGUES, 2010; VIANA et al., 2012; RODRIGUES, 2013).

Dessa maneira, buscou-se contribuir com os estudos anteriores de ensino de Contabilidade Governamental, contudo, utilizando-se de aplicação de entrevistas com os professores da disciplina nos cursos de ciências contábeis, além disso, a região escolhida se difere das anteriores, e ainda, esse tipo de pesquisa requer atualizações, tendo em vista que as normas internacionais estão em convergência e o conteúdo exigido atualmente já se encontra modificado em relação às pesquisas anteriores.

Ainda, a construção do instrumento de pesquisa apresentado nesse estudo permitirá a outros pesquisadores identificar e estudar as percepções de professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina nos cursos de Ciências Contábeis em outras regiões do Brasil, e ainda, esse instrumento buscou identificar os aspectos conflitantes entre a convergência as normas no Brasil e a IFAC/IPSAS.

Espera-se que docentes, coordenadores, órgãos de classe e demais interessados com o ensino de Contabilidade Governamental obtenham elementos extraídos da observação sistemática da realidade que possibilitem, caso entendam necessário, aperfeiçoar as condições de ensino desse ramo da contabilidade, além de valorizar a importância social e científica da Contabilidade Governamental e evidenciar seu valor como forma de possibilitar aos discentes dos cursos de Ciências Contábeis outra possibilidade de inserção ao mercado de trabalho e desenvolvimento profissional.

Por fim, inquietações e indagações do pesquisador, que leciona a disciplina de Contabilidade Governamental, motivaram a realização da pesquisa.

O presente estudo traz algumas limitações, a pesquisa está limitada às respostas das entrevistas realizadas com os Professores que lecionam a disciplina nestes cursos e seus respectivos planos de ensino. A entrevista e o plano de ensino são referentes ao ano de 2015. A pesquisa também apresenta limitações em relação à região pesquisada, a percepção de seus respondentes e a análise documental.

O trabalho contém cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução, no segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica, por meio de pesquisa documental e bibliográfica.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia da pesquisa, contendo a classificação, métodos e procedimentos; população e amostra; técnicas e procedimentos de coleta de dados (entrevistas e plano de ensino), e por fim, técnicas e procedimentos de análise de dados. No quarto capítulo, são apresentados os resultados e discussões, por meio do plano de ensino e das entrevistas aplicadas aos professores, buscando responder as perguntas e os objetivos da pesquisa. Por fim, são apresentadas no quinto capítulo as conclusões, recomendações e sugestões para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo inicia-se com a formação do docente universitário e sua relação com o curso de Ciências Contábeis, em seguida, o ensino de contabilidade governamental na legislação educacional brasileira e a proposta nacional de conteúdo do CFC, seguido pelas organizações internacionais, sua contribuição para o desenvolvimento do ensino da contabilidade, e sua relação com a disciplina de contabilidade governamental no Brasil.

Na sequência, o conceito, história e evolução da Contabilidade Governamental no Brasil e sua convergência as normas internacionais, bem como seus aspectos conflitantes e estudos internacionais quanto à convergência às IPSAS, são apresentados.

A fundamentação teórica encerra-se com as pesquisas realizadas no Brasil relacionadas a análise das condições de oferta de disciplinas de outros ramos da contabilidade e, em seguida, as pesquisas relacionadas à disciplina de Contabilidade Governamental realizadas no Brasil e no exterior.

2.1 A FORMAÇÃO DO DOCENTE UNIVERSITÁRIO E SUA RELAÇÃO COM O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A formação de profissionais com nível universitário está em crescimento no Brasil, bem como o número de IES e a oferta de cursos de graduação e especialização. Nesse contexto, evidentemente, o número de professores que atuam na docência universitária está em crescimento. Os que ingressam em uma graduação poderão deparar-se com cenários distintos, tendo em vista que as IES estão inseridas em uma sociedade não igualitária, o que por sua vez, acaba também repercutindo na qualidade do ensino superior.

Em maior parte, alunos desprovidos economicamente terão a alfabetização com menor qualidade de ensino quando comparado à classes sociais economicamente mais favorecidas, o que possivelmente aumentará com o acesso ao ensino médio. Quando o aspirante à graduação realizar o processo seletivo, novamente os aspectos econômicos irão influenciar, uma vez que, possivelmente, o aspirante economicamente favorecido terá construído certa vantagem com relação ao outro, ocupando esse a maior parte das vagas ofertadas nas IES mais bem avaliadas e/ou reconhecidas, tanto em IES públicas como particulares.

Isso também trará reflexo quanto a ocupação profissional, tendo em vista que as grandes empresas - muitas vezes - realizam seus processos seletivos buscando os candidatos que estão cursando em IES tidas como de “excelência”.

Por sua vez, os discentes do outro grupo buscarão o acesso à graduação em IES que não possuem um processo seletivo concorrido, e, ainda, que o custo da graduação não seja elevado. Afinal, os mesmos estarão buscando sua ascensão econômica e social, e concluir a graduação poderá ser um meio para tal. A questão é que a maior parte dos graduandos e graduados advém justamente desse segundo grupo, e ainda, parte desses atuarão como docentes nas mesmas universidades.

No sentido etimológico, a docência tem suas raízes no latim - docere - que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender. No sentido formal, docência é o trabalho dos professores, que, na realidade, desempenham um conjunto de funções que ultrapassam as tarefas de ministrar aulas. As funções formativas convencionais, como ter um bom conhecimento sobre a disciplina ou como explicá-la, foram tornando mais complexas com o tempo e com o surgimento de novas condições de trabalho. (SLOMSKI ; MARTINS, 2008, p. 07)

Uma vez que esse profissional assuma a docência universitária, poderá ter maior dificuldade no início de sua carreira docente, tendo em vista que dentro dos **“saberes da docência”**, há as **“fontes sociais de aquisição”**, que incluem: “Família, ambiente de vida, a educação no sentido lato; a escola primária e secundária, os estudos pós-secundários não especializados, etc.” (TARDIF; RAYMOND, 2000, p. 215).

Os saberes da docência, num sentido amplo, designa o conjunto dos saberes que fundamentam o ato de ensinar no ambiente escolar (TARDIF; LESSARD, 1999). Esses saberes provêm de fontes diversas (formação inicial e contínua dos professores, currículo e socialização escolar, conhecimento das disciplinas a serem ensinadas, experiência na profissão, cultura pessoal e profissional, aprendizagem com os pares, etc).

Apesar dos “saberes da docência” apontar suas fontes sociais de aquisição, e com isso sua interferência na formação e atuação do docente, é importante uma reflexão: é possível que justamente pelo fato do docente ter uma formação primária e secundária com preponderância negativa, no exercício de sua função o mesmo utilize o exemplo negativo como fonte motivadora para exercer sua função com excelência, tendo em vista que esse docente buscará entregar uma experiência ao aluno diferente daquela vivida por ele.

“Os saberes docentes são temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados, e que carregam consigo as marcas do seu objeto, que é o ser humano.” (TARDIF, 2000, p. 18).

São temporais no sentido de que os primeiros anos de prática são decisivos na aquisição do sentimento de competência e no estabelecimento das rotinas de trabalho, ou seja, na estruturação da prática profissional. Ainda hoje, a maioria dos

professores aprendem a trabalhar na prática, por tentativa e erro. (TARDIF, 2000, p. 14).

A afirmação de Tardif vem de encontro com a formação dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis, geralmente, o aspirante à docência na área de negócios terminará sua graduação sem cursar qualquer disciplina de didática de ensino, posteriormente, caso opte por cursar uma especialização, terá preferência por algum curso que esteja relacionado a sua formação e a atividade profissional que desenvolva. Essa especialização também não oferecerá disciplina de didática de ensino.

Em alguns casos, com a obtenção do certificado de especialização, já é possível esse profissional ser contratado por alguma IES, ou seja, iniciará suas atividades como docente sem qualquer treinamento quanto ao processo de ensinar. Contudo, ainda será possível que esse novo docente inicie um curso de mestrado, o que o fará, possivelmente, escolher por algum mestrado na área de negócios.

Todo esse conhecimento adquirido, certamente irá contribuir para a formação docente, tendo em vista que a pesquisa será fomentada e, ainda, todo esse percurso gerará conhecimentos específicos. Contudo, falta algo essencial, diferentemente de um curso de matemática, por exemplo, que desde a graduação são requeridas disciplinas de didática de ensino, o docente do curso de Ciências Contábeis poderá não ter tido qualquer contato ou pouco contato com créditos relacionados a didática no ensino superior. Concluindo a reflexão, uma vez que os “saberes da docência” são temporais e influenciados pela trajetória do docente, seria necessário que o mesmo tivesse maior contato com a área de educação.

Corroborando com esse entendimento, pesquisadores da área de educação contábil discorrem, para Favero (1987, p. 399), um fator que impacta a qualidade do curso de Ciências Contábeis “é a contratação de profissionais sem qualquer experiência em magistério e sem cursos de metodologia do ensino superior”. No entendimento de Nossa (1999, p. 7): “Aumentou-se o número de instituições, porém, sem nenhuma preocupação com os aspectos qualitativos dos cursos. Ex-alunos e profissionais liberais com pouco ou nenhum conhecimento pedagógico passaram a fazer parte do corpo docente dessas escolas.”

Slomski e Martins (2008, p. 14) comentam que: “[...] a maioria dos professores universitários não contou com a formação sistemática, necessária à construção de uma identidade profissional para a docência. Embora se encontrem dando aulas, nem sempre dominam as condições necessárias para atuar como profissionais professores.”. Por fim, Slomski et al. (2013) discorre:

Para a docência universitária, [...] é desejável que os professores detenham, além dos conhecimentos específicos da área em que ministram a disciplina, conhecimentos pedagógicos relacionados ao ensinar e aprender, portanto, formação na área da educação. Ademais, são bem vindos os conhecimentos experienciais do professor, suas percepções do mundo do trabalho no qual os futuros profissionais estarão inseridos. (SLOMSKI et al. 2013, p. 73).

Além dos aspectos relacionados aos conhecimentos pedagógicos, outros atributos são necessários aos professores de contabilidade, de acordo com Laffin (2002b, p. 15), os atributos da identidade profissional do professor de contabilidade são apresentados a seguir:

- a) O domínio dos conhecimentos específicos de sua área de atuação apropriados na sua formação inicial e continuada, para relativizar os conhecimentos produzidos pela sociedade, tornando-se sujeito capaz de transformar a realidade social
- b) O trabalho docente deve enfatizar a articulação dos conteúdos contábeis com as demais áreas do saber, superando a concepção meramente do saber-fazer;
- c) A profissionalização do professor de contabilidade mantém implicações diretas com a formação do profissional de contabilidade com um perfil crítico ao novo contexto;
- d) A inserção nas forças em favor da valorização de uma política salarial, das condições de trabalho e com vínculo na carreira de formação inicial e continuada;
- e) A compreensão do ensino-pesquisa-extensão- como indissociáveis do seu trabalho; (LAFFIN, 2002b, p.15).

Fundamentando-se em Laffin, percebe-se que o professor de contabilidade precisa ter amplo domínio relacionado aos conhecimentos específicos das disciplinas que leciona, inclusive de maneira continuada, o que significa constante atualização, além disso, precisa articular os conteúdos específicos com os demais conteúdos, dentre os tidos “ramos da contabilidade” e ainda com demais áreas do saber, ou seja, a interdisciplinaridade precisa ser enfatizada.

Corroborando, Piaget (1972, p. 132) define interdisciplinaridade como “o intercâmbio mútuo e a recíproca integração entre várias ciências, fazendo com que essa cooperação tenha como resultado um enriquecimento recíproco.”.

Outro determinante está na pesquisa, aqui entendida como “indissociáveis” quanto a ensino e extensão, portanto, entende-se que o docente precisa construir conhecimentos, e não apenas buscar os conhecimentos já existentes em seu ramo de atuação.

Por fim, uma maior qualidade na formação do docente mantém implicações diretas com a qualidade da formação do aspirante a profissional de contabilidade.

Quanto a operacionalização do currículo prescrito, no entendimento de Laffin (2002a, p. 23): “Cabe ao professor de contabilidade, através do registro do que ocorreu em sua aula,

refletir sobre o currículo, não como um projeto rígido, mas como uma construção capaz de comportar a sensibilidade e a reflexão sobre as ações dele decorrentes.”.

Nesse sentido, se faz necessário a adoção de uma concepção contemporânea para elaboração de currículos:

“a concepção atual de currículo e de gestão curricular clamam para que o professor seja não um mero executor de currículos previamente definidos, mas um gestor em situação real e um intérprete crítico de orientações globais. Exige-se que o professor construa seu próprio currículo em ação, vivificando-o e co-construindo-o com os seus colegas e os seus alunos, no respeito pelos princípios e objetivos nacionais e transnacionais.” (SLOMSKI ; MARTINS, 2008, p. 08).

Diante disso, o contador docente precisa identificar as reais necessidades quanto ao conteúdo curricular, principais estratégias de ensino e critérios de avaliação que irá adotar na adoção de determinada disciplina, em determinada jurisdição. De acordo com Laffin, (2002a, p. 16), são componentes da ação do professor de contabilidade:

- a) organizar situações de ensino e aprendizagem adequando objetivos, conteúdo e metodologias com o projeto pedagógico do curso, contribuindo com a qualidade do ensino, assim como estar atento as formas de incorporar ao trabalho docente novas tecnologias;
- b) coordenar pesquisas e inserir-se em grupos de pesquisas de modo a produzir conhecimentos teóricos e práticos;
- c) possuir domínio sobre conteúdos e metodologias de maneira a converter os conhecimentos científicos em conhecimentos curriculares, considerando as suas condições materiais e as de seus alunos.

Ainda, conforme Abreu e Masseto (1997, p. 56): “ A variação das estratégias permite que se atenda as diferenças individuais existentes no grupo de aluno da classe [...], diferentes estilos de aprendizagens terão suas oportunidades de estabelecer aprendizagens mais significativas no decorrer do curso”.

Nesse contexto, até aqui apresentado, o contador/professor precisa estar comprometido com a melhor prática docente, buscando sempre que necessário estabelecer estratégias de ensino que corroborem com o aprimoramento de suas aulas, utilizando os métodos pertinentes a disciplina que irá conduzir na prática dos conteúdos, bem como analisar quais os melhores critérios de avaliação e, ainda, possuir domínio do conteúdo que será lecionado, de maneira que sejam utilizadas todas as referências necessárias para que o discente possa ser conduzido a reflexões e construção do conhecimento, desde livros à artigos científicos nacionais e internacionais.

2.2 O ENSINO DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA E A PROPOSTA NACIONAL DE CONTEÚDO DO CFC

Dentre as disciplinas que o contador/professor leciona na graduação em ciências contábeis tem-se a disciplina de contabilidade pública, ou ainda, contabilidade governamental, essa por sua vez, trata de especificidades da teoria contábil quando aplicada ao setor público, na administração pública. Muitas dessas especificidades também advêm de influência normativa e regulatória, contudo também pode elevar-se ao âmbito da pesquisa, buscando-se o conhecimento da relação entre as variáveis do acontecimento contábil aplicado a área governamental.

A importância do ensino da contabilidade pública está além do interesse em atuar na área governamental, essa é fonte de conscientização política social, através desse conhecimento amplia-se o exercício da cidadania, diminuindo a assimetria informacional gerada entre o gestor público e o cidadão. Corroborando, Hackett (1938, p. 391) comenta que a contabilidade governamental “deve ser estudada pelo contador público potencial não só porque ele pode atender a uma destas questões, para um exame, mas também porque ele deveria saber que com a contabilidade governamental ele pode melhor atender seus problemas cotidianos”.

Ao longo desses 200 anos de escolas de comércio e ensino de contabilidade, a disciplina de Contabilidade Governamental foi uma das mais afetadas pelas mudanças na legislação brasileira. Estudo histórico realizado por Soares et al. (2011, p. 38) demonstra que: “Houve ainda disciplinas que mostraram uma alternância de obrigatoriedade, ou seja, ora foram excluídas, ora tornavam a ser incluídas, como Economia, Contabilidade Governamental e Línguas Estrangeiras.”.

A partir dos trabalhos de Peleias et al. (2008) e Soares et al. (2011), foi possível averiguar a legislação brasileira referente ao ensino das escolas de comércio e contabilidade, e posteriormente buscou-se encontrar o momento em que a disciplina se iniciou e quando sofreu intervalos, ou seja, quando por alguma razão perdia importância e deixava de ser oferecida.

A seguir, são listadas as regulamentações a partir de 1809, apontando ainda quando a disciplina esteve ou não presente na grade curricular dos cursos:

QUADRO 1 - DECRETOS E NORMAS DE ENSINO NO BRASIL

NORMAS DE ENSINO DO BRASIL	Nomenclatura da Disciplina
Alvará de 15 de julho de 1809	
Decreto nº. 456 de 6 de julho de 1846	
Decreto nº. 1.763 de 14 de maio de 1856	
Decreto nº. 2.741 de 9 de fevereiro de 1861	
Decreto-Lei nº. 3.058 de 11 de março de 1863	
Decreto nº. 7.538 de 15 de novembro de 1879	
Decreto nº. 7.679 de 28 de fevereiro de 1880	
Decreto nº. 1.339 de 9 de janeiro de 1905	Contabilidade do Estado
Decreto nº. 17.329 de 28 de maio de 1926	Contabilidade Pública
Decreto nº. 20.158 de 30 de junho de 1931	Contabilidade Pública
Decreto-Lei nº. 1.535 de 23 de agosto de 1939	
Decreto-Lei nº. 6.141 de 28 de dezembro de 1943	
Decreto nº. 14.373 de 28 de dezembro de 1943	
Decreto-Lei nº. 7.988 de 22 de setembro de 1945	Contabilidade Pública
Lei nº. 1.401 de 31 de julho de 1951	Contabilidade Pública
Resolução CFE s/nº. 8 de fevereiro de 1963	
Resolução CFE nº. 3 de 1992	Contabilidade Pública
Resolução CNE/CES nº. 10 de 16 de dezembro de 2004	Governamentais

Fonte: Do autor.

Em 1809, através do Alvará de 15 de julho, fica estabelecido a criação de aulas de comércio:

[...]já para a construção de uma Praça de Commercio, onde se ajuntem os Comerciantes a tratar das suas transacções e empresas mercantis, **ja para o estabelecimento de Aulas de Commercio, em que se vão doutrinar aquellos dos meus vassallos, que quizerem entrarnesta util profissão, instruidos nos conhecimentos proprios della;** (BRASIL, 1809, grifo nosso)

Todos os decretos, a partir do Decreto nº. 456 de 6 de julho de 1846 ao Decreto nº. 7.679 de 28 de fevereiro de 1880 trazem as disciplinas dos cursos que são ministrados, seja em escola de comércio ou instituto comercial, no entanto, a disciplina de Contabilidade Governamental não é mencionada em nenhum curso de qualquer que seja o tipo e em nenhuma nomenclatura semelhante, ou seja, a disciplina não era obrigatória.

Somente em 1905, Decreto nº. 1.339, de 9 de janeiro de 1905, surge a disciplina de Contabilidade do Estado, com a criação de dois cursos, sendo um de formação geral, que habilitava, por exemplo, a função de guarda-livros; e o curso superior, no qual a disciplina de

Contabilidade do Estado era oferecida e que habilitava o concluinte para funções de chefia na área de contabilidade.

O Decreto nº. 17.329, de 28 de maio de 1926, cria o estudo técnico (ou curso geral) e a graduação em ciências econômicas, a disciplina de “Contabilidade Governamental” (classificação da despesa e da receita) era oferecida no quarto e último ano do curso geral.

O Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, traz uma particularidade, a disciplina de Contabilidade Governamental era oferecida somente no segundo ano da graduação em administração, embora esse decreto tivesse como função regulamentar a profissão do contador e organizar o ensino comercial, as variações das áreas de comércio ficaram entre: “Art. 2º - O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio”.

Para a matrícula no curso Superior em Administração e Finanças era necessária a formação preliminar no curso de Perito-Contador ou de Atuário. (SOARES et al., 2011, p. 35).

A denominação do curso de perito-contador foi alterada pelo Decreto-Lei nº. 1.535, de 23 de agosto de 1939, passando para “Curso de Contador”. No ano de 1943, o Decreto-Lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943 e o Decreto nº. 14.343, de 28 de dezembro de 1943, reestruturaram os cursos, contudo, a disciplina de Contabilidade Governamental continuou ausente nos cursos de Contabilidade.

Esse cenário só foi modificado em 1945, através do Decreto-Lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945, o qual “Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.” O curso de Ciências Contábeis e Atuariais tinha duração de quatro anos, e somente no último ano era ministrada a disciplina de Contabilidade Governamental. No ano 1951, o curso de Ciências Contábeis é desmembrado de Atuarial através da Lei nº. 1.401, de 31 de julho de 1951. A partir daí, a disciplina de Contabilidade Governamental passa a ser oferecida somente para o curso de Ciências Contábeis. Quanto aos anos 60, de acordo com Peleias et al. (2008, p. 27):

Grandes mudanças ocorreram no ensino superior nos anos 1960, com reflexos nos cursos de Ciências Contábeis. Essas mudanças foram motivadas pela Lei nº. 4.024, de 20.12.1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE), fixando os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores voltados à formação de profissões regulamentadas. O Parecer CFE nº. 397/62 promoveu uma grande mudança no ensino de Ciências Contábeis, ao dividir esses cursos nos ciclos de formação básica e profissional. As disciplinas contábeis foram concentradas no ciclo de formação profissional, com Contabilidade

Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos e Auditoria e Análise de Balanços. A Resolução CFE sem número, de 8.02.63, fixou os mínimos de duração do curso de Ciências Contábeis e ratificou o Parecer nº. 397/62. (PELEIAS et al., 2008, p. 27).

Como é possível notar, a disciplina de Contabilidade Governamental não está contemplada no currículo mínimo, existindo um intervalo de 30 anos na história sem a obrigatoriedade da disciplina, que só volta a fazer parte do currículo de Ciências Contábeis em 1992. No entanto, não se pode afirmar que a disciplina não tenha sido ofertada nesse intervalo, mas sim, que a mesma não estava sendo exigida para o curso.

Exemplo disso é a Universidade Federal Fluminense (UFF), que foi autorizada a ofertar o curso de Ciências Contábeis através da Resolução 25, de 1984 e, em 1990 começou o processo de avaliação por parte do Conselho Federal de Educação (CFE). Na ocasião, um documento comprovou a existência da disciplina de Contabilidade Governamental, tendo como docente o Prof. Almir Barbosa (ANEXO A).

No ano de 1992, o curso de Ciências Contábeis volta a ter seu conteúdo mínimo modificado pelo CFE, sendo dividido em três principais categorias: Conhecimentos de Formação Geral de natureza humanística, Conhecimentos de Formação Profissional e Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar. Os Conhecimentos de Formação Profissional eram divididos em básicos, específico e eletivo. A disciplina de Contabilidade Governamental estava na formação profissional específica, ou seja, voltou a fazer parte do currículo mínimo obrigatório do curso de Ciências Contábeis.

Posteriormente, o ensino superior passou por mais um ciclo de mudanças, que se iniciou com a Lei n.º 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e, tratando especificamente do curso de Ciências Contábeis, esse ciclo termina no final de 2004, quando o Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis. A seguir, são apresentadas as principais diretrizes desta Resolução:

- **Capacidades:** compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional **nos diferentes modelos de organização**; apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais;

- **Competências e habilidades:** utilizar a terminologia das Ciências Contábeis provando visão sistêmica e interdisciplinar; preparar pareceres e relatórios que colaborem para o desempenho dos usuários; aplicar adequadamente a legislação inerente às funções; exercer suas responsabilidades com domínio, **incluindo quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais**, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores, o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão;
- **Campos de Formação:** Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística (básicos); estudos específicos às Teorias da Contabilidade, noções das atividades atuariais, de **quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais** e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e **controladoria, com suas aplicações ao setor público** e privado (profissional);

É notória a importância da disciplina de Contabilidade Governamental nas diretrizes curriculares no curso de Ciências Contábeis, uma vez que o profissional contador terá que ter capacidade de atuar em diferentes modelos de organização, habilidades e competências que requerem domínio de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, ainda mais que sua formação inclui estudos até mesmo de controladoria aplicada ao setor público.

Por fim, o CFC, juntamente com a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), entendendo ser necessário criar mais uniformidade quanto ao conteúdo ministrado nos cursos de Ciências Contábeis, editou o livro: Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, com edição revisada em 2009, segundo os autores o livro tem como objetivo levar as IES, aos coordenadores de curso e aos professores “um trabalho de pesquisa, apresentando sugestões de disciplinas que devem compor a grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, com um conteúdo aplicável nas modalidades presencial, semipresencial e a distância”. (BRASIL, 2009, p. 05).

O livro propõe estrutura ampla, desde o conteúdo de formação básica, até a elaboração de trabalho de conclusão de curso, estágio supervisionado e atividades complementares, apresentando o conteúdo programático e sugestões de referências para as disciplinas com a carga horária recomendada.

Na proposta, o CFC utiliza uma carga horária total de 3.000 horas, conforme a Câmara de Educação Superior estipula. No que tange à disciplina de Contabilidade Governamental, a proposta traz uma carga horária total de 180 horas, divididas em duas disciplinas: Gestão de Finanças Públicas, com carga de 60 horas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com carga de 120 horas. A seguir é apresentado o conteúdo programático das duas disciplinas:

QUADRO 2 - PROPOSTA – GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<i>Teoria das Finanças Públicas</i>
Estado e economia / Visão clássica das funções do Estado / Eficiência, Eficácia e efetividade
Objetivos, metas, abrangência e definição de Finanças Públicas
Evolução das funções do Governo. A função do Bem-Estar
Políticas alocativas, distributivas e de estabilização
Bens públicos, semipúblicos e privados / Conceito de déficit público; financiamento do déficit
Instrumentos e recursos da economia pública (políticas fiscal, regulatória e monetária)
Princípios teóricos da tributação. Tipos de tributos: progressividade, regressividade e neutralidade
Necessidades de Financiamento do Setor Público; Resultado Primário; Resultado Nominal
<i>Planejamento do Setor Público</i>
O sistema atual e o processo de planejamento público Nacional
Planejamento e Gestão estratégica, missão, visão, objetivos e plano de ação. Legislação
Básica e Dispositivos Constitucionais / Tramitação no legislativo
Plano Plurianual: Aspectos Formais, Estrutura do PPA, Elaboração do Plano Plurianual
Financiamento do Plano e Orçamento / Ciclo orçamentário / Acompanhamento, avaliação e controle
<i>Orçamento Público</i>
Lei de Diretrizes Orçamentárias / Conceitos e princípios orçamentários e tipos de orçamentos
Processo orçamentário da Administração Pública /Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA)
A programação e a classificação das despesas e das receitas / A execução orçamentária da receita e da despesa
Créditos Adicionais / Programação Financeira / Restos a Pagar
<i>Responsabilidade Fiscal</i>
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF: princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário
Regra de ouro / Receita Corrente Líquida / Vedações / Anexo de Metas Fiscais / Anexo de Riscos Fiscais
Instrumentos de transparência. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal
Limites Constitucionais e legais: Educação, Saúde, Pessoal, Dívida e Operações de Crédito, Garantias

Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

QUADRO 3 - PROPOSTA – CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<i>Estrutura Conceitual para a Contabilidade do Setor Público</i>
Princípios Fundamentais de Contabilidade sob perspectiva do Setor Público
Conceito, objeto, campo de aplicação, objetivos e função social / Princípios Contábeis
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)
Interpretação da Legislação Básica Aplicada à Contabilidade do Setor Público
<i>Patrimônio Público</i>
Conceito, classificação e grupos / Dívida Ativa
Receita (Variações Patrimoniais Aumentativas): conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, deduções, renúncia e destinação da receita
Despesa (Variações Patrimoniais Diminutivas): conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização
<i>Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil</i>
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP: conceito, estrutura e contas do ativo, passivo, variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, resultado e controles do Planejamento e Orçamento
Lançamentos Típicos do PCASP: conceito, estrutura e fundamentos lógicos
Sistemas de Informações Contábeis: Subsistema de contas
Escrituração contábil de operações típicas do setor público: previsão da receita, dotação da despesa, descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros; empenho, liquidação e pagamento da despesa; arrecadação, recolhimento, destinação da receita orçamentária pública; retenções tributárias; renúncia da receita, deduções da receita, Restos a Pagar, Despesa de Exercícios Anteriores, Regime de Adiantamento (Suprimento de Fundos), Operações de Créditos
Registros de aspectos patrimoniais: depreciações, amortização e exaustão; provisões; apropriação da receita e da despesa pelo regime de competência, contingências passivas, reservas, perdas, ajustes de exercícios anteriores
<i>Demonstrações Contábeis do Setor Público</i>
Conceitos; aspectos legais; forma de apresentação, elaboração e análise dos demonstrativos da área pública
Balço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial; Demonstração Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa, do Resultado Econômico, das Mutações do Patrimônio Líquido
Conceitos; aspectos legais; forma de apresentação, elaboração e análise dos demonstrativos

Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

Analisando o conteúdo programático e as referências, apesar de o livro ser de 2009, o docente que seguir a proposta, levando em consideração as atualizações posteriores, não terá prejuízo quanto ao que prevê o conteúdo, as próprias referências citam as NBC TSP sem atribuir numeração, ou seja, as modificações são acompanhadas pelo docente que estiver dando continuidade no seu processo de aprendizagem. Contudo, no ano de 2015 o CFC está com audiências públicas para a reformulação do livro, tendo em vista as mudanças contínuas e a busca de melhorias. Entretanto, cabe ressaltar que o livro é apenas uma intenção, uma proposta, não tendo qualquer validade regulatória.

2.3 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA CONTABILIDADE, E SUA RELAÇÃO COM A DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO BRASIL

Uma das principais organizações internacionais que busca desenvolver diretrizes e conteúdos curriculares para os cursos de Ciências Contábeis é a *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR), ligada a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), conferência vinculada a *United Nations Organization* (ONU), que por sua vez foi estabelecida pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em 1992.

A ISAR (2015) tem como um dos seus objetivos “fortalecer a profissão contábil em todo o mundo, a fim de criar uma profissão global capaz de oferecer seus serviços através das fronteiras”.

A Comissão de Educação da Federação Internacional de Contadores emitiu orientações sobre a qualificação de profissionais contabilistas e a ISAR entendeu que era preciso completar os pronunciamentos da IFAC, construindo um currículo modelo. A primeira proposta ocorreu em 1998, com alterações no ano de 2003 e, recentemente, a ISAR emitiu nova publicação (UNCTAD / DIAE / MISC) denominada *Model Accounting Curriculum (Revised)*, na qual se lê:

O seguinte currículo modelo é uma revisão do currículo que foi desenvolvido em 1999 pela UNCTAD, em conjunto com especialistas da Sociedade Árabe de Contadores, da Associação dos Revisores Oficiais de Contas, as Contabilistas Certificadas Geral do Canadá, da Comissão Europeia, FIDEF, o Institute of Chartered Accountants da Escócia, o Conselho de Normas de Contabilidade Polonesas, o International Federation of Accountants, e representantes de universidades e empresas de contabilidade internacional agindo a título pessoal (referência da publicação: UNCTAD / ITE / EDS / 9). O objetivo do currículo detalhado é descrever para a comunidade internacional as áreas técnicas que um indivíduo deve dominar para se tornar um contador profissional. (UNCTAD, 2003, p. 01)

Os fatores que formam a estrutura desse documento estão nas habilidades e conhecimentos gerais, ensino profissional técnico, exames dos profissionais contabilistas, a prática no ambiente profissional, educação continuada e certificações profissionais. Contudo, é importante mencionar que o currículo modelo não é baseado em competências, sua principal contribuição está em estruturar os conhecimentos por módulos, seguindo os principais currículos de países desenvolvidos. A seguir são demonstrados os módulos do currículo, buscando um detalhamento sintético:

QUADRO 4 - CURRÍCULO MODELO ISAR: DETALHAMENTO SINTÉTICO

1. Conhecimento Organizacional e de Negócios
1.1 Módulo sobre Economia
1.2 Módulo sobre métodos quantitativos e estatísticos para negócios
1.3 Módulo sobre as políticas gerais de negócios, estrutura organizacional básica e comportamento organizacional
1.4 Módulo em funções de gestão e práticas de gestão e operações
1.5 Módulo em marketing
1.6 Módulo em negócios internacionais
2. Tecnologia da Informação
2.1 Módulo de tecnologia da informação (TI)
3. Núcleo (Basic) Contabilidade, Auditoria, Fiscalidade e Conhecimento Relacionados ao Uso de Contabilidade
3.1 Módulo em contabilidade básica
3.2 Módulo em contabilidade financeira
3.3 Módulo sobre a contabilidade financeira avançada
3.4 Módulo de contabilidade gerencial - conceitos básicos
3.5 Módulo sobre tributação
3.6 Módulo em sistemas de informações contábeis (AIS)
3.7 Módulo sobre direito empresarial
3.8 Módulo fundamentos de auditoria
3.9 Módulo sobre finanças empresariais e gestão financeira
3.10 Módulo de integração do conhecimento
4. Eletivo (avançado) contabilidade, finanças e conhecimentos relacionados
4.1 Módulo sobre contabilidade financeira avançada e relatórios para setores especializados
4.2 Módulo de contabilidade de gestão (gerencial) avançada
4.3 Módulo sobre a tributação (avançada)
4.4 Módulo sobre direito empresarial avançado
4.5 Módulo de auditoria avançada
4.6 Módulo sobre finanças e negócios avançada e de gestão financeira
4.7 Módulo no estágio de contabilidade

Fonte: Adaptado de UNCTAD (2003).

Na análise do currículo modelo, no Quadro 4, é possível observar dois pontos importantes: 1º) que não existe módulo específico para Contabilidade Governamental, apenas módulo eletivo 4.1 (setores específicos) e, 2º) o currículo modelo não apresenta sugestões quanto à carga horária dos módulos. Contudo, este último ponto decorre da dificuldade em criar um programa curricular tão bem definido, uma vez que as variações sociais, culturais e

econômicas encontradas em cada jurisdição interferem quanto à aplicabilidade dos conhecimentos e suas prioridades.

E apesar do currículo modelo não contemplar módulo específico para Contabilidade Governamental, se faz necessário observar a importância da interdisciplinaridade entre os diversos módulos, uma vez que tanto no processo de aprendizagem teórico quanto na experiência prática, o contabilista que atuar na área pública terá que ter as habilidades requeridas; e que não poderão ser menos que: conhecimentos em tributação, contabilidade básica e avançada, tecnologia da informação voltada para contabilidade, contabilidade gerencial e noções de direito.

Ainda que diretamente não exista módulo específico, dentro do módulo 4.1 (eletivo) foi possível observar a inclusão de termos voltados para a área pública, conforme demonstrado a seguir:

QUADRO 5 - INCLUSÃO DE TERMOS VOLTADOS PARA A ÁREA PÚBLICA

4. Eletivo (avançado) Contabilidade, Finanças e Conhecimentos Relacionados
4.1 Módulo sobre contabilidade financeira avançada e relatórios para setores especializados
4.1.7 Os relatórios financeiros para as organizações governamentais.
(a) Entender os princípios de contabilidade para os governos estaduais, bem como subdivisões políticas locais, tais como municípios, portos e distritos.
(b) Princípios de contabilidade e relatórios financeiros para governos estaduais e locais.
(c) Contabilização dos fundos gerais, fundos de receitas especiais, ativos fixos, capital de projetos gerais fundos, a dívida geral a longo prazo e fundos de serviço da dívida.
(d) Contabilização de atividades fiduciárias e do tipo de negócio.
(e) Análise do desempenho financeiro governamental

Fonte: Adaptado de UNCTAD (2003).

Quanto à análise desse documento, apesar de haver contribuição da IFAC, em nenhum momento foi mencionado que se deve seguir as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSAS), apesar de ser a própria IFAC responsável pela divulgação das normas governamentais. Diferentemente, no documento é possível encontrar menção quanto as IFRS nos módulos que tratam da contabilidade empresarial e da própria IFAC quanto às normas de auditoria. Isso ocorre devido ao fato das normas da IFAC de contabilidade Governamental (IPSAS), serem na verdade adaptações das IFRS para o setor público.

No que se refere à contribuição da IFAC quanto ao ensino de contabilidade, o que se tem de mais atual é o Handbook of International Education Pronouncements 2014. Esse manual contempla todos os pronunciamentos da IFAC relacionados ao ensino contábil e substituiu o último manual de 2010. O International Accounting Education Standards Board (IAESB), vinculado a IFAC, é responsável pela edição das International Education Standards (IES²); atualmente oito normas de educação fazem parte do manual de pronunciamentos:

QUADRO 6 - NORMAS DE EDUCAÇÃO – MANUAL DE PRONUNCIAMENTOS

NORMAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO
1 Requisitos para a inscrição em Programa de Educação Profissional de Contabilidade.
2 Conteúdo de Programas de Educação Profissional de Contabilidade.
3 Competências profissionais e educação geral.
4 Os valores profissionais, Ética e atitudes.
5 Experiência e Requisitos práticos.
6 Avaliação das capacidades profissionais e competências.
7 Desenvolvimento Profissional Contínuo.
8 Requisitos de Competência para Profissionais de Auditoria.

Fonte: Adaptado de IFAC (2014b).

Os padrões IES 7 e IES 1, revisados, têm como data efetiva janeiro e julho de 2014, respectivamente. As demais normas IES revisadas foram efetivadas a partir de julho de 2015. Diferente do que ocorre com a ISAR, a IAESB busca diretrizes baseadas em competências necessárias para a atuação do profissional de contabilidade, não elaborando um currículo modelo, mas demonstrando através das normas IES as competências requeridas em determinado momento da carreira, que através da IES 1, já se inicia com a preocupação de que os candidatos à profissão contábil, recebam pré-avaliações para auferir a condição do candidato com relação a essa área de atuação, uma vez que uma melhor seleção inicial poderá contribuir para o desenvolvimento da profissão, além do fato de que, atendendo aos pré-requisitos, o candidato provavelmente terá menor dificuldade na carreira.

A IFAC (2014b, p. 231) tem o objetivo de demonstrar que a entrada para a profissão contábil é assegurada pelas normas “IES 2, 3, 4, 5 e 6, que cobrem competência técnica, competências profissionais, valores profissionais, ética, atitudes, experiência prática e de avaliação, e que são projetados para garantir que os membros da profissão alcancem um nível adequado de competência profissional”.

Na norma IES 2 revisada, que trata do programa de conteúdo da educação contábil, a norma traz em seu apêndice I os níveis fundamental, intermediário e avançado dos resultados da aprendizagem em uma área de competência, e no item A.14, faz referência quanto à atualização dos programas de educação contábil, sugerindo um ciclo de três a cinco anos, mas não sem observar a necessidade de um ciclo menor e até mesmo constante devido as atualizações de normas e legislações. No item A.12 da norma IES 2, é demonstrado uma flexibilidade com relação as competências e o programa de ensino:

A12. Nos programas de ensino profissional de contabilidade, um organismo membro IFAC pode: (a) incluir áreas de competência adicionais; (B) aumentar o nível de proficiência para algumas áreas de competência; ou (c) desenvolver a aprendizagem adicional resultados que não são especificados nesta IES. Isso pode ocorrer quando um membro da IFAC prepara aspirantes à contadores profissionais para trabalhar dentro de um setor em particular (por exemplo, o setor governamental) ou para um determinado papel (por exemplo, um contador de gestão ou de um auditor) (IFAC, 2014b, p. 244).

Destaca-se que a ISAR também possui módulos considerados eletivos, demonstrando assim flexibilidade com relação ao currículo modelo. Contudo, a ISAR não faz menção de prazos para modificação dos programas, apenas salienta que o currículo modelo é um instrumento “vivo”, o que significa dizer que sempre estará sujeito a alterações.

Ainda, a IES 2 relaciona 11 áreas de competência nos programas de educação profissional de contabilidade, indicando o respectivo resultado de aprendizado. As áreas de competência são: Contabilidade e Relatórios Financeiros; Contabilidade Gerencial; Finanças e Gestão Financeira; Tributação; Auditoria; Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno; Leis e Regulamentos de Negócios; Tecnologia da Informação; Negócios e Ambiente Organizacional; Economia e Estratégia e Gestão Empresarial.

A IES 3 revisada, prescreve os resultados de aprendizagem para as competências profissionais que os contabilistas são obrigados a demonstrar até o final do Desenvolvimento Profissional Inicial (IPD). As competências profissionais são: intelectual, interpessoal, comunicação e capacidade de organização que um contador profissional integra com competência técnica e profissional, valores, ética e atitudes em relação a demonstrar a sua competência profissional.

Indubitavelmente, as normas IES são voltadas para as questões éticas e de valores, a IES 4 trata das atitudes de valores éticos a serem desenvolvidos, incluindo até mesmo metodologias de ensino para aplicar no processo de aprendizagem. Algo notório está no fato das competências não diferenciarem os ramos da contabilidade, e sim o grau de aprendizado e

o que se espera do profissional em determinado momento da carreira, o que significa dizer que o profissional de Contabilidade Governamental está inserido em todo o contexto.

De acordo com o *Handbook of International Education Pronouncements* “existe tipicamente uma expectativa pelo público que um contador profissional tenha completado um programa de educação profissional de contabilidade e obteve suficiente experiência prática”. (IFAC, 2014b, p. 279). A citada norma aborda a importância da experiência prática do profissional contador, e ainda, a importância dos critérios na avaliação dos aspirantes a contador, com relação a sua atuação no processo de estágio.

Por exemplo, um membro da IFAC pode considerar três anos de experiência prática (como preferido e implementado por vários organismos membros da IFAC), ou dois anos, com um mestrado em contabilidade ou outro assunto relevante, ou, no mínimo, um total de cinco anos de contabilidade, combinado de educação e experiência prática suficiente (IFAC, 2014b, p. 279).

No que discorre a referida norma, encontra-se o primeiro problema com relação ao profissional de contabilidade que tenha interesse na área governamental, tendo em vista que, diferentemente do setor empresarial, as oportunidades de estágio no setor público são limitadas quando ofertadas para graduandos em ciências contábeis.

Como exemplo disso, no mês de março de 2015, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAPE), que é responsável pela seleção de estagiários para atuarem no setor público, especificamente para o Governo do Estado de São Paulo, abriu edital oferecendo apenas 74 vagas na área de contabilidade, sendo que na cidade de São Paulo estão concentradas 52 dessas vagas; e na região metropolitana da Baixada Santista foi oferecida apenas 1 vaga.

Esse cenário piora quando se leva em consideração a remuneração oferecida, e ainda, o estagiário provavelmente não terá como sua primeira opção essa oportunidade, tendo em vista que além do discurrido, o estagiário têm a garantia de que não será efetivado no final do período do estágio, uma vez que o único meio para a efetivação é o concurso público.

Concurso público no qual o candidato é habilitado a exercer apenas depois de terminada a graduação, ou seja, o processo de experiência prática é retardado. Quanto a esse ponto, havia uma exceção, que acabou com o fim do cargo de Técnico de Contabilidade, esse profissional conseguia seu ingresso no setor público antes de finalizar sua graduação, o que resultava em um período de experiência prática mais prolongado.

Outra norma que apresenta uma oportunidade para reflexão é a norma IES 6 revisada, que trata de diretrizes no processo de avaliação do aspirante a profissão contábil, ressaltando a

importância de que o processo seja ético, confiável, transparente, eficiente e contenha equidade. A norma sugere, sem limitar, critérios de avaliação e formas para uma maior validação; o item A.14 (IFAC, 2014b, p. 288) sugere que: “(C) A validade de conteúdo pode ser aumentada se um exame abrange mais, ao invés de uns poucos, os aspectos da área específica de competência profissional a ser avaliado.”.

O Brasil tem mostrado avanços quanto à avaliação do aspirante a profissão contábil, desde a atenção na avaliação da qualidade do curso oferecido pelas IES até o exame de suficiência aplicado pelo CFC. Contudo, é importante mencionar que o exame de suficiência é uma avaliação composta por apenas 50 questões de múltipla escolha, com quatro alternativas, sendo apenas uma a correta, e que, no caso de alguma questão ser anulada, é concedido o ponto ao candidato.

Esse candidato a profissional contábil, precisa acertar apenas 25 questões para ser aprovado e posteriormente certificado, já computadas as questões anuladas. Por exemplo, na primeira edição do exame de suficiência do ano de 2015, duas questões foram anuladas, tendo sido atribuídos aos candidatos os pontos correspondentes.

Os dados dos últimos exames, realizados desde 2011, demonstram que a média do percentual do total de candidatos aprovados no exame é de 43,48%, sendo que ainda há uma média de 9,7% de candidatos ausentes, que não são considerados como reprovados pelo CFC, ou seja, caso os ausentes fossem considerados reprovados, o índice de aprovação seria menor.

Voltando à citação do item A.14 da IES 6, e analisando a última prova realizada pelo CFC (2005/1), foram encontradas apenas duas questões que são de fato específicas da área de Contabilidade Governamental: a questão 21, que trata das variações patrimoniais qualitativas e a questão 22, que pede para que se relacione o tipo de subsistema com seu objetivo. “Uma atividade de avaliação tem um elevado nível de suficiência se: (a) tem um equilíbrio de profundidade, amplitude, conhecimento e aplicação.” (IFAC, 2014b, p. 290).

Por fim, a IAESB, na norma IES 7 - Desenvolvimento Profissional Contínuo (CPD) - orienta os membros da IFAC no processo de desenvolvimento profissional do contador após a certificação para atuar como profissional, inclusive recomendando a carga horária necessária de aprendizado e sua comprovação e medição. No mínimo, 120 horas da atividade de desenvolvimento profissional relevante em cada período de três anos, das quais 60 horas devem ser verificáveis e ao menos 20 horas da atividade de desenvolvimento profissional relevante em cada ano; e que meça atividades de aprendizagem para atender a esses requisitos. (IFAC, 2014b).

De acordo com Berg (2007, p. 326), elementos comuns de aprendizagem de CPD incluem:

Um foco na promoção de estilos "eficazes" de aprendizagem e comportamentos, incluindo:

- a importância, também, de aprendizagem reflexiva. Aprendizagem reflexiva envolve as capacidades cognitivas dos alunos e envolve um maior ou mais profundo grau de processamento de material a ser aprendido, ao invés de memorização (aprendizagem não reflexiva) simples;
- a necessidade de profissionais para desenvolver comportamentos de aprendizagem autodirigida; [...] (BERG, 2007, p. 326, grifo nosso).

No Brasil, o processo de aprendizagem contínua para o profissional contábil vem reconhecidamente ganhando importância e evolução nos últimos anos. No tocante ao ensino para o profissional da Contabilidade Governamental, diversas iniciativas foram desenvolvidas devidas, principalmente, às NBCT SP e ao MCASP.

Atualmente, o próprio conselho de classe está gerando oportunidades de aprendizagem para contadores públicos, realizando seminários e oficinas na área governamental, incluindo temas da área pública em congressos dos conselhos regionais, como por exemplo, a Convenção dos Profissionais de Contabilidade do Estado de São Paulo (CONVECON), realizada no município de Santos no ano de 2015, com diversas palestras dirigidas para a especialidade.

Percebe-se também um grande esforço por parte da STN, para com a realização de eventos e treinamentos aos profissionais que já atuam na área; além disso, observa-se um crescente número de cursos à distância oferecidos por instituições governamentais, como os Tribunais de Contas.

Em 21 de novembro de 2014 foi aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC PG 12, que dispõe sobre educação profissional continuada e amplia seu campo de atuação:

4. A EPC é obrigatória para todos os profissionais da contabilidade que:
- (a) estejam inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), [...]
 - (b) estejam registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), [...]
 - (c) exercem atividades de auditoria independente nas instituições financeiras e nas demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB);
 - (d) exercem atividades de auditoria independente nas sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e nas entidades abertas de previdência complementar reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); [...]
 - (f) que sejam responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela (CVM), pelo (BCB), pela (SUSEP) ou consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/07 (sociedades de grande porte).** (BRASIL, 2014c, p. 02, grifo nosso)

Apesar do avanço, ainda não estão inseridos os cargos relacionados a Contabilidade Governamental, contemplando apenas as empresas controladas pelo setor público, nos termos da Lei de Sociedades por Ações (LSA).

2.4 CONCEITO, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO BRASIL E SUA CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS

Na sequência, são apresentados, o conceito, história e evolução da Contabilidade Governamental no Brasil e sua convergência as normas internacionais, bem como seus aspectos conflitantes e estudos internacionais quanto à convergência às IPSAS, são apresentados.

2.4.1 CONCEITO E HISTÓRIA DA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO BRASIL

A Contabilidade Governamental é a linguagem utilizada pelos gestores da administração pública para informar aos seus usuários os recursos adquiridos e dispêndios gerados pela manutenção da máquina pública, bem como pelos serviços oferecidos à sociedade. Nesse sentido, nada mais é do que uma maneira de prestar contas ao usuário, que de alguma maneira tem relação com aquele ente governamental, podendo ser uma instituição bancária, um órgão fiscalizador ou o próprio cidadão, que “investem” no Estado mesmo que compulsoriamente e esperam um retorno social adequado. (SANCHEZ; NASCIMENTO, 2015, p. 01).

A tributação é a principal fonte de receita para o Estado, que acaba por influenciar a alocação dos recursos na economia, modificando a maneira pela qual esses recursos seriam alocados caso essa inexistisse, transferindo recursos das empresas para os órgãos públicos.

O Estado utiliza esses recursos alocando-os na sociedade, porém, esse processo gera uma perda de parte desses recursos que seriam alocados, denominada “peso morto”, acarretando em ineficiência, uma razão são os custos de administração desses recursos. (SANCHEZ, 2015, p. 01). A função da Contabilidade Governamental, entre outras, é o de mecanismo de controle e mensuração dessas receitas e de sua correta execução, além de servir de ferramenta na tomada de decisão do gestor público.

Como uma função de apoio, a Contabilidade Governamental não apresenta valores próprios e não decide sobre a alocação de recursos. Apesar disso, uma vez que essas decisões são tomadas, o sistema de contabilidade executa a função crítica de seguir o fluxo monetário.

Desse modo a contabilidade governamental asseguraria que os recursos fossem utilizados para os fins esperados. (CHAN, 2010, p. 06).

Os principais usuários dos relatórios financeiros governamentais não são os investidores interessados em receber receitas, mas sim os contribuintes e colaboradores interessados em avaliar, por meio de documentos apropriados, se a Governança Pública conseguiu os recursos públicos adequadamente. (AVERSANO; CHRISTIAENS, 2014).

Araújo e Arruda (2009, p. 18) conceituam a Contabilidade pública como “o ramo da Ciência Contábil voltado para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações”. A contabilidade governamental tem como marco inicial no Brasil o Alvará de 28 de junho de 1808:

I.[...] crear e erigir no Brazil um Erario ou Thesouro Real e Publico, [...] sendo composto de um Presidente, um Thesoureiro Mór, um Escrivão da sua receita, e tres Contadores Geraes; [...]. A Mesa do Erario será formada do Presidente, Thesoureiro Mór, e Escrivão da sua receita, [...] o Procurador da Fazenda, o Contador Geral respectivo [...] Haverá na Thesouraria Mór dous segundos Escripturarios, dous terceiros, dous Amanuenses, dous Praticantes, e tres Fieis; um dos quaes será o Pagador, e terá a sua conta escripturada nas Contadorias Geraes[...]. (BRASIL, 1808).

Em 1809, o Alvará de 15 de julho, também demonstrava a exigência de balanços, por meio do alvará é possível comprovar a existência da Contabilidade Governamental em si:

[...] III. O Tribunal passará a forma a Contadoria, nomeando para ella só as pessoas que forem necessarias para a boa escripturação da receita e despeza de todas as contribuições que por este meu Alvará lhe ficam pertencendo; do pagamento dos ordenados de todos os Deputados e Officiaes de expediente, Secretaria e Contadoria; dos exames de contas de que se lhe fizer cargo; e da fiscalisação dos generos concedidos livres de direitos ás Fabricas; e de tudo o mais que lhe for incumbido. E lhes estabelecerão o ordenado que for competente, dando-me conta do que a respeito praticar, para eu deliberar o que convier, e fazendo subir á minha real presença o balanço de todos os semestres. (BRASIL, 1809).

A chegada de Dom João VI ao Brasil leva a criação do Erário Régio, e como observado, a contabilidade era fundamental e exigida para termos de controle. Posteriormente, surge a Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824 outorgada pelo Imperador D. Pedro I, nos artigos 170 e 172 de que trata da Fazenda Nacional, discorre quanto a contabilidade e orçamento:

Art. 170. A Receita, e despesa da Fazenda Nacional será encarregada a [...] "Thesouro Nacional" [...] regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade.
 Art. 172. O Ministro Fazenda, havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos ás despesas, apresentará na Camara dos Deputados annualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Thesouro Nacional do anno antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas públicas do anno futuro. (BRASIL, 1824).

Quanto à competência dos poderes imperiais com relação ao orçamento e tributos, previstos na Constituição de 1824, de acordo com Jund (2008, p. 63) houve os dispositivos: “À Assembleia Geral (Câmara dos Deputados e senado), a aprovação da lei orçamentária (art. 15, 10); à Câmara dos Deputados, a iniciativa das leis sobre imposto (art. 36, 1º); ao Executivo competia a elaboração da proposta orçamentária.”.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em seu Art. 34 que trata das competências exclusivas do Congresso Nacional, incluindo a Emenda Constitucional de 3 e setembro de 1926, demonstra que caberia ao Congresso: o orçamento da receita e a fixação da despesa anual, a tomada de contas de ambas, a autorização de qualquer operação de crédito do executivo e a regulação da arrecadação federal (BRASIL, 1891).

E ainda, segundo Carvalho (2014, p. 08) “antes da Constituição de 1891, em 1980, foi criado o Tribunal de Contas da União (TCU), cuja função era apenas verificar a liquidação das contas de receita e despesa”.

Ainda em 1891, é promulgada a Lei Nº 23, de 30 de outubro, que reorganiza os serviços da Administração Federal. De acordo com os artigos 2 e 3, é competência privativa do Ministério da Fazenda:

Art. 2º [...] a) Thesouro Federal; b) ao Tribunal de Contas; c) á divida publica; [...] e) aos lançamentos de impostos, bem como á arrecadação, distribuição e contabilidade das rendas federaes; f) a escripturação relativa a aposentados [...] h) ao orçamento geral da receita e despesa publica. Art. 3º [...] 1º Dirigir e uniformizar o serviço da contabilidade geral da União, exercendo fiscalização sobre todas as repartições,[...]. (BRASIL, 1891).

Em 1909 (pós-falecimento de Afonso Pena), Nilo Peçanha promulga a Lei nº 2.083, de 30 de julho, que traz nova reforma ao Tesouro Federal. Em seu Art. 32, o Presidente fica autorizado a aperfeiçoar a contabilidade.

Através do Decreto nº 7.751, de 23 de Dezembro de 1909 “Approva o regulamento expedido em virtude do art. 32, para execução dos serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional.” No Art. 90: “O ministro da Fazenda tem sob sua jurisdição o corpo de

funcionarios dos diversos departamentos do Ministerio da Fazenda, no qual se comprehendem os empregados das secções e directorias de contabilidade dos outros ministerios e os das repartições[...]

Epitácio Pessoa, a menos de 2 meses no comando da presidência, através do Decreto nº 13.746, de 3 de Setembro de 1919 “Dá Instrucções para o serviço geral de contabilidade publica, em face da lei n. 2.083 de 30 de julho e decreto n. 7.751, de 23 de dezembro de 1909”:

Art. 8º Os directores e chefes de repartição darão, pelos menos um vez em cada semestre, balanço nos cofres dos thesoureiros, pagadores, agente ou outro qualquer responsavel e examinarão simultaneamente o escripturação dos respectivos livros, lavrando termos destes balanços extraordinarios em livros especiaes. Estes balanços extraordinarios não dispensam os regulamentares de encerramento de operações. De taes actos serão lavrados termos nos livros caixas ou em outros onde figurem as responsabilidade. (BRASIL, 1919).

No ano de 1922, último ano de Epitácio Pessoa na presidência do Brasil, é instituído o Código de Contabilidade da União, através do Decreto 4.536 (BRASIL, 1922a) e o Decreto 15.783 (BRASIL, 1922b) que aprova o regulamento para a execução do mesmo.

Em seus artigos 2, 3 e 4, é mencionado que a Diretoria Central de Contabilidade da República organizará e fiscalizará toda a escrituração das repartições federais, instruindo e exigindo todas as informações, inspecionará o funcionário designado, e, ainda, determina que os registros de contabilidade sejam por partidas dobradas, mediante formulas e modelos organizados, bem como que as receitas e despesas serão rigorosamente classificadas nos balancetes mensais pela respectiva diretoria (BRASIL, 1922b).

Importante também destacar a preocupação do legislador com a questão da responsabilidade dos bens públicos e seus responsáveis, assim como com a tomada de conta, além dos critérios para efetuar compras e contratação de serviços pelos órgãos públicos.

Em 16 de julho de 1934, é promulgada nova constituição, a seção IV trata da elaboração do orçamento através do Art. 50, os artigos 39 e 50 demostram a unidade e a exclusividade quanto à elaboração do orçamento e as competências de cada um dos poderes:

Art. 39 - Compete ao Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República: [...] votar o orçamento [...]; Art. 50 - O orçamento será uno. § 1º - O Presidente da República enviará à Câmara dos Deputados, dentro do primeiro mês da sessão legislativa, a proposta de orçamento. § 3º - A lei de orçamento não conterá dispositivo estranho à receita prevista e à despesa fixada [...]. (BRASIL, 1934).

Assim ocorreu um grande avanço em termos de orçamento, cujo processo passou a ser semelhante ao modelo atual: competia ao presidente da República elaborar e enviar a Câmara dos Deputados, dentro do primeiro mês de sessão legislativa ordinária, a proposta de orçamento (CARVALHO, 2014). Entretanto, a Constituição de 1934, período denominado Governo Constitucional - presidido por Getúlio Vargas (1934-1937), rapidamente foi substituído pelo Estado Novo (1937-1945).

Na Constituição de 10 de novembro de 1937, também consta seção específica quanto ao orçamento, composta pelos artigos 67 a 72. Foi acrescentada a publicidade do orçamento, através do artigo 72: “O Presidente da República publicará o orçamento”.

No ano de 1939, foi realizada na Capital da República - na época a cidade do Rio de Janeiro - a I Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, reunida de 5 a 31 de outubro, por convocação do Governo Federal. Na ocasião, os participantes discutiram e votaram quanto às normas de orçamento e contabilidade pública, o que contribuiu com a promulgação do Decreto-Lei Nº 1.804, de 24 de novembro de 1939 que: “Aprova normas orçamentárias, financeiras e de contabilidade para os Estados e Municípios”, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1940.

O respectivo Decreto foi dividido em 5 partes, a primeira e segunda tratam do orçamento público, a terceira discorre sobre normas financeiras, a quarta trata de normas de contabilidade e por fim, a quinta parte traz a codificação da receita e da despesa pública. Ainda, em seu artigo 3º, é convocada para a primeira quinzena de abril de 1940 a II Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, o objetivo era verificar o resultado da aplicação do novo padrão orçamentário e das demais resoluções aprovadas pela I Conferência e Decreto-Lei Nº 1.804, de 24 de novembro de 1939.

Após a realização da II Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública, foi promulgado o Decreto-Lei Nº 2.416, de 17 de julho de 1940 que: “Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios”, o Decreto-Lei deveria ser imediatamente aplicado e trouxe mudanças nas normas quanto ao Decreto-Lei Nº 1.804, de 24 de novembro de 1939.

No Título I trata-se sobre o orçamento: quanto a elaboração, proposta, exercício financeiro, execução e prestação e tomada de contas. No Título II, discorre quanto a contabilidade: organização, escrituração, balanço e avaliação dos elementos patrimoniais. Por fim, o Título III discorre quanto as disposições gerais e transitórias. Em anexo do Decreto-lei está a nova codificação.

Ainda, em seu Art. 3 é “convocada para a primeira quinzena de maio de 1941 a III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, para o prosseguimento dos estudos relativos aos serviços de contabilidade e de administração financeira”. A mesma foi adiada através do Decreto 7.036: “Artigo único. Fica adiada para a segunda quinzena do mês de outubro do corrente ano a realização da III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, convocada pelo Decreto-Lei Nº 2.416, de 17 de julho de 1940” (BRASIL, 1941).

No ano de 1943 a III Conferencia é novamente adiada através do Decreto Nº 13.440, de 21 de setembro de 1943, dessa vez, sem data definida. Somente no ano de 1949 foi realizada a III Conferência. De acordo com Breda, (2014, p. 11) “A participação do país na segunda guerra mundial e a redemocratização foram responsáveis pelo atraso na realização desse conclave.”.

O ano de 1946 apresenta avanços para a contabilidade pública e principalmente para o profissional de contabilidade. Através do Decreto-Lei Nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e alterações por meio do Decreto-Lei Nº 9.710, de 3 de setembro de 1946, são criados o CFC e os CRC e, ainda, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências, como: o registro da carteira profissional, a anuidade devida aos conselhos regionais e quanto às penalidades.

Por fim, com a Constituição de 18 de setembro de 1946, o Tribunal de Contas ganha maior representatividade, cabendo ao mesmo dar parecer prévio no prazo de 60 dias quanto as contas da Presidência, o artigo 77 trata das competências do Tribunal de Contas: Acompanhar e fiscalizar a execução do orçamento; julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos, e as dos administradores das entidades autárquicas; julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões. (BRASIL, 1946).

Conforme mencionado anteriormente, no ano de 1949 foi realizada a III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, sendo sua sessão preliminar em 8 de agosto na cidade de Rio de Janeiro, tendo a ata final assinada em 01 de setembro de 1949. A III Conferência foi importante quanto aos aspectos da contabilidade pública, mas principalmente para o país, pois através desse evento iniciava-se o processo que levaria a criação, no ano de 1964, da principal lei da contabilidade governamental; e não apenas para estados e municípios, a união também estaria inclusa.

De fato, a III Conferência teve sua importância percebida a época, conforme noticiado pelo jornal Diário de São Luiz no dia 18 de junho de 1949 (ANEXO B), informação replicada de outra Agência de Notícias (Aspress), reunião que ocorreu com todos os secretários de

fazenda, dos Estados do Nordeste, na cidade de Recife, tendo como objetivo “visar medidas” para a III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários.

Ainda, após a III Conferência, no dia 1 de setembro de 1949, o Diário de São Luiz (ANEXO C) teve como capa o empasse de uma discussão realizada na III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública, que inclusive foi votada e que os Estados do Nordeste perderam a disputa. O jornal publica que foram realizadas trocas de telegramas entre os governadores: Silvestre Pércles, das Alagoas e Sebastião Archer, do Maranhão, e representantes das câmaras baixas com objetivo de tornar inconstitucional o Decreto-Lei Nº 915, de dezembro de 1938 e o Decreto-Lei Nº 1061, de 20 de janeiro de 1939, medida arrecadatória a qual beneficiava apenas os Estados mais ricos, uma vez que tratava sobre o imposto de vendas e consignações.

Na III Conferência, apenas São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais votaram contra a inconstitucionalidade dos respectivos Decretos, a tese de inconstitucionalidade foi defendida pelo Dr. Clodoaldo Cardoso, na ocasião, presidente da Academia de Letras do Maranhão.

O Presidente da III Conferência foi o Sr. Valentim F. Bouças, a Subcomissão de Redação foi formada pelos Srs. Cícero Jaime da Fonseca Trindade, José Madureira Horta e Mário Lorenzo Fernandez. Representava o Estado de São Paulo o Sr. Milton Improta, o Estado do Rio Grande do Sul foi representado pelo Sr. Manoel Marques Leite. No Estado do Ceará o Sr. José Abreu do Nascimento foi o representante, no Estado do Mato Grosso o delegado foi o Deputado Gervásio Leite, ao todo foram 118 delegados federais, estaduais e municipais.

A proposta elaborada na III Conferência acarretou no Projeto de Lei n. 201 de 1950, apresentado em 4 de maio pelo Deputado Federal Bertho Condé. Em 18 de outubro de 1951, o relator Leite Neto traz suas contribuições e encaminha o seu parecer a Comissão de Finanças, a qual emite seu parecer em 05 de novembro, aprovando treze emendas do relator. Em 29 de novembro sai o parecer final da Comissão de Constituição e Justiça, a qual já havia demonstrado na 26ª reunião ordinária do ano anterior que daria parecer favorável. O projeto foi aprovado e encaminhado ao Senado Federal ao final do ano de 1952.

Analisando toda a documentação fornecida pela Câmara Legislativa, pode-se observar que, de fato, ocorreu grande esforço político e de toda a classe envolvida, até o encaminhamento ao Senado. Posteriormente, por razões que não se explicam em documentos, postergou-se em 10 anos até que o Projeto de Lei 201 de 1950 estivesse novamente na agenda legislativa.

Precisamente, no dia 17 de dezembro de 1962, o Senador Argemiro de Figueiredo encaminha comunicado ao então 1º Secretário da Câmara dos Deputados, o Sr. Deputado José Bonifácio, informando que o Projeto de Lei seria apreciado. Foi designado o Senador Barros Carvalho para acompanhar o substitutivo do Senado nas Comissões da Câmara dos Deputados.

Quanto ao início dos trabalhos pelo Senado, a primeira sessão que está registrada é do dia 28 de maio de 1958, quando são lidos os pareceres. No dia 04 de junho de 1958, o Projeto de Lei é remetido à Comissão de Constituição e Justiça. O mesmo só retorna a Ordem do dia em 30 de novembro de 1962, seguidos por 10, 11 e 14 de dezembro do mesmo ano. Em 18 de abril de 1963 é publicado o Projeto de Lei no Diário do Congresso Nacional e no dia 16 de outubro é aprovado o parecer da Comissão do Orçamento.

Finalmente, após diversas discussões doutrinárias, esforços, paralização, emendas e vetos, a III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários realizada em 1949, e que inicialmente seria realizada em maio de 1941, consegue atingir seu objetivo, a promulgação de normas gerais para elaboração do orçamento, escrituração e balanços públicos.

Uma nova fase se inicia na contabilidade pública em 17 de março de 1964, através da Lei 4.320 daquele ano, que: “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.”. Indubitavelmente, sem a perseverança dos muitos que, além de terem contribuído grandiosamente com os aspectos técnicos e científicos, tiveram que por vezes mostrarem que não desistiriam, questionando a amorosidade do processo, conforme documentos disponibilizados pela Câmara Legislativa.

Com relação aos principais aspectos que discorre a Lei 4.320 de 1964, em seu artigo 35 é mencionado que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas, o que por muitos anos gerou na literatura o conceito de regime misto, ou seja, regime de caixa para a receita e de competência para a despesa.

Quanto à elaboração dos Balanços do setor público, o artigo 101 da Lei 4.320 demonstra quatro peças: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, e ainda, os quadros demonstrativos constantes dos anexos: 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 da lei, que compreendem respectivamente: Demonstração da Receita e Despesa Segundo Categoria Econômica, Demonstração da Despesa pela Função Segundo Categoria Econômica, Demonstração da Despesa pela Categoria Econômica Segundo Função, Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias Segundo

Categoria Econômica, Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias Segundo Função, Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, Comparativo da Despesa autorizada com a Realizada, Demonstração da Dívida Fundada Interna e Demonstração da Dívida Flutuante.

Com relação a esses anexos, de acordo com Kohama (2000, p. 16): “também existe uma série de anexos que foram instituídos por lei, com o intuito de fornecerem o conhecimento e discriminação dos dados daquelas peças, que serão de grande valia para o desenvolvimento do trabalho de análise e interpretação dos resultados”. Do artigo 102 ao 105, são detalhados os quatro demonstrativos:

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. [...] Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará: I - O Ativo Financeiro; II - O Ativo Permanente; III - O Passivo Financeiro; IV - O Passivo Permanente; V - O Saldo Patrimonial; VI - As Contas de Compensação. (BRASIL, 1964).

Importante ressaltar que no Balanço Orçamentário, que consta na Lei 4.320, as despesas são demonstradas apenas pelo tipo de crédito, ou seja, orçamentários, suplementares, extraordinários, especiais ou créditos extra orçamentários. E, apesar das alterações trazidas com a Lei 6.397, de 10 de dezembro de 1976: Altera Art. 59; Decreto-Lei 1.735, de 20 de dezembro de 1979: Altera Art. 39 e Decreto-Lei 1.939, de 20 de maio de 1982: Altera a Classificação da Receita e dá outras providências, a Lei 4.320 de 1964 continua vigente.

O Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967 que “Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências” também traz matéria relacionada a contabilidade governamental, uma vez que nos artigos 15 e 16 é discorrido quanto aos programas gerais, setoriais e regionais, cabendo ao Poder Executivo a obrigatoriedade de gerar os programas com duração plurianual, e ainda, anualmente elaborar um orçamento-programa, alinhado com o programa plurianual.

De acordo com o artigo 18, do Decreto-Lei 200: “Toda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso”. Fica sob responsabilidade do órgão de contabilidade o acompanhamento da execução do orçamento.

Com relação as contabilizações no setor público, o artigo 88 menciona a obrigatoriedade de contabilização e prestação de contas anuais dos estoques, reforçando o artigo 77 que determina a contabilização de todo ato de gestão em conta adequada e por documentação que comprove a operação.

Outros dois aspectos chamam a atenção, no artigo 69: “Os órgãos da Administração Direta observarão um plano de contas único e as normas gerais de contabilidade e da auditoria que forem aprovados pelo Governo”. O segundo aspecto é quanto aos custos no setor público: “Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão” (BRASIL, 1967). Contudo, esse sistema de custos, mencionado ainda em 1967, não foi implantado naquele período e existem dificuldades que persistem até os dias de hoje.

No ano de 1986, a STN é criada através do Decreto 92.452, assumindo as atribuições da: “Comissão de Programação Financeira e da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, incorporando também as funções fiscais até então desempenhadas pelo Banco Central e Banco do Brasil S/A”. (BRASIL, 1986). Acaba por tornar-se órgão central do sistema de administração Contábil e Financeira Federal ”

Importante mencionar que no ano de 1987 a STN cria o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), mecanismo de informatização que contabiliza e controla toda a execução da União, trata-se de um modelo de integralização e modernização das contas públicas.

Outro avanço foi a promulgação da Constituição de 1988, em seu artigo 165 são estabelecidos o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Quanto ao plano plurianual: “estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. (BRASIL, 1988).

A Lei Orçamentária Anual (LOA), é formada pelo orçamento fiscal, de investimento e da seguridade social. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo: “as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento” (BRASIL, 1988).

“Com a publicação de Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, conhecida como a lei das licitações, iniciou-se um novo marco no sistema de compras e vendas no setor público,

padronizando um conjunto de leis para uma melhor aplicação dos recursos públicos.” (RODRIGUES, 2013, p. 28).

A Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, intitulada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas de finanças voltadas a gestão pública, no entendimento de Giuberti (2005, p. 02), a LRF apresenta dois limites para controlar os gastos públicos, sendo: “limite de endividamento e limite de gasto com pessoal. Além disso, busca controlar todos os demais aspectos do orçamento desde a formulação até a execução, e privilegia a questão da transparência ao exigir a publicação de relatórios de execução”.

A partir da LRF os entes da federação deverão estar preparados para administrarem as finanças públicas de forma muito mais planejada, especificando controles eficientes sobre receitas e despesas públicas (VIGNOLI, 2005). No capítulo IX, que trata da transparência, controle e fiscalização, são citados os instrumentos de transparência da gestão fiscal, nos quais é dada ampla divulgação aos planos, aos orçamentos, as prestações de contas, o RREO, o RGF e a LDO, acesso inclusive por meio eletrônico de acesso público.”. (BRASIL, 2000b).

A LRF trouxe grande avanço quanto ao controle da gestão fiscal na administração pública, porém, sua função não está limitada a isso, tendo em vista que a mencionada lei determina que seja dada ampla divulgação desses relatórios. Corroborando com esse entendimento, Beuren e Sothe (2009, p. 104) comentam que: “o incentivo à participação popular é assegurado a partir da aplicação do princípio da publicidade, permitindo que a sociedade participe dos eventos de elaboração das peças orçamentárias e avaliação da sua realização”.

E ainda, de acordo com a Lei 10.028, que “altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967”, constitui infração administrativa contra as leis de finanças: “I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei; II – propor lei de diretrizes orçamentárias anuais que não contenha as metas fiscais na forma da lei.”. (BRASIL, 2000a).

A publicação da Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, traz alterações à Lei 101/2000, ao acrescentar dispositivos que asseguram uma maior transparência; por exemplo, ao garantir o acesso por meio eletrônico de informações detalhadas quanto “a execução financeira e orçamentária, liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.” (SANCHEZ; NASCIMENTO, 2015, p. 05).

2.4.2 CONVERGÊNCIA AS NORMAS INTERNACIONAIS NO BRASIL

As razões que justificam a utilização dos padrões de contabilidade internacional podem ser apresentadas como segue: transparência aprimorada e credibilidade; comparabilidade global de informação de contabilidade; compreensibilidade aprimorada para um "idioma de contabilidade comum"; vulnerabilidade reduzida de padrões de contabilidade nacionais para pressões políticas; e facilitação do acesso para recursos financeiros estrangeiros (TUDOR, 2010).

“É importante que os contabilistas eduquem os funcionários públicos e o público sobre o valor social da contabilidade governamental.” (CHAN, 2010, p. 06).

Corroborando com esse entendimento, é preciso que o profissional de contabilidade, ainda que não atue na área pública, possua os conhecimentos particulares dessa área do conhecimento, uma vez que o mesmo está inserido na sociedade e poderá contribuir na redução da assimetria da informação entre o Estado e o Cidadão, tendo em vista que mesmo que o Gestor Público divulgue os demonstrativos por meios eletrônicos (transparência e comparabilidade), o entendimento dos mesmos pelos cidadãos estará limitado. As ações do agente (gestor público) dificilmente são observáveis pelo principal (cidadão), havendo dessa forma, assimetria informacional. (SLOMSKI, 1999).

Quanto à implantação de normas internacionais de contabilidade voltadas ao setor público, em países em desenvolvimento, de acordo com Chan (2010, p. 07):

A reforma da contabilidade governamental em países em desenvolvimento requer apoio político e de gestão. O sucesso depende da capacidade de mobilizar o apoio dos líderes políticos, que ajustam o tom pela exigência de uma maior *accountability* e transparência. Sua determinação política encontrará uma melhor possibilidade de realização se for reforçada pelo apoio de ministros e altos funcionários, a fim de alterar a forma pela qual o governo opera. (CHAN, 2010, p.07).

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais iniciou-se no ano de 2007, por meio da Portaria 136, que “Cria o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, dispondo sobre sua composição e funcionamento.” (BRASIL, 2007).

O CFC, através da Resolução/CFC 1.103, criou o comitê gestor da convergência no Brasil (CFC, 2007). Grupos de Trabalho e Grupos de Estudo da Contabilidade Pública são criados dentro do Comitê, tendo dentre os participantes, Professor Lino Martins da Silva, José Francisco Ribeiro Filho, Paulo Henrique Feijó da Silva, Valmor Slomski, Victor Branco de Hollanda e Laércio Mendes Vieira.

O Ministério da Fazenda, através da Portaria 184, de 25 de agosto de 2008, aponta as “diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”.

Em 14 de outubro o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, e Orçamento e Gestão, emitem a Portaria Conjunta 3, de 14 de outubro de 2008, que aprova os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional, com vigência a partir de 2009. Esse manual visa nortear a Contabilidade Pública quanto à convergência às normas, e é denominado Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e atualmente está em sua 6ª edição, válida a partir do exercício de 2015.

Em 25 de novembro de 2008 são editadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP), inicialmente dez normas de contabilidade do setor público que buscam a convergência da International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), órgão responsável por desenvolver as IPSAS, vinculado a IFAC. No ano de 2011 é publicada a NBCT 16.11.

A seguir são apresentadas as NBCT SP 16.1 a 16.11: 1. Conceituação, objeto e campo de aplicação; 2. Patrimônio e Sistemas Contábeis; 3. Patrimônio e Sistemas Contábeis; 4. Transações no Setor Público; 5. Registro Contábil; 6. Demonstrações Contábeis; 7. Consolidação das Demonstr. Contábeis; 8. Controle Interno; 9. Depreciação, Amortização e Exaustão; 10. Aval. e Mensuração de Ativos e Passivos SP; 11. Sistema de Inf. de Custos do Setor Público.

Dentre as normas criadas, tem-se as NBCT 16.6 que estabelece as Demonstrações Contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelos entes públicos e que traz modificações significativas com relação à Lei 4.320 de 1964. De acordo com essa norma, já com as alterações trazidas com a Resolução 1.437 de 2013, as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são: Balanço Patrimonial (BP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração do Resultado Econômico (Excluída pela Resolução CFC n.º 1.437/13) (DRE); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas. (CFC, 2013).

Apesar da Demonstração do Resultado Econômico (DRE) ter sido excluída da norma citada, de acordo com a NBCT 16.11 – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO (CFC, 2011), a DRE continua integrando, de modo facultativo, o conjunto das demonstrações contábeis aplicados ao setor público: “25. As informações de custos

descritas nesta Norma podem subsidiar a elaboração de relatórios de custos, inclusive da Demonstração do Resultado Econômico (DRE). 26. A DRE evidencia o resultado econômico de ações do setor público.” (CFC, 2013).

Outro aspecto importante está quanto as modificações nos subsistemas patrimonial e financeiro, o Subsistema Financeiro foi excluído do sistema de contas, conforme Resolução 1.268/2009 do CFC (CFC,2009), com isso o subsistema patrimonial passa a ser composto por fatos financeiros e não financeiros, porém, o sistema financeiro ainda integra a Lei 4.320/64 (BRASIL, 1964).

Conforme o item 12 da NBCT 16.2 (CFC, 2013), alínea “c” e redação dada pela Resolução do CFC nº 1.268/09 (CFC, 2009) “o Subsistema Patrimonial, registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público”.

Além das alterações trazidas pelo CFC, a Portaria 749 da STN, de 15 de dezembro de 2009, altera e inclui os demonstrativos da Lei 4.320: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, e inclui **a Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração do Resultado Econômico.**

Inicialmente, a obrigatoriedade para os municípios se iniciaria em 2013, e em 2012 para os demais entes, contudo esse prazo sofreu alterações, sendo obrigatória para todos os entes a divulgação das demonstrações do exercício em 2014. A Portaria STN 438, de 12 de Julho de 2012, exclui a Demonstração do Resultado Econômico.

Analisando as normas, pode-se observar uma “aproximação” da Contabilidade Governamental com a Contabilidade Societária, principalmente ao incluir no conjunto dos demonstrativos contábeis a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) e as alterações na estrutura do Balanço Patrimonial. Outra mudança significativa trazida pelas novas normas foi a inclusão do Subsistema de Custos, que gera insumo para a elaboração da Demonstração do Resultado Econômico (DRE), aumentando a evidenciação e a otimização dos custos do setor público. (SANCHEZ; MAES, 2013, p. 30).

Ainda, percebe-se a valorização do aspecto patrimonial perante aos aspectos orçamentários, tendo em vista que as mudanças estão voltadas para o patrimônio público, desde Depreciação, Amortização, Exaustão, Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

Os trabalhos do CFC quanto à convergência às normas da IFAC prosseguiram utilizando o *Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements*. Em 2010

foram realizados estudos com o objetivo de convergir todas as IPSAS em NBCT SP, tendo sido gerados documentos e encerradas as audiências no ano de 2011.

Contudo, até o presente momento, nenhuma das normas foi promulgada, conforme demonstrado a seguir: 1. Apresentação das Demonstr. Contábeis; 2. Demonstr. dos Fluxos de Caixa; 3. Políticas Cont. Mudança na Estimativa e Retificação de Erro; 4. Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de D. Contábeis; 5. Custos de Empréstimos; 6. Demonstr. Consolidadas e Separadas; 7. Investimento em Coligada e em Controlada; 8. Empreendimento Controlado em Conjunto (J. V.); 9. Receita de Transações com Contraprestação; 10. Contabilidade e Evidenciação em Econ. Altamente Inflacionária; 11. Contratos de Construção; 12. Estoques; 13. Operações e Arrendamento Mercantil; 14. Evento Subsequente; 16. Propriedade para Investimento; 17. At. Imobilizado; 18. Informações por Segmento; 19. Provisões, Passivos/Ativos Contingentes; 20. Divulgação sobre Partes Relacionadas; 21. Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa; 22. Divulgação de Inform. Financeira S/ o Setor do Governo Geral; 23. Receita de Transações s/ Contraprestação (Tributos e Transferências); 24. Apresentação de Info. Orçamentária nas D. Contábeis; 25. Benefícios a Empregados; 26. Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa; 27. At. Biológico e Produto Agrícola; 28. Instrumentos Financeiros Apresentação; 29. Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração; 30. Instrumentos Financeiros: Evidenciação; 31. At. Intangível.

A IFAC publicou em junho de 2014 um novo *Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements*, trazendo entre as modificações, com relação a 2010, a publicação da IPSAS 32 - Acordos de serviços concessionados: DOADOR.

Apesar do exposto, é importante mencionar que os trabalhos no Brasil visando à convergência às normas internacionais não paralisaram, inclusive a literatura apresentada no país vem sendo atualizada: Slomski (2013) publicou o Manual de Contabilidade Pública, de acordo com as normas (IPSASB/IFAC/CFC); Carvalho (2014) publicou o livro “Orçamento e Contabilidade Pública”, já com as alterações trazidas pela 6ª edição do MCASP (BRASIL, 2014d); e ainda, a própria 6ª edição foi parcialmente alterada em 13 de julho de 2015.

O MCASP é composto pelas seguintes partes:

QUADRO 7 - MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO

PARTE GERAL Contabilidade Setor Público	PARTE I Procedimentos Cont. Orçamentários
1. CONTEXTUAL. 2. PLANO DE CONTAS (PCASP)	1. INTROD. 2. PRINCÍPIOS ORÇAMENT.
3. ASPEC. ORÇAM., PATR. E FISCAL CONT. PÚBL.	3. RECEITA ORÇAMENT.
4. IMPLANTAÇÃO INOV. NA CONT. PÚBLICA	4. DESPESA ORÇAMENT.
5. ALCANCE 6. PRINCÍPIOS CONTABILIDADE	5. FONTE / DEST. DE RECURSOS
PARTE II Procedimentos Cont. Patrimoniais	PARTE III Procedimentos Cont. Específicos
1. INTROD. 2. COMPOSIÇÃO DO PATRIM. PÚBL.	1. FUNDEB 2. PARC. PÚBLICO-PRIVADA (PPP)
3. VARIAÇÕES PATR. 4. MENS. AT. E PASSIVOS	3. OPER. CRÉDITO 4. REG. PRÓPR. PREV. RPPS
5. IMOBILIZADO 6. INTANGÍVEL	5. DÍV. ATIVA 6. PRECAT. REG. ESPECIAL
7. REAV., RED. VAL. RECUP., DEPREC., AMORT. EXAUST. 8. TRANSAÇÕES S/ CONTRAPREST.	7. CONSÓRCIOS PÚBLICOS
9. PROV., PASSIVOS E AT. CONTINGENTES	PARTE V – Demonstrações Contábeis
10. REFL. PATRIM. DESP. EXERC. ANTERIORES	1. INTROD. 2. BO 3. BF
PARTE IV Plano de Contas Setor Público	4. BP 5. DVP 6. DFC 7. DMPL
1. INTROD. 2. ASPECTOS GERAIS 3. ESTRUT.	8. NOTAS EXPLICATIVAS 9. CONSOLIDAÇÃO

Fonte: Adaptado de Brasil (2014d).

Ainda que numa análise sintética da 6ª edição do MCASP, é possível encontrar os aspectos convergentes com as normas internacionais (IFAC, 2014a) e as NBCT SP. Percebe-se a valorização do aspecto patrimonial e não apenas o orçamentário, a mensuração de ativos e passivos, um maior escopo de demonstrações contábeis e suas notas explicativas. Na parte que trata do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), busca-se a padronização dos lançamentos e a consolidação das demonstrações, e ainda, quando o PCASP é analisado, ainda que sinteticamente, é possível observar a inclusão das contas de apuração dos custos.

O PCASP é formado por oito classes de contas, sete níveis e nove dígitos. A seguir é apresentado o PCASP contendo os dois primeiros níveis:

QUADRO 8 - PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Estrutura do PCASP 2015 – Classes e Grupos	
1 – ATIVO	2 – Passivo e Patrimônio Líquido
1.1 - Ativo Circulante	2.1 - Passivo Circulante
1.2 - Ativo Não Circulante	2.2 - Passivo Não Circulante/2.3 - Patrimônio Líquido
3 – Variação Patrimonial Diminutiva	4 – Variação Patrimonial Aumentativa
3.1 Pessoal e Encargos	4.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
3.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.2 - Contribuições
3.3 Uso de Bens, Serv. e Cons. de Capital Fixo	4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos
3.4 Variações Patrim. Diminutivas Financeiras	4.4 - Variações Patrim. Aumentativas Financeiras
3.5 Transferências e Delegações Concedidas	4.5 - Transferências e Delegações Recebidas
3.6 Desvalorização e Perda At. e Incor. Passivos	4.6 – Val. e Ganhos com At. e Desincor. Passivos
3.7 Tributárias / 3.8 CMV, CPV E CSP	

Continua

Conclusão

3.9 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.9 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
5 – Controles da Aprovação do Planej. Orçam.	6 – Controles da Execução do Planej. e Orçam.
5.1 Planej. Aprovado / 5.2 Orçamento Aprovado	6.1 - Execução do Planej. / 6.2 - Execução Orçamento
5.3 Inscrição de Restos a Pagar	6.3 - Execução de Restos a Pagar
7 – Controles Devedores	8 – Controles Credores
7.1 Atos Potenciais / 7.2 Adm. Financeira	8.1 Execução Atos Potenc./8.2 Execução Adm. Finan.
7.3 Dívida Ativa / 7.4 Riscos Fiscais	8.3 – Execução Dív. At. / 8.4 Execução Riscos Fiscais
7.5 CONSÓRCIOS PÚBLICOS	8.5 EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS
7.8 Custos / 7.9 Outros Controles	8.8 Apuração de Custos / 8.9 Outros Controles

Fonte: Adaptado de Brasil (2104d).

As atualizações na Contabilidade Governamental são constantes, é preciso que o profissional contador que atue ou tenha o interesse em atuar nesse ramo, busque aprimoramento contínuo, seja em repartições, lecionando ou na área de pesquisa, uma vez que esse profissional tem uma responsabilidade cada vez maior com a profissão e com a sociedade. As IES precisam estar atentas a essas mudanças, a fim de preparar um profissional com as competências e técnicas necessárias para uma atuação responsável.

Utilizando o PCASP como exemplos de como as alterações são constantes, a inclusão das contas 7.5 – Consórcios Públicos e 8.5 – Execução dos Consórcios Públicos ocorreram em 13 de julho de 2015. Já quando é comparado às mudanças entre o 6º MCASP e a 5ª edição, que foi válida a partir do exercício de 2013, existe **diferenças até mesmo na estrutura das demonstrações**, além das modificações trazidas pela IPSAS 32.

O mesmo ocorreu com edições anteriores do MCASP, a exemplo, a Demonstração do Resultado Econômico já integrou o conjunto de demonstrações contábeis na 3ª edição, válida para o exercício de 2011 e 4ª edição, válida para o exercício de 2012. O que na 5ª edição não se repetiu.

Ainda, a IFAC, dando continuidade à essas mudanças, em 29 e 30 de janeiro de 2015, foram publicados seis novos pronunciamentos pela IFAC: IPSAS 33 – Adoção de Provisão Base nas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público; IPSAS 34 – Demonstrações Separadas; IPSAS 35 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; IPSAS 36 – Investimentos em Associadas e Joint Ventures; IPSAS 37 – Acordos Conjuntos e a IPSAS 38 – Divulgações de Participações em Outras Entidades, corroborando com a ideia de que as atualizações continuam constantes.

2.4.3 ASPECTOS CONFLITANTES ENTRE IPSAS E SUA CONVERGÊNCIA NO BRASIL

Apesar de todo empenho realizado no país rumo a convergências as normas da IFAC, alguns aspectos são questionados e até mesmo entendidos como não convergidos as IPSAS.

O primeiro questionamento pode-se iniciar quanto a “quem” cabe a responsabilidade quanto à implantação das normas, primeiro, diferente do que aconteceu com a lei societária, a Lei 4.320 de 1964 não foi modificada, apenas seus anexos foram alterados por meio de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, o que não tem força de lei, e ainda, a Lei 4.320 de 1964 trata entre outros assuntos, da contabilidade de Estados e Municípios, então, a STN, órgão vinculado a União, a princípio poderia alterar apenas a contabilidade da esfera de governo a qual faz parte.

Ainda, existe um segundo componente o qual cabe interpretação, a LRF traz em seu artigo 51: “O Poder Executivo da União promoverá, até o dia 30 de junho, a **consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.**”

O artigo 51 é claro quanto à consolidação das contas por esfera de governo e Consolidação Nacional, entretanto, não significando que serão regidas normas contábeis pela STN.

A Constituição de 1988 em seus artigos Art.: “34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, [...] Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal [...]”. Nessa interpretação, a autonomia dos Estados e Municípios está bem definida.

Retornando a LRF, em seu artigo 67 discorre quanto a realização do acompanhamento e avaliação da política e gestão fiscal: “da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, **constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo**, do Ministério Público e de **entidades técnicas representativas da sociedade**, visando a:

I - harmonização e coordenação entre os entes da Federação; II - disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal; III - adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social; (BRASIL, 2000b)

Conforme disposto, cabe ao Conselho de Gestão Fiscal, o qual deverá ser constituído por representantes das **três esferas**, a harmonização e coordenação entre os entes assim, como

a adoção de normas de consolidação e padronização das prestações de contas e relatórios. Entretanto, o respectivo Conselho nunca foi criado, somente em 01 de dezembro de 2015 foi aprovado o Projeto de Lei do Senado n. 142 de 2014 o qual foi remetido a Câmara dos Deputados em 15 de dezembro do mesmo ano e está aguardando votação.

Isso posto, o artigo 50 da LRF determina que quanto a não criação do Conselho de Gestão, “§ 2º A edição de normas gerais para **consolidação das contas públicas** caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.” (BRASIL, 1964). O mesmo não inclui instituir normas de contabilidade para todas as esferas.

Pois bem, quanto à consolidação da esfera federal, e apenas na esfera federal, a STN tem conformidade quanto as IPSAS, tendo em vista que na IPSAS 6: “As demonstrações contábeis consolidadas devem ser elaboradas utilizando políticas contábeis uniformes para transações e outros eventos de mesma natureza, em circunstâncias similares.” Ou seja, os procedimentos contábeis da União e consolidação com suas Autarquias por exemplo, em nada difere dessa norma.

Outro aspecto de conflito está na IPSAS 22, que menciona que as demonstrações contábeis: “consolidam somente entidades controladas. [...] Em algumas jurisdições, um governo nacional controla entidades estaduais/provinciais e municipais e, conseqüentemente suas demonstrações contábeis consolidam estes níveis do governo, mas em outras jurisdições isso não ocorre.” Isso posto, tendo em vista os artigos já citados da constituição de 1988, fica evidenciado que a consolidação das demonstrações contábeis nas três esferas não atende as IPSAS com relação a autonomia dos Estados e Municípios desse país (IFAC, 2014a).

Ainda analisando a IPSAS 22 e sua relação com a adoção no Brasil, a mesma trata da divulgação de Informação Financeira sobre o Setor do Governo Geral (SGG).

Dessa forma, o que se teria no Brasil, é uma consolidação de cada uma das esferas, separadamente, e posteriormente a aplicação do relatório do setor público como um todo. A IPSAS 22 traz o modelo do *System of National Accounts* (SNA), elaborado pelas Nações Unidas, são bases estatísticas de informações e relatórios financeiros fornecidos por todo o setor público que segue diretrizes com o intuito de universalizar as informações dos países.

A União elaborou relatório de estatísticas e finanças públicas, denominado: Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo, publicado em janeiro de 2015, referente aos exercícios de 2010 a 2013. O relatório diverge da IPSAS 22 a começar pelo regime adotado para a receita, a norma estabelece o regime de competência, mas o regime adotado foi o de caixa.

Ainda é possível encontrar divergência quanto ao conjunto de demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, a exemplo, o Balanço Financeiro não faz parte das IPSAS, apesar de constar no MCASP. Provavelmente esse demonstrativo será retirado em futuras edições.

Outro conflito que poderá surgir é quanto as Informações por Segmento, conforme as IPSAS 18, as atividades da entidade são: “tão abrangentes e compreendem gama tão diferenciada de regiões geográficas, ou regiões com diferentes características socioeconômicas, que se torna necessário apresentar informação financeira e não-financeira desagregada sobre segmentos específicos”.

Atualmente, tem-se tentado a implantação do PCASP para todas as esferas, é preciso levar em consideração as particularidades dos Estados e Municípios. Caso um Estado tenha interesse de divulgar sua demonstração pelas regiões do mesmo, teria problemas com relação ao plano de contas.

Por fim, o próprio PCASP/MCASP torna-se um aspecto conflitante com relação as normas internacionais, o PCASP como visto anteriormente busca a convergência, contudo com particularidades que prejudicam a boa prática internacional, temos no plano de contas a exigência de registrar contas de compensação, por exemplo, além de grupos de contas que poderiam não existir, simplificando a contabilidade.

Corroborando, Slomski (2013), em seu livro Manual de Contabilidade Pública, já mencionada anteriormente, apresenta uma estrutura do plano de contas proposto, como segue:

QUADRO 9 - ESTRUTURA DO PLANO DE CONTAS

Estrutura do Plano de Contas – Slomski (2013)	
1 Ativo	2 Passivo
1.1 Ativo Circulante	2.1 Passivo Circulante
1.2 Ativo Não Circulante	2.2 Passivo Não Circulante
3 Patrimônio Líquido	4 Contas de Resultado Patrimonial
3.1 Saldo Patrimonial	4.1 Variações Patrimoniais Ativas
	4.2 Variações Patrimoniais Passivas
	4.3 Resultado Patrimonial do Exercício
5 Receita Orçamentária (Execução)	6 Despesa Orçamentária (Execução)

Fonte: Adaptado de Slomski (2013).

De acordo com o autor, essa estrutura atende à necessidade de se manter no setor público o padrão internacional de contabilidade onde a diferença entre contabilidade societária e a contabilidade público governamental está tão somente na inclusão do

subsistema orçamentário no registro contábil e na forma de apuração do resultado patrimonial do exercício (SLOMSKI, V., 2013, p. 218). A seguir são apresentados estudos relacionados a adoção das IPSAS em partes do mundo.

2.4.4 ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS IPSAS

Por fim, todo esse processo de adoção das normas internacionais para o setor governamental vem sendo estudado por pesquisadores da área:

Christiaens, Reyniers e Rollé (2010) realizaram um estudo em 19 países do continente europeu e concluíram que a contabilidade por competência é generalizada na Europa, sendo que 68% do governo central e dos governos locais, e ainda 52% das jurisdições pesquisadas, usam um sistema de informação financeira com base no regime de competência, com base IPSAS ou não. Além disso, outros nove governos planejam introduzir um sistema de contabilidade por competência num futuro próximo. No entanto, há também seis governos "irredutíveis" que insistem em regime de caixa.

Bellanca e Vandernoot (2013), buscaram avaliar a conformidade das entidades públicas belgas em relação à três normas: IPSAS 1, IPSAS 6 e IPSAS 22. Quanto a IPSAS 1, os distritos policiais, centros de assistência social pública, municípios, províncias e região Bruxelas-Capital proporcionaram um balanço, uma demonstração dos resultados e uma comparação de orçamento, mas nenhuma demonstração de alterações no ativo líquido /capital próprio. No entanto, o Estado Federal, com exceção de alguns serviços públicos, não fornece demonstrações financeiras exigidas pela IPSAS 1. O Estado Federal fornece apenas comparação do orçamento.

Quanto a IPSAS 6, o Estado Federal fornece alguns documentos orçamentários consolidados, ou seja, o orçamento geral, o orçamento geral das despesas e o orçamento de receitas. No entanto, as contas de entidades controladas pelo Estado Federal não são consolidadas. Além disso, documentos ligados à contabilidade geral (balanço, demonstração de resultados, apêndices) não são produzidos de forma consolidada.

No que se refere a IPSAS 22, observou-se que não são assegurados o superávit ou déficit, a receita por classe principal e as despesas por classe principal. Quanto a receitas e despesas, eles são divididos de acordo com a classificação econômica, a fim de fazer a transição do orçamento para as contas nacionais, mas que não é suficiente para cumprir com a IPSAS 22.

Em seu artigo, Abushamsieh, Hernández e Rodríguez (2014), diante da falta de estudos sobre o desenvolvimento governamental de sistemas de informação financeira para promover a transparência nos países árabes, analisam as reformas legais efetuadas a este respeito, diferenciando dois grupos de países em termos do seu nível de desenvolvimento econômico e, em particular, concentrando-se na Palestina.

Dentre os países selecionados, Bahrein e Omã utilizam o regime de caixa e parecem não ter nenhum plano para adotar uma contabilidade pelo regime de competência, apesar de algumas alterações efetuadas nas suas leis de contabilidade em resposta ao desenvolvimento econômico. O caso do Kuwait é um pouco diferente, este é o único país que possui um plano de adoção das IPSAS. Em 2008, o Kuwait iniciou a adoção do regime de competência, com a incorporação das IPSAS no sistema de Contabilidade Governamental; este nível estava previsto para ser realizado até o final de 2012.

O segundo grupo de países, Jordânia, Palestina e Egito, estão ainda tentando desenvolver os seus sistemas de relatórios financeiros. Eles ainda estão usando o regime de caixa, mas a Jordânia tem o objetivo de adotar o regime de competência. Já a Palestina não parece ter planos de adotar o regime de competência, embora o sistema de Contabilidade Governamental e o nível de transparência financeira tenham melhorado consideravelmente.

Finalizando, Aversano e Christiaens (2014) investigam, por meio da realização de um levantamento com prefeitos e vereadores do governo local italiano, até que ponto a IPSAS 17 responde às necessidades dos usuários da informação financeira governamental sobre bens do patrimônio. Os resultados mostram que os políticos consideram que o procedimento é "importante", pois permite encontrar a informação adequada sobre os bens do patrimônio no relatório financeiro governamental por razões de prestação de contas financeiras e públicas.

Os políticos estão interessados, principalmente, em informações contábeis, tais como: valor financeiro, o custo da preservação, fontes utilizadas para a aquisição de bens patrimoniais, indicadores de desempenho e informações descritivas como as políticas de conservação, a condição física e a descrição destes bens.

2.5 PESQUISAS RELACIONADAS À ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DE DISCIPLINAS DE OUTROS RAMOS DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Tomar conhecimento dos resultados obtidos por outros autores que procuraram realizar pesquisas semelhantes a esta dentre as disciplinas de Contabilidade - é sem dúvida -

de grande valia e pode colaborar no resultado. Segundo Araújo (2011, p. 45): “os achados e preocupações lançadas por outros pesquisadores são importantes meios de compreender como as condições de ensino das disciplinas analisadas contribuem para a formação dos egressos dos cursos de Ciências Contábeis”. Nesse sentido, a seguir são apresentados trabalhos realizados anteriormente, com relação as disciplinas do curso de Ciências Contábeis.

2.5.1 TRABALHO ANTECEDENTE - DISCIPLINA DE AUDITORIA

A dissertação desenvolvida por Madeira (2001) tem como objetivo avaliar o ensino de auditoria nos cursos de graduação de Ciências Contábeis. Foram avaliados 15 programas de ensino dos cursos de Ciências Contábeis no estado de São Paulo. Para tanto, foi utilizado o cadastro das entidades de ensino mantido pelo CRC do estado de São Paulo – CRC-SP, que tem as informações necessárias de todas as IES para quais foram remetidos os questionários. Para a análise de dados foi escolhida a proposta apresentada na 16ª Reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e de Relatórios Contábeis (ISAR), da ONU, realizada em Genebra – Suíça.

Os programas dos cursos recebidos em resposta à pesquisa foram comparados com o conteúdo básico do currículo sugerido, que é subdividido em 13 subtítulos, composto, cada um, por diversos temas da matéria. As análises individuais dos itens e dos subtítulos levam à conclusões ainda mais contundentes, como o nível de 3% alcançado pelo subtítulo “Avaliação dos sistemas empresariais baseados em computadores”.

A pesquisa solicitou, ainda, informações sobre a bibliografia utilizada nos cursos, com as informações recebidas e, em resposta, foi elaborado um quadro comparativo entre o conteúdo das 3 bibliografias mais citadas e aquele contido na proposta de currículo, no sentido de observar o nível de aderência existente. Neste caso, a média geral foi de 46%, demonstrando que, embora bem abaixo do desejável, foi verificado também que há material disponível para melhorar o desempenho dos currículos.

As informações da carga horária alocada às disciplinas de auditoria demonstraram que esta, em média, corresponde a 6% do total de horas/aula do curso, ou seja, aproximadamente 150 horas/aula. Em relação a formação dos professores, foi observado que a maioria ainda não possui título de mestre e que 2 são doutores.

Em relação aos programas analisados na amostra, estão aquém dos requisitos contidos naquela proposta. A média geral dos itens contidos nos programas dos cursos versus o conteúdo sugerido demonstra que 28% dos requisitos estão sendo atendidos.

2.5.2 TRABALHO ANTECEDENTE - CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA

O estudo desenvolvido por Hofer, Peleias e Weffort (2005) consiste no estudo exploratório sobre o ensino de Contabilidade Introdutória em oito Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Estaduais do Paraná, tendo como objetivo pesquisar a qualificação acadêmica dos docentes, identificar as estratégias de ensino e analisar o conteúdo ministrado na disciplina de Contabilidade Introdutória.

Foi constatado que 50% dos professores que atuam no ensino de Contabilidade Introdutória possuem o título de mestre, e destes, 33% são mestres em Contabilidade.

Os conteúdos apresentados têm poucas diferenças entre as IES e possuem tópicos que auxiliam os ingressantes, porém, não apresentam a bibliografia mencionada no plano de ensino. Também foi verificado que as estratégias de ensino são conservadoras, visto que o principal recurso ainda são as aulas expositivas. Foram verificadas que poucas são as IES que possuem laboratórios para uso exclusivo para docentes e acadêmicos do curso.

Concluiu-se na pesquisa que o ensino da Contabilidade Introdutória nas Universidades Estaduais do Paraná, apresenta problemas quanto à dedicação em tempo integral dos docentes, portanto, quanto à remuneração desses profissionais e seu tempo de dedicação à pesquisa.

2.5.3 TRABALHOS ANTECEDENTES DISCIPLINA - CONTABILIDADE AMBIENTAL

O artigo de Calixto (2006) tem como objetivo apresentar a grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos pelas universidades brasileiras. Sua base principal trata da importância da disciplina de Contabilidade Ambiental para os coordenadores e as dificuldades encontradas para sua inclusão nos cursos de graduação.

A pesquisa teve caráter exploratório, bibliográfico e de campo. Foi realizado um questionário para os coordenadores, enviado por meio eletrônico para todas as IES de acordo com o MEC, dos cursos de Ciências Contábeis.

Os estudos demonstraram que apenas 9,8% das IES brasileiras oferecem a disciplina. Para os coordenadores, a disciplina é considerada importante na formação dos graduandos, porém, existe grande dificuldade na inclusão dessa matéria na grade curricular, e a autora acredita que por questões culturais a disciplina ainda seja considerada pouco relevante, quando comparada com outras disciplinas as quais o contador necessita para atuar no mercado de trabalho.

Souza et al. (2008), tratou da análise dos cursos de Ciências Contábeis e da disponibilidade de materiais como: livros, artigos e textos que favorecessem o aprendizado sobre a Contabilidade Ambiental para o profissional.

O estudo foi feito por meio da coleta de dados da grade curricular dos cursos de graduação ofertados por todas as IES que fazem parte da base de dados MEC, a fim de identificar a presença da disciplina de Contabilidade Ambiental. Foi aplicado também um questionário aos professores e coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis de São Paulo.

Em relação à disponibilidade de materiais sobre a disciplina de Contabilidade Ambiental, foi feita a análise de livros e periódicos profissionais e acadêmicos, selecionados no Quali/Capes, que foram publicados nos últimos quatro anos no Brasil.

O estudo obteve como resultado (realizado em 716 IES) o dado de que apenas 3,63% dos cursos ofertados por essas instituições incluem a disciplina de Contabilidade Ambiental nos Cursos de Ciências Contábeis. Em contrapartida, a análise feita sobre o material de periódicos acadêmicos e profissionais, demonstrou que 20,73% do total de artigos publicados tem como tema a Contabilidade Ambiental.

Essas distribuições não se mantêm uniformes ao longo dos anos, mostrando um alto crescimento nos anos de 2002, 2003 e 2004, em 2005, porém, o número aumenta representativamente em relação aos períodos analisados com um aumento de 35,29%.

Finalizou-se apontando que o estudo pode motivar outros pesquisadores para a melhoria da disciplina e aplicação de conteúdo dentro das IES.

Peleias et al. (2011), demonstra que a Perícia Contábil é uma opção para os futuros contadores dos Cursos de Ciências Contábeis. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as condições de ensino de perícia contábil em cursos de Ciências Contábeis na grande São Paulo.

O estudo foi realizado em dois grupos, o 1º formado por 7 dos 10 melhores classificados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2006, e o 2º grupo com 10 cursos escolhidos por acessibilidade. A pesquisa teve caráter bibliográfico, documental e análise de conteúdo em relação ao conteúdo dos programas de ensino obtido.

A análise do programa demonstrou grande preocupação das melhores IES no que se refere à completude do programa, variação nas estratégias de ensino e variedade de critérios na avaliação. A análise demonstrou que o grupo dos 7 melhores cursos tem em seu plano de ensino quase todos os itens de um programa de ensino, o que não ocorreu com o outro grupo.

2.5.5 TRABALHO ANTECEDENTE – CONTROLADORIA

O estudo apresentado por Araújo (2011) investiga as condições de ensino da disciplina de Controladoria nos cursos de Ciências Contábeis das IES da região metropolitana de São Paulo. Foi verificado se havia diferença entre os cursos avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) e a percepção de professores e coordenadores das 21 IES, que foram divididas em dois grupos, sendo o 1º composto por 14 IES com conceito ENADE mínimo de 3, e o 2º grupo com conceito ENADE menor que 3.

O trabalho foi elaborado através de questionário dirigido a coordenadores e professores. Foram identificados como diferenciais das IES do grupo 1 para o grupo 2, a indicação de mais fontes bibliográficas e a contribuição da experiência profissional dos docentes de Controladoria. Verificou-se a ausência de artigos científicos como material suplementar para leitura em ambos os grupos. A pesquisa demonstrou ainda que há uma melhor qualificação em relação à titulação de professores e coordenadores das IES que obtiveram maior desempenho no ENADE.

2.5.6 TRABALHO ANTECEDENTE - CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

O estudo desenvolvido por Mendes, Silva e Niyama (2011), avaliou o grau de aderência das diretrizes curriculares através da pesquisa que abrangeu cerca de 10,58%, dos 904 cursos de graduação de Ciências Contábeis existentes no Brasil. O conteúdo foi comparado ao conteúdo previsto no currículo internacional (ISAR), ministrado em 44,3% por instituições de ensino público e 29,7% ministrados em instituições privadas.

Dos cursos de Ciências Contábeis analisados, 779 são de instituições privadas e 126 de ensino público. Observou-se que o item que encontrou mais aderência foi o referente ao “Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)” e os outros impostos, com 74,5% de aderência. O conjunto dos cursos ministrados apresenta uma aderência de 52,5% ao módulo de contabilidade fiscal do currículo proposto pela ONU.

Foi constatado que os cursos ministrados por IES privadas da região norte do Brasil apresentam, no seu conjunto, menor aderência ao módulo de imposição fiscal proposto pela ONU, com média de 49%, enquanto os ministrados por IES de ensino público da região sul apresentam maior aderência com 63%.

Conclui-se que as IES de ensino público apresentaram maiores percentuais de aderência, com um percentual médio de aderência de 44,3%, enquanto os cursos de IES de ensino privado apresentam um percentual médio de 29,7%.

2.5.7 TRABALHO ANTECEDENTE - CONTABILIDADE INTERNACIONAL

O estudo desenvolvido por Henrique et al. (2013), traz a opção da Contabilidade Internacional para os profissionais Contadores. A resolução de CNE/CES no 10/2004 determinou que os cursos de Ciências Contábeis formassem profissionais aptos a interagir com o contexto atual. A pesquisa objetivou identificar e analisar as condições de ensino da disciplina de Contabilidade Internacional, principalmente no que diz respeito a carga horária, bibliografia e propostas dos professores em seus planos de ensino das IES que possuem o curso de Ciências Contábeis.

Foram divididos dois grupos, sendo o primeiro o dos sete melhores cursos classificados no ENADE e o segundo grupo com dez cursos escolhidos por acessibilidade dos cursos de Ciências Contábeis. Conclui-se que a disciplina de Contabilidade Internacional é ofertada, na maioria dos currículos, no 4º ano para os dois grupos analisados.

A literatura mais utilizada nos dois grupos foi a “Contabilidade Internacional” de Niyama, atingindo três indicações como bibliografia básica em cada grupo; no grupo 1 foram analisadas 2 literaturas estrangeiras e no grupo 2, somente uma bibliografia em idioma estrangeiro. Não foi constatada nenhuma bibliografia de artigos publicados nos dois grupos. O estudo propõe que outros estudos sejam realizados em outras disciplinas dos cursos de graduação de Ciências Contábeis.

2.5.8 TRABALHO ANTECEDENTE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Peleias et al. (2005) apresentaram um estudo sobre os conteúdos de Sistemas de Informação nos cursos de Ciências Contábeis da cidade de São Paulo, pesquisando 37 instituições de ensino – 32 coordenadores e 68 professores - durante o 2º semestre de 2003.

A pesquisa resultou em aspectos favoráveis e desfavoráveis. Como favoráveis foram apontadas a atualização anual dos currículos, a carga horária, o empenho no alcance dos objetivos dos cursos e a preocupação em refletir as práticas empresariais, já como desfavoráveis foram apontadas a baixa integração entre os docentes do curso, a baixa interdisciplinaridade e também o fato da maioria das instituições usarem sistemas contábeis para escritórios contábeis.

Com essa análise, concluíram que, desfavoravelmente, havia um número baixo de instituições que ofereciam o curso de ciências contábeis e utilizavam um sistema de informação atual e equivalente ao mercado de trabalho, o que era refletido também com um distanciamento entre os cursos oferecidos e as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Fernandes (2013), apresentou um estudo que tem como objetivo a verificação das condições de ensino da disciplina Sistemas de Informação nos cursos presenciais de graduação da Região Norte do Brasil, sob a perspectiva de coordenadores e professores. Foi elaborada uma pesquisa com 37 questões, aplicada a 18 coordenadores e 7 professores. Foi identificado que a carga horária dos cursos é propícia para os seus conteúdos e que a inclusão dessa disciplina de forma mais efetiva é uma alternativa para o desenvolvimento de profissionais de contabilidade. Notou-se também que essa disciplina é capaz de gerar situações multidisciplinares, mas não foram encontrados temas contemporâneos para os planos de ensino, como *SPEDs* e outras obrigações acessórias incluídas na grade curricular.

2.6 PESQUISAS RELACIONADAS À DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

Nesta seção, a fundamentação teórica encerra-se com as pesquisas relacionadas à disciplina de Contabilidade Governamental realizadas no Brasil e no exterior.

2.6.1 ESTUDOS REALIZADOS NO BRASIL

Leite Filho e Slomski, V. (2003) realizaram uma análise da opinião dos alunos de uma universidade pública em relação à disciplina de Contabilidade Governamental. A pesquisa foi feita por meio de questionário entregue a alunos que ainda cursariam a disciplina e para alunos que estavam acabando de cursá-la. No resultado, os autores comprovaram suas hipóteses, os alunos que tinham uma imagem negativa sobre a matéria antes das aulas iniciarem, mudaram totalmente de ideia depois da matéria ser lecionada, indicando-a como uma matéria importante para o cotidiano.

Roncalio e Bernard (2008), buscaram mostrar a importância de se utilizar um modelo de simulação dentro do ensino da Contabilidade Pública, indicando que cada vez mais as organizações públicas precisam gerar informações fidedignas e rápidas para responder à população. O estudo mostrou que ao utilizarem a simulação gerencial, dentro da metodologia de ensino, os estudantes da disciplina de Contabilidade Pública passaram a ter contato direto com situações que presenciariam no cotidiano de um ambiente corporativo. A pesquisa efetuada validou a simulação gerencial como uma ferramenta útil no ensino da disciplina.

Soares e Domingues (2010), analisaram as ementas da disciplina de Contabilidade Pública entre as instituições de ensino superior de determinada região do sul do Brasil, verificando então se o conteúdo condizia com aquele proposto pelo CFC. No resultado da pesquisa os autores verificaram que a disciplina aparece desatualizada em alguns pontos, indicando que é cada vez mais necessário o estudo da Contabilidade Pública aos estudantes. Alertaram também para o fato de que a disciplina está presa às regras gerais e aos aspectos normativos, o que faz com que seja necessária a atualização de determinado conteúdo da disciplina em relação ao proposto pelo CFC, para que assim o profissional possa então concluir o curso devidamente habilitado.

O estudo desenvolvido por Trindade (2010) tem como objetivo verificar o interesse profissional dos estudantes de Ciências Contábeis da UFRGS com relação ao ramo da Contabilidade Pública. Neste estudo, foi constatado que 90% dos alunos entrevistados encontram alguma dificuldade no aprendizado, sendo o principal motivo apontado a diferença de conceitos entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Societária. Entretanto, apesar das dificuldades dos alunos assimilarem a matéria, os mesmos demonstram grande interesse em ingressar na carreira pública, devido a estabilidade profissional e remuneração desses cargos.

Viana et al. (2012), buscou avaliar o quanto os conteúdos programáticos das universidades amazonenses estão adequados as NBC TSP. Foi constatado que pouco se discute na disciplina sobre as normas, indicando que os conteúdos programáticos estão sendo formados, geralmente, pelas discussões em torno da Lei 4.320/64 e da Lei 101/2000, deixando os alunos sem o mínimo de condição de assumir as exigências do mercado de trabalho.

No estudo desenvolvido por Freire et al. (2012), foi realizada uma pesquisa documental, no qual foram selecionados como amostra 561 editais de concursos para contabilistas tanto para cargos que exigiam diploma de Ciências Contábeis, como também cargos que exigiam diploma de outras áreas a fim de identificar quais são os conteúdos mais exigidos em concursos públicos. O estudo demonstrou que 420 cargos exigiam o estudo de Contabilidade Pública. De acordo com os conteúdos programáticos das provas realizadas de 2000 a 2009, pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), foi avaliado o conteúdo para aplicação das provas, os conhecimentos de Contabilidade Pública exigidos com maior frequência foram: Patrimônio, com 456 questões e Orçamento Público, com 444 questões. Os resultados demonstram que a sugestão de conteúdo elaborada pelo CFC atende ao conhecimento demandado os candidatos.

Rodrigues (2013), buscou avaliar se o conteúdo da disciplina de Contabilidade Pública, nos cursos de Ciências Contábeis das IES do Rio Grande do Sul, está de acordo com a proposta de ensino do CFC e com as NBC TSP. A pesquisa também avaliou carga horária, semestre em que a disciplina ocorre e a região geográfica. A autora afirma que a maioria das 28 IES pesquisadas estão seguindo a proposta do CFC (79,08%), e as Normas (72,40%).

Restelli (2013), estudou sobre a Contribuição do Ensino da Contabilidade Pública frente às Necessidades deste Mercado nas Prefeituras do Sudoeste do Paraná, tem o objetivo de identificar se o ensino atende as atuais demandas do mercado de trabalho da Contabilidade Pública. Foi constatado que o ensino da disciplina atende até certo ponto os objetivos do

mercado, em especial, na parte teórica da matéria, e que seria importante uma abordagem da parte prática. Em relação a literatura utilizada, esta atende as necessidades de mercado nos assuntos clássicos como os aspectos orçamentários. Foi sugerido pelos participantes da pesquisa um aumento na carga horária da disciplina.

2.6.2 ESTUDOS REALIZADOS NO EXTERIOR

Hackett (1938) produziu um artigo sobre sua visão da Contabilidade Governamental ministrada nos cursos superiores. O autor indica que a divisão apresentada pelas instituições seria satisfatória, mas, observa que a impressão deixada é a de que a Contabilidade Governamental precisaria de uma menção mais específica, uma vez que no programa recomendado pelas instituições constava apenas o programa mínimo.

Para o autor, deveria ficar evidente ao estudante a importância da Contabilidade Governamental; para ele ainda, o contador sem a formação governamental estaria certamente em desvantagem em relação àquele que houvesse adquirido esse conhecimento, já que provavelmente não haja área da contabilidade em que exista uma maior oportunidade para se trabalhar.

Desta maneira, o autor enfatizou o fato de que a Contabilidade Governamental deveria ser estudada pelo contador não só porque ele precisaria responder a algumas questões para um exame, mas também porque deveria saber que com a Contabilidade Governamental ele poderia melhor atender a seus problemas cotidianos. O autor ainda destaca que dentro da sala de aula a Contabilidade Governamental deveria ser ensinada de uma forma mais aprofundada e que deveria ser sempre mencionada.

Também é mencionado que o escopo de negócios públicos em governos municipais, estaduais e federais deveria ser reconhecido como algo crescente, e que o contador era o único que poderia suprir essa demanda, se em sua formação não estivesse inclusa Contabilidade Governamental, ele não estaria pronto.

Ainda para o autor, o fato de não se dar a devida importância à Contabilidade Governamental poderia ser atribuído à falta de uma oferta generalizada em faculdades e universidades, quando comparado a outros assuntos universitários, alertando por fim, para que os cursos oferecidos deveriam atender à necessidade dos alunos e do mercado, e não somente ao desejo da escola.

Addington (1955) fala da importância da Contabilidade Governamental no currículo de formação do estudante, demonstrando que, entre os muitos ramos de contabilidade, a Contabilidade Governamental, talvez, oferecesse a maior oportunidade para se entrar no serviço público. Uma vez que, coletivamente, o Governo Federal, com suas várias agências, e os estados, com as suas muitas subdivisões políticas, compreendiam os maiores usuários de contabilidade. O autor conta que no início de 1950, muitos professores nem sequer se preocupavam em oferecer a disciplina.

Não se sabia, exatamente, o número de escolas oferecendo Contabilidade Governamental no momento do estudo, mas esse número só crescia, devido à importância crescente do governo na vida cotidiana dos cidadãos. O Conselho Estadual de Contabilidade (Nova Jersey) exigia que três horas por semestre em Contabilidade Governamental fossem apresentadas antes que o candidato fizesse os devidos exames, e deu uma importância maior ao exigir que seus candidatos fizessem, além dos exames regulares, um exame especial em Contabilidade Governamental antes que o diploma fosse concedido.

Concluindo o artigo, o autor deixou uma lista detalhada do que, para ele, seria uma formação curricular adequada para cursos de Contabilidade Governamental: Princípios da Contabilidade (15h); Auditoria Municipal (3h); Auditoria Governamental (3h); Impostos Federais e Estaduais (3h); Máquina da Contabilidade (3h); Sistemas (3h); Análise de Demonstrações (3h) e Custos (3h).

No estudo de Neeley e Robason (1967), os autores fizeram uma avaliação sobre o ensino da Contabilidade Governamental, pois, segundo os autores, o estudo dessa disciplina vinha sendo negligenciado pelas universidades. A pesquisa foi feita com todos os professores de Contabilidade das 105 escolas que estavam cadastradas, tendo sido devolvidos 89 questionários.

Nessa pesquisa, descobriu-se que 75 % das escolas que apresentavam base semestral, requeriam entre 24 e 30 horas de Contabilidade por semestre; e 80% das escolas com base trimestral, requeriam entre 30 e 40 horas por trimestre. Em relação à disposição da matéria de Contabilidade Governamental, 66% das escolas responderam que sim, surpreendendo até os próprios autores, visto que se revelava como a disciplina mais ofertada entre todas as do currículo.

Encerrando, os autores concluíram que a falta de interesse pelas escolas que não disponibilizam essa disciplina ainda era fato a ser discutido em futuro estudo e que a

Contabilidade Governamental ainda poderia ser desenvolvida de maneira mais forte e com maior valor dentro do curso, mas que para isso deveria ser dada mais cobertura à contabilidade sem fins lucrativos, já que, ao contrário da contabilidade municipal, o orçamento deveria ser uma área mais significativa de estudo (particularmente para as receitas e despesas nos governos estaduais e locais); e também recomendavam que deveria ser dedicado mais tempo à Contabilidade do Governo Federal.

Schiffel e Smith (2006) analisam as novas gerações de professores interessados em trabalhar na área da contabilidade governamental e como estavam sendo apresentados os cursos de doutorado para esses profissionais nos EUA. O resultado da pesquisa mostrou que o crescimento no número de escolas que apresentavam o projeto de doutorado em Ciências Contábeis foi baixo no período estudado (1980 a 2006), porém, em outros cursos houve um grande aumento.

Indicaram também que no início do período estudado o número de doutorandos em contábeis estavam em crescimento, mas na metade do período começou a ter queda. No resultado da pesquisa foi visto que somente um terço de quem cursava o doutorado mergulhava profundamente no tema governamental em sua dissertação; sendo que, quatro entrevistados foram desencorajados a perseguir um tema de dissertação envolvendo a contabilidade governamental por conselheiros ou por outros membros do corpo docente. Outro entrevistado observou que o número de revistas de contabilidade que consideraria as submissões em contabilidade governamental era muito limitado em relação a outras áreas da contabilidade.

Os autores concluem que fazer uma tese de doutorado em contabilidade governamental era de alto risco para a carreira e não teria o valor esperado, dado o compromisso com o tempo de desenvolvimento. Os autores também fizeram uma pesquisa num diretório on line, procuraram o termo “governamental”, “administração pública” e “política pública”. Enquanto a maioria das escolas indicou que praticamente qualquer assunto poderia ser usado como campo de apoio, apenas seis escolas mencionam explicitamente “governo” ou “administração pública”.

Com base nesses resultados, os autores entenderam que o doutorado em contabilidade estava em declínio, e na conclusão, os autores indicam como propostas: concentrar mais alunos na área pública, mover conteúdos da contabilidade governamental para a administração pública e/ou política pública e criar uma nova disciplina de gestão financeira do governo.

Hardnett, Daniels e Warrick (2012) apresentam estudo no qual abordaram os resultados da pesquisa feita com os estudantes afro-americanos, pois estudos anteriores (2002) haviam relatado que essa “minoria” não tinha interesse pela área de contabilidade pública. Os autores reforçam que os resultados deste estudo são limitados às percepções dos estudantes de duas universidades historicamente negras, no entanto, sugerem que mais estudantes dessas minorias sejam atraídos por carreiras na Contabilidade Governamental.

Com base nos resultados, os autores encorajam os recrutadores de contabilidade a buscar estudantes afro-americanos para oportunidades de carreira na área governamental, pois, de acordo com a pesquisa, os alunos apontavam altos rendimentos, benefícios atrativos e segurança do trabalho como aspectos positivos da Contabilidade Governamental; além de perceberem que as oportunidades na Contabilidade Governamental sempre oferecem maiores recompensas do que contabilidade privada, além disso, proporcionando ainda maior flexibilidade em questões de equilíbrio entre trabalho e vida, do que em outras áreas da contabilidade.

Assim, 32% dos estudantes indicaram a Contabilidade Governamental como uma boa carreira após a graduação, enquanto que apenas 5% havia dado a mesma resposta em outro estudo efetuado em 2002. Esse dado, sugere que existe um aumento no interesse em Contabilidade Governamental entre estudantes afro-americanos.

Por último, Wilson (2013) apresenta uma análise geral sobre a disciplina de contabilidade pública: sua história, evolução e o que espera dela. Inicia o estudo expondo seu início na carreira de docente na área governamental, na década de 1970 (após se aposentar das forças áreas) até suas publicações de artigos e livros mundialmente conhecidos; e em seguida, expõe suas avaliações e conclusões sobre o ensino da Contabilidade Governamental.

O autor destaca um ponto importante ao afirmar que “mesmo que mais estudantes pareçam estudar em cursos de Contabilidade Governamental, o número de professores qualificados nesta área continua a ser insuficiente, refletindo não apenas em escassos recursos, como também na falta de docentes com interesse na área”.

Como resultado desse processo, muitos cursos de Contabilidade Governamental acabam sendo ministrados por um professor adjunto da comunidade, do governo ou da contabilidade básica, ou até por um membro do corpo docente "convocado" para ministrar o curso, deixando assim os cursos e os alunos prejudicados.

Wilson ainda indica vários órgãos internacionais que fazem parte do desenvolvimento dessa área, propondo incentivo a novos educadores da Contabilidade Governamental a procurar maneiras de participar dos novos processos de normalização. Lembra que pesquisas publicadas na Contabilidade Governamental têm, em geral, ficado aquém das outras disciplinas da contabilidade, em parte por causa da pequena oferta de papéis de alta qualidade, e - em parte - porque os editores de revistas têm tendência a ver nessas pesquisas uma luz negativa.

O autor ainda mostra pontos positivos, dizendo que “exceto para a escassez de professores de Contabilidade Governamental, outros fatores estão melhorando as perspectivas para as pesquisas na área, faculdades e universidades já dependem fortemente de bons professores para ensinar Contabilidade Governamental e, por sua experiência, os professores em tempo integral na Contabilidade Governamental tendem a estar mais envolvidos com a comunidade profissional”.

Wilson conclui que, como as instituições trabalham para redefinir o corpo de conhecimento que será a base para o “currículo do futuro”, a Contabilidade Governamental deve ocupar um lugar ao sol e buscar um papel mais proeminente entre as outras áreas de especialização em contabilidade.

3 METODOLOGIA

Para atender aos objetivos que foram propostos no presente trabalho, esse capítulo buscou apresentar a classificação métodos e procedimentos, população e amostra, técnicas e procedimentos de coletas de dados, incluindo a análise documental através do plano de ensino e a entrevista e sua aplicação aos professores, encerrando com as técnicas de análise de dados, composta pela análise de conteúdo.

3.1 CLASSIFICAÇÃO, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

No tocante aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória. Quanto a pesquisa exploratória, segundo Cooper e Schindler (2003, p. 131): “através da exploração, os pesquisadores desenvolvem conceitos de forma mais clara, estabelecem prioridades, desenvolvem definições operacionais e melhoram o planejamento final da pesquisa”.

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, para Deslandes, Gomes e Minayo (2012, p. 22): “A abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, primeiramente, pelos próprios pesquisadores”.

Quanto à natureza das fontes utilizadas na elaboração de todo o trabalho, esta pesquisa é classificada como: bibliográfica, documental e de campo. De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 54): “a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo”.

Prodanov e Freitas (2013, p. 55) comentam que diferentemente da pesquisa bibliográfica: “a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A pesquisa de campo conforme Vergara (2003, p. 46): “é investigação empírica realizada no local onde ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação [...]”.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a de entrevista e a análise documental, tendo em vista que foram solicitados os planos de ensino da disciplina de contabilidade governamental aos docentes entrevistados. Haverá, portanto, dados oriundos dos planos de ensino das disciplinas das IES consultadas, como também, dados provenientes das entrevistas realizadas na pesquisa.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população alvo desta pesquisa é composta por docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis ofertados por 10 IES da região metropolitana da baixada santista.

Dentre a população, buscou-se como amostra os docentes que lecionam a disciplina de contabilidade governamental, ou equivalente, nos cursos de ciências contábeis nas IES da região Metropolitana da Baixada Santista no período de 2015. Foi possível detectar 7 IES que ofertaram a disciplina nesse período e 7 docentes que lecionaram a disciplina nestas IES. Não ocorreu de mais de um docente lecionar as disciplinas dentro de uma mesma IES e nem de um mesmo docente lecionar a disciplina em mais de uma IES.

“Muitas situações requerem informações sobre um grupo amplo de elementos [...]. Em virtude do tempo, custos e outros fatores são possíveis coletar dados somente de uma pequena parte do grupo. O grupo mais amplo dos elementos de determinado estudo é denominado população e o grupo menor, amostra.” (SWEENEY; WILLIAMS; ANDERSON, 2013, p. 14). A seguir, o quadro com as 10 IES que compõem a população e sua respectiva amostra:

QUADRO 10 - POPULAÇÃO E AMOSTRA DAS IES PESQUISADAS

IES na Baixa Santista (com oferta do curso de Ciências Contábeis em 2015)	População	Amostra
CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE SERRAT - UNIMONTE	15*	1
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS - UNISANTOS	15*	1
UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP	15	1
UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS - UNIMES	16	1
FACULDADE DO GUARUJA - FAGU	13	1
UNIVERSIDADE SANTA CECILIA - UNISANTA	33	1
FACULDADE DO LITORAL SUL PAULISTA - FALS	15*	-
FACULDADE DE SÃO VICENTE - UNIBR	14	1
FACULDADE DON DOMÊNICO	15*	-
ESAMC	15*	-
TOTAL POPULAÇÃO/AMOSTRA	166	7

Fonte: Do autor

* **estimativa - IES não informou a população**

Não serão reveladas as identificações dos professores da disciplina dos cursos de Ciências Contábeis das IES participantes, pois a pesquisa realizada procurou preservar a confidencialidade das respostas e a privacidade daqueles que colaborarem para a realização

do presente trabalho. No tratamento dos dados, as IES e seus respectivos professores serão apresentadas apenas por códigos, para que a confidencialidade e a privacidade dos envolvidos sejam mantidas.

As IES serão identificadas então como: IES A, IES B, IES C, IES D, IES E, IES F e IES G, e os professores como: PROFESSOR A, PROFESSOR B, PROFESSOR C, PROFESSOR D, PROFESSOR E, PROFESSOR F e PROFESSOR G.

Os códigos das IES e professores foram escolhidos de maneira aleatória, em nenhum momento esse estudo fará algum tipo de avaliação do docente, o objeto do estudo é, exclusivamente, a disciplina de Contabilidade Governamental.

3.3 TECNICAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

As técnicas de coleta de dados utilizadas na presente pesquisa foram a análise documental, tendo em vista que foram solicitados os planos de ensino das IES que compõem o trabalho, e a técnica de coleta de dados entrevista, tendo em vista os 7 professores de contabilidade pública entrevistados. A seguir serão demonstrados os procedimentos realizados em ambos os casos.

3.3.1 DOS PLANOS DE ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

As IES da região metropolitana da Baixada Santista, selecionadas para a realização desta pesquisa, foram contatadas na intenção de fornecerem seus planos de ensino referentes à disciplina de Contabilidade Governamental ou similar, referente ao período de 2015, buscou-se avaliar os principais elementos que compõem o plano de ensino, ou seja: ementa, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia. Queiróz e Palma (2006, p. 196) comentam quanto a elaboração do programa ou plano de ensino da disciplina:

O programa é o direcionador das ações dos professores, pois procura facilitar o Processo de ensino aprendizagem, formaliza o compromisso do professor com o processo pedagógico do curso superior e evidencia aos alunos o que será estudado durante o período letivo e de que forma. O programa das disciplinas deve guardar estreita relação com as diretrizes definidas no projeto pedagógico, que contribuirá para o sucesso do curso superior. (QUEIRÓZ; PALMA, 2006, p. 196).

Para Abreu e Masseto (1990, p. 19) o roteiro do plano de disciplina deve conter ao menos os seguintes itens:

I-Identificação;
II-Objetivos e sua Relação com os Objetivos do Plano de Curso;
III-Tema (conteúdo Programático). Bibliografia;
IV-Estratégias; e
V-Avaliação do Desempenho do aluno.
(ABREU; MASSETO, 1990, p. 19).

No entendimento de Queiróz e Palma (2006, p. 198), a elaboração do programa é um momento especial do curso superior. É a oportunidade que o docente tem para oferecer aos discentes os melhores conteúdos possíveis, o que se segue por meio de:

Uso de boas obras como referências bibliográficas;
Seleção dos conteúdos a serem ministrados;
Identificação e combinação adequada de estratégias e estímulos para aprendizagem;
Inclusão do resultado de pesquisas apresentadas em revistas especializadas e eventos científicos;
Observação de aspectos da realidade relativos ao desenvolvimento da profissão
(QUEIROZ; PALMA, 2006, p. 198)

A Lei n. 9.394/1996, em seu artigo 47, § 1º menciona: “As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.” Ainda, o parecer CNE/CES n. 289, quanto ao acompanhamento e à avaliação, determina que os planos de ensino sejam fornecidos aos alunos antes do início do período letivo (BRASIL, 2003).

As contribuições de Abreu e Masetto (1990; 1997) e de Queiróz e Palma (2006) podem ser aplicadas a esta fase do estudo. A literatura especializada em educação e didática do ensino superior contém modelos para elaboração de um programa. No quadro 11 são expostas as informações consideradas essenciais a um plano de ensino.

**QUADRO 11 - ELEMENTOS DO PLANO DE ENSINO E SEUS PROPÓSITOS
COM BASE EM ABREU E MASETTO**

Elementos	Descrição
Objetivo	Metas definidas com precisão ou resultados previamente determinados, indicando o que o aluno deverá ser capaz de fazer como consequência das atividades de uma disciplina. Ênfase em modificações do comportamento do aluno.
Conteúdo Programático	Detalha os conteúdos, temas ou matérias a serem tratados na disciplina. Caracteriza os compromissos da disciplina e do professor com o projeto pedagógico do curso.
Estratégias de Ensino	Meios utilizados pelo docente para transmitir os conteúdos aos alunos. Em conjunto com os estímulos servem para que o processo de ensino e aprendizagem se materialize e alcance os objetivos fins estabelecidos.
Crítérios de Avaliação	Formas a serem usadas para avaliar o desempenho dos alunos ao longo da disciplina, em função dos resultados por eles apresentados.
Cronograma	Representação cronológica para execução das atividades previstas, e define os prazos esperados para a realização das atividades.
Referências	Deve abranger a literatura disponível e atualizada, previamente avaliada e selecionada pelo docente é composta por livros, artigos, revistas especializadas, dissertações e teses, e a indicação de outras fontes de consulta, por exemplo, alguns sites na internet. Pode ser dividida em básica e complementar.

Fonte: Adaptado de Abreu e Masetto (1990; 1997).

3.3.2 DA ENTREVISTA E SUA APLICAÇÃO AOS PROFESSORES

As entrevistas foram aplicadas presencialmente, aos professores da disciplina de Contabilidade Governamental dos cursos de Ciências Contábeis das IES da região metropolitana da baixada santista, após a confirmação da participação na pesquisa por meio de correio eletrônico. As entrevistas tiveram o tempo médio de 35 minutos e foram realizadas, exceto em dois casos, na IES que o docente leciona.

Após a concretização das entrevistas, realizou-se o procedimento de transcrição integral das gravações das entrevistas realizadas com os professores participantes da pesquisa. As transcrições foram efetuadas através de *software* de edição de texto. Posteriormente, a transcrição de cada professor foi enviada para o mesmo, por meio de correio eletrônico, para a validação das informações. Conforme combinado no momento da realização da entrevista.

As entrevistas do presente estudo têm como intuito identificar a percepção dos professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina em Cursos de Ciências Contábeis da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Quanto a definição de entrevista, de acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 88) trata-se de: “[...] uma técnica de pesquisa para coleta de informações, dados e evidências cujo o objetivo básico é entender e compreender o significado que entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente[...]”.

A entrevista foi elaborada utilizando um roteiro pré-definido baseado nos objetivos específicos da pesquisa e optou-se por um modelo de entrevista semiestruturado. De acordo com Flick (2009, p. 143) as entrevistas semiestruturadas: “têm atraído interesse [...]. Este interesse está associado a expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que [...] padronizada”.

Foi preciso definir três grupos de constructos para melhor visualizar as variáveis que compuseram a entrevista. O constructo possui 21 perguntas e baseia-se parcialmente em estudos antecedentes de outras disciplinas de contabilidade (FERNANDES, 2013; ARAÚJO, 2011; PELEIAS, 2008) que serviram de referência para sua construção. Contudo, os constructos e diversas questões foram alteradas para garantir os objetivos do tema abordado e mensurar a aplicação das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, tendo em vista o exposto.

No entendimento de Martins e Theóphilo (2009, p. 35) quanto a construção de um constructo:

Para explorar empiricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir a assertiva genérica do conceito em uma relação com o mundo real, baseada em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis, ou seja, elaborar (construir) um constructo ou construto e operacionaliza-lo. Para tanto, necessita identificar as variáveis observáveis/mensuráveis que podem representar as contrapartidas das variáveis teóricas. [...] Um constructo é uma variável-conjunto de termos, de conceitos e de variáveis -, isto é, uma definição operacional robusta que busca representar empiricamente um conceito dentro de um específico quadro teórico. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 35).

A seguir são apresentados os constructos e o roteiro de entrevista da presente pesquisa, conforme o arcabouço teórico apresentado anteriormente:

QUADRO 12 – CONSTRUCTO DA PESQUISA E ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Experiência e formação acadêmica dos docentes:
1. Qual sua formação acadêmica?
2. Poderia relatar sua experiência acadêmica? A quanto tempo atua na área acadêmica?
3. Além da docência exerce outra atividade profissional?
4. Quanto a Contabilidade Pública, considera-se um especialista?
5. Tem publicações na área de Contabilidade Governamental?
2) Percepção dos Professores sobre as estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos:
6. A disciplina Contabilidade Pública/Governamental permite variar as estratégias de ensino?
7. Quais são os métodos utilizados com os alunos na prática dos conteúdos da Contabilidade Governamental?
8. Durante o curso, os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da Contabilidade Governamental?
9. Durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com profissionais de Contabilidade Governamental?
10. Quais critérios de avaliação são utilizados na disciplina de Contabilidade Governamental?
3) Percepção dos Professores sobre as condições de oferta da disciplina:
11. Os alunos identificam a integração da disciplina de Contabilidade Governamental com outras disciplinas do curso?
12. A carga horária destinada à disciplina é o suficiente?
13. A biblioteca da IES possui os livros indicados na ementa? E, são indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros?
14. O professor recomenda novos livros a serem adquiridos para a biblioteca? Caso sim, a IES adquire os livros recomendados?
15. Qual o prazo de atualização dos programas e conteúdo? Dentro desse prazo, as obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas?
16. O conteúdo desenvolvido em sala de aula está alinhado com as novas exigências dos concursos públicos para o cargo de Contador Público?
17. O Programa da disciplina considera as atualizações posteriores à Lei nº 4.320 e LRF?
18. As mudanças no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) afetam a atualização dos Programas e Conteúdos?
19. O Programa da disciplina considera as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público?
20. O programa da disciplina considera as atualizações das IPSAS?
21. O conteúdo de Contabilidade Governamental, quanto ao processo de convergência das normas internacionais, está sendo abordado em que grau com relação aos seguintes temas:
21.a – É abordada a história e a evolução da Contabilidade Governamental, com o processo de convergência através do MCASP; CFC (NBCT SP) e IFAC (IPSAS)?
21.b – O professor aborda as diferenças entre o MCASP e as IPSAS?
21.c – É abordado o subsistema de Custos? O subsistema Patrimonial é abordado com a inclusão do aspecto financeiro?
21.d – A Receita e a Despesa Pública são abordadas levando em consideração os aspectos patrimoniais distinguidas dos aspectos orçamentários?
21.e – São abordados os Demonstrativos Contábeis trazendo comparação entre a Legislação Brasileira, MCASP e IPSAS?
21.f – Leciona quanto as diferenças nas consolidações dos demonstrativos em relação ao adotado pelas IPSAS e a adotada pelo MCASP?
21.g – O Plano de Contas (PCASP) é apresentado aos discentes com a nova estrutura de 7 níveis; 9 dígitos e 8 classes de contas?
21.h – O reconhecimento e mensuração dos ativos está sendo apresentado com as modificações trazidas com a adoção do processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público?

Fonte: Do autor

A questão 21 é composta por subitens de “21.a” até “21.h” que tiveram como objetivo validar as questões de 12 a 20, referente ao constructo 3, e ainda, buscou-se aprofundar a análise quanto o que de fato está sendo lecionado e em que nível, dentro do conteúdo aqui proposto e os objetivos específicos desse estudo. A seguir é apresentado o quadro com a correspondência entre Constructos, Questões e Objetivos específicos:

QUADRO 13 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA x QUESTÕES x CONSTRUCTOS

Grupos/ Constructos	Questões	Objetivos Específicos da Pesquisa
1º	1 a 5	Pesquisar a experiência e formação acadêmica dos docentes que ministram a disciplina de Contabilidade Governamental.
2º	6 a 10	Identificar as estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação mais utilizadas para lecionar a disciplina de Contabilidade Governamental.
3º	11	Verificar a integração da disciplina de Contabilidade Governamental nos cursos de Ciências Contábeis.
3º	12 a 15	Identificar através do plano de ensino da disciplina de Contabilidade Governamental, o conteúdo programático, a carga horária, a bibliografia básica e complementar e verificar suas atualizações com relação às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.
3º	16	Verificar com os professores da disciplina de Contabilidade Governamental se os conteúdos ministrados em sala estão de acordo com as exigências dos concursos para o cargo de Contador Público
3º	17 a 20	Identificar através do plano de ensino da disciplina de Contabilidade Governamental, o conteúdo programático, a carga horária, a bibliografia básica e complementar e verificar suas atualizações com relação às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.
3º	21a a 21h	Verificar com os professores da disciplina de Contabilidade Governamental, os conteúdos ministrados, incluindo as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, suas atualizações, divergências e conformidades quanto ao processo de convergência no Brasil.

Fonte: Do autor

Ainda, no intuito de relacionar os três constructos e suas questões com a fundamentação teórica apresentada nesse estudo, elaborou-se quadro com as principais referências utilizadas, como demonstrado a seguir:

QUADRO 14 - PRINCIPAIS REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA FUNDAMENTAÇÃO

Grupos/ Constructos	Questões	Obras
1º	1 a 5	(TARDIF; RAYMOND; 2000) (TARDIF; LESSARD; 1999) (TARDIF; 2000) (FAVERO; 1987) (NOSSA; 1999) (SLOMSKI, V. G.; MARTINS; 2008) (SLOMSKI, V. G; 2013) (LAFFIN; 2002a) (HANDBOOK OF INTERNATIONAL EDUCATION PRONOUNCEMENTS; 2014) (IES 7; 2014)
2º	6 a 10	(LAFFIN; 2002b) (IES 6; 2014) (BERG; 2007) (ABREU; MASETTO; 1990; 1997); (SLOMSKI, V. G., et al; 2013) (HACKETT; 1938) (HOFER, PELEIAS e WEFFORT; 2005)
3º	11 a 21	(LAFFIN; 2002b) (PIAGET; 1972) (CNE/CES nº 10/2004) (LEI 4.320/64) (LEI 101/2000) (SLOMSKI, V.; 2013) (HANDBOOK OF INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING PRONOUNCEMENTS) (IFAC) (MCASP; 2014) (SLOMSKI, V. G.; MARTINS; 2008) (IPSAS 22; IPSAS 18) (PCASP; 2014) (SLOMSKI, V. G., et al; 2013) (PROPOSTA NACIONAL DE CONTEÚDO PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, CFC, 2009) (ISAR/UNCTAD; 2013) (NBCT SP 16; CFC, 2013)

Fonte: Do autor

Além dos tópicos da fundamentação apresentados no quadro 14, as pesquisas selecionadas e apresentadas nos itens 2.5 “ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DE DISCIPLINAS DE OUTROS RAMOS DA CONTABILIDADE NO BRASIL” e 2.6 “RELACIONADAS À DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL” também serviram de embasamento para a elaboração dos constructos e questões, apesar das diferenças apresentadas nesse trabalho.

Segundo Araújo (2011, p. 45): “os achados e preocupações lançadas por outros pesquisadores são importantes meios de compreender como as condições de ensino das disciplinas analisadas contribuem para a formação dos egressos dos cursos de Ciências Contábeis”. Afinal, tomar conhecimento dos resultados obtidos por outros autores que procuraram realizar pesquisas semelhantes a esta dentre as disciplinas de Contabilidade - é sem dúvida - de grande valia e pode colaborar no resultado.

3.4 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Tanto na análise dos planos de ensino quanto nas entrevistas, foi utilizada a técnica denominada análise de conteúdo. No entendimento de Bardin (1977, p. 42), um conjunto de: “técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção.”.

“A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência está que recorre a indicadores (quantitativos ou não).” (BARDIN, 1977, p. 38).

Quanto à organização da análise, existem diferentes fases da análise de conteúdo: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise constitui a organização propriamente dita trata-se do período intuitivo e tem por objetivo operacionalizar as ideias iniciais, muitas vezes é necessária a constituição de um corpus, que são o conjunto dos documentos tidos a submeter ao procedimento analítico. A sua constituição implica em regras: regra de exaustividade, representatividade, homogeneidade e regra de pertinência (BARDIN, 1977, p. 96).

[...] a) regra da exaustividade: uma vez definido o campo do corpus, é preciso ter-se em conta todos os elementos desses corpos; b) regra da representatividade: a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial; c) regra de homogeneidade: os documentos retidos devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha. (BARDIN, 1977, p. 90).

Na fase de exploração do material, “se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas”. (BARDIN, 1977, p. 101).

Utilizou-se a técnica análise de conteúdo quanto aos planos de ensino da disciplina de Contabilidade Governamental recebido pelas 7 IES, bem como as entrevistas realizadas com os 7 docentes da região metropolitana da baixada santista, de modo a buscar melhor entendimento e profundidade das diversas variáveis de interesse com relação à disciplina.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Este capítulo compara e analisa os dados coletados sobre os planos de ensino das IES da região Metropolitana da Baixada Santista para a disciplina de Contabilidade Governamental e também traz uma abordagem sobre as condições do ensino superior dessas IES, através de entrevistas efetuadas com os docentes desta disciplina na IES pesquisadas.

A região Metropolitana da Baixada Santista é composta por 9 municípios, sendo eles: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

O quadro a seguir indica que, do total de IES na Baixada Santista, 66,6% das IES ofertaram o Curso de Ciências Contábeis, e, ainda, 70% destes ofertaram a disciplina de Contabilidade Governamental em 2015, o que corresponde a 46,6% do total de IES na Baixada Santista.

QUADRO 15 - TOTAL DE IES NA REGIÃO DA PESQUISA

IES	Quantidade
IES na Baixada Santista	15
IES na Baixada Santista - com oferta do curso de Ciências Contábeis	10
Cursos de Ciências Contábeis que ofertaram a disciplina de Contabilidade Governamental em 2015 na Baixada Santista	7

Fonte: Do autor

O curso de Ciências Contábeis já vem sendo ofertado nessa região desde o início da década de 1970, pelo Centro Universitário Monte Serrat – Unimonte, e posteriormente, começaram a surgir ofertas deste curso em novas IES da Baixada Santista. No presente estudo é possível verificar que a oferta do curso de Ciências Contábeis está em constante crescimento, visto que nos últimos 45 anos, foram então ofertados mais 9 cursos em outras IES da região pesquisada. No quadro 16 pode-se verificar que, no período de 2009 a 2014, ocorreu um aumento de 66% na oferta do curso de ciências contábeis, o que demonstra que o interesse para essa área cresce a cada ano.

QUADRO 16 - AUTORIZAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS IES

IES - BAIXADA SANTISTA (com oferta do curso de Ciências Contábeis)	1º TURMA - CIÊNCIAS CONTÁBEIS (AUTORIZADO)	ENADE 2012
CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE SERRAT - UNIMONTE	1971	2
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS - UNISANTOS	1978	4
UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP	1994	4
UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS - UNIMES	1996	3
FACULDADE DO GUARUJA - FAGU	1999	2
UNIVERSIDADE SANTA CECILIA - UNISANTA	2003	3
FACULDADE DO LITORAL SUL PAULISTA - FALS	2009	-
FACULDADE DE SÃO VICENTE - UNIBR	2012	4
FACULDADE DON DOMÊNICO	2014	-
ESAMC	2011	-

Fonte: Do autor

Segundo dados do ENADE 2012, entre as 10 IES que ofertaram o curso de Ciências Contábeis em 2015, 3 ainda não tem a nota de avaliação deste exame, o que pode ser explicado pelo fato de determinada IES ainda não ter formado sua 1º turma, e, conseqüentemente, não ter o público exigido no período de aplicação do ENADE, que são discentes do último semestre do curso.

Ainda, apenas 3 IES possuem nota 4 na avaliação, no entendimento de (1999, p. 7): “Aumentou-se o número de instituições, porém, sem nenhuma preocupação com os aspectos qualitativos dos cursos.”.

Como já exposto, somente 7 IES ofertaram a disciplina de Contabilidade Governamental em 2015, por isso, as análises serão efetuadas baseadas nesta amostra e as IES serão identificadas por códigos, conforme mencionado na metodologia do presente estudo.

4.1 PERFIL DA AMOSTRA: EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL DAS IES PESQUISADAS

Neste item serão analisadas as respostas dos professores com relação a experiência e formação acadêmica, conforme constructo 1.

Quanto a formação acadêmica em nível de graduação, 57,14% (A, D, E, G) não possuem formação em Ciências Contábeis. Esse percentual é elevado, tendo em vista que a priori seria incumbência do docente/contador essa função. Contudo, dois professores tem formação em Administração, um com especialização em contabilidade (A), e o outro, em Gestão Pública (E), e o PROF G tem formação em Economia com especialização em Gestão Pública. Apenas um professor (D) não possui titulação na área contábil ou em gestão pública.

No que refere-se a titulação de Doutorado, nenhum dos professores cursam ou possuem a mesma. Quanto a titulação de Mestre, 42,85% (A, D, E) dos professores são mestres, todos em Educação, e ainda, o PROF F é mestrando em Educação, ou seja, 57,14% optaram em cursar o mestrado em Educação, esse número pode ser justificado pelo fato de uma IES da região da Baixada Santista ofertar esse curso, o mesmo não ocorre com o mestrado em Ciências Contábeis.

Nenhum dos professores entrevistados possui a titulação de mestre em Ciências Contábeis, apenas um (B) está cursando este mestrado. O total de professores que cursam ou concluíram o mestrado, corresponde a 6 dos 7 professores (85,71%). O PROF G é mestrando em Políticas Públicas.

A maioria dos professores das IES pesquisadas demonstrou ter acesso a conhecimentos de didática de ensino por meio de sua formação, tendo em vista o número de professores com mestrado ou mestrando em Educação, e ainda, dois professores (F, G) possuem licenciatura em Matemática, e o PROF D possui especialização em Formação de Professores Acadêmicos. Esses resultados vão de encontro com a fundamentação dessa pesquisa, no que tange a preocupação com os conhecimentos pedagógicos na formação do contador docente:

Para a docência universitária, [...] é desejável que os professores detenham, além dos conhecimentos específicos da área em que ministram a disciplina, conhecimentos pedagógicos relacionados ao ensinar e aprender, portanto, formação na área da educação. Ademais, são bem vindos os conhecimentos experienciais do professor, suas percepções do mundo do trabalho no qual os futuros profissionais estarão inseridos. (SLOMSKI et al., 2013, p. 73)

Quanto a experiência acadêmica dos professores em IES, o PROF D leciona há 15 anos e o PROF E 13 anos. Os demais, portanto, 5 dos 7 professores (71,42%), tem 6 anos ou menos de experiência docente. “Os saberes docentes são temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados, e que carregam consigo as marcas do seu objeto, que é o ser humano”. (TARDIF, 2000, p. 18).

“São temporais no sentido de que os primeiros anos de prática são decisivos na aquisição do sentimento de competência e no estabelecimento das rotinas de trabalho, ou seja, na estruturação da prática profissional. Ainda hoje, a maioria dos professores aprendem a trabalhar na prática, por tentativa e erro.” (TARDIF, 2000, p. 14).

Com relação ao professor se considerar um especialista na disciplina de contabilidade governamental, apenas um (A) menciona não se considerar um especialista da área.

Quanto as publicações de estudos, somente 28,57% (E, F) as tem na área de contabilidade pública. De acordo com Laffin (2002a, p. 15), dentre os atributos da identidade profissional do professor de contabilidade está: “A compreensão do ensino-pesquisa-extensão como indissociáveis do seu trabalho”.

Neste item, atingiu-se o proposto no objetivo específico F da pesquisa: “pesquisar a experiência e formação acadêmica dos docentes que ministram a disciplina de Contabilidade Governamental”. A seguir, o presente estudo passará a analisar os planos de ensino das IES pesquisadas.

4.2 O PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NAS IES

Primeiramente, analisando os planos de ensino das IES pesquisadas, constatou-se que, ao ser ofertada, a disciplina de Contabilidade Governamental nem sempre se apresenta com esta nomenclatura, variando conforme cada instituição, como é demonstrado no quadro 17.

QUADRO 17 - CARACTERÍSTICAS DA DISCIPLINA EM CADA IES

IES	NOME DA DISCIPLINA	SEM.	CARGA HORÁRIA
A	CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO	4º	80HS
B	CONTABILIDADE PÚBLICA E GOVERNAMENTAL	8º	36HS
C	CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL + FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO	5º e 6º	80HS + 80HS
D	CONTABILIDADE PÚBLICA E GOVERNAMENTAL	6º	80HS
E	CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS	5º e 6º	68HS + 68HS
F	CONTABILIDADE PÚBLICA I + CONTABILIDADE PÚBLICA II	3º e 4º	80HS + 80HS
G	CONTABILIDADE PÚBLICA	4º	80HS

Fonte: Do autor

Verificou-se também que um item que apresenta grande variação é o semestre que essa disciplina é ofertada, o que pode ser avaliado como ponto positivo ou negativo, visto que a disciplina de Contabilidade Governamental necessita de uma base advinda de outras disciplinas do curso, com isso, se a mesma for ofertada em um semestre onde ainda não foram lecionadas as disciplinas que trazem interdisciplinaridade com a mesma, o aluno poderá apresentar falta de entendimento à respeito de determinado tema.

Piaget (1972, p. 132) define interdisciplinaridade como: “o intercâmbio mútuo e a recíproca integração entre várias ciências, fazendo com que essa cooperação tenha como resultado um enriquecimento recíproco.”. Ainda, no mesmo quadro, é possível analisar que em nenhuma das IES a disciplina é ofertada no 1º ano de estudos, onde os discentes ainda estão formando sua base.

Ainda, o quadro 17 apresenta a carga horária de cada IES para esta disciplina, e verificou-se que dos 7 cursos, 2 a carga horária é composta por 160h (C, F), apenas um curso apresentou carga horária de 136h (E), outras 3 IES ofertam a carga horária de 80h (A, D, G). Apenas a IES B apresentou a carga horária de 36h, a menor carga horária entre as IES pesquisadas. Um ponto que deve ser levado em consideração no estudo, é o fato de 3 das IES (C, E, F) ofertarem o conteúdo de Contabilidade Governamental em 2 semestres.

Esses resultados corroboram com a *International Education Standards 2 - IES 2 - (Conteúdo de Programas de Educação Profissional de Contabilidade.)* item A.12, quando a IFAC menciona que por vezes, os programas de ensino de contabilidade poderão ter os níveis de aprendizagem aumentados em determinada área:

A12. Nos programas de ensino profissional de contabilidade, um organismo membro IFAC pode: [...] (B) aumentar o nível de proficiência para algumas áreas de competência; ou (c) desenvolver a aprendizagem adicional [...]. Isso pode ocorrer quando um membro da IFAC prepara aspirantes à contadores profissionais para trabalhar dentro de um setor em particular (por exemplo, o setor governamental)[...]. (IFAC, 2014b, p. 244).

Por fim, conforme fundamentação teórica apresentada, o CFC editou o livro: Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, e no que tange à disciplina de Contabilidade Governamental, a proposta traz uma carga horária total de 180 horas, divididas em duas disciplinas: Gestão de Finanças Públicas, com carga de 60 horas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com carga de 120 horas. A seguir serão demonstrados os elementos dos planos de ensino pesquisados.

4.2.1 ELEMENTOS DOS PLANOS DE ENSINO DAS IES

Analisando os elementos que compõem os planos de ensino das IES pesquisadas, constatou-se que 5 das 7 IES apresentam os mesmos elementos básicos citados conforme estudos de Abreu e Masetto (1997, p. 19), exceto a IES G, que não disponibiliza a estratégia de ensino utilizada em sala de aula e a IES D, que não tem um cronograma de aula disponibilizado no plano.

QUADRO 18 - ELEMENTOS DO PLANO DE ENSINO

ELEMENTOS DO PLANO DE ENSINO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
1 - EMENTA	7	100%
2 - OBJETIVOS	7	100%
3 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	7	100%
4 - CRONOGRAMA DE AULA	6	85,71%
5 - ESTRATÉGIAS DE ENSINO	6	85,71%
6 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	7	100%
7 - BIBLIOGRAFIA	7	100%

Fonte: Do autor

Como demonstra o quadro 18, a maioria das IES demonstram a preocupação de ter todas as informações da disciplina expostas no plano de ensino.

4.2.2 EMENTAS – CONFORME PLANO DE ENSINO

Neste item dos planos de ensino, as 7 IES inicialmente corroboram da mesma base, apoiando suas diretrizes nos mesmos ensinamentos, sempre citando o Orçamento e Planejamento Público.

Duas IES (A, E) demonstraram em suas ementas um viés mais direcionado ao orçamento do que a contabilidade pública em si. Outras três IES (C, D, F) demonstraram maior enfoque em relação a contabilidade pública. A IES G também demonstra enfoque contábil, contudo, com um viés em administração pública. A IES B, apresenta uma ementa reduzida, contudo direcionando o conteúdo tanto para orçamento quanto para contabilidade.

QUADRO 19 - CONTEÚDO DAS EMENTAS DAS IES

IES	CONTEÚDO DAS EMENTAS
A	Apresentar os princípios básicos de administração dos recursos públicos, nos três níveis de administração, discorrendo sobre as formas de receitas e despesas. Enfoca as obrigações de cumprimento legal, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, exemplificando as formas de contabilização. Também aborda as alternativas de captação para o cumprimento dos orçamentos e determinações legais.
B	Introdução à Contabilidade Pública, Orçamento Público, Orçamento Fiscal e Plano Plurianual, Peças Contábeis do setor Público
C	Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo: Princípios Contábeis; campo de aplicação, objetivos, função social, patrimônio público, plano de contas; lançamentos típicos, elaboração e análise das demonstrações contábeis, custos e controle interno sob a ótica contábil / Definições da Teoria das Finanças Públicas, Planejamento do Setor Público, Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal.
D	Esta disciplina trata da escrituração contábil na Administração Pública, oferecendo aos alunos o conhecimento necessário para a elaboração de demonstrações contábeis do setor público. Ela capacita os estudantes a registrar os principais fatos decorrentes da ação dos gestores dos bens públicos, evidenciando, por meio de relatórios, os resultados da administração orçamentária, financeira, patrimonial e de custos, em conformidade com a legislação pertinente. Esta disciplina possibilita o aluno o domínio da sistemática que envolve o controle orçamentário e financeiro da administração pública.
E	Orçamento Público - Conceitos, objetivos; Instrumentos de Planejamento Orçamentário - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, Receita Pública, Características, conceitos e etapas; Despesa Pública - Características, conceitos e etapas; Execução Orçamentária - Conceitos e Etapas; Controle da Execução Orçamentária, Contingenciamento do Orçamento Público.
F	Contabilidade Aplicada ao Serviço Público. Regimes Contábeis. Escrituração. Sistemas Contábeis: Orçamentário Financeiro, Patrimonial e Compensação. Balanços Públicos: Composição, Conteúdo e Levantamento. Tópicos Especiais de contabilização: Restos a Pagar, Dívida Pública e Créditos Adicionais. Levantamento de Contas: Prestação de Contas, Tomada de Contas e Relatórios / Introdução ao Orçamento Público. Instrumentos de Planejamento. Créditos Adicionais. Receitas e Despesas Públicas. Restos a Pagar. Despesas de Exercícios anteriores. Adiantamentos. Dotação Orçamentária e Fontes de Recursos. Despesa Orçamentária. Conta única do Governo Federal e Programação Financeira.
G	Introdução à Administração Pública - Conceito, objetivos e evolução. Administração Pública - Direta e Indireta; Serviço Público - Concessões e Permissões - A Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e suas atualizações; Patrimônio Público. Contabilidade Pública - Origem, conceitos e campo de aplicação; Exercício Financeiro; Legislações; Planos de Contas: Orçamentário, financeiro Compensação e Patrimonial; Balanços Públicos - Fechamento e Quocientes.

Fonte: Do autor

O que é pressuposto como critério de “variação” do ementário é a carga horária que a disciplina terá no semestre de cada IES, fazendo então que seja possível um ensinamento mais criterioso de cada assunto quando se tem as horas-aulas necessárias, ou, em caso de cargas reduzidas, assuntos sejam disseminados sem a devida profundidade.

4.2.3 OBJETIVOS - CONFORME PLANOS DE ENSINO

Na análise dos objetivos nos planos de ensino, foi encontrado um ponto negativo que difere as IES A, B e C das restantes, visto que, onde as outras IES buscam informar não somente os objetivos gerais, mas também os objetivos específicos da disciplina, essas são as IES que disponibilizam apenas os objetivos gerais. O quadro a seguir apresenta os objetivos das IES pesquisadas:

QUADRO 20 - OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DAS IES

IES	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS
A	<p>Objetivos Gerais: Capacitar o formando a administrar os recursos públicos, dotando-o de conhecimento sobre as formas de contabilização em função das diversas fontes e dos diversos destinos. Tornar o aluno apto a entender como o executivo se relaciona com o legislativo relativamente ao orçamento público, bem como isso é controlado e fiscalizado. Também tomar conhecido o dever do poder judiciário no que diz respeito ao orçamento. Tornar clara na responsabilidade do administrador público em função da observância da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Nº 4.320/64 – Decreto Nº 93.872/86.</p> <p>Objetivos Específicos: Não apresenta na ementa.</p>
B	<p>Objetivos Gerais: Apresentar e discutir as particularidades da Contabilidade Pública; Fornecer conhecimentos técnicos sobre os processos de planejamento; Apresentar as diferenças entre a contabilidade financeira e a contabilidade pública; Apresentar e elaborar os relatórios obrigatórios e formas de contabilização. Com base na lei 4320/64 que elenca normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, irá preparar o aluno para ingresso em concursos públicos e por fim uma carreira pública.</p> <p>Objetivos Específicos: Não apresenta na ementa.</p>
C	<p>Objetivos Gerais: Identificar a estrutura do Estado no que consiste a administração pública; - Coletar informações sobre o orçamento público, bem como a execução orçamentária e financeira; - Interpretar e executar os mecanismos de Contas e Plano de Contas na Administração Pública; - Analisar os lançamentos contábeis nos sistemas: orçamentário, patrimonial, custos e de compensação; - Interpretar as demonstrações contábeis segundo a legislação. Estudar conteúdo que propiciem ao aluno, no contexto prático e teórico a compreensão dos fundamentos e dos princípios que norteiam a formulação e implementação do atual arcabouço institucional e das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil a partir do reconhecimento dos principais instrumentos adotados no ciclo de gestão dos recursos públicos.</p> <p>Objetivos Específicos: Não apresenta na ementa.</p>
D	<p>Objetivos Gerais: Desenvolver" com os alunos conhecimentos necessários para as seguintes competências: a) abordar os aspectos de interpretação de cunho legalista sobre as normas de orçamento, contabilização, controle e prestação de contas do setor público; b) assinalar 'a importância crescente que a Contabilidade Pública assume no setor econômico; c) enfatizar a Contabilidade Pública como instrumento que visa à prestação de serviços, exigindo que os profissionais renovem seus métodos de trabalho para tornar o processo de tomada de decisões mais eficaz.</p>

	Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a contabilizar os principais fatos decorrentes da ação dos gestores dos bens públicos, evidenciando, por meio de relatórios contábeis ou gerenciais, os resultados da administração orçamentária, financeira, patrimonial e de custos, em conformidade com a legislação pertinente. Possibilitar o domínio da sistemática que envolve o controle orçamentário e financeiro da administração pública.
E	Objetivos Gerais: Dar conhecimentos aos alunos sobre as técnicas de planejamento financeiro no setor público, suas etapas e seus controles. Objetivos Específicos: Ter conhecimento de como planejar o Orçamento Público, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Lei de Responsabilidade Fiscal e suas implicações.
F	Objetivos Gerais: Possibilitar ao aluno conhecimentos básicos teórico-práticos relativos às técnicas e tipos de orçamentos públicos e sua vinculação com a Contabilidade aplicada ao Setor Público.
	Objetivos Específicos: oferecer ao aluno uma visão sobre a forma de obtenção dos relatórios contábeis através da contabilização e escrituração, os regimes contábeis e as formalidades legais oriundos da administração pública. Passar uma visão ao aluno sobre relatórios contábeis, sua elaboração e utilização para atender às necessidades dos usuários e apresentar noções de análise dos relatórios contábeis. Demonstrar a importância e utilização dos relatórios gerenciais na administração pública, orientar o aluno sobre a análise dos relatórios contábeis para uso gerencial. Apresentar as ferramentas de correção e do orçamento bem como evidenciar os erros de planejamento que podem ser modificados através destes mecanismos. Oferecer uma visão de como as contas públicas necessitam de transparência para atendam o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal.
G	Objetivos Gerais: Dar conhecimentos aos alunos dos conceitos da administração Pública, sistemas de contabilidade Pública, Patrimônio e Licitação e ainda a Lei de Responsabilidade Fiscal.
	Objetivos Específicos: Ter conhecimentos das características do Serviço Público, sua Organização administrativa e o desenvolvimento dos registros de operações típicas de Estado.

Fonte: Do autor

Comparando a ementa com os objetivos das IES A e E, pode-se observar que as mesmas seguem priorizando aspectos do orçamento, em detrimento aos aspectos patrimoniais e contábeis. O mesmo ocorre com as IES C, D e F que buscam demonstrar maior enfoque em relação a contabilidade pública, ainda que contemple aspectos orçamentários, o que naturalmente deverá sempre ocorrer. A IES G, continua a apresentar seu enfoque em administração pública. A IES B, apresenta seu objetivo condizente ao descrito na ementa, direcionando o conteúdo tanto para orçamento quanto para contabilidade.

Quanto a importância dos objetivos do plano de ensino, demonstram ao aluno metas definidas com precisão ou resultados previamente determinados, indicando o que o aluno deverá ser capaz de fazer como consequência das atividades de uma disciplina. Ênfase em modificações do comportamento do aluno. (ABREU; MASSETTO, 1997, p. 27). A seguir será evidenciado o conteúdo programático.

4.2.4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CONFORME PLANOS DE ENSINO

Neste item, será analisado o Conteúdo Programático apresentado nos planos de ensino das 7 IES pesquisadas. Para uma melhor observação dos itens selecionados no plano de ensino, optou-se por segregar o conteúdo em um quadro com 6 grupos, conforme demonstrado (Administração Pública; Aspectos Orçamentários/Receitas/Despesas/LRF; Contratos, Convênios, PPP; Demais Aspectos Contábeis; Órgãos de Fiscalização e Plano de Contas/Demonstrações Contábeis/Consolidação):

QUADRO 21 - TOTAL DE FREQUÊNCIA POR GRUPO

Grupo	Frequência						
	IES A	IES B	IES C	IES D	IES E	IES F	IES G
Administração Pública	4	1	-	1	2	1	2
Aspectos Orçamentários/Receita/Despesa/LRF	3	8	6	7	6	7	1
Contratos/Convênios/PPP	-	2	1	-	-	-	-
Órgãos de Fiscalização	1	2	-	-	-	-	-
Plano de Contas/Demonstrações Contábeis/Consolidação	2	4	1	9	4	3	-
Demais Aspectos Contábeis	5	1	12	5	7	4	1
Total de Frequência	15	18	20	22	19	15	4

Fonte: Do Autor

Na sequência, buscou-se encontrar a frequência percentual entre os aspectos exclusivamente contábeis com relação ao restante do conteúdo, ou seja, quais as IES que mais relacionaram temas voltados para a contabilidade dentro do seu próprio programa, como demonstrado a seguir:

QUADRO 22 - PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA - ASPECTOS CONTÁBEIS

Grupo	Frequência						
	IES A	IES B	IES C	IES D	IES E	IES F	IES G
Total de Frequência	15	18	20	22	19	15	4
Plano de Contas/Demonstrações Contábeis/Consolidação + Demais Aspectos Contábeis	7	5	13	14	11	7	1
Frequência %	47%	28%	65%	64%	58%	47%	25%

Fonte: Do Autor

As IES C e D foram as que apresentaram maior frequência dos aspectos exclusivamente contábeis em seus planos de ensino, seguida pela IES E (58%) e as IES A e F, ambas com 47%. As IES B e G apresentaram 28% e 25% respectivamente.

Ainda, buscou-se a frequência percentual do total de cada IES com os aspectos contábeis e orçamentários, excluindo-se, portanto, três grupos, Administração Pública; Contratos, Convênios, PPP; Órgãos de Fiscalização.

QUADRO 23 - PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA - ASPECTOS CONTÁBEIS E ORÇAMENTÁRIOS

Grupo	Frequência						
	IES A	IES B	IES C	IES D	IES E	IES F	IES G
Total de Frequência	15	18	20	22	19	15	4
Aspectos Orçamentários/Receita/Despesa/LRF + Plano de Contas/Demonstrações Contábeis/Consolidação + Demais Aspectos Contábeis	10	13	19	21	17	14	2
Frequência %	67%	72%	95%	95%	89%	93%	50%

Fonte: Do Autor

As IES C e D (95%) novamente foram as que apresentaram maior frequência, dessa vez dos aspectos orçamentários com os aspectos contábeis, seguida pela IES F (93%); IES E (89%); IES B (72%); IES A (67%), por fim, a IES G foi a que menos apresentou em seu conteúdo aspectos contábeis e orçamentários (50%), novamente demonstrando um viés para assuntos relacionados a administração pública.

Quando compara-se os achados com relação a ementa/objetivos aos relacionados ao conteúdo programático, diferentemente da comparação entre ementa e objetivos, os conteúdos de algumas IES demonstraram assimetria. As IES A e E demonstraram um conteúdo mais dividido entre contabilidade e orçamento e demais aspectos, inicialmente os aspectos orçamentários estavam sendo priorizados na ementa/objetivo.

No caso da IES F, que demonstrou na ementa/objetivo enfoque contábil com alguns aspectos orçamentários, no conteúdo exibe um equilíbrio entre contabilidade e aspectos orçamentários. A IES B, apresenta seu objetivo/ementa, direcionando o conteúdo tanto para orçamento quanto para contabilidade, quando do conteúdo, demonstra mais aspectos orçamentário e de administração. Ou seja, 4 das 7 IES (57,14%) apontaram ementa/objetivos diferentes do que relatam no conteúdo programático.

Ainda, optou-se por demonstrar o conteúdo do plano de ensino, conforme as NBCTSP, o quadro 24 indica o atendimento de cada IES em relação às NBC T:

QUADRO 24 - ATENDIMENTO DAS IES À NBCASP

Grupo	Conteúdo Programático	IES A	IES B	IES C	IES D	IES E	IES F	IES G
NBCT SP	Avaliação e mensuração de ativos e passivos em Entidade do Setor Público – NBCT 16.10			X				
NBCT SP	Contabilidade Pública - Origem/Conceitos/Aplicação*	X	X	X	X	X	X	
NBCT SP	(IES C) Estrutura do Sistema Contábil de acordo com a NBCT 16.2 (IES D) Patrimônio Público; Subsistemas de informações: Orçamentário, Patrimonial, Custos e de Compensação.			X	X			
NBCT SP	(IES C) NBCT 16.5 – Comparabilidade, Compreensibilidade, Confiabilidade, Fidedignidade, Imparcialidade, Integridade, Objetividade, Representatividade, Tempestividade, Uniformidade, Utilidade, Verificabilidade e Visibilidade.			X				
NBCT SP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público			X	X	X		
NBCT SP	Transparência, Controle e Fiscalização – NBCT 16.8			X				
NBCT SP	Balanço Orçamentário*		X		X	X	X	
NBCT SP	Balanço Patrimonial*		X		X	X	X	
NBCT SP	Balancos Financeiros*		X		X	X	X	
NBCT SP	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido				X			
NBCT SP	Demonstração do Resultado Econômico				X			
NBCT SP	Demonstração dos Fluxos de Caixa				X			
NBCT SP	Demonstrações das Variações Patrimoniais*	X	X		X			

Fonte: Do autor

A princípio, as normas encontradas no conteúdo, seriam: 16.1; 16.2; 16.5; 16.6; 16.8; 16.10 e 16.11, além das IES C; D e E, que mencionaram as normas de maneira genérica.

Contudo, nas IES A, B e F não é possível ter certeza que os conteúdos mencionados são referentes as NBCT ou tratam-se de aspectos anteriores, conforme “*”, (NBC T 16.1/16.6). Na análise, é possível observar que a IES D foi a que mais citou as normas em seu conteúdo, seguida pela IES C. A IES G, não traz nenhuma norma em seu conteúdo.

4.2.5 CRONOGRAMA DE AULA - CONFORME PLANOS DE ENSINO

Ao se analisar os cronogramas de aulas das IES presentes neste estudo, verificou-se que há uma variação na apresentação deste item em cada plano de ensino, conforme demonstra o quadro 25:

QUADRO 25 - CRONOGRAMA DE AULAS DAS IES

IES	Apresentação do Cronograma
A	Semanal
B	Bimestral
C	Mensal
E	Mensal
F	20hs(por tópico)
G	Semanal

Fonte: Do Autor.

As IES A e G apresentam seus cronogramas em formato semanal, de forma que é possível ter um acompanhamento mais próximo do desenvolvimento da disciplina; enquanto que as IES C e E apresentam os cronogramas de forma mensal e a IES B apresenta em formato bimestral. Já a IES F, que oferta a disciplina EAD, apresenta o cronograma por horas, indicando que a cada 20hs será ofertado um tópico sobre determinado assunto (num total de 4 tópicos por semestre).

Como já citado, a IES D não disponibiliza o cronograma das aulas em seu plano de ensino, por isso não há como averiguar a maneira que o docente prioriza determinado conteúdo.

4.2.6 ESTRATÉGIA DE ENSINO - CONFORME PLANO DE ENSINO

As estratégias de ensino podem variar não somente por características da IES, mas, também ocorrem variações devido as condições da sala de aula, ou seja, se o docente possui os recursos instrumentais necessários, a carga horária disponibilizada e, também, pelo modelo de aula utilizado por cada professor. De acordo com Berg (2007, p. 326), elementos comuns de aprendizagem incluem:

Um foco na promoção de estilos "eficazes" de aprendizagem e comportamentos, incluindo:

- a importância, também, de aprendizagem reflexiva. Aprendizagem reflexiva envolve as capacidades cognitivas dos alunos e envolve um maior ou mais profundo

grau de processamento de material a ser aprendido, ao invés de memorização (aprendizagem não reflexiva) simples;

- a necessidade de profissionais para desenvolver comportamentos de aprendizagem autodirigida; [...]. (BERG, 2007, p. 326).

Ainda, de acordo com Laffin, (2002a, p. 16), são componentes da ação do professor de contabilidade: “organizar situações de ensino e aprendizagem adequando objetivos, conteúdo e metodologias com o projeto pedagógico do curso, contribuindo com a qualidade do ensino, assim como estar atento as formas de incorporar ao trabalho docente novas tecnologias;”. A seguir, são apresentadas as estratégias de ensino e sua frequência quanto as 7 IES:

QUADRO 26 - ESTRATÉGIAS DE ENSINO CONFORME PLANO DE ENSINO

ESTRATÉGIAS DE ENSINO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
AULA EXPOSITIVA/VIDEO-AULA	6	85,71%
DEBATES	3	42,85%
TRABALHO EM GRUPO	5	71,42%
MÉTODO DO CASO	5	71,42%
PESQUISAS EXTRA-CLASSE	2	28,57%
SEMINÁRIOS	1	14,28%
LEITURA SUPERVISIONADA/LEITURA SITES	2	28,57%

Fonte: Do autor

Conforme demonstrado anteriormente, a IES G não disponibiliza no plano de ensino a estratégia de ensino utilizada, com isso a frequência apontada no quadro não alcança 100% de frequência.

A análise das estratégias de ensino também foi desenvolvida de forma analítica, onde é possível avaliar quais as estratégias que cada IES utiliza, conforme demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 27 - ESTRATÉGIAS DE ENSINO CONFORME PLANO DE ENSINO - ANALÍTICA

ESTRATÉGIAS DE ENSINO	FREQUÊNCIA							PERCENTUAL
	A	B	C	D	E	F	G	
AULA EXPOSITIVA/VIDEO-AULA	S	S	S	S	S	S	N	85,71%
DEBATES	S	S	S	N	N	N	N	42,85%

Continua

Conclusão

TRABALHO EM GRUPO	S	N	S	S	S	S	N	71,42%
MÉTODO DO CASO	S	S	S	S	S	N	N	71,42%
PESQUISAS EXTRA-CLASSE	S	N	N	S	N	N	N	28,57%
SEMINÁRIOS	S	N	N	N	N	N	N	14,28%
LEITURA SUPERVISIONADA /LEITURA SITES	N	S	N	N	N	S	N	28,57%
TOTAL DE FREQUÊNCIAS	6	4	4	4	3	3	0	

Fonte: Do autor.

Nas estratégias de ensino utilizadas pelas IES pesquisadas, a utilização da AULA EXPOSITIVA/VIDEO-AULA é o único item que aparece em todos os planos de ensino (85,71%), exceto no da IES G que, como já informado, não apresenta este tópico em seu plano de ensino.

Em seguida, observou-se que há outros tópicos com grande frequência, são: TRABALHO EM GRUPO e MÉTODO DO CASO, apontados no plano de ensino de 5 das 7 IES (71,42%), o que também é visto como ponto positivo, pelo fato de serem itens fundamentais para um bom desenvolvimento profissional do discente, ao ponto que desenvolvendo trabalhos em grupo ele passa a entender outros pontos de vista de uma mesma situação e, também, a buscar a troca de experiência entre os integrantes do mesmo grupo, assim como, a utilização de método do caso infla o conhecimento dos discentes e desperta em cada um o sentido de sua carreira e podendo assim optar ou não por aquela área estudada na disciplina.

Entre as 7 IES, apenas 3 utilizam o item DEBATE como estratégia de ensino, 2 se utilizam de PESQUISA EXTRA-CLASSE e LEITURA SUPERVISIONADA/LEITURA DE SITES, e somente uma das IES utiliza a apresentação de SEMINÁRIOS como estratégia de ensino, fato este que poderia deixar qualquer plano de ensino mais completo e estimularia a pesquisa e a apresentação dos discentes sobre determinado assunto.

Assim, neste item, a IES A consegue demonstrar um ponto positivo em relação às suas estratégias de ensino (no plano de ensino), visto que, entre todas as IES, esta é a que apresenta um maior número de itens em sua estratégia de ensino.

4.2.7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO - CONFORME OS PLANOS DE ENSINO

Neste tópico, a pesquisa busca identificar quais os critérios de cada IES para avaliar os discentes da disciplina de Contabilidade Governamental.

QUADRO 28 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NO PLANO DE ENSINO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
PROVA	7	100%
PROVA INTERDISCIPLINAR	1	14,28%
ATIVIDADE PRÁTICA	6	85,71%
PARTICIPAÇÃO DO ALUNO	1	14,28%
TRABALHO EM GRUPO	5	71,42%
SEMINÁRIOS/DEBATES/FÓRUNS	4	57,14%

Fonte: Do autor.

A avaliação dos discentes por meio de PROVAS ainda é o critério mais utilizado pelas IES, como já verificado em pesquisas anteriores, (SOARES; DOMINGUES, 2010; VIANA et al., 2012; RODRIGUES, 2013) sendo este o método mais conhecido em toda e qualquer instituição de ensino, esta pesquisa demonstra que as IES da região metropolitana da Baixada Santista seguem por este mesmo caminho de avaliação. Para Rodrigues (2013) “a prova escrita sempre será significativa, ao ponto que o discente que está adentrando em um novo mundo de conhecimentos, que é o ensino superior, precisa ser cobrado e avaliado em relação aos avanços do conhecimento adquirido.”.

Outro critério com grande frequência na avaliação da 7 IES, é a ATIVIDADE PRÁTICA, utilizada por 6 das instituições, demonstrando grande preocupação com a prática da disciplina e o acompanhamento dia-a-dia do desempenho profissional que os discentes passam a ter em sala de aula.

Os TRABALHOS EM GRUPO não são somente utilizados como estratégias de ensino, 71,42% das IES passam a utilizá-los como critério de avaliação também, auxiliando ainda mais o desenvolvimento dentro da sala de aula. Corroborando com a análise de Fernandes (2013), “o trabalho em grupo deve ser sempre motivado e estimulado, visto que o mercado de trabalho que o discente atuará, muitas vezes, necessita de habilidades de comunicação, negociação, administração de conflitos entre outros”.

É fato que o trabalho em grupo, muitas vezes, apresenta inúmeros conflitos, mas mesmo assim, este critério de avaliação deve ser usado sempre, preparando o discente para o profissional que ele busca se tornar.

Das 7 IES pesquisadas, apenas 3 (42,85%) utilizam a apresentação de SEMINÁRIOS e DEBATES na composição da nota do discente.

A IFAC, por meio da *International Education Standards 6 - IES 6* - relata: “Uma atividade de avaliação tem um elevado nível de suficiência se: (a) tem um equilíbrio de profundidade, amplitude, conhecimento e aplicação.” (IFAC, 2014, p. 290).

A IES A é a única entre as instituições que considera a PARTICIPAÇÃO DO ALUNO na composição das outras avaliações, instigando, de certo modo, os discentes a serem mais participativos durante as aulas.

4.2.8 BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR – CONFORME PLANO DE ENSINO

Neste tópico, a pesquisa busca avaliar o quanto as publicações estão atualizadas e a frequência que se tem entre a mesma publicação para as 7 IES pesquisadas.

O conteúdo bibliográfico que cada instituição utiliza para compor sua bibliografia, sendo ela básica ou complementar, pode alterar todo o projeto de ensino da disciplina, visto que ao deixá-la desatualizada, passa a comprometer a qualidade do ensino ofertado.

No quadro 29, são apresentadas todas as bibliografias utilizadas pelas 7 IES pesquisadas, onde “F” refere-se a FREQUÊNCIA, “B” refere-se a Bibliografia Básica e “C” refere-se a Bibliografia Complementar.

QUADRO 29 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONFORME PLANO DE ENSINO

LIVRO	AUTOR	ED.	ANO	EDITORIA	F	B	C
Técnica orçamentária e contabilidade pública	ALOE, Armando	5º	1970	Atlas	1		X
Contabilidade pública – Para Concursos e Graduação Em Ciências Contábeis	AMORIM, Maria do Socorro Gomes de	-	2010	Editora Ícone	1	X	
Contabilidade pública	ANGELICO, J	-	2009	Atlas	1		X
O essencial da Contabilidade Pública- teoria e exercícios	ARAUJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel; HUMBERTO, Pedro	1º	2009	Saraiva	1		X
Contabilidade Pública – da teoria a prática	ARRUDA, Daniel. ARAUJO, Inaldo	2º	2009	Saraiva	1		X
Contabilidade Pública – da teoria a prática	ARRUDA, Daniel. ARAUJO, Inaldo	2º	2009	Saraiva	1	X	
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Assumpção, Márcio José	1º	2012	Editora Intersaberes	1		X
Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização	Bento, Leonardo Valles	1º	2003	Ed. Manole	1	X	

Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva	BEZERRA Filho, JOÃO Eudes	1º	2014	Editora Atlas	1	X	
Administração Financeira Municipal	CAMPELLLO, Carlos Alberto Gabrielli Barreto. MATIAS, Alberto Borges	-	2000	Editora Atlas	1		X
Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público – Integração das áreas do Ciclo de Gestão	CASTRO, Domingos Poubel de	4º	2011	Editora Atlas	1	X	
Planejamento e Orçamento na Administração Pública	Catapan, Anderson et al	2º	2003	Editora Intersaberes	1		X
Administração Geral e Pública: Provas e Concursos	Chiavenato, Idalberto	3º	2012	Ed.: Manole	1		X
Controle Interno e Externo na Administração Pública	Corbari, Ely Célia	1º	2012	Editora Intersaberes	1		X
Manual de Contabilidade Bancária	FILGUEIRAS, Cláudio	3º	2010	Editora Elsevier	1		X
Constituição Federativa (1988).	Internet	-	-	-	1	X	
Lei complementar nº 101, de 4 de maio e 2000.	Internet	-	-	-	1	X	
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964	Internet	-	-	-	1	X	
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Internet	6º	2014	-	1	X	
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Internet	2º	2009	-	1	X	
Portaria Conjunta STN/SOF n. 3, de 14 de outubro de 2008. (Aprova os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional e dá outras providências.)	Internet	-	-	-	1	X	
Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria Interministerial nº 163, de 4 de Maio de 2001.	Internet	-	-	-	1	X	
Balancos Públicos	KOHAMA, Heilio	3º	2015	Atlas	1		X
Contabilidade Pública: teoria e Prática	KOHAMA, Heilio	11º	2010	Editora Atlas	1	X	
Contabilidade Pública: teoria e Prática	KOHAMA, Heilio	12º	2014	Atlas	2	X	
Contabilidade Pública: teoria e Prática	KOHAMA, Heilio	8º	2005	Atlas	1		X
Contabilidade Pública: teoria e Prática	KOHAMA, Heilio	10º	2009	Atlas	1	X	
Contabilidade Pública	LIMA, Diana Vaz. CASTRO, Róbison Gonçalves de	-	2000	Editora Atlas	1		X
Contabilidade governamental: um enfoque administrativo	MARTINS, Silva Uno	4º	2001	Atlas	1		X
Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais. Instrumento de Suporte à Gestão Pública.	MAUSS, César Volnei	1º	2012	Editora Atlas	2		X
Como Funciona o Governo – Escolhas Públicas na Democracia Representativa	MONTEIRO, Jorge Vianna	-	2007	Editora FGV	1		X

Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz.	Pires, Valdemir	1º	2001	Ed. Manole	1		X
Contabilidade Pública de acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Social	QUINTANA, Alexandre Costa et AL	1º	2011	Editora Atlas	1	X	
Contabilidade Pública de acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Social	QUINTANA, Alexandre Costa et AL	1º	2011	Editora Atlas	1		X
O Dilema Fiscal – Remendar ou Reformar?	REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabricio; ARAUJO, Érika	-	2007	Editora FGV	1		X
Contabilidade do Setor Público: De acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade	ROSA, Maria Berenpe	1º	2011	Atlas	1		X
Contabilidade governamental: um enfoque administrativo	SILVA, Lino Martins da	9º	2011	Editora Atlas	1	X	
A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Uma abordagem prática	SILVA, Valmir Leôncio da	2º	2013	Editora Atlas	1		X
A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Prática	SILVA, Valmir Leôncio da	3º	2014	Atlas	1	X	
Técnica de orçamento - programa no Brasil	TEIXEIRA, Machado Jr	-	2002	Ibam	1		X
A lei 4320/64: comentada	TEIXEIRA, Machado Jr; COSTA, Heraldo da	30º	2002	Ibam	1	X	
Contabilidade Pública – Uma Abordagem da Administração Financeira Pública	TIMBÓ, Maria Zulene Faris; PISCITELLI, Roberto Bocaccio	11º	2010	Editora Atlas	1	X	
Contabilidade Pública – Uma Abordagem da Administração Financeira Pública	TIMBÓ, Maria Zulene Faris; PISCITELLI, Roberto Bocaccio	11º	2010	Editora Atlas	1		X
Contabilidade Pública – Uma Abordagem da Administração Financeira Pública	TIMBÓ, Maria Zulene Faris; PISCITELLI, Roberto Bocaccio	12º	2012	Editora Atlas	1		X

Fonte: Do autor

Após análise de todo material bibliográfico utilizado pelas IES, verificou-se que foram utilizados 28 autores e, ainda, alguns materiais de veiculação via *internet*, como leis e manuais. Dentre os autores utilizados, 7 (25%) tiveram mais que uma frequência, ou seja, foram indicados por mais de uma IES.

Porém, dentro desta frequência de 7 autores, 1 autor foi indicado 5 vezes, 1 outro autor foi indicado 2 com a mesma obra (da mesma edição), e os outros 5 foram indicados com as mesmas obras em edições diferentes e, também, com utilização alternada, ou seja, o mesmo livro ora indicado para bibliografia básica, ora indicado para bibliografia complementar.

Já em relação aos materiais disponíveis via *internet*, 1 foi indicado 3 vezes, porém, em edições diferentes.

Seguem, abaixo, estes autores e suas respectivas obras citadas:

- **Kohama, Heilio;** Contabilidade Pública: Teoria e Prática, 8º (2005) - 10º (2009) - 11º (2010) - 12º (2014) edições, Editora Atlas. Indicado 2 vezes com a 12º, 1 vez com a 10º e 1 vez com a 11º todas para bibliografia básica, e 1 vez com a 8º para bibliografia complementar; o mesmo autor também foi citado também para a publicação: Balanços Públicos, 3º edição, 2015, Editora Atlas. Indicado para bibliografia complementar;
- **Mauss, Cezar Volnei;** Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais - Instrumento de Suporte à Gestão Pública, 1º edição, 2012, Editora Atlas. Indicado 2 vezes para bibliografia complementar;
- **Arruda, Daniel e Araujo, Ignaldo;** Contabilidade Pública: Da teoria à prática, 2º edição, 2009, Editora Saraiva. Indicado 1 vez para bibliografia básica e outra para complementar;
- **Quintana, Alexandre Costa et al.;** Contabilidade Pública de acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Social, 1º edição, 2011, Editora Atlas. Indicado 1 vez para bibliografia básica e outra para complementar;
- **Silva, Valmir Leôncio da;** A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Uma abordagem prática, 2º (2013) e 3º (2014) edições, Editora Atlas. Indicado 1 vez para bibliografia básica com a 3º edição e outra para bibliografia complementar com a 2º edição;
- **Timbó, Maria Zulene Faris e Piscitelli, Roberto Bocaccio;** Contabilidade Pública – Uma Abordagem da Administração Financeira Pública, 11º (2010) e 12º (2012) edições, Editora Atlas. Indicado 1 vez para bibliografia básica e outra para bibliografia complementar com a 11º edição e 1 vez para bibliografia complementar com a 12º edição;
- **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;** *internet*, 1º (2008) 2º (2009) e 6º (2014) edições. Indicado 3 vezes para bibliografia básica.

Um ponto relevante neste tópico é o fato dos itens: Lei nº 101/2000, Lei nº 4320/64, Constituição Federativa 1988, Portaria Conjunta STN e Secretaria do Tesouro Nacional terem

sido citados apenas uma vez cada um, diante do fato de ser a bibliografia da disciplina de Contabilidade Governamental, onde se deve dar destaque aos assuntos apontados nestes itens “públicos”, cada um desses assuntos só foi mencionado em um único plano de ensino, dos 7 estudados nesta pesquisa.

Observou-se também que na bibliografia de todas as IES não foi apontado nenhum periódico ou revista técnica da área contábil, assim como há a falta de trabalhos apresentados e publicados em congressos e eventos científicos. A disposição destes itens na bibliografia serve para atualização do conhecimento dos discentes e, principalmente, para despertar o interesse nestes sobre a iniciação científica, ou seja, a participação em eventos e congressos e até, enfim, chegarem à elaboração e publicação de artigos acadêmicos. Também, em nenhuma das bibliografias foram encontradas as IPSAS ou as NBCT SP.

Após a conclusão da análise dos planos pode-se atingir o objetivo específico c) Identificar através do plano de ensino da disciplina de Contabilidade Governamental o conteúdo programático, a carga horária, a bibliografia básica e complementar e verificar suas atualizações com relação às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

4.3 ENTREVISTA COM OS DOCENTES DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NAS IES

Este capítulo tem como objetivo, descrever e analisar os resultados coletados nas entrevistas realizadas com os 7 docentes das IES pesquisadas. Como já informado, todas as entrevistas foram feitas pessoalmente, gravadas e, posteriormente, transcritas. Ao início de cada entrevista foi solicitada a autorização da gravação e da transcrição para todos os docentes, que concordaram e assinaram os termos.

Primeiramente, serão analisadas as respostas das questões 6 à 10, buscando verificar a percepção dos docentes sobre as estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos (constructo 2°).

Na sequência, serão analisadas as respostas das questões 11 à 21 (21.a à 21.h), com o objetivo de verificar a percepção dos docentes sobre as condições de oferta da disciplina por eles lecionadas (constructo 3°).

Com o objetivo de trazer uma melhor apresentação dos achados do constructo 3°, optou-se por segregá-lo da seguinte maneira: Questões 11 e 12; Questões 13 a 15; Questão 16; Questões 17 a 20; Questões 21a; 21b, 21e; 21f. e Questões 21c; 21d, 21g; 21h.

Para a análise que segue, serão utilizadas sínteses das respostas coletadas, buscando o enfoque dado em cada resposta, porém, o conteúdo integral das entrevistas encontra-se em anexo, ao final do trabalho. A análise do constructo 1º (questões 1 a 5) já foi demonstrada no item 4.1 PERFIL DA AMOSTRA: EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL DAS IES PESQUISADAS.

4.3.1 ESTRATÉGIAS DE ENSINO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÕES UTILIZADAS PELOS DOCENTES NA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

Neste item, procurou-se analisar as respostas obtidas, por meio de entrevista, das questões 6 à 10, objetivando verificar as estratégias de ensino e critérios de avaliação, conforme 2º constructo.

Quanto as respostas da questão 6, que busca identificar se o docente entende que a disciplina de contabilidade pública permite variar as estratégias de ensino, com exceção do PROF D e do PROF B, os demais professores entendem que é possível variar as estratégias de ensino.

Na questão 7 é perguntado, basicamente, como funciona o processo de ensino do professor, quais mecanismos são utilizados na transmissão e/ou construção do conhecimento da disciplina. A aula expositiva (100%) e a utilização de exercícios/trabalhos foram os meios mais mencionados pelos docentes (100%). Esse resultado está alinhado com pesquisas anteriores apresentadas na fundamentação desse estudo, como Hofer, Peleias e Weffort (2005). Ainda, apenas 28,57% apontaram o Método do Caso (C; G), Debates/Fóruns (E; F); Seminários (E; G) e Leitura/Aula Texto (B; F).

A questão 8 buscou identificar se os discentes tem oportunidades de conhecerem o ambiente de trabalho do contador que atua na área pública, somente o PROF D disse realizar visita técnica com seus alunos na câmara municipal e os mesmos tem a oportunidade de conversar com profissionais da Secretária de Finanças. O estudo desenvolvido por Restelli (2013), constatou que o ensino da disciplina de Contabilidade Pública atende até certo ponto os objetivos do mercado de trabalho, em especial, na parte teórica da matéria aplicada, e que seria importante uma abordagem da parte prática da Contabilidade Pública.

Quanto a questão 9, que trata da realização de palestras com profissionais da área, 42,85% dos professores (A; B; C) disseram que não são realizadas, os demais docentes afirmam que são realizadas palestras com profissionais da área, principalmente dentro de jornadas e semanas acadêmicas.

A questão 10, que trata dos critérios de avaliação, demonstrou que todos os professores utilizam provas tradicionais, tanto no formato de alternativas, como dissertativas, por vezes mesclando ambas. A maioria elabora duas provas no semestre, sendo uma para cada bimestre. Os professores que aplicam questões alternativas demonstraram nas entrevistas que as mesmas são retiradas de concursos, com o objetivo de preparar o aluno para futuros concursos.

Todos mencionaram aplicar exercícios práticos e trabalhos. Dois professores (A; G) mencionam pontos quanto a participação do discente em sala de aula; 28,57% dos professores (E; G) aplicam seminários. Quanto a elaboração de provas interdisciplinares, as IES C, foi a única a apresentá-la como critério de avaliação dentro da disciplina.

Hackett (1938, p. 391) comenta que a contabilidade governamental: “deve ser estudada pelo contador público potencial não só porque ele pode atender a uma destas questões, para um exame, mas também porque ele deveria saber que com a contabilidade governamental ele pode melhor atender seus problemas cotidianos”.

Após a conclusão da análise das estratégias e critérios de avaliação pode-se atingir o objetivo específico “D” - Identificar as estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação mais utilizadas para lecionar a disciplina de Contabilidade Governamental. A seguir será analisada a percepção dos professores quanto as condições de oferta da disciplina de contabilidade governamental.

4.3.2 CONDIÇÕES DE OFERTA DA DISCIPLINA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NAS IES PESQUISADAS

Neste item, procurou-se analisar as respostas obtidas, por meio de entrevista, das questões 11 à 21, objetivando verificar as percepções dos professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina de contabilidade governamental nas IES pesquisada, conforme 3º constructo.

Na questão 11, a maior parte dos professores (85,71%) entende que existe integração com a disciplina de contabilidade, e que seus alunos conseguem identificar a mesma. Contudo, o PROF B, apesar de responder que não, menciona que no caso das demonstrações contábeis existe integração; o PROF C entende que existe a integração, mas que os seus alunos não as identificam, o mesmo justifica ao fato de os alunos não terem interesse na disciplina. Com relação a essa afirmação, Leite Filho e Slomski V. (2003) demonstraram que existiam alunos do curso de ciências contábeis de uma IES, que tinham uma imagem negativa

sobre a matéria antes das aulas iniciarem, porém, mudaram de ideia depois da matéria ser lecionada, indicando-a como uma matéria importante para o cotidiano de trabalho de cada um.

Na análise da questão 11 foi possível atingir o objetivo específico: e) Verificar a integração da disciplina de Contabilidade Governamental nos cursos de Ciências Contábeis.

Com relação à questão 12, que trata da carga horária da disciplina, apenas 2 professores (A; E) entendem que a carga horária da disciplina é suficiente (28,57%):

PROF A: (12) “é o suficiente, [...] para uma obtenção de conhecimentos genéricos.”

PROF B: (12) “A carga horária reduziu, antigamente era suficiente.”

PROF C: (12) “Não.”

PROF D: (12) “precisaríamos mais um semestre.”

PROF E: (12) “Sim, um ano de atuação é bastante razoável.”

PROF F: (12) “poderia ocorrer numa carga horária maior.”

PROF G: (12) “Não, é só um semestre, e é humanamente impossível.”

Contudo, o PROF E relata que entende ser suficiente uma vez que a IES E disponibiliza dois semestres para a disciplina, entretanto, posteriormente irá alegar falta de tempo para lecionar determinado conteúdo (Apêndice E). No caso do PROF A, além de relatar que a carga horária é suficiente para obtenção de conhecimentos **genéricos**, posteriormente demonstra enfoque orçamentário no conteúdo lecionado e um entendimento que o ente público não precisa ter patrimônio (questão 21.d), o que justificaria seu entendimento quanto a questão da carga horária.

Conforme mencionado na fundamentação dessa pesquisa, no estudo realizado por Restelli (2013), foi sugerido pelos participantes da pesquisa um aumento na carga horária da disciplina de Contabilidade Pública. A seguir serão analisadas as respostas das questões 13 a 15.

Pode-se observar que existe falta de autonomia dos professores com relação a construção da bibliografia do plano de ensino, em sua maioria (A; C; D; G), os professores acabam utilizando um plano de ensino desatualizado, apesar disso, os professores demonstram atualizar os conteúdos e apresentar bibliografias não relacionadas no plano de ensino, tendo como objetivo não prejudicar o aluno quanto a atualização dos conteúdos.

Apenas a IES G não atualiza o plano, sendo que o mesmo se encontra desatualizado há 5 anos. A IES C atualiza apenas o conteúdo, a mesma, juntamente com a IES E, foram as únicas a relatarem a utilização de artigos, contudo, apenas em sala de aula, não sendo mencionado no plano de ensino.

Nesse sentido, se faz necessário a adoção de uma concepção atual de currículos que clamam para que o docente: “seja não um mero executor de currículos previamente definidos, mas um gestor em situação real e um intérprete crítico de orientações globais. Exige-se que o professor construa seu próprio currículo em ação, vivificando-o e co-construindo-o [...]” (SLOMSKI, V. G.; MARTINS, 2008, p. 08).

A questão 16, trata quanto ao conteúdo desenvolvido em sala de aula estar alinhado com as exigências dos concursos públicos para a função de contador pública, todos os professores entrevistados acreditam que o conteúdo está alinhado com as exigências dos concursos públicos, ainda, com exceção do PROF F, todos os professores mencionaram utilizar perguntas de concursos públicos em suas atividades. Diante das respostas obtidas, foi possível alcançar o objetivo “B” da pesquisa: “Verificar com os professores da disciplina de Contabilidade Governamental se os conteúdos ministrados em sala estão de acordo com as exigências dos concursos para o cargo de Contador Público”.

As questões 17 a 20, que envolveram questionamentos sobre o programa de ensino, serão analisadas em seguida. Na questão 17 todos os professores relatam que seus programas consideram as atualizações realizadas após à Lei nº 4.320 e LRF. Na questão 18 todos os professores mencionam que as mudanças do MCASP afetam a atualização dos Programas e Conteúdo, contudo, novamente esta relação está ligada ao conteúdo que o professor desenvolve em sala de aula e não necessariamente ao conteúdo mencionado no plano de ensino, como relatado pelos PROF G e B:

PROF B: (18) “Não. Porque para dar a parte teórica, eu pego sempre o último que está disponível, uso somente em sala de aula, na bibliografia ele não consta.”

PROF G: (18) “Ele afeta um pouco. (O plano de ensino) Está defasado, em relação ao MCASP.”

Na questão 19, buscou-se averiguar se o programa da disciplina considera as NBCT SP. O PROF A, menciona que o as NBCT afetam o conteúdo, contudo o mesmo é lecionado de forma intrínseca, conforme as atualizações dos livros utilizados, ainda, menciona apresentar 4 demonstrações. O PROF B, menciona que leciona o conteúdo das normas aos alunos, contudo o mesmo não está no plano de ensino. Outros quatro professores (C; D; E; F) dizem que consideram (57,14%). O PROF G diz que o programa não considera as normas, e também as mesmas não são tratadas em sala de aula, o tempo é uma das razões segundo o professor.

PROF B: (19) “Eu considero sim, dentro da ementa eu não especifiquei as normas, mas eu dou em sala de aula.”

PROF G: (19) “O meu programa, não. Ele está muito mais voltado a parte teórica da administração pública, e a parte da contabilidade pública em si, não considerando as normas.”

Quanto à questão 20, que trata das IPSAS, novamente o PROF A, relata utilizar as bibliografias como fonte de atualização, considerando a bibliografia utilizada com o que se tem de mais atual. Dois professores (B; G) relatam não tratar o tema. Por fim, 4 dos professores (C; D; E; F), dizem que consideram as IPSAS no conteúdo.

PROF B: (20) “Não. Eu não peguei, não me aprofundi muito nesse ponto.”

PROF G: (20) “Não. Também não.”

Com a análise das respostas obtidas nas questões 17 a 20, alcançou-se parte do proposto no objetivo “A” da pesquisa: “Verificar com os professores da disciplina de Contabilidade Governamental os conteúdos ministrados, incluindo as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, suas atualizações, divergências e conformidades quanto ao processo de convergência no Brasil”.

A partir da questão 21, onde a entrevista entra em sua última fase, abordou-se o assunto quanto ao processo de convergência das normas internacionais e como estão sendo abordados com relação a temas específicos.

O objetivo da questão 21 é justamente aprofundar os achados até aqui, buscando relacionar temas específicos das normas, e, ainda, os temas conflitantes quanto a legislação brasileira, MCASP e IPSAS. Através da questão 21, será possível interpretar melhor as respostas obtidas, por isso, optou-se por apresentá-las em 2 grupos. O primeiro grupo, contará com as respostas obtidas através das questões: 21a, 21b, 21e e 21f.

A questão 21.a demonstra que a maioria dos professores abordam a história e evolução da Contabilidade Governamental, apenas o PROF G diz não abordar, o PROF A diz abordar rapidamente e o PROF B também demonstra abordar apenas a história da legislação brasileira trazida nos livros.

Na questão 21.b é perguntado se o professor aborda as diferenças entre MCASP e IPSAS, os PROF A, B, F e G (57,14%) relatam **que não abordam** essas diferenças. Os PROF C e D, inicialmente, dizem que lecionam as diferenças, contudo, nas questões 21.e/21.f, relatam não abordar diferenças nas demonstrações e nem o tema consolidação, o que ao menos nesses temas fica evidenciado que os mesmos não tratam das diferenças entre MCASP

e IPSAS. Por fim, o PROF E demonstrou na questão 21.f utilizar o MCASP, além de mencionar por vezes a questão do tempo e a variação quanto a lecionar o tema.

PROF C: “(21b) Sim. Eu passo, eu cito qual é o tipo de normas e tudo. (21e) Não. (21f) consolidações eu ainda não cheguei passar para eles não.”

PROF D: “(21b) Então, alguns pontos nós diferenciamos no início[...] Sim, eles tem pleno conhecimento dessa aplicação e distinção. (21e) Não. (21f) nós não entramos nesse mérito.”

PROF E: “(21b) A gente aborda, faz sempre essa separação entre essas duas coisas. (21e) Sim. **Interlocutor:** Professor, o senhor consegue apresentar todas essas demonstrações financeiras? 60% pelo menos a gente consegue. **Interlocutor:** Quanto as IPSAS, o senhor consegue trazer essas diferenças? De uma maneira muito geral e muito genérica, demonstrando algumas diferenças, mas às vezes a gente fica muito mais preocupado em tentar estabelecer conceitos. Porque o tempo é muito curto então às vezes não dá. (21f) Em geral sim. Mas como eu volto a insistir, o tempo é um pouco exíguo, então nem sempre a gente consegue concluir.

Interlocutor: Professor, sobre a mesma pergunta, o senhor consegue lecionar quanto à consolidação dos demonstrativos seguindo o MCASP? Consigo.

Interlocutor: E a questão o que é adotado pelas IPSAS, essa questão com o que é adotado pelo MCASP, como costuma acontecer? apresentando toda essa consolidação e as definições de uma maneira um pouco mais genérica. Por mais que a gente tente trazer grandes exemplos, isso demandaria um tempo maior. Então, genericamente, a gente consegue. Mas sem grandes detalhes.”

PROF F: “(21b) não fazemos esse contraponto entre essas duas. [...] Sempre o manual. (21e) **Sim com relação a demonstração contábeis sim, até mesmo porque as mesmas passaram por mudanças, então eu tenho que falar dessas mudanças e essas mudanças estão no, elas constam no MCASP e IPSAS. Elas se completam, não existe diferença.** (21f) não trabalho com consolidação.”

Essa parte da pesquisa está fundamentada no item Aspectos Conflitantes entre IPSAS e Sua Convergência no Brasil, corroborando com estudos de SLOMSKI, V. (2013).

Encerrando a análise, é apresentada a última parte da questão 21. Nesse grupo, as questões buscaram verificar com os docentes se os mesmos abordam: os subsistema de custos, o subsistema patrimonial com o aspecto financeiro (21.c); a receita e a despesa pública, levando em consideração os aspectos patrimoniais distinguidos dos aspectos orçamentários (21.d); a apresentação do PCASP com a nova estrutura (21.g); o reconhecimento e mensuração dos ativos já com a adoção às normas internacionais (21.h).

Sobre a questão 21.c, as respostas obtidas indicaram que 57,14% dos professores (A; B; F; G) abordam os subsistemas antigos. Na questão 21.d, 42,85% dos professores (A; B; G) relataram não diferenciar os aspectos orçamentários dos patrimoniais, com relação a receita e a despesa pública, e os mesmos, na questão 21.h, também não apresentam o reconhecimento e mensuração de ativos. Por fim, na questão 21.g é perguntado se o plano de contas PCASP é apresentado aos discentes com a nova estrutura (7 níveis; 9 dígitos; 8 classes), onde todos os

professores relatam que os mesmos utilizam essa estrutura, baseando-se sempre no MCASP mais atual.

Finalizando a análise das respostas obtidas pelas questões “21a a 21h”, alcançou-se o proposto no objetivo “A” da pesquisa: “Verificar com os professores da disciplina de Contabilidade Governamental os conteúdos ministrados, incluindo as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, suas atualizações, divergências e conformidades quanto ao processo de convergência no Brasil”.

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS: PLANO DE ENSINO X ENTREVISTA

Nesta seção, serão apresentados os aspectos conflitantes obtidos por meio dos dados coletados no planos de ensino e das entrevistas com os professores das IES pesquisadas.

Em relação à carga horária disponível para cada IES, todos os planos de ensino estão alinhados quanto as informações recebidas nas entrevistas. Ainda, apenas 28,57% dos professores (C, F) têm a carga de 160 horas, disponibilizadas em 2 semestres. Esses resultados foram os mais próximos com relação ao proposto pelo CFC para a disciplina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Gestão de Finanças Públicas, com carga horária total de 180 horas.

Na análise das estratégias de ensino, tanto nos planos como nas entrevistas, a aula expositiva/vídeo-aula e o trabalho em grupo são as mais utilizadas. A apresentação de seminário foi mencionada somente no plano de ensino da IES A, porém, durante a entrevista, apenas os PROF E e G (28,57%) os citaram. No método do caso, inicialmente 5 IES (A;B;C;D;E) informaram utilizar o mesmo no plano, quando comparado aos dados da entrevista, apenas 2 professores (C, G) relatam utilizar essa estratégia. Quando comparadas as estratégias, encontram-se diferenças significativas, onde as IES A; B; C; D, que mais mencionaram tipos de estratégias no plano de ensino, são substituídas pelas IES E; F; G na entrevista. A IES C foi a que mais apresentou coerência com o plano e os dados da entrevista.

Quando analisado o critério de avaliação, a aplicação de provas (alternativas e dissertativas) é o meio mais apontado em todos os planos de ensino e entrevistas. A aplicação de exercícios e trabalhos foi outro item apontado na maioria dos planos de ensino (85,71%) e nas entrevistas (100%). Em relação a prova interdisciplinar, a IES C foi a única a apresentá-la como critério de avaliação, tanto no plano de ensino quanto na entrevista.

Quanto a bibliografia, os planos de ensino estão desatualizados, na entrevista pôde-se observar que há falta de autonomia dos professores na construção da mesma, porém,

demonstram atualizar os conteúdos e apresentar bibliografias não relacionadas no plano de ensino, tendo como objetivo não prejudicar o aluno quanto a atualização dos conteúdos. Também pôde-se observar que existe somente fonte bibliográfica nacional, não existe artigo científico nos planos, entretanto, dois professores relatam utilizar artigos na disciplina. Apesar do MCASP ser amplamente utilizado pelos professores, apenas uma IES menciona o MCASP atualizado em sua bibliografia (incluindo o PCASP). Por fim, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei 4.320 de a 1964 foram citadas apenas uma vez na bibliografia, já nas entrevistas os professores demonstram lecionar quanto as mesmas.

Ainda, buscou-se as diferenças entre o conteúdo programático e os relatos dos professores nas entrevistas. Quanto as NBCT SP 16, os PROF C, D, E, F (57,14%), dizem considerar no programa, o PROF A menciona que as NBCT afetam o conteúdo, contudo o mesmo é lecionado de forma intrínseca. O PROF B leciona o conteúdo das normas, contudo o mesmo não está no plano de ensino. O PROF G diz que o programa não considera as normas e também as mesmas não são tratadas em sala de aula. Todas as informações estão em conformidade com os planos de ensino dos professores entrevistados.

Quanto às IPSAS, o PROF A relata utilizar as bibliografias como fonte de atualização. Os PROF B e G não tratam o tema. Os PROF C, D, E, F (57,14%) consideram as IPSAS no conteúdo. Os PROF A, B, E, F, G relatam que não abordam as diferenças entre MCASP e IPSAS (71,42%). Os PROF C e D dizem mencionar as diferenças, contudo, nas questões 21.e / 21.f, relatam não abordar diferenças nas demonstrações e nem o tema consolidação. Em nenhum dos planos de ensino foram encontrados as IPSAS como conteúdo ou bibliografia.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo identificar e analisar a percepção de professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina em Cursos de Ciências Contábeis na Região Metropolitana da Baixada Santista.

Diante do exposto, a pesquisa conclui e recomenda, que os planos de ensino da disciplina precisam ser alterados com intervalos menores, principalmente no que tange a bibliografia, ainda, faz-se necessário a inclusão de outras fontes bibliográficas, não apenas livros, mas também artigos científicos, as NBCT SP 16, o MCASP atualizado e as IPSAS.

A autonomia do docente na elaboração do plano também é objeto de melhorias. Os estudos demonstraram que a maioria dos docentes aplicam o conteúdo sem levar em conta a bibliografia do plano, uma vez que a mesma encontra-se desatualizada.

Quanto a carga horária, conforme relatado pelos docentes, recomenda-se a carga horária de 160h para a disciplina, além disso, os melhores resultados com relação a atualização do conteúdo aplicado em sala de aula, são das IES com carga horária maior. Ademais, caso a IES faça o acréscimo da carga horária, recomenda-se a oferta da disciplina a partir do 5º semestre. Não existe associação entre as estratégias de ensino mais utilizadas e carga horária da disciplina, entretanto, as 3 IES com maior carga horária demonstraram utilizar artigos científicos como estratégia em sala de aula. Sugere-se a ampliação desse instrumento para as demais IES.

Ainda, não foi possível encontrar relação com as melhores práticas de ensino e a formação do docente no curso de Mestrado, tendo em vista que os resultados apresentados demonstraram que existem professores com mestrado que não conseguiram atingir elevada aderência com relação ao conteúdo e estratégias aplicadas, por sua vez, professores que não finalizaram o curso de mestrado, ou mesmo não cursam ou concluíram o mestrado, por vezes, demonstraram maior aderência quanto ao conteúdo e estratégia de ensino aplicada. Isso justifica-se em parte pela variação na carga horária da disciplina ofertada nas IES.

Sugere-se a busca de aperfeiçoamento constante, tanto com relação ao conteúdo da disciplina, como também a aplicação dos conhecimentos pedagógicos já adquiridos pela maior parte dos Professores pesquisados. Por fim, conclui-se que nenhum dos 7 professores abordam quanto às diferenças entre a IFAC e MCASP, sugere-se a inclusão da bibliográfica de Slomski (2013) e estudos mais aprofundados quanto ao MCASP e IFAC, tendo em vista que a maioria dos professores demonstraram não existir diferenças entre ambas.

Em resposta a questão de pesquisa, a disciplina demonstrou-se necessária, tanto na formação do contador, na oportunidade de inserção no mercado de trabalho por meio de concursos públicos e também por seus aspectos sociais, uma vez que o contador está inserido em uma sociedade que necessita de cidadãos que possam contribuir na análise e interpretação das prestações de contas dos entes públicos, averiguando inclusive se as mesmas foram realizadas. Entretanto, os resultados aqui expostos, demonstram que será preciso ampliar os conhecimentos necessários aos discentes das IES da Região pesquisada.

Importante ressaltar, que a presente pesquisa limita-se a identificar e analisar a percepção dos professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina, e, está limitada às respostas das entrevistas realizadas com os professores que lecionam os conteúdos desta disciplina nestes cursos e seus respectivos planos de ensino. A entrevista e o plano de ensino são referentes ao ano de 2015.

A pesquisa também apresenta limitações em relação à região pesquisada, a percepção de seus respondentes e a análise documental. Posto isso, o presente estudo trata-se de um recorte da realidade em questão, e que não são consideradas como respostas definitivas ao problema da pesquisa, uma vez que até a própria pesquisa poderá interferir nos resultados alcançados futuramente, e ainda, o cenário estudado poderá ter seus achados alterados, uma vez que os sujeitos entrevistados e suas IES poderão a qualquer tempo modificar sua relação com a disciplina estudado. Ainda, a Região Metropolitana da Baixada Santista, constitui uma pequena parte de um vasto campo a ser explorado.

Diante disso, recomenda-se para pesquisas futuras, realizadas no curto prazo, a aplicação do roteiro de entrevista - aqui apresentado - em outras regiões do país. Pesquisas realizadas com um intervalo de tempo maior, possivelmente terão que reavaliar e modificar o roteiro de entrevista aqui apresentado. Também, estudos quanto a disciplina de Contabilidade Aplicada ao 3º Setor, semelhantes ao aqui apresentado, são recomendados, tendo em vista a ausência de pesquisas relacionadas a essa disciplina.

Por fim, os resultados encontrados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas aos professores de IES, demonstraram maior profundidade e evidenciação do cenário social, quando comparado a análise do plano de ensino da disciplina ou mesmo da aplicação de um questionário escalonado.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **Professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. 10. ed. São Paulo: Minas Gerais Editores, 1990.

_____; _____. **Professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. 11 ed. São Paulo: Minas Gerais Editores, 1997.

ABUSHAMSIEH, K.; HERNÁNDEZ, A. M. L.; RODRÍGUEZ, D. O. Le renforcement de la transparence de la comptabilité publique dans certains pays arabes. **Revue Internationale de Sciences Administratives**, Bruxelas, v. 80, n. 2, p. 461-482. 2014. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-internationale-des-sciences-administratives-2014-2-page-461.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ADDINGTON, C. R. Governmental accounting in the undergraduate curriculum. **Accounting Review**, Flórida, v. 30, n. 2, p. 290-292. 1955. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=28&sid=74539653-56b2-4269-b51a-1dcc1ea1e19b%40sessionmgr4002&hid=4112>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

ARAÚJO, C. T. de. **As condições de oferta da disciplina de controladoria em cursos de Ciências Contábeis na região metropolitana de São Paulo**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP. São Paulo. 2011.

ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AVERSANO, N.; CHRISTIAENS, J. Governmental financial reporting of heritage assets from a user needs perspective. **Financial Accountability & Management**, Bélgica. v. 30, n. 2, p. 150-174, 2014. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=66c90c4e-17ea-4d5f-869b-87b7ae0bc415%40sessionmgr198&vid=4&hid=118>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLANCA, S.; VANDERNOOT, J. Analysis of Belgian public accounting and its compliance with international public sector accounting standards (IPSAS) 1, 6 and 22. **International Journal of Business and Management**, Bruxelas. v. 8, n. 9, p. 122-133, 2013. Disponível em: <<https://www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/article/download/22819/16349>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BERG, M. C. Continuing professional development – the IFAC position. **Accounting Education**, Flórida, v. 16, n. 4, p. 319-327, Dec. 2007. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=41&sid=74539653-56b2-4269-b51a-1dcc1ea1e19b%40sessionmgr4002&hid=4112>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

BEUREN, I. M.; SÖTHER, A. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **RCO - Revista de**

Contabilidade e Organizações, São Paulo. v. 3, n. 5, p. 98-12, enero/abr. 2009. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/49>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRASIL. **Alvará de 28 de junho de 1808**. Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda. Cartas de Lei Alvaras Decretos e Cartas Regias. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18319>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Alvará de 15 de julho de 1809**. Estabelece contribuições pera as despesas da Real Junta de Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40084-15-julho-1809-571756-publicacaooriginal-94875-pe.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n. 10/2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. **Constituição 1824**, de 25 de março de 1824. Constituição Política do Império do Brazil. Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao24.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Constituição 1891**, de 24 de fevereiro de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Constituição 1934**, de 16 de julho de 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Constituição 1946**, de 18 de setembro de 1946. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembléia Constituinte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-republicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Constituição 1988**, de 05 de outubro de 1988. Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Decreto n. 13.746**, de 3 de setembro de 1919. Dá Instruções para o serviço geral de contabilidade publica, em face da lei n. 2.083 de 30 de julho e decreto n. 7.751, de 23 de dezembro de 1909. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1919-09-03;13746>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **Decreto n. 4.536**, de 28 de janeiro de 1922a. Organiza o Código de Contabilidade da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL4536.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 15.783**, de 8 de novembro de 1922b. Aprova o regulamento para execução do Código de Contabilidade Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D15783.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 17.329**, 28 de maio de 1926. Aprova, o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 1.535**, de 23 de agosto de 1939. Altera a denominação do Curso de Perito-Contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1535-23-agosto-1939-411594-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 2.416**, de 17 de julho de 1940. Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2416-17-julho-1940-412401-norma-pe.html>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 7.036**, de 1 de abril de 1941. Adia a realização da III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-7036-1-abril-1941-333409-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 6.141**, de 28 de dezembro de 1943a. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Decreto n. 14.343**, de 24 de dezembro de 1943b. Autoriza o cidadão brasileiro João Batista Avelino a pesquisar quartzo e associados no município de Chique Chique, do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14343-24-dezembro-1943-472369-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 7.988**, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Decreto-Lei 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 1.735**, de 20 de dezembro de 1979. Dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1735.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Decreto-Lei n. 1.939**, de 20 de maio de 1982. Altera a Classificação da Receita e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1939.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 92.452**, de 10 de março de 1986. Cria, no Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), extingue a Secretaria Central de Controle Interno (SECIN), e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92452.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. **Lei n. 2.083**, de 30 de julho de 1909. Reforma o Tesouro Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-2083-30-julho-1909-580344-publicacaooriginal-103291-pl.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **Lei n. 1.401**, de 31 de julho de 1951. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Lei n. 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Lei n. 6.397**, de 10 de dezembro de 1976. Veda aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento em vigor. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6397-10-dezembro-1976-357095-norma-pl.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Lei n. 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L8666cons.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Lei n. 131**, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Lei n. 10.028**, de 19 de outubro de 2000a. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110028.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000b. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/LCP/Lcp_101.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Portaria n. 184**, de 25 de agosto de 2008a. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/institucional/legislacao/2008/portaria184>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Portaria Conjunta n. 3**, de 14 de outubro de 2008b. Aprova os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/PortariaConjunta3.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2014d.

_____. **Plano de contas aplicado ao setor público**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2014.

_____. **Portaria STN n. 749**. Publicado no DO em 17 dez 2009. Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial) e nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), inclui os anexos nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) e nº 20 (Demonstração do Resultado Econômico) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=218729>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Portaria STN n. 136**. Publicado no DO em 08 de março de 2007. Cria o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, dispendo sobre sua composição e funcionamento. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-116-29-2007-03-06-136>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas Brasileiras de Contabilidade**: contabilidade aplicada ao setor público: NBC T 16.1 a 16.11. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2013. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. **Resolução CFC n. 1.103**, de 28 de setembro de 2007. Cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1103_2007>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. _____. **Resolução CFC n. 1.268**, de 10 de dezembro de 2009. Altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/download/RES_1268.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. _____. **Resolução CFC n. 1.437**, de 22 de março de 2013. Altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=252909>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. _____. **Resolução 2014/NBCPG12**, de 08 de dezembro de 2014c. Aprova a NBC PG 12 que dispõe sobre educação profissional continuada. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCPG12>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BREDA, Z. I. Lei Federal Nº 4.320/64 - Breve Histórico. **Revista ABRACICON**, Brasília, n.7, p. 11-14, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/abracicon/docs/af2_revista-abracicon-abr14ok> Acesso em: 10 fev. 2016.

CALIXTO, L. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 65-78, set./dez. 2006.

CARVALHO, D. **Orçamento e contabilidade pública**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CHAN, J. L. As NICSPs e a contabilidade de países desenvolvidos. **REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 1-17, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/145/72>> Acesso em: 05 jul. 2015.

CHRISTIAENS, J.; REYNIERS, B.; ROLLÉ, C. Les conséquences des IPSAS sur la réforme des systèmes d'information financière publique: étude comparative. **Revue Internationale des Sciences Administratives**, Bruxelas, v. 76, n. 3, p. 563-581, set. 2010. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-internationale-des-sciences-administratives-2010-3.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

COOPER, D. R; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FAVERO, H. L. **O Ensino superior de ciências contábeis no estado do Paraná: um estudo de caso**. 1987. 428 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Instituto Superior de Estudos Contábeis - ISEC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.

FERNANDES, A. A. H. **Análise das condições de oferta da disciplina Sistemas de Informação em cursos de Ciências Contábeis presenciais da Região Norte do Brasil**.

2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, F. S. et al. Um Estudo das exigências programáticas em contabilidade pública nos concursos públicos organizados pelo CESPE. **REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 6, n. 4, p. 419-433, out./nov. 2012. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/380/662>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

GIUBERTI, A. C. **Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos sobre o gasto com pessoal dos municípios brasileiros**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 33, 2005, Natal. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2005>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

HACKETT, R. P. Governmental accounting in the education of the public accountant. **Accounting Review**, Flórida, v. 13, n. 4, p. 390-392, Dec. 1938. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=7853fd8a-1491-48d8-bca7-1eead5b14880%40sessionmgr4004&hid=4209>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

HARDNETT, C.; DANIELS, B. W.; WARRICK, C. S. African American students perceptions of careers in governmental accounting: a new millenium glance. **Journal of Government Financial Management**, Houston, v. 61, n. 3, p. 42-54. 2012. Disponível em: <<https://www.questia.com/library/p61847/the-journal-of-government-financial-management/i3193445/vol-61-no-3-fall>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

HENRIQUE, M. R. et al. Análise da percepção dos discentes sobre as condições de ensino da disciplina de contabilidade internacional em cursos de ciências contábeis na cidade de São Paulo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 9., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: CNEG, 2013. Disponível em: <http://ufr.br/administracao/index.php?option=com_content&view=article&id=53:trabalhos-aprovados-na-ix-congresso-nacional-de-excelencia-em-gestao&catid=18&Itemid=102>. Acesso em: 10 dez. 2015.

HOFER, H.; PELEIAS, I. R.; WEFFORT, E. F. J. Análise das condições de oferta da disciplina de contabilidade introdutória: pesquisa junto às universidades estaduais do Paraná. **Revista de Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 16, n. 39, p. 118-135, 2005. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad39/trabalho_elza_ivam_elionor_pg118a135.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING STANDARDS - IPSAS. **International Federation of Accountants - IFAC**. Londres, dez. 2014a. Disponível em: <<http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/ipsas-1-presentation-of-f.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

HANDBOOK OF INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING PRONOUNCEMENTS. **International Federation of Accountants – IFAC**. Londres, dez. 2014b. Disponível em: <<https://www.ifac.org/publications-resources/2014-handbook-international-quality-control-auditing-review-other-assurance-a>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MODEL ACCOUNTING CURRICULUM (REVISED). **International Standards of Accounting and Reporting (ISAR)**. Suíça, jun. 2015. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/ISAR/ISAR-Corporate-Transparency-Accounting.aspx>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JUND, S. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAFFIN, M. **De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. 2002a. 191 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. Ensino da contabilidade: componentes e desafios. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 9-20, dez. 2002b. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/25174/ensino-da-contabilidade--componentes-e-desafios>>. Acesso em 10 jan. 2016.

LEITE FILHO, G. A.; SLOMSKI, V. Opiniões dos alunos acerca da disciplina Contabilidade Governamental: Um estudo Empírico em um Universidade Pública. **Revista UNB Contábil**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 79-99. 2003. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/194>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MADEIRA, C. **Avaliação do ensino de auditoria nos cursos de graduação de ciências contábeis: uma pesquisa exploratória**. 2001. 227 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica)-Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. São Paulo. 2001

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, P. C. M.; SILVA, A. B.; NIYAMA, J. K. A aderência do conteúdo da disciplina contabilidade tributária ministrada nos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil ao conteúdo do currículo internacional proposto pela ONU. 2011. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.3. n. 1, p. 1-19. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1320>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

NEELEY, P.; ROBASON, C. A. Governmental accounting: a critical evaluation. **Accounting Review**, Flórida, v. 42, n. 2, Apr. 1967. Disponível em:<<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=26&sid=74539653-56b2-4269-b51a-1dcc1ea1e19b%40sessionmgr4002&hid=4112>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

NOSSA, V. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: Uma análise crítica. **Cadernos de Estudos FIECAFI**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 74-92, maio./ago. 1999.

PELEIAS, I.R. et al. Construção e validação de uma escala de atitude para a avaliação do ensino de sistemas de informação nos cursos de ciências contábeis da cidade de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANPAD, 2005. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/EPQ/2005_EPQB915.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____ et al. Pesquisa sobre a Interdisciplinaridade por Professores de Controladoria em Cursos de Ciências Contábeis no Município de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-B536.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____ et al. Análise das condições de ensino de perícia contábil em cursos de ciências contábeis na grande São Paulo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 79-108, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000300005>. Acesso em: 19 jun. 2015.

PIAGET, J. Epistemologie des relations interdisciplinaires. **In Ceri: L'interdisciplinarité. Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités**. 1972. (UNESCO) Paris. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000190&pid=S1517-4522200600010000800093&lng=en>. Acesso em 10 jan. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIRÓZ, D. A.; PALMA, M. R. B. A gestão do currículo do curso superior de Ciências Contábeis. In: PELEIAS, I. R. **Didática do ensino da contabilidade: aplicáveis a outros cursos superiores**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 179-224.

RESTELLI, L. **Um estudo sobre a contribuição do ensino da contabilidade pública frente às necessidades deste mercado nas prefeituras do sudoeste do Paraná**. 2013. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)-Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Departamento de Ciências Contábeis, Pato Branco, 2013.

RODRIGUES, E. B. C. **O ensino da contabilidade pública em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul**. 2013, 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo. 2013.

RONCALIO, M. P.; BERNARD, R. R. S. Um modelo de simulação para o ensino de contabilidade pública no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-B333.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

SANCHEZ, A. F. C. Tributação sobre o capital no Brasil: Eficiência x Equidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 39, 2015, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...**

Belo Horizonte: ANPAD, 2015. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/anpad/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=78&cod_edicao_subsecao=1198&cod_edicao_trabalho=19526>. Acesso em: 30 set. 2015.

_____; MAES, L. L. Uma análise das principais mudanças nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. **Revista Linceu (FECAP)**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 06-31, jun. 2013. Disponível em: <http://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1673/941>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____; NASCIMENTO, J. O. Uma análise crítica da informação contábil dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista. In: CONGRESSO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 6, 2015, Santa Catarina. **Anais eletrônicos...** Santa Catarina: UFSC, 2015. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/artigos/anais>. Acesso em: 30 set. 2015.

SCHIFFEL, L.; SMITH, K. The looming crisis in governmental accounting education. **Journal Of Government Financial Management**, Flórida, v. 55, n. 2, p. 26-32, Jan. 2006. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/46600a61f5190756655ee2ca346d6a54/1?pq-origsite=gscholar>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013

_____. **Teoria do agenciamento no estado**: uma evidenciação da distribuição de renda econômica produzida pelas entidades públicas de administração direta. 1999. 106 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SLOMSKI, V. G. et al. Saberes da docência que fundamentam a prática pedagógica do professor que ministra a disciplina de gestão de custos em um curso de ciências contábeis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 4, p. 71-89, 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/585/2529>>. Acesso em: 25 dez. 2015.

_____; MARTINS, G. A. O conceito de professor investigador: os saberes e as competências necessárias à docência reflexiva na área contábil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 4, p. 06-21. 2008. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1057>>. Acesso em: 25 dez. 2015.

SOARES, M.; DOMINGUES, M. J. C. S. O ensino da contabilidade pública: um análise da ementas da disciplina no sistema acafe – associação catarinense das fundações educacionais. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA – ANPAD, 1., 2010, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: ANPAD, 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/anpad/eventos.php?cod_evento=6&cod_evento_edicao=54&cod_edicao_subsecao=641&cod_edicao_trabalho=12582> Acesso em: 10 jun. 2015.

SOARES, S. V. et al. Evolução do currículo de contabilidade no Brasil desde 1809. **Revista Catarinense da Ciência Contábil II**, Florianópolis, v. 10, n. 30, p. 27-42, ago./nov. 2011.

SOUZA, V. P. et al. Análise da contribuição do ensino dos meios de divulgação do conhecimento para a formação profissional em Contabilidade Ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14., 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: CBC, 2008. Disponível em: <anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1259/1259>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SWEENEY, D. L.; WILLIAMS, T. A.; ANDERSON, D. R. **Estatística aplicada à administração e economia**. Tradução: Solange Aparecida Visconti. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 13, 2000. Disponível em: <http://teleduc.unisa.br/~teleduc/cursos/diretorio/apoio_5427_368/TARDIF_Saberes_profissionais_dos_professores.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____.; LESSARD, C. **Le travail enseignant au quotidien. Contribution à l'étude du travail dans les métiers et les professions d'interactions humaines**. Quebec: De Boeck/PUL, 1999.

_____.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 73, dez. 2000.

TRINDADE, A. S. **A contabilidade pública na visão dos estudantes de ciências contábeis da UFRGS**. 2010. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

TUDOR, A. T. Romanian public institutions financial statements on the way of harmonization with IPSAS. **Accounting and management information systems**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 422-447, 2010. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/20f23ed6a9bde119d44a2764e5f980c/1?pq-origsite=gscholar>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Model accounting curriculum (Revised)**. Geneva, July, 2003. Disponível em: www.unctad.org/em/Docs/c2isar21_en.pdf. Acesso em: 03 jun. 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIANA, C. C. et al. Ensino de contabilidade na instituições de ensino superior do Amazonas: análise quanto à adequação às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. **Revista do Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 95-122, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/mpgoa/article/view/15082>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

VIGNOLI, F. H. Legislação e execução orçamentária. In: BIDERMAN, C; AVARTE, P. (Coord.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 365-380.

WILSON, E. An historical perspective on governmental accounting education. **Journal of Accounting Education**, United States, v. 31, n. 3, p. 244-251, Sept. 2013. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=3&sid=d3c6985c-471e-4cdd-b222-3e744e924445%40sessionmgr4005&hid=4114&bdata=Jmxhbmc9cHQtYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#db=buh&AN=89997191>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ, NOME E DADOS BIOGRÁFICOS.



Termo de autorização de uso de imagem, voz, nome e dados biográficos

Pelo presente instrumento, eu, _____, AUTORIZO, o uso de som da minha voz, nome e dados biográficos por mim revelados em depoimento pessoal concedido ao mestrando-pesquisador André Felipe de Carvalho Sanchez, inscrito no CPF 329.061.478-69, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentado, a ser veiculado sem limitação de tempo ou de números de exposições, primariamente no material em texto desenvolvido como dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), intitulada "Avaliação da Disciplina de Contabilidade Governamental nas IES Localizadas na Região Metropolitana da Baixada Santista" com o objetivo de analisar o nível do ensino da disciplina nessa região.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia ___/___/2015, pelo mestrando-pesquisador e a FECAP, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc' interativo), "home vídeo", DAT ("digital áudio tape"), DVO ("digital vídeo disc"), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exposições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se a produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da FECAP, conforme expresso na lei 9.610/98 (lei de Direitos Autorais).

Esta autorização foi concedida mediante o compromisso do mestrando-pesquisador acima citado em garantir-me os seguintes direitos:

Tive acesso à transcrição de minha gravação antes da publicação;
 Receberei uma cópia impressa e encadernada do trabalho final; e,
 Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

_____, de Novembro de 2015.

 Entrevistado (a)

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA



CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Prezado professor, esta entrevista foi elaborada a fim de buscar informações sobre as condições de ensino de Contabilidade Pública/Governamental, em cursos de Ciências Contábeis da região Metropolitana da Baixada Santista e, em seguida utilizá-las em meu projeto de dissertação no Programa de Mestrado em Ciências Contábeis do Centro Universitário – FECAP. Em meu nome e de meu orientador, Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias, solicito sua autorização e agradeço a colaboração e a compreensão. Os dados coletados serão analisados em termos globais. Sua contribuição e colaboração são voluntárias, entretanto, fundamental para a realização desta pesquisa, pela qual agradecemos antecipadamente.

Eu, professor (a) do Curso de Ciências Contábeis da Instituição de Ensino Superior (IES) pesquisada, estou ciente das informações recebidas e concordo em participar da pesquisa sobre as condições de ensino de Contabilidade Pública/Governamental, nos cursos de Ciências Contábeis da região Metropolitana da Baixada Santista. Estou ciente também de que, em nenhum momento, terei minha identidade exposta em virtude de minha participação nesta pesquisa.

Diante do exposto, voluntariamente decido:

ACEITAR NÃO ACEITAR

_____, ____ de Novembro de 2015.

Professor da Disciplina de Contabilidade Pública/Governamental

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Poderia me relatar sua experiência acadêmica? A quanto tempo atua na área acadêmica?
3. Além da docência exerce outra atividade profissional?
4. Quanto a Contabilidade Governamental, considera-se um especialista?
5. Tem publicações na área de Contabilidade Governamental?
6. A disciplina Contabilidade Governamental permite variar as estratégias de ensino?
7. Quais são os métodos utilizados com os alunos na prática dos conteúdos da Contabilidade Governamental?
8. Durante o curso, os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da Contabilidade Governamental?
9. Durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com profissionais de Contabilidade Governamental?
10. Quais critérios de avaliação são utilizados na disciplina de Contabilidade Governamental?
11. Os alunos identificam a integração da disciplina de Contabilidade Governamental com outras disciplinas do curso?
12. A carga horária destinada à disciplina é o suficiente?
13. A biblioteca da IES possui os livros indicados na ementa? E, são indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros?
14. O professor recomenda novos livros a serem adquiridos para a biblioteca? Caso sim, a IES adquire os livros recomendados?
15. Qual o prazo de atualização dos programas e conteúdo? Dentro desse prazo, as obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas?
16. O conteúdo desenvolvido em sala de aula está alinhado com as novas exigências dos concursos públicos para o cargo de Contador Público?
17. O programa da disciplina considera as atualizações posteriores à Lei nº 4.320 e LRF?
18. As mudanças no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) afetam a atualização dos Programas e Conteúdos?
19. O programa da disciplina considera as normas brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?
20. O programa da disciplina considera as atualizações das IPSAS?

21. O conteúdo de Contabilidade Governamental, quanto ao processo de convergência das normas internacionais, está sendo abordado em que grau com relação aos seguintes temas:
- 21a. É abordada a história e a evolução da Contabilidade Governamental, com o processo de convergência através do MCASP; CFC (NBCT SP) e IFAC (IPSAS)?
 - 21b. O professor aborda as diferenças entre o MCASP e as IPSAS?
 - 21c. É abordado o subsistema de Custos? O subsistema Patrimonial é abordado com a inclusão do aspecto financeiro?
 - 21d. A Receita e a Despesa Pública são abordadas levando em consideração os aspectos patrimoniais distinguidos dos aspectos orçamentários?
 - 21e. São abordados os Demonstrativos Contábeis trazendo comparação entre a Legislação Brasileira, MCASP e IPSAS?
 - 21f. Leciona quanto as diferenças nas consolidações dos demonstrativos em relação ao adotado pelas IPSAS e a adotada pela MCASP?
 - 21g. O Plano de Contas (PCASP) é apresentado aos discentes com a nova estrutura de 7 níveis; 9 dígitos e 8 classes de conta?
 - 21h. O reconhecimento e mensuração dos ativos está sendo apresentado com as modificações trazidas com a adoção do processo de convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

APÊNDICE D - ENTREVISTA IES “A”

INTERLOCUTOR: Professor, primeiramente eu quero agradecer o senhor, por estar contribuindo com essa pesquisa. Uma pesquisa de caráter inédito, essa avaliação de ensino trazendo as normas de contabilidade também internacionais e por meio de entrevistas, com os professores. E também a região, é uma região inédita, nunca foi feita nenhuma pesquisa do tipo. Quero agradecer de verdade a disposição que o senhor teve de ajudar nesse cenário acadêmico contábil. Então professor, para conhecer um pouco mais sobre o senhor, eu vou iniciar com a pergunta: Qual a sua formação acadêmica?

PROFESSOR (A): Bom, a minha formação acadêmica, a minha graduação é de administração de empresas, o conhecimento de contabilidade veio com as pós-graduações e com o trabalho que eu fiz durante 35 anos em banco.

INTERLOCUTOR: Dando sequência a pergunta, creio que até seja continuidade, poderia relatar a sua experiência acadêmica e quanto tempo atua na área, enfim.

PROFESSOR (A): Bom, a minha experiência acadêmica é relativamente pequena, o meu mestrado é em educação, que eu fiz quando eu me aposentei no Banco Brasil, eu trabalhei 35 anos no Banco do Brasil, enquanto funcionário do banco eu sempre ministrei cursos para concurso interno, preparando o pessoal para concurso interno, mas eu sempre quis ser professor, mas não tinha uma formação na área. Também tenho experiência de uns 2 anos que eu passei no exército, quanto sargento do exército, que eu também formava cabos e soldados, era uma prática de professor, mas também nada acadêmico. Então, quando eu aposentei que eu decidi ser professor, a primeira coisa que eu fiz foi entrar no mestrado, e de educação, que eu acho que era o essencial.

INTERLOCUTOR: Somando o tempo acadêmico, o senhor acha que tem quanto tempo na área?

PROFESSOR (A): Ah, eu comecei a lecionar em 2011, tenho 5 anos de professor.

INTERLOCUTOR: Em instituição de ensino superior, né?

PROFESSOR (A): É, em instituição de ensino superior.

INTERLOCUTOR: Ok, então, atualmente, o senhor além da docência, exerce outra atividade profissional?

PROFESSOR (A): Não, hoje eu sou apenas aposentado e sou professor dos cursos de algumas disciplinas de administração e ciências contábeis, e sou coordenador do curso de Administração e do curso de Ciências Contábeis aqui desta IES.

INTERLOCUTOR: Professor, quanto a contabilidade governamental, considera-se um especialista?

PROFESSOR (A): Eu não me considero um especialista por estar ou não estar praticando, o que eu conheço de contabilidade governamental é de algumas pós que eu fiz, muito boas, que eu tive a oportunidade de conhecer professores e autores de livros que estão aí auxiliando o governo em todos os seus lançamentos e tal, então eu peguei uma bagagem muito grande e também lá no banco nos fazíamos análises de pretensões de governo do estado, de municípios, e com isso a gente teve que aprender bastante, teve que ler bastante para saber como funciona a contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: Professor, tem publicações na área de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Não, as minhas publicações são na área geral, na área de administração na época da contabilidade geral, isso especificamente e publicamente.

INTERLOCUTOR: Professor a disciplina de contabilidade governamental, permite variar as estratégias de ensino?

PROFESSOR (A): Ah, permite, ela é muito vasta, eu acho que você pode variar bastante, eu conheço professores como coordenador, eu conheço professores que iam para uma linha e uma linha que eu não adotaria, e também lecionei muito em outra faculdade aqui na baixada e conheci lá um professor que ia para uma linha diferente da que eu uso, então para fazer uma análise de três professores, os três com estratégias diferentes.

INTERLOCUTOR: Seguindo, quais são os métodos utilizados com os alunos na prática dos conteúdos na contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Eu acho que é muito bom você usar a realidade, você usar a internet, eu, por exemplo, entro a primeira coisa que eu faço e este ano foi um ano rico. A primeira coisa que eu faço é entrar lá no Ministério do Planejamento, ver o manual do orçamento de cada ano e ver como que ele foi montado. E mostro para todo mundo como é que o orçamento é feito e como é que se produz a receita e se realiza a despesa; e eu, neste semestre, por exemplo, foi maravilhoso porque nós pudemos ver as dificuldades do orçamento 2015 e a previsão de dificuldade para 2016, nós entramos lá no site do Ministério e Planejamento baixamos o orçamento e analisamos ele quase inteiro, porque inteiro é praticamente impossível, e analisamos também aquelas medidas propostas pelo governo para aumentar as receitas de 2016 e diminuir as despesas de 2016, então nós fizemos um contra ponto com a realidade, com o orçamento em si.

INTERLOCUTOR: Certo professor, só completando a estratégia utilizada, durante a aula, além dessa atividade, o senhor utiliza slide, mais ou menos focado em...

PROFESSOR (A): Eu utilizo slide, normalmente faço apostilas com muita antecedência para a classe, e por email que a classe tem e quando nós abordamos o assunto em sala de aula, ele já tem a apostila lá para ir fazendo as anotações.

INTERLOCUTOR: Durante o curso, os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): É muito difícil, é muito difícil porque as prefeituras aqui na nossa região, as prefeituras não abrem o seu espaço para mostrar, mas o que eu tenho mostrado é o que está publicado, o que é publicado no diário oficial, o que está no site da prefeitura ou do Ministério de Planejamento. Eu costumo centrar todo o trabalho na contabilidade pública federal e aí eu faço intenções à estadual e à municipal.

INTERLOCUTOR: Durante a disciplina os alunos assistem palestras, seminários com profissionais de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Não, não temos tido oportunidade neste semestre, nós tínhamos agendado com uns deputados federais da região, para discutir os lançamentos de 2016, as dificuldades. Mas, só um compareceu e isso frustrou porque era a oportunidade da gente de discutir com quem faz as leis, quem vai aprovar a LOA, então não deu certo.

INTERLOCUTOR: Professor, quais os critérios de avaliação são utilizados na disciplina de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): É, aqui na nossa faculdade nós usamos um padrão da faculdade, nós fazemos duas provas por semestre. A do primeiro bimestre nós fazemos o seguinte: a prova vale 6 pontos, que nós fazemos normalmente com 3 perguntas de múltipla escolha e 3

objetivas; os outros 4 pontos: 2 de participação na sala de frequência e 2 de trabalhos que eu passo. Normalmente passo para fazer um balanço, eu passo para pesquisar e fazer um balanço em uma entidade pública, ou as vezes eu passo os números de um orçamento para eles montarem um balanço orçamentário, ou um balanço financeiro, ou um balanço patrimonial, qualquer coisa.

INTERLOCUTOR: Professor, os alunos identificam a integração da disciplina de contabilidade governamental com outras disciplinas do curso?

PROFESSOR (A): Ah, eles fazem sim essa vinculação, porque a contabilidade e orçamento público estão muito ligado as leis, então quando a gente aborda, é preciso você ter um conhecimento muito pleno também de direito, que você saiba olhar a Constituição, que você saiba olhar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que você saiba o que é PEC, o que é os projetos de leis e tal. Então, eles já tiveram direito empresarial, que não é tão profundo, mas eles sabem quando eu começo a explicar como é elaborada uma lei, porque tem que ir para o congresso para aprovar, eles já fazem uma relação com a disciplina de direito. Da mesma forma de contabilidade geral, não há como não vincular.

INTERLOCUTOR: Professor, a carga horária destinada a disciplina é suficiente?

PROFESSOR (A): Olha, eu acho que é o suficiente, nós temos aqui 80 horas/aula para o semestre, eu acho que para um curso de graduação, para uma obtenção de conhecimentos genéricos é suficiente.

INTERLOCUTOR: Essa disciplina ela é oferecida em qual semestre professor?

PROFESSOR (A): Ela é oferecida no 5º semestre.

INTERLOCUTOR: São 80 horas no 5º semestre, né?

PROFESSOR (A): No curso de contabilidade.

INTERLOCUTOR: Professor, a biblioteca da instituição possui os livros indicados na ementa?

PROFESSOR (A): Possui, possui sim.

INTERLOCUTOR: E são indicadas outras fontes bibliográficas além de livros?

PROFESSOR (A): Eu indico bastante os sites...

INTERLOCUTOR: Na ementa, professor?

PROFESSOR (A): Na ementa eu digo também que vamos buscar sites para o aprendizado.

INTERLOCUTOR: O professor recomenda novos livros a serem adquiridos pela biblioteca?

PROFESSOR (A): Olha a nossa biblioteca não, porque nós, apesar de termos um nome de IES, nós pertencemos a um grupo de IES. O grupo é quem compra e distribui para todas as suas afiliadas, mas mesmo assim a gente sugere.

INTERLOCUTOR: E geralmente são adquiridos os livros recomendados?

PROFESSOR (A): Ah, normalmente são e agora nós temos uma biblioteca virtual com um acervo enorme que é muito bom e a gente recomenda aos alunos que procurem a biblioteca virtual que é muito mais fácil de você consultar a obra sem ter aquele problema de limitação, de quantidade de volume.

INTERLOCUTOR: Ok, professor. Professor, quando o senhor citar o nome da instituição vai ser cortado a mensagem, ok?

PROFESSOR (A): Ah perfeito, sem problemas.

INTERLOCUTOR: Qual o prazo de atualização dos programas e conteúdo dentro desse prazo, as obras mais recentes, são consideradas na atualização dos programas?

PROFESSOR (A): Ah são, são consideradas, todas as vezes que nós vamos fazer uma nova grade, toda vez que nós vamos fazer um novo conteúdo, eu peço aos professores, e eu no caso, de dar uma consulta no que há de mais novo em programação.

INTERLOCUTOR: E esse prazo de atualização dos programas e conteúdo, qual é o prazo especificamente?

PROFESSOR (A): Nós geralmente pedimos para que os livros não tenham mais de 3 anos publicados, então o corte é 3 anos.

INTERLOCUTOR: E o plano, ele geralmente é formado?

PROFESSOR (A): A cada semestre.

INTERLOCUTOR: A cada semestre é formado. A disciplina é oferecida uma vez ao ano?

PROFESSOR (A): Uma vez ao ano.

INTERLOCUTOR: E aí é feito o plano?

PROFESSOR (A): É feito o plano.

INTERLOCUTOR: Então o senhor teria hoje o plano referente a 2015?

PROFESSOR (A): Referente a 2015/2, porque é que na verdade deveria ser oferecido, duas vezes ao ano. Neste ano só está sendo oferecido uma vez, porque não teve uma sequência de semestre, nós usamos aqui por créditos, mais divididos em semestres. Então nós não tivemos o 4º semestre anterior, então nós temos no 5º, mas não tivemos no 1º semestre do ano.

INTERLOCUTOR: Sim, mas de qualquer maneira, o graduando vai ter um semestre de contabilidade pública de 80 horas e o plano vai estar de acordo com aquele ano letivo?

PROFESSOR (A): Perfeitamente.

INTERLOCUTOR: Ok. Bom professor, o conteúdo desenvolvido na sala de aula, está alinhado com as novas exigências dos concursos públicos para o cargo de contador público?

PROFESSOR (A): Ah, sim eu creio que sim, porque eu procuro me atualizar sempre, eu vivo fuçando notícias de contabilidade pública. Porque eu gosto, eu gosto muito, eu acompanho toda discussão de orçamento público, então eu sempre estou induzindo o pessoal a pesquisar, a ler, agora mesmo aquelas medidas que o governo propôs ao congresso, ele vai fazer por Medida Provisória, outras são Propostas de Emenda Constitucional e outras são Propostas de Lei, eu passei para a turma e cobre em um trabalho.

INTERLOCUTOR: Ok, professor. Professor o programa da disciplina, considera as atualizações posteriores a Lei 4.320, a Lei de Responsabilidade Fiscal?

PROFESSOR (A): Sim, considera. A Lei de Responsabilidade Fiscal é citada a todo momento, quando nós estamos falando em gestão pública, eu abordo alguns assuntos como gestão pública, como licitações, como órgãos controladores internos e externos, a Lei de Responsabilidade Fiscal é citada a todo momento.

INTERLOCUTOR: Sim, professor eu vou só recapitular a pergunta, o programa da disciplina considera as atualizações posteriores a Lei 4.320, a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa é a pergunta...

PROFESSOR (A): Considera, porque o que está contido, o que tem no conteúdo programático, todo assunto quando ele vai ser explicado em sala de aula, ele vai buscar o que é de mais atual, então ele olha as leis que regem o assunto.

INTERLOCUTOR (A): Obrigado professor. Professor, as mudanças no manual de contabilidade aplicada no setor público, MCASP, afetam a atualização dos programas e conteúdo?

PROFESSOR (A): Como eu trato em montagem de orçamento público, como se monta as despesas, como se monta as receitas, a gente a cada semestre entra no manual, baixa o manual, para poder fazer um trabalho atualizadíssimo.

INTERLOCUTOR: Então, a cada semestre o senhor utilizaria, no caso, o manual mais recente, é isso?

PROFESSOR (A): É, a cada semestre eu utilizo, baixo, e mando ele para a turma, e a gente discute ele no laboratório. Nós temos um laboratório, com diversos computadores, com projetor de telão, a gente entra no Ministério baixa o manual e vai discutindo os pontos.

INTERLOCUTOR: Professor, o programa da disciplina, considera as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público?

PROFESSOR (A): Considera, mas o que a gente passa muito rapidamente, nos 4 relatórios principais, que é o balanço orçamentário, financeiro, patrimonial e a demonstração da variação patrimonial. Que não há muita mudança de um ano para o outro então a gente com base nos livros atuais que nós temos, a gente pega os modelos, pega a instrução de preenchimento e preenche esses 4 relatórios. Mas como é muito amplo, porque o nome da nossa disciplina aqui é contabilidade e orçamento público, então ela junta uma coisa com a outra, então a gente fala muito da gestão pública.

INTERLOCUTOR: Professor, só para completar a pergunta, no caso as NBCT 16, as normas específicas no setor público emitidas pelo CFC, acabam sendo...

PROFESSOR (A): Acabam sendo observadas.

INTERLOCUTOR: Acabam sendo observadas intrinsecamente, o senhor quer dizer?

PROFESSOR (A): Intrinsecamente, porque na hora que nós vamos fazer cada relatório, eles já estão atualizados, o próprio livro cita de acordo com a NBC e tal.

INTERLOCUTOR: Professor, o programa da disciplina considera as atualizações da IPSAS?

PROFESSOR (A): Olha, como eu sou um pesquisador dessa área, então eu fico o tempo inteiro, quando eu não estou aqui, eu estou em casa lendo ou assistindo essas TVs de jornal, TVs de notícias, então eu fico muito atualizado com isso, e como eu utilizo livros atuais, então o que consta ali eu considero o que há de mais moderno.

INTERLOCUTOR: Obrigado, professor. Professor, entrando na última fase, tudo bem? O conteúdo de contabilidade governamental, quanto ao processo de convergência às normas internacionais, está sendo abordado em que grau, com relação aos seguintes temas. Então professor, agora é o conteúdo e não o plano em si. Professor, é abordado a história e a evolução da contabilidade governamental, com o processo de convergência através do MCASP, do CFC, as NBCTS, IFAC, IPSAS?

PROFESSOR (A): É abordado sim, é muito rapidamente, a gente não tem tempo para abordar bastante, mas eu abordo, principalmente no Brasil, como ela evoluiu no Brasil.

INTERLOCUTOR: Ok, o professor aborda diferenças entre o MCASP e as IPSAS?

PROFESSOR (A): Eu não costumo fazer essa correlação, eu não costumo fazer porque o aluno ainda está muito imaturo, e se a gente começar a colocar isso vai atrapalhar o aprendizado, então eu prefiro ir dizendo o que é e como que funciona.

INTERLOCUTOR: Ok, professor. Professor, é abordado os subsistemas de custos, como o subsistema patrimonial, é abordado com a inclusão do aspecto financeiro?

PROFESSOR (A): Sim, a gente aborda o aspecto, a gestão financeira, mas já fazendo uma questão de dizer que o que é mais visto, o que é mais analisado na contabilidade pública, que é o balanço orçamentário, mas os outros balanços também são importantes. Logicamente quem gerir mal as finanças vai ter dificuldade, mas em primeiro lugar o orçamentário.

INTERLOCUTOR: Ok, professor. Eu só vou precisar consolidar um pouco mais essa pergunta, deu para perceber que o foco não seria esse né?

PROFESSOR (A): O foco não é o financeiro, é o orçamentário, mas também falando de como se gere as finanças...

INTERLOCUTOR: Mas sendo...perdão professor, porque a minha pergunta talvez, sendo mais específico, a pergunta é assim: se o senhor aborda mesmo o subsistema de custos e o subsistema patrimonial já com o aspecto financeiro que hoje ocorre devido a mudança?

PROFESSOR (A): Abordo sim, quando a gente vai elaborar a despesas, todos os programas, a gente vai fazer o de receitas, a gente vê as correntes, as de capital, vê o superávit, a gente aborda isso aí como detalhamento.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. Professor, a receita e a despesa pública, são abordadas levando em consideração os aspectos patrimoniais, distinguidas dos aspectos orçamentários?

PROFESSOR (A): Não, eu abordo levando mais em consideração os orçamentários, eu até digo que o ente público não precisa ter patrimônio, no geral precisa ter o mínimo necessário para o funcionamento, o que vale é o orçamentário.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. Professor, são abordados os demonstrativos contábeis, trazendo comparação entre a legislação brasileira, MCASP e IPSAS?

PROFESSOR (A): Ah, sim, são abordados sim. Inclusive eu peço em todo semestre eu peço para pegarem um balanço em um ente público, para a gente analisar.... Eu posso contar uma história interessante, um dia desses eu fiz um trabalho desse e uma pessoa me apareceu com um balanço de Angola. Eu estranhei quando vi o nome Angola, e fiquei pensando porquê? Aí ela foi procurar na internet, viu algum país de reino português e pegou o de Angola... Mas não tem nada a ver nação diferente, não tem nada a ver, refaça, procure um de um ente público brasileiro...rs

INTERLOCUTOR: Então professor, reforçando essa pergunta, no caso dos demonstrativos contábeis, o senhor fica com a legislação brasileira?

PROFESSOR (A): Sim.

INTERLOCUTOR: Mas não faz essa comparação com as IPSAS da IFAC?

PROFESSOR (A): Não, não...

INTERLOCUTOR: E no caso do manual do MCASP?

PROFESSOR (A): É, a gente dá uma olhada, até porque ele é a bíblia, ele está ali em cima para a gente olhar o tempo inteiro.

INTERLOCUTOR: Ok, obrigado professor. Professor, leciona quanto às diferenças nas consolidações nos demonstrativos em relação aos adotados pelas IPSAS e adotada pelo MCASP?

PROFESSOR (A): Se eu leciono quanto a diferença?

INTERLOCUTOR: Consolidação, vou repetir professor. Se o senhor leciona quanto às diferenças com relação as consolidações dos demonstrativos, em relação ao que é adotado nas IPSAS, na IFAC, com o que é adotado pela MCASP, aqui no Brasil?

PROFESSOR (A): Eu, normalmente, eu não faço essa correlação, eu vou direto na MCASP, para mim é a bíblia que a gente vai fazendo.

INTERLOCUTOR: Ok, professor muito obrigado. Professor, o plano de contas PCASP, é apresentado aos discentes com a nova estrutura de 7 níveis, 9 dígitos e 8 classes de contas?

PROFESSOR (A): Eu apresento, inclusive eu tenho uma planilha de como eles devem fazer o plano de contas, cada dígito daquele, o que representa, agora por ser enorme, fica muito difícil você fazer um exercício grande, mas tem uma abordagem sim de cada dígito daquele, cada grupo de dígito e o que representa.

INTERLOCUTOR: Então nesse caso, professor, sendo mais específico, o professor usa a 6ª edição do MCASP, último plano atualizado, é isso?

PROFESSOR (A): O último plano atualizado, exatamente.

INTERLOCUTOR: Ok, professor. Professor, é a última pergunta. O reconhecimento e a mensuração dos ativos, estão sendo apresentados com as modificações trazidas com a adoção do processo de convergência da contabilidade ao setor público?

PROFESSOR (A): Sim.

INTERLOCUTOR: O reconhecimento, e mensuração dos ativos, questão patrimonial mesmo.

PROFESSOR (A): Olha, nós fazemos o balanço patrimonial e explicamos como funciona, e como que aquilo é reconhecido, mas eu costumo dizer o seguinte, nós aproveitamos até nesse semestre um gancho com a proposta do governo de se desfazer de ativos, para poder melhorar a sua receita para arcar com as despesas do próximo ano. Então, eu costumo dizer que o ente público, não precisa ter prédios, não precisa ter patrimônio, ele precisa ter funcionalidade, e ele precisa usar o que foi arrecadado para o bem da população, então eu não sou adepto do patrimônio, nas entidades públicas.

INTERLOCUTOR: Por fim, em sala, o senhor acaba digamos não entrando no aspecto de reconhecimento de mensuração dos ativos com as novas normas, possivelmente por tratar o orçamento, posso pensar assim?

PROFESSOR (A): Exatamente, porque a minha ênfase é o orçamento e eu falo inclusive em licitações das alienações, das doações, de como o governo deve se comportar, quais são as fases da licitação, quais são os nomes dos diversos tipos de licitação, e digo que o governo tem que sempre se desfazer daquilo que é, digamos assim, absoluto.

INTERLOCUTOR: Muito bem, professor eu quero agradecer imensamente a colaboração do senhor nessa pesquisa, e fica o compromisso de enviar a transcrição para o senhor depois da sua aprovação e o envio do trabalho, se assim Deus permitir.

PROFESSOR (A): Perfeito.

INTERLOCUTOR: Muito obrigado.

PROFESSOR (A): Está joia, beleza André. É... Eu faço, digo.... Eu abordo com...

INTERLOCUTOR: Professor, é para continuar a gravação?

PROFESSOR (A): Pode ser.

INTERLOCUTOR: Pode falar professor.

PROFESSOR (A): Eu faço um tópico muito preciso em licitações, em inventário, faz receitas, faz das despesas e eu deixo bem claro o seguinte, esse é um ponto de vista meu, governo não precisa, governo não precisa ter superávit primário. Eu acho o seguinte, quando tem superávit primário ele está arrecadando mais do que ele precisa para o custeio, então se ele tiver superávit, é para aplicação em investimento. Depois tem o seguinte, quando em um balanço orçamentário tem superávit, é porque ele não aplicou bem, ele extorquiu o cidadão, da mesma forma quando ele tem um déficit ele não soube orçar ou não soube cobrar. Então eu sou adepto daquele orçamento ajustado, que eu acho que o gestor público, quem é de planejamento, quem faz orçamento tem que ter todas as informações necessárias e quem executa todas as ferramentas necessárias para que o realizado seja igual ao previsto. Então eu uso muito isso no orçamento, e em licitações, porque toda vez que a gente vê, os nossos grandes problemas estão na área de licitações, como nós vimos na época do mensalão, como nós estamos vendo nessa tal lava-jato, aonde reside o problema, então aí está onde tem que ter o maior cuidado da administração pública.

INTERLOCUTOR: Entendi professor, a visão do senhor, ficou até mais clara, o senhor foi extremamente profissional, e respeitoso a pesquisa, extremamente ético inclusive. E essas últimas palavras do senhor contribuíram para justamente o que consolida mesmo, reforçar as respostas que o senhor deu, realmente percebendo-se que pelo que eu entendi da visão do senhor, em um curso de graduação são as 80 horas o que de melhor eu tenho que absorver para o aluno e o que de melhor seria então na visão do senhor, a questão de licitação, orçamento, balanço orçamentário e as questões de políticas públicas, e todos os debates que envolvem, ou seja, o senhor utiliza de mecanismos de mídias atuais para interagir com o aluno, é isso?

PROFESSOR (A): É isso mesmo, até porque eu acho o seguinte, que as normas técnicas, todo profissional vai fazer, ele vai ter o manual, vai ter a fonte, então ali ele vai se adequar aquele manual, mas ele precisa entender geral que são as leis de licitações, o que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que é a ética do gestor público, então isso eu faço questão de fazer, de chamar a atenção, porque os manuais das normas técnicas, quando ele estiver sentado lá, ele vai ter o manual para consultar e fazer, se a legislação mudou hoje, amanhã o manual vai estar lá modificado para fazer, então ele precisa entender o máximo, o que é orçamento, e como gerir a coisa pública toda, isso aí pra mim é importante...

INTERLOCUTOR: Obrigado professor, muito obrigado, eu vou encerrar aqui a entrevista com esse acréscimo do senhor. E agradeço novamente, muito obrigado.

PROFESSOR (A): Beleza.

APÊNDICE E - ENTREVISTA IES “B”

INTERLOCUTOR: Bom, Professor em primeiro lugar eu quero agradecer ao professor (a) pela contribuição na pesquisa, por disponibilizar o seu tempo para essa pesquisa, então fica o agradecimento aqui. Professor, qual a sua formação acadêmica?

PROFESSOR (A): Eu sou mestrando em contabilidade. Já fiz, tenho Pós-Graduação de Finanças, e tenho graduação em Ciências Contábeis também.

INTERLOCUTOR: Poderia relatar a sua experiência acadêmica?

PROFESSOR (A): A minha experiência acadêmica começou em 2009, a minha primeira matéria foi contabilidade avançada e, em seguida, no próximo semestre, contabilidade pública, de lá para cá eu venho lecionando em outra faculdade também. Aqui nesta IES eu estou desde 2013 e leciono desde então contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: Então o tempo de atuação na área acadêmica são cinco anos, é isso?

PROFESSOR (A): Isso, 2009. Vai para 6 anos.

INTERLOCUTOR: Vai para seis anos, está ok, obrigado. Além da docência exerce outra atividade profissional?

PROFESSOR (A): Sim. Eu exerço a Profissão de Contador (a) em uma empresa de Marketing, é uma agência de publicidade e lá eu exerço a parte contábil, não está voltada para a contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: Então você está trabalhando nessa empresa há muito tempo?

PROFESSOR (A): Nessa empresa eu estou desde novembro do ano passado, antes disso eu estava só lecionando.

INTERLOCUTOR: Está Ok. Quanto à contabilidade governamental, considera-se um especialista?

PROFESSOR (A): Em contabilidade governamental na docência sim, eu trabalhei durante uns quatro anos em uma associação. E a associação lidava em contabilidade pública, isso eu tinha, tinha não, eu tenho parâmetro para lecionar essa matéria. E por isso, uma especialidade voltada para essa matéria.

INTERLOCUTOR: Professor tem publicações na área de Contabilidade Governamental?

PROFESSOR (A): O meu trabalho acadêmico da universidade do bacharel foi voltado para o 3º setor, então não está totalmente voltado para a contabilidade pública, mas ele trabalha as associações, fundações.

INTERLOCUTOR: Alguma outra, algum outro trabalho acadêmico?

PROFESSOR (A): Voltada para contabilidade pública não.

INTERLOCUTOR: Professor (a), a disciplina de contabilidade governamental permite variar as estratégias de ensino?

PROFESSOR (A): As estratégias de ensino não, desde 2009 eu ensino da mesma maneira, mudou lógico as alterações, mudou a base, mas o método não.

INTERLOCUTOR: Quais as estratégias ou melhor, primeiro variar essas estratégias, podem dizer mais ou menos quais são as suas estratégias então para gente...

PROFESSOR (A): A minha estratégia de ensino, lógico baseado na lei, eu trago para o pessoal a literatura da leitura, da leitura da lei e vou explicando para eles a forma de atuação, como na contabilidade pública, exercícios em sala...

INTERLOCUTOR: Mas exercícios em sala, leitura, aula expositiva?

PROFESSOR (A): Aula expositiva, trabalha com data show, trabalho com pesquisas, livros e exercícios em sala, é basicamente isso.

INTERLOCUTOR: Professor, quais são os métodos utilizados com os alunos na prática dos conteúdos da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Eu trago para eles no data-show, eu trago matérias, por exemplo, o plano plurianual, eu trago o plano plurianual vigente para eles pesquisarem, entender como funciona. E essa parte aí eu consigo trabalhar a prática com eles, eles veem na realidade, eu peço pesquisa em sites de prefeitura que eles podem olhar os balanços e ver como funciona, ver como são as contas das prefeituras. Aí essa prática eu consigo trazer para eles. Eu não consegui ainda uma aula em laboratório, a gente faria a pesquisa junto, eu passo para eles lerem em casa e eles trazem para mim.

INTERLOCUTOR: Essa pergunta complementa, se complementa ao avanço a pergunta anterior, a pergunta anterior era sobre variar as estratégias, se era possível, agora acabou falando algumas estratégias, agora ficou como um complemento então, aí ficou desenhado todos os métodos que você utiliza, é isso?

PROFESSOR (A): É isso.

INTERLOCUTOR: Durante o curso os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Não. O que eles têm de contato são os balanços que eles conseguem puxar nos sites e a literatura mesmo, a prática não consigo trazer em sala.

INTERLOCUTOR: Durante a disciplina os alunos assistem palestras e seminários, com profissionais de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Não. Eu não consegui até hoje trazer nenhum profissional nessa, nenhum profissional nessa, diretamente da área da contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: Quais critérios de avaliação são utilizados na disciplina de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Eu utilizo os métodos de trabalho em sala, as avaliações bimestrais, e esses trabalhos contam bastante para mim, porque o que eu passo em sala eu falo para eles, na sala de aula o que é mais importante, eu prefiro avaliar eles dentro da sala de aula que estão ali na prática, do que avaliar somente na prova, então o meu critério de avaliação é dividido dessa forma.

INTERLOCUTOR: Você pode falar um pouco mais, são duas avaliações, é isso? A bimestral, são duas avaliações?

PROFESSOR (A): Então por bimestre é uma prova, certo? No semestre são duas, e trabalhos em sala, ou em sala ou pesquisa que eu peço para fazer, geralmente no primeiro bimestre eu peço um trabalho em sala e no segundo bimestre eu peço uma pesquisa.

INTERLOCUTOR: Os alunos identificam a integração da disciplina de contabilidade governamental com outras disciplinas do curso?

PROFESSOR (A): Durante as aulas eu procuro mostrar para eles as diferenças que tem da contabilidade pública para a contabilidade financeira. Até porque eles estão mais acostumados com a contabilidade financeira e eu vou apontando para eles as diferenças que tem de uma para outra.

INTERLOCUTOR: Mas, vou, na mesma pergunta você entende que os alunos identificam a integração da disciplina com outras?

PROFESSOR (A): Não. Só se for em relação aos balanços, com montar, montar um diário razão, aí sim, eu tenho essa integração, fora isso a contabilidade governamental no meu ver ela é totalmente diferente do que eles já viram.

INTERLOCUTOR: De qualquer disciplina do curso está dizendo? Pode ser qualquer disciplina? Você entende então que a integração fica mais por parte mesmo dessa questão do diário...

PROFESSOR (A): Da escrituração contábil.

INTERLOCUTOR: De ele entender débito e crédito?

PROFESSOR (A): Isso.

INTERLOCUTOR: Está Ok. Professor, a carga horária destinada à disciplina é o suficiente?

PROFESSOR (A): A carga horária reduziu, certo, de um tempo para cá, e assim eu estou com um tempo mais curto para lecionar essa matéria, e eu estou correndo, eu tento dar o mesmo conteúdo que eu dava em uma carga horária de 4 horas semanais e agora eu estou com duas aulas por semana só. E eu estou correndo bastante, eu peço bastante leitura, eu peço para estudar em casa, para a gente conseguir, para eu conseguir abranger o conteúdo inteiro com eles.

INTERLOCUTOR: Professor (a), sobre a mesma pergunta, essa carga horária, então ela, a disciplina, é oferecida uma vez, um semestre durante o curso é isso? E seria duas aulas é isso?

PROFESSOR (A): Isso.

INTERLOCUTOR: E antes eram quatro aulas?

PROFESSOR (A): Isso. Caiu pela metade a carga horária da contabilidade pública, então no meu ver não é suficiente, até porque eu tenho que correr muito para conseguir passar o conteúdo inteiro.

INTERLOCUTOR: Professor, e antes, era suficiente?

PROFESSOR (A): Então, pela minha experiência sim, até porque eu não consegui ver de outra forma, certo. E como ela é uma matéria específica, e assim na faculdade a gente tem várias matérias específicas, e a matéria específica acaba sendo com essa carga horária, 4 horas semanais no semestre. Então antigamente era suficiente, hoje caiu bem.

INTERLOCUTOR: Professor, a biblioteca da instituição possui livros indicados na ementa? E são indicadas outras fontes bibliográficas além de livros?

PROFESSOR (A): Sim. Até porque aqui, antes de elaborar o plano de ensino eu preciso indicar os livros, e a instituição se compromete em adquirir esses livros para os alunos, certo. Em uma quantidade razoável, claro não tem para todo mundo. E eu também, na minha bibliografia, nas minhas referências bibliográficas, coloco literaturas, coloco leis e no meio do semestre eu mando alguns artigos para eles lerem, para ter um pouco mais de diversidade.

INTERLOCUTOR: Artigo do tipo acadêmico, você diz?

PROFESSOR (A): Artigo acadêmico...

INTERLOCUTOR: Então não está na...

PROFESSOR (A): Na bibliografia. Na bibliografia eu coloco as leis e os livros, no decorrer dos semestres eu indico alguns artigos.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Qual o prazo de atualização dos programas e conteúdo, dentro desse prazo as obras mais recentes são consideradas na atualização dos programas?

PROFESSOR (A): Sim. Aqui a gente não... aqui pelo menos, nessa instituição, eu não posso colocar livros antigos, eu tenho que sempre indicar para os alunos a última versão dos livros que eu estou utilizando, então a gente atualiza assim. E qual a foi a outra pergunta?

INTERLOCUTOR: Se as obras mais recentes são consideradas na atualização dos programas?

PROFESSOR (A): Sim. E os programas eles são atualizados a cada, anualmente. Certo, porque essa matéria eu dou a cada semestre, em um semestre tem a matéria no outro semestre não tem. Então eu atualizo a cada sala nova, cada turma nova eu tenho que atualizar o conteúdo.

INTERLOCUTOR: Ok. A aula, geralmente, esse plano você faz antes da disciplina, ou seja, pode ser no começo do ano ou pode ser no começo do segundo semestre? Como funciona?

PROFESSOR (A): Essa matéria, como eu dou sempre no meio do ano para frente, então eu atualizo uns 15 dias antes de começar as aulas.

INTERLOCUTOR: Está ok. Está compreendido. O conteúdo desenvolvido em sala de aula, está alinhado com as novas exigências dos concursos públicos para o cargo de contador público?

PROFESSOR (A): Sim. Porque eu trago muito material de concurso público para eles, porque na contabilidade pública se o aluno não for trabalhar no setor público ou alguma prefeitura, ele vai utilizar essa matéria para passar em concurso. Então eu procuro trazer, lógico dos concursos que eu tenho edital, que eu tenho as provas, eu trago só específico para contabilidade pública algumas questões para eles atuarem, para ele entenderem como funciona.

INTERLOCUTOR: Essa prática, voltando até um pouco, ela faz parte das atividades em sala de aula ou a parte de avaliação?

PROFESSOR (A): A parte de atividade em sala de aula.

INTERLOCUTOR: Ok. O programa da disciplina considera as atualizações posteriores a 4.320 e Lei de Responsabilidade Fiscal?

PROFESSOR (A): Repete, por favor.

INTERLOCUTOR: O programa da disciplina considera as atualizações posteriores a lei 4.320 e Lei de Responsabilidade Fiscal?

PROFESSOR (A): Sim. Eu trago para eles as novas, principalmente agora as novas normas de contabilidade, os novos regulamentos que tem da contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: No programa, no plano mesmo?

PROFESSOR (A): No plano de ensino.

INTERLOCUTOR: As mudanças no manual de contabilidade aplicada no setor pública, MCASP, afetam a atualização dos programas e conteúdo?

PROFESSOR (A): Não. Porque ele, o último que eu me utilizei, eu até o utilizei como base principalmente para dar a parte teórica, eu pego sempre o que está disponível, somente em sala de aula eu utilizo ele nesse sentido.

INTERLOCUTOR: Continuando na mesma, você utiliza sempre a última versão, é isso que você quis dizer?

PROFESSOR (A): Isso.

INTERLOCUTOR: Tudo bem. Mas no programa, lá no plano?

PROFESSOR (A): Não. No plano de ensino e não tomo ele como base, a minha base é, vai a Lei 6.404, eu venho trazendo a introdução, o que é contabilidade pública e vou explicando para eles esses conceitos, não utilizando como base o manual. O manual eu utilizo em sala de aula, se eu preciso de explicar alguma matéria específica, o manual está mais claro, aí eu pego o manual e explico.

INTERLOCUTOR: Está Ok. Então só para confirmar, você utiliza na sala de aula o MCASP, a questão do conteúdo dos programas aqui no caso ele não está dentro do conteúdo o manual, é isso? Nas bibliografias, na bibliografia?

PROFESSOR (A): Isso. Na bibliografia ele não consta.

INTERLOCUTOR: O programa da disciplina considera as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público?

PROFESSOR (A): Sim. Eu considero sim, eu passo para eles até no portal.

INTERLOCUTOR: Eu digo dentro do plano do programa?

PROFESSOR (A): Dentro da ementa eu não especifiquei as normas, eu dou em sala de aula.

INTERLOCUTOR: O programa da disciplina considera as atualizações da IPSAS?

PROFESSOR (A): Não. Eu não peguei, eu peguei só as, eu peguei as novas normas de contabilidades e passei para eles, certo. Eu não me aprofundei muito nesse ponto, eu trouxe assim a nova contabilidade pública, principalmente o que está nos livros e trouxe para eles o que aconteceu, mas não especificamente.

INTERLOCUTOR: Então no programa da disciplina não é considerado atualizações é isso?

PROFESSOR (A): Não.

INTERLOCUTOR: Professor, eu vou passar para a última fase, é o conteúdo de contabilidade governamental, quanto ao processo de convergência das normas internacionais, está sendo abordado em que grau, com relação aos seguintes temas: é abordado a história e a evolução da contabilidade governamental com o processo de convergência através do MCASP do CFC, e as NBCTS, IFAC, IPSAS?

PROFESSOR (A): Não. Dessa forma não, como eu falei para vocês, para você ver, eu trabalhei as novas normas de contabilidade e trouxe de livros essa introdução da nova contabilidade pública, eu não fui nesse detalhe.

INTERLOCUTOR: Aqui eu digo em sala de aula, mesmo não teve uma aula, sei lá, expositiva, enfim, que abordasse esse...

PROFESSOR (A): Não. A evolução não, nenhuma aula eu montei nesse sentido.

INTERLOCUTOR: Você partiu do que está no livro atual...

PROFESSOR (A): Isso. Partir do que está nos livros, daí eu até venho trazendo história, trazendo a lei e explicando os conceitos de contabilidade pública, eu não tratei da evolução, o que mudou de um tempo para outro, nesse sentido não.

INTERLOCUTOR: O professor aborda diferenças entre o MCASP e a ZIPSAS?

PROFESSOR (A): Não. Não abordei, eu fiz a diferença com elas.

INTERLOCUTOR: É abordado o subestima de custos, o subsistema patrimonial é abordado com a inclusão do aspecto financeiro?

PROFESSOR (A): Sim. Eu só não entrei específico no aspecto de custo, agora em relação ao patrimonial e financeiro sim, a gente trabalhou bastante até por conta dos balanços que eu tenho que mostrar para eles, então eu entrei nesse detalhe.

INTERLOCUTOR: Sobre a mesma pergunta, o subsistema patrimonial você então já aponta ele na hora, de passa para o aluno na, já com aspecto financeiro e sem a questão do subsistema financeiro, subsistema patrimonial sem o financeiro, agora é subsistema patrimonial, vamos dizer, não, é o subsistema patrimonial já incluso com o aspecto financeiro abordado, é isso ou já existe essa comparação? Como funciona?

PROFESSOR (A): Eu passo um exercício, por exemplo, um exercício para eles com fatos contábeis que acontece na contabilidade pública, a partir desses fatos eles já contabilizam, por exemplo, no balanço financeiro, tudo que aconteceu financeiramente e tudo que afetou o balanço patrimonial simultaneamente, se afetou o financeiro eu peço até para dividir... ah esse afeta o financeiro então a gente já faz o lançamento e esse patrimonial, quando afeta o patrimônio, por exemplo, títulos a receber, certo. Se afeta o patrimonial eles já fazem simultaneamente nos dois temas.

INTERLOCUTOR: Professor (a) eu vou ficar com a mesma pergunta só para concluir, com relação ainda ao subsistema patrimonial, você, é eu estou com um, só para concluir a pergunta para trazer o maior entendimento. Quando eu falo subsistema patrimonial que você apresenta para o discente, você apresenta o subsistema financeiro distinguindo do subsistema patrimonial conforme a 4.320, vamos dizer assim, conforme a, o sistema era ou é ainda, né, de certa forma vigente ou você vem com subsistema patrimonial já abordando a inclusão do aspecto financeiro dentro desse subsistema?

PROFESSOR (A): É dividido, eu apresento os dois separados, simultaneamente, mas eles separadamente, o que é financeiro é financeiro e o que é patrimonial é patrimonial. Embora um fato influencie os dois, os dois subsistemas.

INTERLOCUTOR: Então para concluir o seu subsistema patrimonial ele vai ter lá uma conta de variação?

PROFESSOR (A): Isso. Terá uma variação, o meu subsistema patrimonial tem uma variação ativa, e essa variação, lógico vai influenciar o resultado que afeta o sistema patrimonial.

INTERLOCUTOR: Está ok. A receita e as despesas públicas são abordadas, levando em consideração os aspectos patrimoniais distinguidos dos aspectos orçamentários?

PROFESSOR (A): Não. Eu explico o que é receita, o que é despesa, deixa eu entender melhor a pergunta.

INTERLOCUTOR: A receita e a despesa pública, Ok? Se elas são abordadas de maneira distinta entre receita e despesa no sentido patrimonial, e receita e despesa no sentido como é o orçamento público. Então assim orçamento público ela tem uma visão, uma execução de

receita orçamentária que distingue do que seria, então assim pelo menos é isso que eu queria saber de você na verdade?

PROFESSOR (A): Não. A minha abordagem é mais no aspecto orçamentário mesmo.

INTERLOCUTOR: Está ok, obrigado. São abordados os demonstrativos contábeis trazendo comparação entre a legislação brasileira, MCASP e IPSAS? Demonstrativos, eu vou repetir assim, com relação aos demonstrativos contábeis que você...

PROFESSOR (A): Certo.

INTERLOCUTOR: Já até mencionou que faz, você leciona ele de que maneira? Você vai no modelo da 4.320?

PROFESSOR (A): Isso. Eu utilizo o modelo da 4.320 e do MCASP.

INTERLOCUTOR: Ah então você faz essa comparação entre as mudanças da demonstração, porque o MCASP tem algumas mudanças.

PROFESSOR (A): É.

INTERLOCUTOR: Você pode discorrer um pouco?

PROFESSOR (A): Eu utilizo o modelo da MCASP, até porque é mais, quando eu preciso da, desse conteúdo a MCASP para mim ele aborda melhor, e tão eu utilizo esse até porque, é o modelo que eu estou utilizando, na lei ele só explica o que é, não tenho um modelo específico, eu utilizo o modelo que está no MCASP mesmo.

INTERLOCUTOR: Está bem. Professor (a) eu vou ficar com essa pergunta, está bom. Na legislação brasileira, ou seja, na 4.320, nos livros, vamos dizer anteriores até o próprio MCASP enfim, a gente tem lá um demonstrativo, um balanço orçamentário em um determinado formato, por exemplo, é um balanço patrimonial a um determinado formato, quando você vai para o MCASP e olha lá as demonstrações, você vê que existem diferenças entre o balanço orçamentário, o balanço patrimonial e inclusão de outros demonstrativos. É eu queria entender se você aborda isso para o aluno ou se você utiliza o modelo da 4.320, vamos dizer assim, modelo de balanço orçamentário, balanço financeiro e tal ou se o balanço, os demonstrativos, melhor dizendo, que você utiliza, você faz a comparação ou exclusivamente utiliza um ou outro?

PROFESSOR (A): Não. Não faço comparação entre modelos diferentes, o que eu demonstro lógico são os balanços diferentes, orçamentário, financeiro, patrimonial, aí sim a diferença entre eles e não entre modelos de leis, certo.

INTERLOCUTOR: Então você demonstra diferenças no sentido de apresentar cada um dos balanços?

PROFESSOR (A): Isso, mesmo.

INTERLOCUTOR: Está. Mas na hora de apresentar, qual é o modelo?

PROFESSOR (A): MCASP.

INTERLOCUTOR: Sem comparação com o modelo anterior da 4.320?

PROFESSOR (A): Isso, sem comparação.

INTERLOCUTOR: Está ok. Agora na mesma pergunta para concluir. Então entre o MCASP que você leciona, você traz comparações com relação às demonstrações contábeis que possam existir nas IPSAS?

PROFESSOR (A): Não.

INTERLOCUTOR: Leciona quantas diferenças nas consolidações dos demonstrativos, em relação ao que é adotado nas IPSAS, é o adotado pela MCAPS?

PROFESSOR (A): Não. Não faço essa comparação também, até porque eu não abordo IPSAS.

INTERLOCUTOR: Eu vou voltar um pouco, na mesma pergunta consolidações dos demonstrativos você aborda, eles?

PROFESSOR (A): Não. Consolidação não.

INTERLOCUTOR: Está ok. O plano de contas PCASP é apresentado os discentes com a nova estrutura de sete níveis, nove dígitos, oito classes de contas?

PROFESSOR (A): Sim. Eu apresento este modelo para eles.

INTERLOCUTOR: A última pergunta, o reconhecimento e a mensuração dos ativos, está sendo apresentado com as modificações trazidas com a adoção do processo de convergência da contabilidade aplicado ao setor público?

PROFESSORA: Reconhecimento...

INTERLOCUTOR: Isso. Se o reconhecimento e a mensuração, não é, dos ativos, ou seja, como está sendo a apresentação, não é, da questão dos ativos dentro da disciplina com relação, como reconhecer, enfim, apresenta alguma coisa?

PROFESSOR (A): Não. Nesse sentido não, eu não me aprofundi nesse aspecto com eles.

INTERLOCUTOR: Professor, na mesma pergunta só para trazer um pouquinho mais de exemplo, não trata, por exemplo, a depreciação e o imperment, por exemplo, do ativo do setor público?

PROFESSOR (A): Não, não. Não entrei nesse tema com eles.

INTERLOCUTOR: Professor, eu quero agradecer imensamente a sua participação. A sua colaboração e contribuição é de extrema importância para a pesquisa e também acredito que para a disciplina, não é? Para o ramo de contabilidade dentro da docência, fica registrado que você receberá a transcrição da entrevista, e, posteriormente, a versão final do trabalho, da pesquisa. Agradeço.

PROFESSOR (A): Eu que agradeço, não é? Eu tenho certeza que esse trabalho vai contribuir bastante para a área acadêmica, para forma de abordar. Eu já consegui perceber algumas coisas que eu não estava aplicando, então já para mim, já contribuiu bastante. Obrigada, eu que agradeço.

INTERLOCUTOR: Eu que agradeço também, muito obrigado.

APÊNDICE F - ENTREVISTA IES “C”

INTERLOCUTOR: Professor, boa noite. Primeiro lugar gostaria de agradecer o senhor pela participação na construção desse trabalho, né, dessa pesquisa. Ter disponibilizado esse tempo, né, em prol da pesquisa. Professor (a), a primeira pergunta, é qual a sua formação acadêmica?

PROFESSOR (A): A minha formação acadêmica é primeiro em Ciências Econômicas, depois em Ciências Contábeis, Bacharel em Ciências Contábeis, e eu fiz o curso de especialista em MBA, MBA de controladoria em Finanças Corporativas.

INTERLOCUTOR: Ok Professor (a). O senhor poderia relatar a sua experiência acadêmica?

PROFESSOR (A): A minha experiência acadêmica assim, eu atualmente estou há dois anos dando aula aqui na universidade, nessa instituição. Mas eu já ministrei aulas em curso técnico, então quer dizer já tenho uma experiência com os alunos, nessa parte, não só como em Ciências Contábeis como também em outras áreas, em outras matérias, outras disciplinas, mas principalmente agora eu estou atuando mais na minha área, que eu atuo, que é a contabilidade governamental né, pública.

INTERLOCUTOR: E há quanto tempo o senhor atua então ao todo, no caso na área acadêmica profissionalmente?

PROFESSOR (A): Bom aqui na IES há dois anos. Vai fazer, vamos fazer dois anos, agora no curso técnico uns quatro, cinco anos.

INTERLOCUTOR: Professor, além da docência, exerce outra atividade profissional?

PROFESSOR (A): Sim. Eu exerço atividade de contador, na Secretaria da Fazenda no Estado de São Paulo. Já há mais de 20 anos, há 22, 23 anos. E isso serviu de bagagem também para poder dar aula de contabilidade pública, também.

INTERLOCUTOR: Professor, quanto à contabilidade governamental, considera-se um especialista?

PROFESSOR (A): É eu me considero, porque eu aprendi muito durante o, durante o meu tempo que eu trabalhei na Secretaria da Fazenda, eu cheguei a implantar, nós contadores chegamos a implantar o SIAFEM, tivemos muitos cursos e eu aprendi muita coisa mesmo na, a Secretaria da Fazenda foi uma escola para mim né, então quer dizer, eu trago isso como exemplo para a instituição onde eu dou aula, e isso foi muito importante sim, para mim.

INTERLOCUTOR: Professor, tem publicações na área de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Eu ainda não tenho publicação, mas eu futuramente pretendo fazer esse tipo de publicação.

INTERLOCUTOR: Professor, a disciplina contabilidade governamental permite variar as estratégias de ensino?

PROFESSOR (A): A estratégia de ensino? É eu, a minha estratégia de ensino eu parto assim, além da apostila, eu também tenho data-show, por meio de data-show, apostilas, estudos de caso, esse é o meu método, que eu utilizo.

INTERLOCUTOR: Então o senhor considera que a disciplina permite variar as estratégias?

PROFESSOR (A): Sim. É uma disciplina assim que o pessoal não se interessa muito, porque não é, o pessoal se interessa mais pela contabilidade privada, né. Mas eu assim, eu tento por experiência própria, passar para os alunos aquilo que eu adquiri durante esses mais de 20 anos, né, eu passo para eles.

INTERLOCUTOR: Professor quais são os métodos utilizados com os alunos na prática dos conteúdos da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Então, por exemplo, governamental eu explico todos, tudo que eu passei durante todo o tempo da minha vida profissional, eu passo para eles, por meio de exercícios, estudos de casos ou fazendo também não só exercício, e também até para concurso público para o pessoal, eles até se interessam muito, para poder quem tiver interessado a ingressar na área pública, eu também faço muitos exercícios de concursos, de várias bancas, da FCC, da VUNESP, da SESP e, além disso, eu dou exemplos que eu passo no dia a dia, né. A licitação, empenhos, liquidações, tudo que eu faço no meu trabalho eu passo para eles como experiência não é. É isso que eu, e faço também trabalhos com eles, enfim é um o centro de tudo que eu faço é isso ai, todas as informações.

INTERLOCUTOR: Professor, continuando a mesma pergunta, o senhor deixou claro aqui os métodos, mas só para compor aulas expositivas, o senhor...

PROFESSOR (A): Tem aula expositiva sim, tenho, eu tenho aula expositiva, aí eu faço, eu tento interagir com os alunos, eu faço perguntas, para ver se os alunos estão entendendo ou não.... Eu tento interagir com eles, né. Não só faço aulas expositivas, também interagi, e além de exercícios de casos, entendeu? Para poder, para colocar o aluno no meio da do assunto não é.

INTERLOCUTOR: Professor durante o curso os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Não. Não, porque não é assim, porque a maioria dos alunos da faculdade é, mais é escritório de contabilidade, são outras, até outras áreas que não tem nada com a contabilidade propriamente dita. Então contabilidade governamental é muito difícil realmente, são muito poucos os profissionais, não é, dessa área, muito pouco.

INTERLOCUTOR: Então assim, um exemplo, com o senhor não ocorreu uma visita técnica, alguma coisa do tipo?

PROFESSOR (A): Não. Não, visita técnica assim eu não passo para eles não, o que eu tento fazer, por exemplo, é entrar, que nem eu já fiz ano passado, eu fiz um trabalho em que eles tinham que entrar no site né, no site lá do planejamento para ver os orçamentos, PPA, LDO, LOA do estado de São Paulo, isso aí realmente eu fiz para eles poderem sentir como é que é o, como é que funciona, né, a contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: Professor durante a disciplina os alunos assistem palestras e seminários com profissionais de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Não. Eu nunca fiz esse tipo de, em sala de aula nunca usei esse tipo de método não.

INTERLOCUTOR: É professor, durante a mesma, sobre a mesma pergunta, é os alunos assistem palestras e seminários com profissionais de contabilidade governamental, entendi a resposta, mas, por exemplo, dentro da instituição, alguns eventos que existam?

PROFESSOR: Não. Isso aqui não é feito não, aqui não é feito porque a contabilidade governamental não é o principal, né, porque a maioria dos professores é mais da contabilidade comercial, né, a pública...

INTERLOCUTOR: Professor (a), quais critérios de avaliação são utilizados na disciplina de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Então tem a prova do professor que vale três pontos, tem o trabalho que é, pode ser individual ou em grupo que vale três pontos, e tem a prova POI, que a gente chama de prova oficial da instituição, que vale quatro pontos, à soma dos quatro.

INTERLOCUTOR: Professor (a), sobre a mesma pergunta, e essa estrutura de ambas as provas, como seria?

PROFESSOR (A): Então a minha prova é uma prova, eu sempre faço como as bancas examinadoras, que nem a FCC, VUNESP elas elaboram. É justamente já para deixar o aluno acostumado, são perguntas para fazer você pensar mesmo, né, poder, não são perguntas, aquela pergunta bem bobinha não, são perguntas para fazer o aluno pensar mesmo, né. Interagir mais né.

INTERLOCUTOR: E a prova institucional?

PROFESSOR (A): É essa prova institucional, é uma prova assim que, a gente tem que, nos escolhemos, são 10 questões, que a gente, e são todos os professores que elaboram, e aí eles escolhem, os coordenadores é que escolhem as questões, aí não é o professor, são vários professores porque a prova oficial é uma prova com todas as matérias, contabilidade de custo, contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: Professor, é importante, eu vou me manter nessa pergunta com relação ao critério de avaliação. São quatro pontos essa última disciplina institucional?

PROFESSOR (A): A prova do professor são três, o trabalho são três e a prova, a prova oficial, a POI, quatro.

INTERLOCUTOR: Que seria então uma prova interdisciplinar, ao qual tem 10 questões que o senhor participa?

PROFESSOR (A): Não só as minhas questões, mas a de todos os outros professores, toda a matéria do ciclo, né, do ciclo de Ciências Contábeis.

INTERLOCUTOR: Bem, eu vou continuar na mesma pergunta professor, essa prova, ela é elaborada em conjunto com os professores ou coordenação?

PROFESSOR (A): Os professores, todos os professores eles têm que entregar as 10 questões, todos e aí é escolhido as cinco questões de cada professor. E aí, o coordenador que vai decidir, né.

INTERLOCUTOR: Professor, os alunos identificam a integração da disciplina de contabilidade governamental com outras disciplinas do curso?

PROFESSOR (A): Infelizmente não, o que eu sinto que o aluno ele não tem muito interesse em contabilidade governamental, ele não tem esse interesse, infelizmente. Aquilo para ele, ele sente que não é uma matéria importante, mas eu dentro da sala de aula, eu passo para eles a importância dessa matéria, porque não só como cidadão, né. Porque tudo que o cidadão precisa saber o que está sendo gasto, né. Então quando é feita a previsão da receita, é feita a fixação da despesa, ele está sendo, aquilo que está sendo gasto, tudo aquilo tem que ter um controle, tudo aquilo tem que passar por um registro contábil. Então eu passo para eles e não só isso também no caso, por exemplo, de concurso público para eles também isso é importante. Em todos os sentidos, não só de concurso público com também na, como cidadão para saber o que está sendo feito com o seu dinheiro. A contabilidade pública é isso, é um registro, um controle do nosso dinheiro né.

INTERLOCUTOR: Professor (a), eu vou continuar na mesma pergunta, na sua visão os alunos não conseguem identificar a integração da disciplina de contabilidade governamental com outras disciplinas do curso, seria isso?

PROFESSOR (A): É eles não dão essa importância à disciplina contabilidade pública. Eles não fazem essa ligação, não tem essa ligação.

INTERLOCUTOR: Então assim, o senhor entende que existe essa integração de alguma maneira?

PROFESSOR (A): É difícil. Não existe, de fato essa integração não existe, mas a contabilidade pública, ela, a importância dela é aquilo que eu falei, não só como cidadão, o aluno, como cidadão para saber o que está sendo feito com o seu dinheiro, o gasto. Mas também, como controle, controle daquilo que está sendo feito, os lançamentos contábeis têm uma, é porque a contabilidade pública, ela é diferente, por causa das leis. A Lei Orçamentária, tem a Lei 4.320, ela é, ela trabalha muito com orçamento, então ela é diferente da contabilidade comercial, por isso que não tem essa ligação, e os alunos tem muita essa dificuldade né. Sentem muita essa dificuldade.

INTERLOCUTOR: Está ok Professor, obrigado. Professor, me desculpe, eu vou manter na mesma pergunta, a visão do aluno ficou bem clara para mim, a visão do senhor quanto ao aluno não conseguir encontrar integração, também ficou claro, mas dentro dos cursos existem diversas disciplinas, na sua visão existe alguma disciplina que você poderia falar olha tem uma ligação, existe uma aproximação ou realmente você fala não olha nulo, por exemplo, enfim.

PROFESSOR (A): A ligação há porque, por exemplo, custos com essa nova, agora com a nova... com a nova regulamentação internacional, os padrões internacionais, Então, por exemplo, os custos passou a ser importante, passou a ser uma disciplina interligada com a contabilidade pública, porque agora também tem custos, quer dizer ela antes era contabilidade pública era mais orçamentária, agora passou a ser patrimonial também, então com as novas normas internacionais, a IFAC, IPSAS, ficou, integrou mais com as novas normas, agora que houve uma integração maior. Isso ajudou muito, agora com essas novas normas, ajudou muito. Porque agora tem o princípio da competência, que é muito usado, antes era só orçamentário, era uma contabilidade mais orçamentária, agora passou a ser uma contabilidade, a contabilidade pública passou a ficar mais próximas das outras, inclusive custos né.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor a carga horária destinada à disciplina, é o suficiente?

PROFESSOR (A): Não. A carga horária aqui, aqui eu vou dizer uma coisa, eu não acho suficiente não, porque tem muita, a matéria é muito extensa e não deu tempo de completar ela toda, eu não consigo, porque são seis meses e para mim um ano, até seria pouco, porque é muita coisa.

INTERLOCUTOR: Professor, então qual semestre, um semestre ficou claro isso, qual semestre?

PROFESSOR (A): Então, um semestre de contabilidade governamental e mais um outro semestre de orçamento e finanças públicas. Então quer dizer, fica difícil né.

INTERLOCUTOR: Eu vou considerar as duas disciplinas dentro do escopo, tudo bem professor?

PROFESSOR (A): Tudo bem, não tem problema, pode, a contabilidade pública é onde eu trabalho com os lançamentos contábeis, os registros contábeis.

INTERLOCUTOR: Eu entendo, eu entendo o que está dizendo, é que na pesquisa é...

PROFESSOR (A): É parecido praticamente, porque a contabilidade pública e Orçamentos e finanças, eles estão muito... interagem muito né.

INTERLOCUTOR: Então vamos pensar no escopo da contabilidade pública brasileira, né? A questão como as coisas funcionam aqui, o senhor tem então uma disciplina de orçamento e a parte de finanças, e tem contabilidade pública no sentido de registro, o senhor então tem dois semestres? Como funciona essa carga?

PROFESSOR (A): Então são 40 horas, que é o 5º, que seria o 5º ciclo, 40 horas de contabilidade pública governamental em que eu falo sobre receita pública, despesa pública, receitas correntes, receita de capital, despesas, tipos de despesas, falo também dos lançamentos, dos sistemas orçamentários, o sistema patrimonial, de compensação custos, então eu falo tudo isso, entendeu? E a outra assim mais a parte orçamentária que é o PPA, LDA, LOA, eu falo da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101, ainda falo da Lei 4320/64, que eu também falo na contabilidade pública, você vê que é muito, e elas se interagem muito.

INTERLOCUTOR: Ok Professor. Professor, a carga horária, então são 40 horas semestrais?

PROFESSOR (A): 40 horas, mais 40 horas né...

INTERLOCUTOR: Então 80 horas...

PROFESSOR (A): Não. Eu acho que se eu não me engano é... são 80 horas as duas cargas horárias, certo. Porque eu acho que é muito pouco, porque no caso são, eu dou sempre 4 horas por semana. São 4 aulas por semana que eu ministro aqui na instituição.

INTERLOCUTOR: Professor a biblioteca da instituição possui os livros indicados na ementa? E são indicadas outras fontes bibliográficas além de livros?

PROFESSOR (A): Não. O problema aqui na, a biblioteca, o programa dos livros é o seguinte o.. é... está muito defasado. Houve esse problema das normas internacionais, alteração e, então a maioria, só tem um livro que ainda está dentro das normas. Mas a maior parte dele está tudo defasado, muito defasado, esse é o grande problema, mas aqui, o bom daqui é que eles têm a biblioteca virtual. Biblioteca virtual, eles são bem atualizados, então isso ajuda bastante também né. Então o problema dos livros aqui é a época, que eles estão um pouco defasados, entendeu? Não acompanha, não acompanhou as novas normas internacionais, o padrão internacional né.

INTERLOCUTOR: O professor recomenda novos livros a serem adquiridos para a biblioteca e se sim eles são adquiridos?

PROFESSOR (A): Sim. Seria interessante adquirir livros assim baseados nessas novas normas, para poder, até para os alunos poderem fazer as pesquisas, eu acho isso de fundamental importância, embora tenha a biblioteca virtual que isso também ajuda, né entendeu?

INTERLOCUTOR: Como funciona essa biblioteca virtual professor?

PROFESSOR (A): A biblioteca virtual assim é os alunos eles têm acesso, eles com a senha né, eles entram no site da instituição, eles têm um acesso a essa, eles colocam o título ou o autor, ou o nome do livro e eles entram e fazem a pesquisa, entendeu?

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor qual o prazo de atualização dos programas e conteúdo dentro desse prazo, as obras mais recentes, são consideradas na atualização dos programas?

PROFESSOR (A): As obras, eu não entendi?

INTERLOCUTOR: Qual o prazo de atualização dos programas e conteúdo, do plano e se dentro desse prazo, as obras mais recentes, são consideradas na atualização dos programas?

PROFESSOR (A): Não. Essa atualização eu faço, eu me atualizo por meio de pesquisa, eu vou pesquisar, eu pesquiso na internet, eu pesquiso nos manuais de contabilidade aplicada ao setor público, que dizer eu faço muito isso e o meu dia a dia, no meu trabalho e tal, procuro sempre me atualizar e toda essas atualizações eu procuro levar para os alunos.

INTERLOCUTOR: Professor, então eu entendo que o senhor se mantém atualizado conforme a sala de aula o senhor busca isso, agora o programa, o plano de ensino em si, né, o documento? Isso. Como é que ele é atualizado, em que prazo?

PROFESSOR (A): Não. Utiliza o mesmo plano de ensino, é o mesmo plano que a gente utiliza.

INTERLOCUTOR: De que ano o plano?

PROFESSOR (A): Ah já vem esse plano já vem desde quando eu entrei na instituição, há mais de dois anos já, quer dizer eu utilizo o mesmo plano de ensino, quer dizer, mas isso não atrapalha, entendeu? Porque as, os temas, os temas eu atualizo, então isso não atrapalha muito não.

INTERLOCUTOR: Entendi. O senhor vai trabalhar atualizando esses temas, mas o plano de ensino em si, ele não segue atualizações?

PROFESSOR (A): Não atualizei, eu sigo o mesmo esquema. O mesmo plano de ensino a mesma ementa, algumas coisas eu vou diferenciando lógico, né.

INTERLOCUTOR: O senhor tem a liberdade de modificar o plano?

PROFESSOR (A): É eu tenho uma liberdade de adaptar, eu vou me adaptando conforme, mas eu sempre utilizo desde que eu entrei na instituição, eu utilizo o mesmo plano, entendeu?

INTERLOCUTOR: Então professor, o senhor tem acesso à possibilidade de alterar o plano e com as bibliografias etc.?

PROFESSOR (A): Bibliografias... sim, só que é o seguinte aqui a instituto pede para colocar, por exemplo, cinco livros de, que sejam biblioteca virtual. Então eu sou obrigado a colocar na biblioteca virtual, e assim o que eu sinto dificuldade é que às vezes é difícil você acha na biblioteca virtual, o assunto de contabilidade pública ou de orçamentária, são poucos os livros, o que tem na biblioteca virtual, então eu sinto essa dificuldade. É meio complicado, mas eu tenho que falar né.

INTERLOCUTOR: Não, tudo bem professor, eu estou compreendendo. Eu vou continuar na mesma pergunta só para concluir, o que eu entendi separando o senhor e como o senhor passa em sala do plano em si que é a pergunta, tudo bem. O plano é o que o senhor recebeu há dois anos atrás e o senhor tem liberdade para modificar as obras, mas isso ocorre, sendo as mais recentes ou não o senhor...

PROFESSOR (A): Isso. Eu tenho liberdade, eu tenho liberdade. No caso, por exemplo, aqui na instituição o coordenador pede para colocar a biblioteca virtual.

INTERLOCUTOR: Apenas?

PROFESSOR (A): Não. E também outros livros, tem outros livros também que seja aqui da própria instituição, não pode ser livros fora, tem que ser livros da instituição, né, que esteja na biblioteca para os alunos poderem fazer a pesquisa.

INTERLOCUTOR: E aí no caso dos livros o senhor falou há pouco as edições mais novas...

PROFESSOR (A): É. o problema é só, esse é o grande problema que está muito ultrapassado, algumas, eu já fui à biblioteca, já pesquisei e realmente verifiquei que os livros em que, no assunto contabilidade pública está muito defasada, está muito atrasada realmente.

INTERLOCUTOR: Então o senhor tem liberdade para alterar o plano, a bibliografia porem tem que ter essa questão do livro, ter que, e no caso o senhor já recomendou livros e foram adquiridos?

PROFESSOR (A): Eu ainda não, não recomendei. Eu cheguei a falar alguma coisa, mas eu não recomendei ainda, não cheguei a fazer, a discutir esse assunto.

INTERLOCUTOR: Então professor esse plano que o senhor falou que há dois anos mantêm, mas o senhor acaba modificando ele?

PROFESSOR (A): Sim. A gente modifica alguma coisa, mas eu sempre eu sigo a mesma linha, não é, eu sigo a mesma linha. Porque eu acho que o plano que me passaram está bom, o que eu modifico é o conteúdo, é o, porque o tema eu não modifico. Mas o conteúdo em si, sim eu modifico, eu tento modificar, eu tento atualizar, tanto é que eu falei das normas, do manual. Eu utilizo muito o manual de normas, o manual aplicado a contabilidade pública, eu utilizo muito.

INTERLOCUTOR: Ok Professor. Professor, o conteúdo desenvolvido em sala de aula, está alinhado com as novas exigências dos concursos públicos para o cargo de contador público?

PROFESSOR (A): Com certeza. Com certeza, inclusive até utilizo exercícios das bancas como a FCC, como a VUNESP, utilizo muito. Mesmo porque até a minha própria experiência como já fiz muitos concursos, já passei em concurso e tudo, toda essa experiência eu passo para os alunos realmente, para este bem alinhado nessa, até as minhas provas ela se utiliza muito de um raciocínio para fazer os alunos pensarem né. São provas objetivas, mas que faz o aluno pensar.

INTERLOCUTOR: Professor o programa da disciplina, ele considera as atualizações posteriores a Lei 4.320, a Lei de Responsabilidade Fiscal?

PROFESSOR (A): Sim. Tem as, essas alterações que eu acabei de falar das, por meio das normas, as normas Brasileiras de contabilidade técnica, 16.1 até a 16.11, que são todas essas normas. Fala da depreciação, que antes não tinha, fala das, do, todas essas modificações que ocorreram tanto na contabilidade comercial, que agora ocorreram na contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: Professor, na mesma pergunta, no caso o programa no, pelo senhor, pelo que eu entendi trata do assunto, mas o programa da disciplina em si na programação, o senhor falou sobre poucas alterações, eles elevando em consideração essas alterações posteriores da Lei de Responsabilidade Fiscal, o programa, existe lá no programa?

PROFESSOR (A): Existe no próprio programa que eu recebi tem as alterações, e eu coloco também essas alterações, entendeu?

INTERLOCUTOR: As mudanças no manual de contabilidade aplicada setor público, MCASP, afetam a atualização dos programas e conteúdo?

PROFESSOR (A): Não. Não afeta não. Na afeta porque eu já levo os temas, eu já levo para os temas, eu já levo essas alterações, entendeu? Eu inclusive eu tenho uma apostila, né, que eu montei e que segue todas essas alterações.

INTERLOCUTOR: Professor ainda na mesma pergunta, eu coloquei aqui as mudanças no manual de contabilidade aplicada do setor público, ou seja, eu quero dizer o seguinte o MCASP, ele tem algumas edições já não é, desde a criação e com alterações, no caso a pergunta é justamente se isso afeta a atualização dos programas e conteúdo?

PROFESSOR (A): É. A princípio afeta, mas eu, no programa que eu elaboro eu coloco todas essas modificações, isso que eu falei das normas brasileiras de contabilidade, né. Tanto é que na minha apostila e na própria ementa eu coloco essas normas, incluo essas normas também.

INTERLOCUTOR: Mas tudo bem, professor eu vou continuar com a mesma pergunta, excluindo as normas e pensando exclusivamente no MCASP. Ok? Eles afetam as atualizações dos programas, eles são, é utilizado MCASP enfim?

PROFESSOR (A): É utilizado, eu utilizo o manual, inclusive todas essas modificações, o princípio da competência, tudo isso aí eu utilizo, eu realmente utilizo. Modificações que ocorreram estão sendo utilizadas.

INTERLOCUTOR: Professor o programa da disciplina, considera as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público?

PROFESSOR (A): Com certeza, com certeza considera sim.

INTERLOCUTOR: O programa da disciplina considera as atualizações das IPSAS?

PROFESSOR (A): Das IPSAS, essas IPSAS são as próprias normas brasileiras de contabilidade, que no caso as alterações da depreciação, do custo, por exemplo, o custo que antes não tinha, mas agora passou a ter, as depreciações dos bens patrimoniais e várias alterações do... aquelas alterações que foram sofridas na contabilidade comercial também passaram para essas normas.

INTERLOCUTOR: Ok. Mas o programa da disciplina considera as alterações da IPSAS?

PROFESSOR (A): IPSAS. Com certeza das IPSAS também.

INTERLOCUTOR: Professor última parte, o conteúdo de contabilidade governamental, quanto ao processo de convergência das normas internacionais, está sendo abordado em que grau, com relação aos seguintes temas: é abordado a história e a evolução da contabilidade governamental, com o processo de convergência através do MCASP, CFC, NBCTS, e IFAC, IPSAS?

PROFESSOR (A): Com certeza. A primeira aula no ano passado, a primeira, na minha primeira aula eu falei contei toda a história das normas internacionais, falei também dos princípios, falei como surgiu, todas essas siglas, isso eu cheguei a passar para os alunos sim, isso eu passei para eles.

INTERLOCUTOR: O professor aborda as diferenças entre o MCASP e a IPSAS?

PROFESSOR (A): É o MCASP, é um manual né, as IPSAS seriam as, seriam as, difícil né, o MCASP seria o manual e as IPSAS seriam aquelas normas, as normas propriamente ditas. Por exemplo, tem a depreciação, tem as atualizações, tem tudo aquilo que faz parte do manual.

INTERLOCUTOR: Professor sobre a mesma pergunta, ainda na mesma pergunta. O MCASP né, pela secretaria ele pode ter algumas diferenças com relação às IPSAS mais atuais, ou seja, o momento atual da IFAC, essa é a pergunta. Se o senhor consegue chegar a passar essas diferenças para o discente?

PROFESSOR (A): Sim. Eu passo, só que na realidade assim, eu falo nas IPSAS, eu cheguei até a falar para eles, eu cito né, eu cito qual é o tipo de normas e tudo. Eu passo para eles tudo isso aí, eu tento passar para eles todas essas informações, não deixo... não deixo nada em branco, passo para eles todas essas informações.

INTERLOCUTOR: Professor é abordado o subestima de custos, como subestima patrimonial, é abordado com a inclusão do aspecto financeiro?

PROFESSOR (A): Sim. Então eu faço, quando eu faço os lançamentos, eu chego a fazer os lançamentos contábeis com eles, por exemplo, empenho, liquidação, pagamento, aí eu já abordo com eles os sistemas. É o sistema orçamentário, o sistema patrimonial, o sistema de custos e de compensação, são esses quatro sistemas que eu abordo com eles.

INTERLOCUTOR: Já com inclusão da...

PROFESSOR (A): Esses lançamentos.

INTERLOCUTOR: Da questão do subsistema financeiro...

PROFESSOR (A): Das novas mudanças dos IPSAS, do manual, de tudo isso eu passo para eles.

INTERLOCUTOR: Professor a receita e a despesa pública são abordadas levando em consideração os aspectos patrimoniais, distinguindo dos aspectos orçamentários?

PROFESSOR (A): Sim. Sim quando eu vou fazer, por exemplo, o orçamento, fazer os (é complicado né) eu em todos os lançamentos que eu passo para eles, por exemplo, lançamento de empenho, por exemplo, liquidação, quando é feito a liquidação tem o orçamentário e também tem o patrimonial, quando você recebe a nota fiscal, você já tem aquela conta fornecedora, e também tem o orçamentário que é quando você faz a liquida o empenho né, faz a liquidação do empenho. Então eu chego a fazer esses lançamentos e também faço lançamento de compensação também, que é o controle né. Que é quando a disponibilidade fica comprometida pela liquidação.

INTERLOCUTOR: Então o...

PROFESSOR (A): Os orçamentos eu passo para eles.

INTERLOCUTOR: Então Professor na mesma pergunta só para concluir, o senhor então está, com relação à receita e despesa pública o senhor consegue transmitir ao aluno então esses aspectos com relação à distinção entre as questões de receita e despesas orçamentárias com a questão patrimonial contábil?

PROFESSOR (A): Sim. Então eu faço, por exemplo, eu faço, por exemplo, os lançamentos previsão da receita, debita a previsão receita, credita receita a realizar. Aí quando arrecada, debita receita realizada, credita receita realizada. Então tudo isso aí eu passo para eles, inclusive eles fazem as demonstrações, as demonstrações contábeis como o balanço, o balanço patrimonial, o balanço orçamentário. Tudo isso aí eles fazem, eles fazem em sala de aula, inclusive já fizeram até trabalhos a respeito disso, de todas as demonstrações contábeis.

INTERLOCUTOR: Professor, então dando sequência a próxima é: são abordados os demonstrativos contábeis, trazendo comparação entre a legislação brasileira, o MCASP e as IPSAS?

PROFESSOR (A): Não. Isso eu não faço, eu só faço com eles, o que eu faço com eles, apenas os lançamentos contábeis, eles fazem os lançamentos contábeis, no diário ou no razonete, e depois faz as demonstrações contábeis, que são os balanços né.

INTERLOCUTOR: Seguindo a 4.320?

PROFESSOR (A): É seguindo o a 4.320 e as novas normas, que o balanço orçamentário, patrimonial, o financeiro, das demonstrações dos lucros, das mutações do patrimônio líquido, e o DFC, demonstração de fluxo de caixa.

INTERLOCUTOR: Professor vou continuar nessa, vou continuar nessa pergunta, tá? Professor, então o senhor mostra o modelo da legislação brasileira, da 4.320 e mostra também...

PROFESSOR (A): Sim. Mostro exatamente, mostro tudo isso aí, quero dizer, eu não mostro assim claramente, mas eu mostro para eles a Lei 4.320, a Lei de Responsabilidade Fiscal também que ela é importante.

INTERLOCUTOR: Perdão professor, em relação às demonstrações? Tudo bem. O senhor já disse que aborda elas...

PROFESSOR (A): Isso, isso.

INTERLOCUTOR: E aí...

PROFESSOR (A): E o manual.

INTERLOCUTOR: E o manual também, exato. Então eu estou nessa parte. O senhor consegue passar para o aluno as demonstrações de que maneira, o senhor vai na 4.320 e depois na MCASP, ou o senhor vai só na MCASP, o senhor...

PROFESSOR (A): Não. Eu passo um exercício normal, um exercício, a previsão, liquidação de empenho, por exemplo, foi feita a previsão de X, foi feita a fixação de X pela LOA, aí foi compra de equipamentos, compras de material de consumo, eu vou fazendo, eu dou o exercício para ele e eles montam o exercício. E durante a aula eu vou passando para eles. Depois que, eu dou um tempo para eles fazerem e eu corrijo em sala de aula.

INTERLOCUTOR: Sim, mas eles montam a demonstração, é isso?

PROFESSOR (A): Montam, montam todas as demonstrações.

INTERLOCUTOR: E aí professor, é porque essa pergunta é relevante, o senhor passa o modelo das demonstrações, vamos dizer assim, antigas da 4.320?

PROFESSOR (A): Não. Não já as novas. É sim porque a 4.320 ainda está em vigor, mas já passo com o modelo novo já.

INTERLOCUTOR: O senhor mostra as duas ou só mostra a do MCASP, por exemplo?

PROFESSOR (A): Da MCASP, vai só MCASP.

INTERLOCUTOR: 100% MCASP?

PROFESSOR (A): MCASP exatamente.

INTERLOCUTOR: Então para concluir a pergunta, o senhor trabalha em relação às demonstrações contábeis com a MCASP?

PROFESSOR (A): Isso MCASP. E as IPSAS também que elas fazem parte do manual, né.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor diferenças que possa ocorrer entre MCASP e IPSAS, com relação às demonstrações contábeis, são abordadas?

PROFESSOR (A): São. Eu abordo todas as diferenças, eu abordo. O que é um balanço orçamentário, eu falo com eles, eu falo da diferença do balanço orçamentário, para que serve. O que é o balanço patrimonial, tudo isso eu abordo com eles.

INTERLOCUTOR: Professor, eu vou refazer a, vou insistir nessa pergunta. Do MCASP, que ficou claro que o senhor aborda as demonstrações contábeis através dele, com relação às IPSAS da IFAC, do que trata de demonstração contábil, o senhor trata as diferenças que existe do MCASP, para as IPSAS ou não?

PROFESSOR (A): Não. Não, isso aí eu não faço, eu não chego a fazer isso não, essa diferença não. Eu vou direto, assim no assunto, mas é diferença, essa diferença aí eu não falo com eles não.

INTERLOCUTOR: Então ficou claro para mim que o senhor não passa o demonstrativo pela 4.320, o modelo antigo, passa o modelo da MCASP, o modelo mais atual e não compara com alguma modificação que possa existir nas IPSAS em relação às demonstrações?

PROFESSOR (A): Não. Não eu já vou direto no modelo normal mesmo, modelo atual.

INTERLOCUTOR: Então eu vou, só para concluir, leciona quantas diferenças com relação às consolidações dos demonstrativos, em relação ao que é adotado pelas IPSAS e o adotado pelo MCAPS?

PROFESSOR (A): As consolidações? Não, as consolidações eu ainda não cheguei passar para eles não, essa parte eu não passei para ele. Eu apenas eu, eu falo delas, mas não cheguei a entrar nas consolidações.

INTERLOCUTOR: Na pratica o senhor não deu nenhum exerceu na das consolidações?

PROFESSOR (A): Não exercício pratico, apenas um exercício teórico.

INTERLOCUTOR: Então aulas expositivas sobre consolidações das demonstrações...

PROFESSOR (A): Não. É o mesmo, prática as demonstrações.

INTERLOCUTOR: Professor eu vou continuar nessa pergunta é importante, veja professor, dentro do aspecto de consolidação o senhor consegue com aula expositiva tratar o senhor segue exclusivamente o MCASP ou o senhor mostra diferenças entre consolidação de demonstrações do MCASP com relação à consolidação de demonstrações que contem nas IPSAS, na IFAC?

PROFESSOR (A): Não. Eu, o que contem no manual não é, no manual da MCASP.

INTERLOCUTOR: Não relatando as IPSAS então, no sentido de diferenças?

PROFESSOR (A): Não. Não chegou a relatar as IPSAS, eu falo das normas só, as normas brasileiras de contabilidade.

INTERLOCUTOR: Está ok, então. Então o processo de consolidação o que o senhor segue é pelo MCASP e quanto as IPSAS quando abordado...

PROFESSOR (A): As IPSAS eu não chego abordar muito, eu abordo mais as normas brasileira de contabilidade mesmo.

INTERLOCUTOR: Está ok. Está claro, obrigado professor. Eu vou só perguntar, aqui o plano de contas PCASP, é apresentado aos discentes com a nova estrutura de sete níveis, nove dígitos, oito classes de contas?

PROFESSOR (A): Isso. Com a nova estrutura, já apresento com a nova estrutura, o patrimonial, o orçamentário, que é o de controle né, o sistema de controle é o 7 e o 8, o patrimonial, um, dois. O três e o quatro que é a variação patrimonial aumentativa, diminutiva, que é o quatro. O cinco e o seis que o de planejamento, execução orçamentária. E o sete, oito que é o controle, são esse aí. É esse plano de contas que eu passo para eles.

INTERLOCUTOR: Ok. Professo sobre então, sobre o PCASP nessa estrutura, o senhor utiliza o MCASP de que edição assim, sempre o mais atual, o senhor está, eu, hoje nesse semestre o senhor está lecionando? O que quê...

PROFESSOR (A): Eu utilizo o, eu sempre entro na internet, eu tenho também acesso ao SIAFEM, lá no meu trabalho e lá também tem o plano de contas, também utilizo. E utilizo os livros também, alguns livros que vou pesquisando também.

INTERLOCUTOR: O senhor então utiliza o PCASP e MCASP enfim, né, que está incluso o mais atual?

PROFESSOR (A): Isso. O mais atual exatamente. Eu já passo para os alunos atualizado mesmo, bem atualizado.

INTERLOCUTOR: Professor por último, encerrando aqui. O reconhecimento e a mensuração dos ativos, está sendo apresentado com as modificações trazidas com a adoção do processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público?

PROFESSOR (A): Sim. O ativo, o conceito de ativo, o conceito de passivo, de patrimônio líquido, passando é, eu estou passando para os alunos com as novas denominações, com as novas, perdão, com os novos conceitos né, exatamente.

INTERLOCUTOR: Professor continuando nessa pergunta só para explicar um pouco mais, o senhor chega a falar sobre o reconhecimento, e mensuração dos ativos, tratando a exemplo de quais assuntos, quais temas? Enfim?

PROFESSOR (A): Ah eu primeiro eu falo dos princípios, não é, os princípios fundamentais de contabilidade, e falo também, eu monto a estrutura do balanço patrimonial e explicou para eles, para eles poderem ter um entendimento do que é um ativo, do que é um passivo né, e aí eu passo para eles também o que é um ativo. Ah é um ativo, é um direito, é um bem, o que é um passivo, obrigação, mas eu também dou, fora isso, ainda passo para eles os conceitos das normas, né. Das normas né.

INTERLOCUTOR: O senhor trata dentro do ativo que é a questão, o senhor chega a ir até que grau, o senhor chega a falar de depreciações ou alguma do tipo?

PROFESSOR (A): Chego. Eu chego a falar para eles a depreciação, de depreciação também porque agora ela faz parte das normas que antes não fazia parte, né, das normas dos padrões brasileiros. Agora a depreciação faz parte.

INTERLOCUTOR: Então o senhor chega a falar quando ativa, quando não ativa, depreciação ou algum outro tipo?

PROFESSOR (A): Chego. Chego a falar tudo isso, falo de depreciação inclusive é uma das normas Brasil, contabilidade lá do 16, T16, técnicas.

INTERLOCUTOR: Professor só para encerrar essa última pergunta, só para tentar buscar a profundidade da onde o senhor consegue em que grau o senhor consegue passar essa questão do reconhecimento e mensuração de ativos, o senhor já disse que, aula expositiva, sobre, aborda a questão das modificações, da questão da inclusão, da depreciação. Existe mais alguma mensuração de forma de reconhecimento que o senhor consegue ter tempo hábil de abordar?

PROFESSOR (A): Não. O que eu passo para os alunos, por exemplo, é o meu dia a dia, que eu, meu dia a dia lá no meu trabalho, principalmente quando eu trabalhava na contabilidade, que hoje eu não trabalho na contabilidade, mas quando eu trabalhava na contabilidade mesmo da secretaria da Fazenda, eu passei por todas essas transformações do sistema, do CIAFEM e tudo, do sistema contábil, que teve essas alterações, e isso eu passo para eles também.

INTERLOCUTOR: Professor só mais uma pergunta só para deixar um pouco mais claro, o senhor consegue abordar com o aluno, a questão de *imperment*, de ativos, depreciação?

PROFESSOR (A): Sim. Justamente teste de recuperabilidade disso é o tipo da, teve uma vez um questionamento a esse respeito, eu passei para eles isso também, que isso também faz parte do IPSAS, também faz parte do, que é o teste de recuperabilidade. Porque é quando o

valor do ativo, ele não corresponde ao valor de mercado, aí você tem que reduzir por quê? Por que ele tem que estar de acordo com o valor de mercado...

INTERLOCUTOR: E aí então o aluno...

PROFESSOR (A): Eu passo para eles também isso aí.

INTERLOCUTOR: Ok, professor.

PROFESSOR (A): Eu dou exemplo, é isso que você falou não é, eu dou exemplos também que eu dou sobre isso aí.

INTERLOCUTOR: Era sobre o ativo, desculpa a demora para a pergunta, mas é que eu precisava buscar um pouco. Professor, eu estou encerrando aqui com o senhor a entrevista. Quero agradecer imensamente a participação do senhor, deixar registrado que será enviar a transcrição para o senhor por email, que o senhor aceite, e posteriormente a versão final do trabalho também, tudo bem professor?

PROFESSOR (A): Eu agradeço. Eu agradeço e foi uma honra muito grande participar dessa entrevista tá? Porque isso para mim é trabalhar aqui na instituição, dando aula, para mim é um prazer muito grande, eu gosto muito, me sinto muito bem, é uma área que eu gosto muito, contabilidade pública já há mais de 20 anos trabalhando nessa área, que eu gosto muito realmente, obrigado por estar participando com você dessa entrevista.

INTERLOCUTOR: Eu que agradeço ao senhor. Muito obrigado.

APÊNDICE G - ENTREVISTA IES “D”

INTERLOCUTOR: Professor, primeiro, boa noite. Quero agradecer o senhor pela contribuição acadêmica, nesse trabalho de dissertação. Uma pesquisa com entrevista avaliando, analisando, né, na verdade a disciplina de Contabilidade Pública na Baixada. Um trabalho inédito. E de extrema importância a sua participação devido até ao pouco número de profissionais especialistas. Professor, a primeira pergunta é qual é a sua formação acadêmica?

PROFESSOR (A): É, inicialmente eu fiz o curso de Administração de Empresas. Depois é que eu realizei o curso de Direito. Sou pós-graduado em Direito Empresarial. Pós-graduado em Formação de Professores Acadêmicos. E minha área de atuação profissional é Direito Empresarial e Tributária. Não excluindo outras áreas do direito, porque o meu escritório atende a diversos tipos de demanda. Inclusive nessa área do Direito do Trabalho. No campo acadêmico eu leciono em cursinhos preparatórios para exame de ordem desde 95. Assumi o cargo, aqui na IES, no ano de 2000. Leciono aqui há 15 anos, nos cursos de Direito e outros cursos, inclusive Contabilidade. No âmbito do direito e em outras áreas de gestão empresarial. Em relação à contabilidade pública...

INTERLOCUTOR: Professor, com relação à pergunta um, qual a formação acadêmica, eu tenho a pergunta dois. Poderia relatar a sua experiência acadêmica? E quanto tempo atua na área acadêmica? E a pergunta três, além da docência, exerce outra atividade profissional? Eu vou manter essas três perguntas então, dentro do contexto do senhor. Tudo bem?

PROFESSOR (A): Então a segunda questão seria...

INTERLOCUTOR: Se o senhor poderia relatar a sua experiência acadêmica. Então sobre a formação, pergunta um, o que talvez tenha faltado à minha pergunta eu vou completar ela. O senhor fez mestrado?

PROFESSOR (A): Eu sou mestre em Educação, Administração e Comunicação. Não fiz o de doutorado ainda. Por pura disponibilidade, falta de disponibilidade de tempo. Porque eu exerço uma outra atividade profissional além (trecho incompreensível).

INTERLOCUTOR: São três mestrados? É isso?

PROFESSOR (A): Isso. É três, na verdade ele é multidisciplinar. Feito ao mesmo tempo.

INTERLOCUTOR: Então é um título de mestre, só que com essas três...

PROFESSOR (A): Seguimentos. Nas três áreas.

INTERLOCUTOR: Ah, ok. Entendi, professor.

PROFESSOR (A): A terceira questão... Segunda.

INTERLOCUTOR: A segunda seria, poderia relatar a sua experiência acadêmica e há quanto tempo atua na área? O senhor começou a falar...

PROFESSOR (A): É.

INTERLOCUTOR: Quer concluir com mais alguma observação?

PROFESSOR (A): Então, a lecionar no âmbito acadêmico, especificamente, comecei em 2000. No ano de 2000. Aqui mesmo na IES. Portanto, há mais de 15 anos.

INTERLOCUTOR: O senhor exerce alguma outra função, além de professor aqui na universidade?

PROFESSOR (A): Na universidade não. Fora da universidade eu tenho o escritório de advocacia.

INTERLOCUTOR: Ok. Então, a pergunta três, professor, é justamente essa, além da docência, exerce outra atividade profissional?

PROFESSOR (A): Ah, sim. Então, a resposta anterior. Ela não foi completa. Vou voltar para a resposta, questão anterior. Além da atividade...

INTERLOCUTOR: De docência...

PROFESSOR (A): De docente, na graduação, eu sou Coordenador do curso de Pós-graduação em Direito Tributário.

INTERLOCUTOR: Ok. Então como experiência acadêmica adicional fica registrado então essa observação.

PROFESSOR (A): A coordenação.

INTERLOCUTOR: Está ok. Com relação à pergunta três, além da docência, exerce alguma atividade profissional? O senhor relata aqui o escritório de advocacia.

PROFESSOR (A): De advocacia.

INTERLOCUTOR: Ok. Quanto à contabilidade governamental, considera-se um especialista?

PROFESSOR (A): Eu acredito que sim. Porque eu fiz um estudo em apartado sobre Direito Financeiro. Que me chamou a atenção foi uma obra do Kioshi Arábia que eu utilizo até hoje. Tanto para os meus ensinamentos, né, quanto para o meu aprendizado. Eu acredito que eu esteja sempre em treinamento constante. É um procedimento, não se exaure tanto do aprendizado quanto da parte educacional, pedagógica, então o treinamento deve ser constante do profissional dessa área, principalmente.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor, tem publicações na área de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Não tenho. Não tem, a única publicação que eu tenho são as apostilas que eu forneço para os meus próprios alunos.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor, a disciplina de Contabilidade governamental permite variar as estratégias de ensino?

PROFESSOR (A): No âmbito da prática, sim. No âmbito da teoria, eu acredito que não. Porque já se encontra pré-estabelecido em bibliografias e obras especializadas, além das aulas que eu levo os meus alunos a assistirem... não.

INTERLOCUTOR: Professor, assim, então o senhor entende que não existe tanta possibilidade de variar estratégias?

PROFESSOR (A): Fora na área, fora o âmbito prático.

INTERLOCUTOR: Ok. Entendi. No ensino de...

PROFESSOR (A): No ensino em si não. Em si não.

INTERLOCUTOR: Está ok. A próxima pergunta são, é quais são os métodos utilizados com os alunos na prática dos conteúdos da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Em primeiro lugar, eu ministro a aula teórica. Depois realizo alguns exercícios, práticos. E depois as visitas técnicas, né, que são os trabalhos externos, para ouvir de terceiros a aplicação na prática, daquilo que eles aprenderam na teoria.

INTERLOCUTOR: Professor, quando o senhor fala do conteúdo teórico, aula expositiva, com, de que maneira? Basicamente ela é expositiva?

PROFESSOR (A): Aula expositiva. Muitas vezes escrevo na lousa, onde eles têm a chance de copiar. Fora a recomendação bibliográfica. Para que a gente possa dar entendimento ao exercício prático.

INTERLOCUTOR: Professor, durante o curso, os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Tem. Não só aquele ministrado por mim, mas através de um sistema da IES, *on-line*, né? Fora isso eles têm a realização de trabalhos chamados “Atividade Prática Supervisionada”. Essa supervisão é feita por mim, né? Mas o *site* da IES fornece toda a disciplina *on-line*.

INTERLOCUTOR: Certo. Professor, eu vou manter a mesma pergunta, por enquanto. Os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da contabilidade governamental? Essa é a pergunta.

PROFESSOR (A): Ah, então o ambiente de trabalho é voltado à visita técnica. Então nós comparecemos, marcamos comparecimento nas Assembleias. É o caso aqui, nós vamos para a Câmara de Santos, né, que é mais próximo e eles tem a oportunidade de conversar com os profissionais da Secretaria de Finanças, que também estão prestando contas da lei orçamentária anual.

INTERLOCUTOR: Está ok. Compreendido, professor. Obrigado. Professor, durante a disciplina os alunos assistem palestras e seminários com profissionais de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Sim. Já tivemos aqui profissionais, Auditores da Receita Federal. Tivemos palestra com Prefeito de Santos. Exatamente sobre a PPA, LDO e LOA. Apresentados por eles, para todo o curso de contabilidade, de direito e quem mais quisesse participar.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor, quais critérios de avaliação são utilizados na disciplina de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Nós realizamos provas bimestrais. Miscigenadas com provas, com questões subjetivas e objetivas. Além de trabalhos que são efetuados extraclasse, voltados para matéria lecionada naquele bimestre e fora os exames, fora os trabalhos realizados em classe que muitas vezes ganham ponto ou dois pontos dependendo do número de trabalho. Ou de exercícios também.

INTERLOCUTOR: Está ok, professor. Professor, os alunos identificam a integração da disciplina de contabilidade governamental com outras disciplinas do curso?

PROFESSOR (A): Somente com a legislação em vigor. Portanto é a área de direito, né? Dentro da nossa disciplina, somos obrigados a seguir a legislação em vigor, a respeito.

INTERLOCUTOR: Então, professor, continuando na mesma pergunta, dentro da área de integração, da disciplina de contabilidade governamental com relação a outras disciplinas que o curso de ciências contábeis oferece, o senhor cita o direito? É isso?

PROFESSOR (A): O direito em sentido amplo, né; porque especificamente direito do trabalho, com todos seus encargos e nuances sobre o pagamento deles, né, pelos órgãos públicos e o direito tributário como fonte de arrecadação.

INTERLOCUTOR: Está ok. Professor, a carga horária, destinada à disciplina é suficiente?

PROFESSOR (A): Eu acredito que precisaríamos mais um semestre para trabalhar. Nós trabalhamos em um semestre apertado, com quatro horas semanais. Mas mesmo assim, eu gostaria que tivéssemos mais tempo, especialmente para colocar em prática aquilo que foi desenvolvido teoricamente.

INTERLOCUTOR: Professor, então a matéria é desenvolvida em um semestre, durante todo o curso? É isso?

PROFESSOR (A): Um semestre em todo o curso.

INTERLOCUTOR: Seriam quantas horas então?

PROFESSOR (A): Quatro horas semanais. Divididos em dois dias por semana. Duas horas aulas, por dia, duas vezes por semana.

INTERLOCUTOR: Está ok. A carga horária total?

PROFESSOR (A): Não me recordo.

INTERLOCUTOR: Está ok. Obrigado. Professor, a biblioteca da instituição possui os livros indicados na ementa? E são indicadas outras fontes bibliográficas além de livros?

PROFESSOR (A): Sim. Nós, no plano de ensino que eu passei às suas mãos, irá constar a bibliografia recomendada, sem detrimento de qualquer outra obra, que não esteja apontada no plano de ensino, mas que a IES possua. Não só no Campus Santos, como em qualquer Campus que a IES atue. Ou seja, nós temos Campus em Manaus, se a obra estiver, a obra que o aluno precisa se encontra em Manaus, basta fazer um requerimento à biblioteca, para a bibliotecária e ela fará um requerimento, né, de encaminhamento da obra solicitada pelo aluno.

INTERLOCUTOR: Ok, professor. Eu vou manter a mesma pergunta, com relação aos livros indicados na ementa, né, no plano em si, eles estariam hoje disponíveis na biblioteca local?

PROFESSOR (A): Estão na biblioteca, com absoluta certeza. E os que não estão e que o aluno necessite, a IES irá verificar em outros Campus, para ver se existe a obra requisitada. Se não houver, ela determina a compra.

INTERLOCUTOR: Ok. Obrigado.

PROFESSOR (A): Isso em qualquer área.

INTERLOCUTOR: É, professor, ainda na mesma pergunta, na ementa são sempre livros ou existem outras fontes que são sugeridas, complementares e etc..?

PROFESSOR (A): Na própria ementa, do plano de ensino, você irá encontrar os *sites* recomendados, inclusive no que se refere ao manual. A manuais, não é?

INTERLOCUTOR: Obrigado. O professor recomenda novos... Hum... Perdão. O professor recomenda novos livros a serem adquiridos para a biblioteca? Caso sim, a instituição adquire os recomendados?

PROFESSOR (A): É, normalmente nós éramos visitados constantemente por várias editoras. Nesse semestre, no entanto, não os encontrei. Normalmente as novidades partem deles mesmos. Eles fornecem gratuitamente essas obras aos professores e os professores recomendam à instituição a aquisição dos mesmos.

INTERLOCUTOR: E os mesmos adquirem os livros?

PROFESSOR (A): Para a IES ela não tem nenhum critério de bloqueio de qualquer obra voltada à educação. Qualquer que seja a área. Basta apenas se dirigir à bibliotecária e fazer o pedido da obra solicitada.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor, qual é o prazo de atualização dos programas e conteúdo? Dentro desse prazo, as obras mais recentes, são considerados na atualização dos programas? Programas, está professor?

PROFESSOR (A): É, normalmente quem realiza essa tarefa é a coordenação-geral que fica em São Paulo, Capital. Não é feita por nós. Aqui nós só temos no Campus de Santos, os Auxiliares de Coordenação.

INTERLOCUTOR: Professor, dentro dessa mesma pergunta, essa atualização dos programas que são realizadas, mesmo que em São Paulo, né, dos programas e conteúdo de quanto em quanto tempo é realizado quanto à disciplina?

PROFESSOR (A): A cada semestre nós recebemos um plano de ensino. Então ele vem, por exemplo, esse que te passei é o 2015/2. Então, em janeiro, nós iremos receber, lá na reunião pedagógica, nós receberemos, todos os cursos recebem, seus respectivos planos de ensino, 2016/1. Todos eles vêm de São Paulo.

INTERLOCUTOR: As obras então são modificadas? Na questão bibliográfica?

PROFESSOR (A): Ou modificadas ou acrescentadas.

INTERLOCUTOR: Está ok. Professor, o conteúdo desenvolvido, em sala de aula, está alinhado com as novas exigências dos concursos públicos para o cargo de Contador Público?

PROFESSOR (A): Na verdade nós trabalhamos com exercícios práticos que extraímos as questões dos próprios concursos anteriores. Visando prepará-los para a profissão que eles irão exercer, inclusive haverá agora um concurso para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, eles estão sim preparados para, pelo menos nessa disciplina, serem bem-sucedidos.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor, o programa da disciplina considera as atualizações posteriores à Lei 4.320, Lei de Responsabilidade Fiscal?

PROFESSOR (A): Todas elas. Inclusive a responsabilidade fiscal tem sido um foco constante, a Lei complementar 101, né, de 2000. Diante dos acontecimentos atuais do nosso país.

INTERLOCUTOR: Então, professor, na mesma pergunta, o programa da disciplina ela considera a lei de responsabilidade é 4.320, né, mas a pergunta assim, ela considera as atualizações posteriores a essas leis?

PROFESSOR (A): Todas. A pesquisa é constante, não só por parte do docente, como dos próprios alunos, visando a discussão sob os acontecimentos da atualidade em qualquer âmbito municipal, estadual ou federal.

INTERLOCUTOR: Professor, as mudanças no manual de contabilidade aplicado ao setor público, MCASP, afetam a atualização dos programas e conteúdo?

PROFESSOR (A): Afetam, principalmente pela diversidade de aplicação da contabilidade pública nos diferentes entes. Cada município modifica as suas classificações contábeis da despesas correntes e despesas de capital, receitas correntes ou receita de capital. Então essas classificações algumas vezes são modificadas pelos próprios entes públicos e nós trazemos isso em classe para discutir a essas novas classificações ou modificações.

INTERLOCUTOR: Professor, eu vou continuar na mesma pergunta, na pergunta as mudanças do manual, ou seja, as mudanças que ocorrem no MCASP, então em relação às

edições que são atualizadas, né, constantemente, se elas acabam afetando a atualização dos programas e do conteúdo do MCASP, exclusivamente.

PROFESSOR (A): Com certeza sim. É uma forma de atualizar, né, usando como paradigma a modificação dos manuais.

INTERLOCUTOR: Professor, o programa da disciplina considera as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público?

PROFESSOR (A): Na íntegra.

INTERLOCUTOR: O programa da disciplina considera as atualizações das IPSAS?

PROFESSOR (A): Eu, na realidade quem elabora também é, nesse sentido, é a Coordenação-geral em São Paulo. Eu já recebo pronto. Não é feito pelo professor.

INTERLOCUTOR: Professor, eu vou manter a mesma pergunta. Perdão. Ainda que elaborado em São Paulo, existe no programa da disciplina a questão das IPSAS e as suas atualizações?

PROFESSOR (A): Sim. Até através dos próprios trabalhos elaborados pelos alunos, eles já trazem a pesquisa com essas atualizações. Por exemplo, eu tenho dois alunos, em sala de aula que eles mesmos, eu coloco os dois, no caso mais especificamente um, que trabalha com isso, nessa área e é ele mesmo que dá aula. Com essas atualizações.

INTERLOCUTOR: Está ok, professor. Professor, o conteúdo de contabilidade governamental, quanto ao processo de convergências das normas internacionais, está sendo abordado em que grau com relação aos seguintes temas? Professor, aqui é conteúdo mesmo. Está ok? É abordada a história e a evolução da contabilidade governamental com o processo de convergência através do MCASP, CFC, através das NBCT SP e IFAC e IPSAS?

PROFESSOR (A): Isso, nas primeiras aulas nós já estudamos o primeiro enfoque dessa aplicação. E a necessidade da aplicação dela na contabilidade pública até para fins de transparência, né, dessa contabilidade. Dessas contas. Foi suficiente? Pode continuar se você quiser...

INTERLOCUTOR: Não, quanto à mesma pergunta, só para eu poder finalizar, então o senhor na prática faria isso de que maneira? No início das aulas o senhor passa os aspectos históricos até mesmo referentes a questão do CFC e da IFAC com as IPSAS? É isso?

PROFESSOR (A): Exatamente. Nós logo nas primeiras aulas já damos essa aplicação da contabilidade pública em sentido geral. Com o foco principal na transparência dessa contabilidade e responsabilidade do contador quanto à apresentação das mesmas em função dessas regras.

INTERLOCUTOR: Ok Professor. Professor, o professor aborda as diferenças entre o MCASP e as IPSAS?

PROFESSOR (A): Então, alguns pontos nós diferenciamos no início, como havia dito antes. A aplicação dessas regras, né, distintas para cada caso.

INTERLOCUTOR: Professor, eu vou manter a mesma pergunta, novamente. Há exemplo, quando eu digo aborda as diferenças entre o MCASP e as IPSAS, é, eu diria, em relação ao que está no manual de contabilidade aplicado ao setor público, que o senhor já disse que utiliza...

PROFESSOR (A): Isso.

INTERLOCUTOR: E o que está em relação aos pronunciamentos da IFAC através das IPÇAS, que é as normas do setor público, né?

PROFESSOR (A): Sim.

INTERLOCUTOR: Internacionais. Essas diferenças o senhor então aponta para os discentes?

PROFESSOR (A): Sim. Eles têm pleno conhecimento dessa aplicação e distinção, né? Até porque eu, o foco específico da contabilidade pública governamental é dar transparência a essa contabilidade de forma geral, né? Embora seja municipal, nada impede que o município venha solicitar eventual empréstimo no exterior. E ser atendido., né? No caso de Santos, por exemplo, mas para tanto essa conta tem que estar transparente. Talvez eu não tenha te explicado melhor.

INTERLOCUTOR: Não, tudo bem, professor. Professor, é abordado o subsistema de custos? O subsistema patrimonial é abordado com a inclusão do aspecto financeiro?

PROFESSOR (A): Sim. Você irá verificar no plano de ensino, paro e passo cada um deles.

INTERLOCUTOR: O senhor diz que no plano de ensino então existem os subsistemas que precisam ser...

PROFESSOR (A): Realizados.

INTERLOCUTOR: Realizado, a apresentação, à aula lecionados a eles? É isso?

PROFESSOR (A): Não só na aula, mas eles apresentam trabalhos acadêmicos.

INTERLOCUTOR: Com relação a todos os subsistemas? É isso?

PROFESSOR (A): Isso.

INTERLOCUTOR: Professor, a receita e a despesa pública são abordadas levando em consideração os aspectos patrimoniais distinguidos dos aspectos orçamentários?

PROFESSOR (A): Sim. Inclusive de todas as dotações. Orçamentárias, distinguindo dessas dotações efetivamente liquidadas, mas ainda não pagas, inclusive. Distinguimos uma da outra. Através de exercícios, práticos.

INTERLOCUTOR: Eu vou continuar na mesma pergunta, está professor? Então o senhor diz que com relação às receitas e despesas existe então a diferenciação, vamos dizer assim, é considerada então à questão patrimonial é distinguida da questão orçamentária? Então em uma receita, por exemplo, da questão orçamentária, com relação ao que seria da questão patrimonial em um balanço então exista essa diferença e essa diferença ela é lecionada? É isso?

PROFESSOR (A): É lecionada e é feito um exercício. Por exemplo, no caso patrimonial, eles realizam a conta, né? A devida conta para apurar patrimônio líquido, por exemplo. Eles fazem a busca e o cálculo do ativo, né, circulante, né, e o não circulante, passivo circulante e não circulante. E calcula a diferença e verificam se houve um superávit ou déficit. Para apurar, no caso aí, o patrimônio.

INTERLOCUTOR: Ok.

PROFESSOR (A): Mas isso na teoria e na prática. Então...

INTERLOCUTOR: A próxima, professor, são abordados os demonstrativos contábeis trazendo comparação entre a Legislação brasileira, entre o MCASP e entre as IPSAS?

PROFESSOR (A): Não. Não fizemos isso. Não fizemos esse procedimento.

INTERLOCUTOR: Professor, continuando na mesma pergunta, quanto aos demonstrativos contábeis o senhor utiliza ainda a Legislação brasileira 4.320?

PROFESSOR (A): Exatamente.

INTERLOCUTOR: O modelo que está de demonstração?

PROFESSOR (A): Exatamente.

INTERLOCUTOR: Está. Ainda na mesma pergunta. Eu estou dividindo ela para a gente ter uma profundidade encima dessa resposta. Tudo bem, professor? Com relação ao MCASP, manual aplicado setor público, o senhor utiliza ele com relação às demonstrações contábeis? Os modelos?

PROFESSOR (A): Sim. E é inclusive nós extraímos questões de concurso públicos que são lançadas através desses modelos e nós executamos aqui, em sala de aula.

INTERLOCUTOR: Então o senhor consegue trazer para o aluno comparar o que tem em relação aos demonstrativos contábeis da 4.320 e diferencia-los do que tem no MCASP? É isso professor?

PROFESSOR (A): Claro. Exatamente. Nós apuramos, através de pesquisas dos últimos concursos e copiamos, literalmente, informamos a fonte, óbvio, essas questões, todas essas questões práticas de demonstrativos. Tanto de despesa como de receita.

INTERLOCUTOR: Então, professor, a exemplo ainda, eu vou me manter na.... Está acabando, está professor?

PROFESSOR (A): Não, fique à vontade.

INTERLOCUTOR: Ainda vou me manter nessa pergunta. Dos demonstrativos contábeis do MCASP, o senhor a exemplo, trata do, com relação a 4.320, a exemplo, não tem o fluxo de caixa, né? Então, por exemplo, no MCASP o senhor na sala leciona esse manual trazendo esse demonstrativo?

PROFESSOR (A): Essa parte é feita, parte teórica, né? Para eles, através de exposição em lousa, né? E na prática, evidentemente, ele tem que ter esse conhecimento para quando na elaboração dos exercícios e das questões que são lançadas em concurso.

INTERLOCUTOR: Então a exemplo, o senhor apresenta o fluxo, a demonstração de fluxo de caixa conforme o manual do MCASP? É isso?

PROFESSOR (A): Exato. Exatamente.

INTERLOCUTOR: Então, finalizando a pergunta, quando então da lei para o MCASP o senhor consegue trazer as demonstrações novas? E com relação às demonstrações que já existiam, a exemplo, o balanço orçamentário da Lei 4.320, com o balanço da última edição do MCASP? Existe essa comparação em sala de aula? Mesmo que de maneira ilustrativa e em...

PROFESSOR (A): Não. Nunca lancei esse tipo de diferenciação para eles. Mas não, eu não vi a necessidade. Também você está me chamando a atenção um ponto que não foi, ninguém arguiu isso, antes.

INTERLOCUTOR: Tudo bem. Professor, então o senhor utiliza o modelo da 4.320 para apresentar para o aluno? É isso?

PROFESSOR (A): Isso. Exatamente.

INTERLOCUTOR: Está ok. E do MCASP o senhor então apresenta o que tem de novo em relação ao novo demonstrativo?

PROFESSOR (A): Exatamente. Exatamente isso.

INTERLOCUTOR: É isso? Então o fluxo...

PROFESSOR (A): Mas não especificamente, diferenciando um do outro.

INTERLOCUTOR: Somente o fluxo de caixa então?

PROFESSOR (A): Isso. Exato.

INTERLOCUTOR: Por conta do MCASP? É isso?

PROFESSOR (A): Isso. Exatamente.

INTERLOCUTOR: E ainda na mesma pergunta, professor, então, eu acho que o senhor já respondeu, mas só para concluir. As IPSAS, as normas internacionais mesmo da IFAC, então o senhor, no caso as demonstrações que estão narrados, vamos dizer assim, nas normas, não entram no escopo, de quando o senhor leciona com relação às demonstrações. Então elas ficam com a 4.320 e o MCASP com relação ao fluxo de caixa e as IPSAS aí o senhor não dá tratamento com relação a isso? É isso?

PROFESSOR (A): Às vezes a própria, esse tratamento vem nas próprias questões extraídas dos concursos. Mas não que eu tenha lecionado especificamente sobre isso.

INTERLOCUTOR: Professor, a próxima pergunta é se o senhor leciona quanto às diferenças nas consolidações dos demonstrativos em relação ao adotado pelas IPSAS e o adotado pelo MCASP?

PROFESSOR (A): Assim, nesse momento eu não saberia informar de pronto. Teia que ter o meu material na minha mão. Em mãos. Mas eu poderia convidá-lo a, por exemplo, à próxima terça-feira, se você tiver disponibilidade, um funcionário da Secretaria da Fazenda, não, Secretaria de Finanças, irá comparecer aqui na instituição para justamente discutir eventuais dúvidas com os meus alunos. E a oportunidade que eu lhe daria, lhe concederia, para também entrevistá-los.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor...

PROFESSOR (A): Não sei se foge ao objetivo.

INTERLOCUTOR: Foge, porque eu preciso do professor mesmo da disciplina na região. Mas com certeza, futuras pesquisas seria ótimo.

PROFESSOR (A): Está bom. Fique à vontade.

INTERLOCUTOR: Professor, eu vou voltar na pergunta.

PROFESSOR (A): Volta.

INTERLOCUTOR: Porque eu vou iniciar a pergunta da seguinte maneira, quanto às demonstrações contábeis, o senhor trabalha, leciona a relação da consolidação desses demonstrativos ou acaba não entrando na parte de consolidação das demonstrações? Qual seria? No caso qual, como o senhor trata esse caso?

PROFESSOR (A): Esse é o trabalho realizado em grupo, pelos alunos, eles elaboram vários tipos de demonstração. E na conclusão o grupo menciona todas essas questões, em um único trabalho. Normalmente esse grupo é de cinco a seis alunos. Eles abordam todos os demonstrativos. E consolidam.

INTERLOCUTOR: Bom. Ok. Professor, a exemplo, na mesma pergunta, ainda. No MCASP eu tenho a questão da consolidação dos demonstrativos, por exemplo, da União com os

Estados e com os municípios. Inicialmente a pergunta seria basicamente assim, o senhor leciona essa questão? Ou trata apenas os demonstrativos trazendo...

PROFESSOR (A): Eu, os demonstrativos, após a realização desses trabalhos, o meu foco principal é a União. Né? Sem prejuízo da adequação das mesmas regras para os Estados, Distrito Federal e município. Mas inicialmente eles elaboram um trabalho em grupo, na elaboração desses demonstrativos. Depois, após a apresentação desse trabalho nós realizamos essa consolidação: União, Estado, Distrito Federal, município. Respondi ou não?

INTERLOCUTOR: Sim. Então o senhor faz essa consolidação? É isso? Está ok. Então, na mesma pergunta, ficou claro então para mim que o senhor leciona quanto à consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, seguindo o MCASP? É isso?

PROFESSOR (A): Isso. Dessa forma. Primeiro eles realizam um trabalho, teórico, até para ganharmos tempo e depois a gente realiza a explanação em sala de aula.

INTERLOCUTOR: Está ok. E aí, professor, para finalizar a pergunta, entendido que o senhor faz a consolidação das demonstrações, ou seja, leciona, né, sobre o assunto, o senhor relata, faz a relação do que é adotado da IFAC que trata de consolidações contábeis com o que trata o MCASP? Ou o senhor não chega a entrar nesse mérito?

PROFESSOR (A): Nesse semestre, especificamente, nós não entramos nesse mérito.

INTERLOCUTOR: Está ok, professor. Pergunta respondida.

PROFESSOR (A): Na íntegra, né?

INTERLOCUTOR: Professor, o plano de contas, PCASP, é apresentado aos discentes com a nova estrutura de sete níveis, nove dígitos e oito classes de conta?

PROFESSOR (A): Sim.

INTERLOCUTOR: Então o senhor utiliza o MCASP da última edição? É isso?

PROFESSOR (A): Sim. Inclusive foi o trabalho sobre essa atividade foi feita por um aluno, né, ontem em sala de aula.

INTERLOCUTOR: O que ele fazia exatamente? Perdão.

PROFESSOR (A): A classificação.

INTERLOCUTOR: De contas? Exemplos? É isso? É mais um exercício?

PROFESSOR (A): Exatamente. Fizemos um exercício, mas antes, não voltado especificamente para essa classificação. O exercício já possuía uma classificação e nós abordamos a apuração de alguns cálculos, alguns valores dentro desse exercício. Porém deveria saber antes, a classificação.

INTERLOCUTOR: Ok. E aí o senhor já está seguindo então a edição do MCASP atual, com relação ao plano de contas?

PROFESSOR (A): Que está no manual também.

INTERLOCUTOR: Isso. Exatamente. Aí o senhor usa a 6ª edição?

PROFESSOR (A): Nós temos o manual, no caso, para diferenciar um pouco, pegamos o manual da, salvo engano, pegamos o manual de São Paulo, município de São Paulo e o outro ele trouxe foi do município de Bertoga. Para demonstrar as classificações de despesa e receita.

INTERLOCUTOR: Professor, última pergunta. O reconhecimento e mensuração dos ativos está sendo apresentada com as modificações trazidas com a adoção do processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público?

PROFESSOR (A): Sim. Sim.

INTERLOCUTOR: Então, professor, dentro dessa última pergunta ainda, só para completar, o senhor trata teste de recuperabilidade, *impermanent*, quando se ativa ou não o bem? Isso é tratado? E, se sim...

PROFESSOR (A): Como assim? Recuperação do? Desculpa.

INTERLOCUTOR: A questão do ativo, né? Em relação, desde se eu registro aquele ativo ou não. Como eu dou, ou seja, se eu dou reconhecimento? Como mensurar? E, enfim, a exemplo, né. Vou trazer o exemplo dentro da pergunta, tudo bem professor? Então, a depreciação, o teste de recuperação, *impermanent*, né, por exemplo, se necessário. Esses itens eles acabam sendo trabalhados na disciplina ou por alguma razão acaba indo para o ativo, mas como funciona? Resumindo.

PROFESSOR (A): É, a explanação da depreciação é de forma... A explanação, depreciação, por exemplo, nós explanamos de forma genérica. Depreciação de imóvel, 1% ao ano. De móveis e utensílios, 5 a 10 anos. De automóvel, veículos, 5 anos. Computadores, 3 meses, né? Desculpa...(celular tocando)

INTERLOCUTOR: Não...

PROFESSOR (A): Mas ela é explanada só de forma genérica.

INTERLOCUTOR: Sim, mas aí, dentro da disciplina o aluno tem consciência de que os ativos do setor público sofrem *impermanent* e depreciação?

PROFESSOR (A): Tem conhecimento. Tem conhecimento. Como eu não dei especificamente de cada ativo, eu só expliquei e explanei genericamente. Mas eles têm esse conhecimento de depreciação.

INTERLOCUTOR: Está ok, professor. Professor, quero agradecer a participação do senhor que foi de extrema importância e relevância, para o andamento desse trabalho. Toda a sua experiência aqui, são 15 anos, eu realmente agradeço o tempo que o senhor cedeu. E como combinado, né, transcrito a entrevista, será encaminhado para o senhor assim como a versão final, posteriormente, do trabalho. Tudo bem?

PROFESSOR (A): Nós ficamos contentes com a realização desses trabalhos, principalmente partindo de uma tarefa árdua que é uma dissertação de mestrado. Principalmente nessa disciplina. Mas o nosso foco principal é o aperfeiçoamento. Então eu sempre digo que todo mundo aprende com todo mundo. E quando o foco é melhorar a educação, qualquer que seja ela, apesar de nós aqui termos conseguido.... Nós não, alguns alunos, que saíram daqui e conseguiram cargo em Secretaria de Finanças ou cargos em Assembleia, atuando nessa área, isso é muito importante para nós e gratificante. Então, tudo aquilo que puder vir a crescer para nós, o conhecimento não se exaure nunca. Então eu gostaria de parabenizá-lo, pela escolha do tema.

INTERLOCUTOR: Obrigado.

PROFESSOR (A): E que eles, esse tema seja amplamente divulgado. Espero que você publique. E espero que a sociedade compreenda a importância do seu tema, no que se refere a fiscalização da contabilidade pública e a sua eficácia, né? Meus parabéns. Desejo toda a sorte para você, no âmbito acadêmico.

INTERLOCUTOR: Muito obrigado.

PROFESSOR (A): Estamos aqui, com certeza, na IES, à sua disposição. Inclusive, se quiser participar de alguma aula prática, aqui, nossa, fique à vontade. Conhecer a biblioteca. Não lhe prometo outro hoje, porque eu tenho compromisso, né, com os alunos, né? Não gosto de deixar esperando. Mas gostaria que você fizesse uma outra visita, ainda que extra mestrado.

INTERLOCUTOR: Com certeza eu farei, professor. Está combinado. Muito obrigado, professor, mais uma vez.

PROFESSOR (A): Disponha da gente. É que eu tenho uma prova agora, 21h, viu professor. São 21h20, já estão me ligando aqui. Deixa eu ir lá.

APÊNDICE H - ENTREVISTA IES “E”

INTERLOCUTOR: Professor, dando início a entrevista, primeiramente eu quero agradecer a participação do senhor que, sem dúvida, é fundamental, uma vez que são especialistas na área que lecionem na região da Baixada Santista. São poucos profissionais, então é com grande satisfação e agradecimento que eu início a entrevista. Professor, qual a sua formação acadêmica?

PROFESSOR (A): Eu sou formado em Bacharel em Administração com a especialização em Gestão Pública e mestrado em Educação.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor, poderia relatar sua experiência acadêmica? Quanto tempo atua na área acadêmica?

PROFESSOR (A): Então, como professor universitário, há 13 anos atuando primeiramente em uma única universidade, depois duas. E, recentemente, exclusivamente, em uma única universidade, né? Mas atuo também na área, para lecionar em cursos e capacitações externas, né?

INTERLOCUTOR: Professor, além da docência exerce outra atividade profissional?

PROFESSOR (A): Eu sou servidor público há 25 anos. Na Prefeitura aqui de Santos, como Administrador concursado, na área especificamente de Finanças e Orçamento Público.

INTERLOCUTOR: Quanto à contabilidade governamental considera-se um especialista?

PROFESSOR (A): Sim. Com a experiência que a gente adquiriu e mais as capacitações ao longo dos anos, acho que posso me considerar.

INTERLOCUTOR: Professor, o senhor tem publicações na área de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Sim. A minha publicação foi justamente o resultado da minha dissertação de mestrado, em que eu atuei no foco das políticas públicas em educação, voltados à gestão do poder público no foco do orçamento, né. Com o recorte muito específico do FUNDEF, na execução do FUNDEF. E as influências orçamentárias, com relação a isso.

INTERLOCUTOR: Professor, algum outro tipo de publicação? Artigo? Na área contábil... de pública?

PROFESSOR (A): Sim. Alguns recortes, inclusive, com relação a esse mesmo foco, né, publicados em alguns congressos. O último agora em Minas Gerais, o ano passado na ANPED, onde também falei sobre a execução do FUNDEF e a influência da governabilidade, da governança à atuação do poder do gestor.

INTERLOCUTOR: Ok, professor. Obrigado. Professor, disciplina. A disciplina contabilidade governamental permite variar as estratégias de ensino?

PROFESSOR (A): Ah, permite. Ela abre uma possibilidade grande de que nós possamos ter discussões mais amplas com os alunos, navegando em algumas outras disciplinas como finanças, como a economia, a administração, em geral.

INTERLOCUTOR: Está ok. Professor, sobre a mesma pergunta, o senhor, quais as estratégias de ensino que o senhor utiliza na prática acadêmica com os alunos? Vamos dizer assim.

PROFESSOR (A): Então, a estratégia é, sempre na exposição, caráter expositivo. Discussão das temáticas mais atuais e alguns debates específicos entre essas temáticas. Onde a gente pode estar confrontando opiniões diversas e trazendo subsídios através da pesquisa.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor, durante o curso os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Tem. Eu trago, sempre, todos os materiais atuais com relação às publicações, relatórios publicados e também conclamo todos a participarem das audiências públicas, ligadas às prestações de contas do orçamento e da execução orçamentária em geral.

INTERLOCUTOR: Então, continua a mesma pergunta, está professor? Então os alunos acabam tendo contato com o ambiente nesse momento que o senhor, da participação do orçamento? É isso?

PROFESSOR (A): Exatamente. Eles podem estar não só percebendo a teoria, como a gente passa, em ambiente acadêmico, mas também a sua própria realidade de execução dentro da unidade do setor público mesmo onde acontece os eventos.

INTERLOCUTOR: Está ok. Sobre a mesma, quanto a mesma pergunta, professor, em relação a essa questão do ambiente de trabalho da contabilidade governamental, o aluno, o senhor, é obrigatória? É um semestre? É isso? Como funciona basicamente? Ou o aluno está livre, fica à disposição? Como seria?

PROFESSOR (A): A gente tem um público, principalmente o pessoal da área de contábeis, é um público que atua profissionalmente, então fica difícil nós exigirmos participação de caráter obrigatório. Mas a gente sempre incentiva, dentro das possibilidades, para que eles possam estar atuando. Depois a gente trata, para dentro da área do meio acadêmico, a reprodução daquilo que seria a realidade externa, para trazermos para dentro da sala de aula.

INTERLOCUTOR: Professor, durante a disciplina os alunos assistem palestras e seminários com profissionais de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Sim. Dentro de algumas jornadas e semanas acadêmicas que nós estabelecemos dentro do centro, voltadas às disciplinas e aos cursos, propriamente ditos, de administração e economia em contábeis, sempre há o foco da contabilidade governamental, pelo menos uma palestra, é o mínimo que deve ter.

INTERLOCUTOR: Dentro desse encontro contábil, dentro da instituição então sempre se leva um profissional da área pública também para poder expor lá? É isso?

PROFESSOR (A): Isso. Perfeito. Sempre vai ter uma temática voltada especificamente para essa questão pública.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor, quais os critérios de avaliação são utilizados na disciplina de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Nós, a gente aplica não só avaliação de prova escrita, mas também os debates em que são feitas a avaliação de aproveitamentos e explanação e concatenação de ideias. Mas também a exposição de seminários, onde os alunos mesmos desenvolvem pesquisa e apresentam essas pesquisas com vistas, justamente, à crítica e uma possível... um possível encaminhamento de trabalhos acadêmicos, né? Como TCC's, dissertações, qualquer coisa que vão ter no futuro.

INTERLOCUTOR: Então esses seminários, o senhor forma já em direção a projetos? É isso? Seria mais ou menos isso?

PROFESSOR (A): Perfeito. A gente sempre vai direcionar o desenvolvimento desses seminários à construção dos projetos de trabalhos acadêmicos que, porventura, no futuro eles vão estar desenvolvendo.

INTERLOCUTOR: Está ok. Professor, sobre a mesma pergunta, ainda, sobre o critério de avaliação, o senhor comentou sobre a prova, né, em si. Como funciona basicamente a avaliação, não é?

PROFESSOR (A): Então, a prova escrita é de forma tradicional mesmo. É avaliado o conteúdo aplicado durante o semestre. Dependendo do aproveitamento da classe, a gente tem que, dentro da possibilidade do plano de ensino, flexibilizar um pouquinho. Se ele precisar de uma nova avaliação ou uma substitutiva, o que valha. Mas é sempre para avaliar o conteúdo aplicado, né? O aproveitamento dele e mesmo aquilo que ele conseguiu realmente perceber que a gente tentou transmitir.

INTERLOCUTOR: Essa prova então é escrita? Não de alternativa?

PROFESSOR (A): Normalmente eu prefiro que seja ela dissertativa, né, porque a prova por alternativas às vezes é muito difícil da gente avaliar. Mas eventualmente podem inserir-se algum tipo de questão de alternativa, né? Até por causa das aplicações de análise e essas coisas, a gente também traz esse tipo de convivência.

INTERLOCUTOR: Finalizando essa questão, com exceção à prova substitutiva, seria uma prova só no semestre ou duas provas? Ou isso vai ter uma avaliação? Como funciona na prática?

PROFESSOR (A): É. A gente nunca mantém, por princípios, sempre uma questão rotineira. Eu gosto de estar sempre mexendo com as turmas, melhorando e alterando os planos de ensinios de ano para ano. Em média, duas provas, tá?

INTERLOCUTOR: Professor, os alunos identificam a integração da disciplina de contabilidade governamental com outras disciplinas do curso?

PROFESSOR (A): Ah, sim, principalmente as questões ligadas a planejamento estratégico, né? A aplicação de finanças, matemática financeira, tudo, a gente sempre traz e busca a interação com outras matérias, como controladoria, auditoria. A gente procura sempre criar esse *link*.

INTERLOCUTOR: Ok. O senhor entende que os alunos então identificam essa integração?

PROFESSOR (A): Ah, identificam e se identificam com isso. Não é? Porque curiosamente, desde que a gente está desenvolvendo esse projeto de lecionar essa matéria, há uns 12 anos, mais ou menos ali, o substancial crescimento de trabalhos e pesquisa nesta área é absolutamente notório. Para esse exercício, por exemplo, nós temos, no mínimo, cinco trabalhos sendo desenvolvidos com relação, na área de contábeis. Fora economia e administração.

INTERLOCUTOR: Ok. Obrigado. Professor, dentro dessa integração então, de disciplinas, dentro da mesma pergunta, para finalizar a pergunta, o senhor consegue alencar as principais? Ou as que o senhor entende que tem essa integração?

PROFESSOR (A): Ah, sim. Planejamento estratégico, controladoria e auditoria.

INTERLOCUTOR: Está ok. Obrigado, professor. Professor, a carga horária, destinada à disciplina é o suficiente?

PROFESSOR (A): Ah, sim, nós temos a carga horária dividida em dois semestres. São 68 horas/aulas para cada semestre, né? Então um ano de atuação eu acho que é bastante razoável sim, dentro da carga de contábeis.

INTERLOCUTOR: Quais são os semestres, especificamente?

PROFESSOR (A): São, o 4º... Perdão. Desculpe. O 5º e o 6º semestre. Nós tivemos mudança de grade, por isso que eu me confundi, mas é o 5º e o 6º semestre, lincado imediatamente no 7º semestre já com a matéria de controladoria.

INTERLOCUTOR: Professor, a biblioteca da instituição possui os livros indicados na ementa? E são indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros?

PROFESSOR (A): Sim. A gente tem todos os livros na biblioteca que são necessários para aquilo, para pesquisa e aquilo que está indicado no plano de ensino. E a própria biblioteca tem todas as bases de dados eletrônicas necessárias. Então o aluno tem acesso a tudo aquilo que for preciso para uma boa pesquisa.

INTERLOCUTOR: Está ok. Professor, ainda sobre a mesma pergunta... Perdão. Com relação às fontes bibliográficas na ementa, né, no plano, existem outras além de livros especificamente?

PROFESSOR (A): Ah, sim. A questão governamental ela exige uma série de outros acessos, né? Então a gente fornece todos os *sites* do governo, propriamente dito, né, na estrutura organizacional total do governo, mas principalmente no Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, o Ministério dos Tesouro Nacional, com as suas Portarias e classificação, com relação ao orçamento. E isso é indicado para eles para pesquisa e extração de material, né? Inclusive manuais.

INTERLOCUTOR: Obrigado. O professor recomenda novos livros a serem adquiridos na biblioteca?

PROFESSOR (A): Todo ano a gente faz essa revisão. Então novas publicações são sempre indicadas e reconduzidas a serem adquiridas pela própria biblioteca da universidade.

INTERLOCUTOR: E isso ocorre? A instituição adquire os livros recomendados?

PROFESSOR (A): Perfeitamente. Eles sempre têm uma grande preocupação com relação a isso.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor, qual é o prazo de atualização dos programas e conteúdo?

PROFESSOR (A): Olha, nós fazemos uma revisão anual, né? Anualmente está sendo feita revisão. Mas mudanças efetivas de grade não têm sido feitas com um espaço inferior a dois anos não. Até porque senão cria uma série de problemas com relação à evolução da grade, né?

INTERLOCUTOR: Então, dentro desse período então, como assim? É um ano, podendo variar?

PROFESSOR (A): É, na realidade a mudança da grade pode ser acima de dois anos. Mas a revisão de conteúdo é anual. Né? Todas as novidades de ano para ano, a revisão é feita anualmente.

INTERLOCUTOR: Está ok, professor. Dentro da mesma pergunta, nesse prazo, as obras mais recentes são consideradas na atualização dos programas?

PROFESSOR (A): Sim. Sim. A busca é permanente de todas as publicações recentes, alterações ou mesmos alterações de Legislação. Porque a nossa área está sempre atuando em forma dinâmica, né, então a gente tem que estar muito atenta a isso.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor, o conteúdo desenvolvido em sala de aula está alinhado com as novas exigências dos concursos públicos para o cargo de Contador Público?

PROFESSOR (A): Essa é uma grande preocupação que a gente tem. Tentar trazer a eles, não só a bagagem teórica necessária, mas para que essa bagagem realmente seja prática e que ela possa ser utilizada na formação do profissional e atuação no mercado via concursos públicos, que é o grande acesso de ingresso profissional que eles possam ter.

INTERLOCUTOR: Então esse desenvolvimento do conteúdo na sala de aula, o senhor entende estar alinhado às exigências dos concursos mais recentes então para o cargo?

PROFESSOR (A): Perfeitamente.

INTERLOCUTOR: Professor, o programa da disciplina considera as alterações posteriores à Lei 4.320, Lei de Responsabilidade Fiscal?

PROFESSOR (A): Todas elas. Todas elas. Inclusive todas as Portarias Federais que atualizadas, os manuais do Tesouro Nacional. Tudo isso a disciplina considera e trabalha esse conteúdo.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor, as mudanças do manual de contabilidade aplicada ao setor público, MCASP, afetam a atualização dos programas e conteúdo?

PROFESSOR (A): Todo ano. Faço as atualizações dos conteúdos baseado inclusive nas mudanças contábeis que são inseridas no manual. E trago a eles todo ano.

INTERLOCUTOR: Então o senhor diz, nessa situação, o senhor acompanha as modificações? É isso?

PROFESSOR (A): Acompanho até por força da minha outra atividade profissional, porque atuo no setor público, né, e na área de finanças. Quer dizer, eu preciso disso e isso facilita também a minha, vamos dizer assim, jovialidade acadêmica, né?

INTERLOCUTOR: Está certo. Então professor, dentro da mesma pergunta, para finalizar, o senhor está hoje atualizando o MCASP na versão mais atual? Seria isso?

PROFESSOR (A): Perfeito. Isso mesmo.

INTERLOCUTOR: Professor, o programa da disciplina considera as Normas de Contabilidade Brasileira Aplicadas ao Setor Público?

PROFESSOR (A): Sim, consideram todas. Inclusive para este exercício e para a semana que vem, os alunos estarão apresentando, em seminário, todas as normas. Eles vão estar apresentando. Eles vão estar discutindo e avaliando as normas.

INTERLOCUTOR: Está certo. Professor, dentro da mesma pergunta, só para concluir, seriam então seminários sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade? As NBCT's? É isso?

PROFESSOR (A): Voltadas ao setor público. Perfeito. É isso mesmo.

INTERLOCUTOR: Professor, o programa da disciplina, considera as atualizações das IPSAS?

PROFESSOR (A): Sim. Considera. A avaliação é permanente.

INTERLOCUTOR: Professor, o conteúdo de contabilidade governamental, quanto ao processo de convergências das normas internacionais, está sendo abordado em que grau, com relação aos seguintes temas: é abordada a história e a evolução da contabilidade governamental com o processo de convergência através do MCASP, NBCTSP, CFC, IFAC e IPSAS?

PROFESSOR (A): É abordado desde o início do curso, de forma evolutiva, né? É como se contássemos a história desde o seu princípio até agora, até a parte atual.

INTERLOCUTOR: Ok. Obrigado. Professor, o professor aborda as diferenças entre o MCASP e as IPSAS?

PROFESSOR (A): A gente aborda, faz sempre essa separação entre as duas coisas.

INTERLOCUTOR: Professor, é abordado o subsistema de custos e o subsistema patrimonial é abordado com a inclusão do aspecto financeiro?

PROFESSOR (A): Sim. Sim. Faz parte inclusive do 1º semestre toda essa evolução dos subsistemas e exemplificando e aplicando a execução de cada um deles.

INTERLOCUTOR: A exemplo o subsistema patrimonial já está com as modificações trazidas? Seria isso?

PROFESSOR (A): Perfeitamente.

INTERLOCUTOR: Ainda na mesma pergunta, o subsistema de custos o senhor consegue abordar pela Norma ou tem alguma outra maneira? Qual seria essa estratégia?

PROFESSOR (A): Não, infelizmente a gente ainda está abordando pela Norma, né. O nosso objetivo seria fazer a abordagem através de um sistema efetivo. Mas há uma dificuldade muito grande das universidades adquirirem um sistema com relação a isso, né? Então a gente ainda está fazendo através da Norma mesmo.

INTERLOCUTOR: Professor, a receita e a despesa pública são abordadas levando em consideração os aspectos patrimoniais distinguidos dos aspectos orçamentários?

PROFESSOR (A): Sim. Sim. A gente separa as duas coisas. Para mostrar a efetividade de ambas, a gente precisa estar focando de forma diferente. Então a gente aborda as duas coisas separadas.

INTERLOCUTOR: Professor, sobre a mesma pergunta, ainda. Então o senhor consegue, em sala de aula com aluno, mostrar para ele, essa visão do aspecto da postura orçamentária com a questão do balanço patrimonial e toda a rotina dos subsistemas e as modificações?

PROFESSOR (A): A gente consegue. É claro que, como o conteúdo é bastante amplo e abrangente para um ano, né, a gente procura, dentro do mínimo necessário demonstrar aquilo que é mais importante. Né? Alguma coisa, infelizmente, sempre fica para atrás, mas o aspecto geral a gente consegue mostrar.

INTERLOCUTOR: Ok. Obrigado. Professor, são abordados os demonstrativos contábeis trazendo comparação entre a Legislação Brasileira, entre o MCASP e IPSAS?

PROFESSOR (A): Você me desculpa? Dá para repetir?

INTERLOCUTOR: Claro, professor. Sim. Refazendo a pergunta, são abordados os demonstrativos contábeis trazendo comparação entre Legislação Brasileira, MCASP e IPSAS?

PROFESSOR (A): Sim. A gente consegue estar fazendo essas demonstrações, mostrando cada um dos quadros, de forma diferenciadas, mas a conjugação de ambos. Né. Então a gente apresenta isso durante o curso.

INTERLOCUTOR: Professor, sobre a mesma pergunta ainda, está? O senhor apresenta as demonstrações, o senhor consegue apresentar todas essas demonstrações financeiras?

PROFESSOR (A): A gente consegue, eu vou dizer para você, com toda a sinceridade, que eu acho que por volta de 50 a 60% com certeza, não é? Variando um pouquinho para mais. Variando um pouquinho para menos. Dependendo do andar da turma, né? Que a gente é obrigado também a lidar com essa intempérie, né? Então, mas 60% pelo menos a gente consegue.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor, eu vou continuar nessa pergunta, está ok? O senhor apresenta esses demonstrativos da Lei, no modelo 4.320? E no modelo do Manual do Tesouro da MCASP? Seria isso? As duas estruturas e a comparação delas?

PROFESSOR (A): A gente apresenta as duas, até por causa das alterações a atualizações, né? A 4.320 de 64, tem algumas coisas já meias vencidas. Além de falarmos da 4.320 e mais de MCASP, né, a gente fala também do AUDESP. No caso do Estado de São Paulo, por quê? Porque ele traz também relatórios específicos do nosso caso, que o AUDESP que é o sistema de auditoria eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Que traz aí normativas muito próprias. Às vezes conflitantes com a Norma Federal. E a gente é obrigado a lidar com isso, porque os alunos ao ingressarem em concurso aqui, na nossa região, ou mesmo no Estado de São Paulo, como um todo, são obrigados a viver com isso. E aí você fala em uma coisa a nível Federal e aí em São Paulo faz um pouquinho diferente, a gente tem que estar explicando isso também.

INTERLOCUTOR: Professor, sobre a mesma pergunta, ainda. Agora finalizando. Quanto a IFAC, né, e as IPSAS, né, as normas elas vêm sendo convergidas, né? Enfim, e nesse aspecto o senhor entende que existe diferenças, com relação agora só à questão do MCASP, né? MCASP e IPSAS. O senhor entende existir diferenças? E se elas existem, elas, o senhor consegue trazer isso? E trazer essas diferenças?

PROFESSOR (A): Para os alunos, você está falando? É, a gente consegue estar de uma maneira muito geral e muito genérica, demonstrando algumas diferenças, né? Mas às vezes a gente fica muito mais preocupado, né, em tentar estabelecer conceitos. Porque o tempo é muito curto, né? Então às vezes não dá.

INTERLOCUTOR: Obrigado, professor. O senhor leciona quanto às diferenças nas consolidações dos demonstrativos em relação ao adotado pela IPSAS e ao adotado pelo MCASP?

PROFESSOR (A): Em geral sim. A gente consegue fazer a apresentação dessas diferenças e essa consolidação. Né? Mas como eu volto a insistir, o tempo é um pouco exíguo, então às vezes nem sempre a gente consegue concluir. Ou um ou outro, né? Então a gente dá ênfase em algum deles.

INTERLOCUTOR: Professor, sobre a mesma pergunta, o senhor consegue passar em sala, lecionar quanto à consolidação dos demonstrativos seguindo o MCASP?

PROFESSOR (A): Consigo. Isso sim, a gente consegue fazer.

INTERLOCUTOR: Ok. E a questão o que é adotado pelas IPSAS, essa questão com o que é adotado pelo MCASP o senhor pode só definir para mim, mais ou menos, como costuma acontecer? Se é possível? Se... Enfim...

PROFESSOR (A): Olha, a gente consegue estar apresentando toda essa consolidação e as definições de uma maneira um pouco mais genérica, né? Por mais que a gente tente trazer grandes exemplos, isso demandaria um tempo maior para eles, né? Então, genericamente, a gente consegue, né? Mas, sem grandes detalhes.

INTERLOCUTOR: Professor, o plano de contas, PCASP, é apresentado aos discentes com nova estrutura de sete níveis, nove dígitos e oito classes de contas?

PROFESSOR (A): Sim. É apresentado. Por mais que eles se assustem, mas é apresentado sim. Infelizmente, por falta de sistema, de aplicabilidade, né, porque a complexidade dele é grande, a gente só faz a apresentação. Mas a gente não consegue implementar a utilização.

INTERLOCUTOR: Uhum. Está. Então, vou ter que entrar dentro do PCASP, sobre a mesma pergunta. O senhor acaba exemplificando registros com relação a isso?

PROFESSOR (A): Isso. Registros fechados já, prontos. Só para que eles tenham noção da funcionalidade.

INTERLOCUTOR: Está ok, professor. Professor, a última pergunta. O reconhecimento e mensuração dos ativos está sendo apresentado com as modificações trazidos com a adoção do processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público?

PROFESSOR (A): Está e surtindo efeito. Tanto que o semestre passado não, o ano passado, no encerramento do exercício, o trabalho de conclusão de curso ganhador da universidade, com primeiro lugar, com nota 10, foi exatamente sobre esse assunto. Dado a que a pesquisa acabou sendo tão incentivada. Então tudo isso é apresentado sim.

INTERLOCUTOR: Então, ok. Professor, sobre a mesma pergunta ainda. Quanto ao contador de sala de aula, né, aplicado com relação a esse reconhecimento de mensuração, o senhor consegue, mais ou menos, trabalhar de que forma? Seria como o senhor aplica basicamente?

PROFESSOR (A): Então, a gente aplica na maneira conceitual e exemplificativa. Como eu falei, infelizmente a gente não consegue ter um sistema, né? Mas de maneira exemplificativa a gente consegue aguçar e aí demonstrar todo o conteúdo que é possível.

INTERLOCUTOR: E aí nesse caso, professor, entraria o *impermanent* e a depreciação, entre a questão de quando ou não ativar um bem? Seria isso?

PROFESSOR (A): Perfeito. Isso mesmo. Entra tudo isso mesmo.

INTERLOCUTOR: Está ok. Professor, eu quero agradecer imensamente a participação do senhor. É valiosa a sua contribuição. Deixar registrado aqui que será enviado para o senhor a transcrição da entrevista. Está ok, professor? Assim como também a versão final da dissertação, sendo concluída.

PROFESSOR (A): Sem dúvida. Gostaria muito. Queria agradecer a participação e fico muito lisonjeado pelo convite. E que a gente está aí à disposição sempre. Porque acho que é muito importante o incentivo à pesquisa, não é? E os trabalhos voltados para a nossa área, que ainda é tão pouco explorada, acho que tão pouco cobiçada, né? Mas a gente está aí para sempre ajudar.

INTERLOCUTOR: Professor, muito obrigado.

APÊNDICE I - ENTREVISTA IES “F”

INTERLOCUTOR: Então professor, quero antes de mais nada agradecer a sua contribuição com a pesquisa, quanto a disciplina de contabilidade governamental aqui nas instituições da baixada santista, é valiosa essa contribuição uma vez que são poucos docentes, né? Então o número de docentes acaba melhorando ou não a pesquisa, então eu vou começar com o primeiro bloco de perguntas e lembrando que a entrevista é confidencial tanto a pessoa quanto a instituição que a pessoa representa. Então professor para iniciar qual a sua formação acadêmica?

PROFESSOR (A): Eu comecei como administrador de empresa, eu sou formado em administração de empresas com ênfase em relações internacionais e marketing, após ter terminado administração de empresas adentrei no curso de ciências contábeis, até mesmo porque já era técnico, também desde 1993, então resolvi ter um ensino superior como um meio a mais e até mesmo por gostar de contábeis, após o término do curso de ciências contábeis, já adentrei numa pós graduação, MBA em gestão tributária, e já trabalhava na prefeitura, já trabalhava no orçamento, então já tinha convivência, já com contabilidade pública, com essa parte de políticas, e toda parte da administração pública traz, também. E terminando o curso de pós-graduação, MBA, já a título de especialista, a minha chefe como já dava aula, apareceu uma oportunidade para ela, para Carla, e ela na época não podia, ela não podia por compromissos de agenda, e ela perguntou se eu não queria, fazer a entrevista. Então eu fui fazer essa entrevista, e foi como eu comecei na área acadêmica. Agora estou fazendo um curso de mestrado, um programa de pós-graduação strito-senso, mestrado em educação, e concomitante também estou tendo um curso de pós-graduação latu senso, terceirização em gestão pública e municipal.

INTERLOCUTOR: Professor, a segunda pergunta, o senhor já começou a adiantar, algumas respostas, mas basicamente se o senhor poderia relatar sua experiência acadêmica, e a quanto tempo atua na área acadêmica.

PROFESSOR (A): Correto. Eu já estou na área acadêmica, há um ano e quatro meses, praticamente eu sou novinho, antes eu já havia dado aula, mas em cursos livres, em instituições como a Microlins, onde eu fiquei num período de dois anos, em cursos técnicos, de técnica administrativa, técnica fiscal, trabalhista e comercial. Na universidade, superior também já, também trabalhei como professor presencial, nos módulos de pós-graduação, lecionando as disciplinas de contabilidade gerencial e planejamento tributário, e na graduação, eu já estou aqui, que é onde eu estou a um ano e quatro meses, eu atuo como professor na modalidade a distância, aonde a gente consegue fazer uma mediação pedagógica, não somente, numa presença física, num ambiente físico, mas sim em ambiente virtual.

INTERLOCUTOR: Essa disciplina de contabilidade governamental e no caso também no sistema EAD.

PROFESSOR (A): Isso. Sistema EAD é a disciplina que trabalho nessa modalidade fazendo toda mediação pedagógica, dentro das ferramentas que o EAD oferece.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. Professor a próxima pergunta é, além da docência exerce outra atividade profissional?

PROFESSOR (A): Eu atuo aqui na prefeitura da Praia grande, trabalhando no orçamento, na secretaria municipal da saúde.

INTERLOCUTOR: Professor a próxima pergunta é, quanto a contabilidade governamental considera-se um especialista?

PROFESSOR (A): Eu já atuo na contabilidade governamental, já há cinco anos, eu trabalho desde 2011, na secretaria de saúde pública, atuando na execução orçamentária, e pelo fato de ser uma secretaria fim, uma secretaria com orçamento que hoje está em duzentos e vinte e oito milhões, que nós temos que executar durante o ano, respeitando-se todos os princípios, da administração pública, da contabilidade pública, e as imposições da lei de responsabilidade fiscal, as exigências, dos tribunais de contas, que hoje estão muito grande, principalmente no que tange a saúde com o advento da lei 141, que também diz que a despesa em saúde são próprias e próprias em saúde, então ela exige uma especialização muito grande, alguns cursos foram oferecidos também, pela prefeitura para que essa especialização, ocorresse e essa especialização também que eu tenho aqui, atuando no meu dia a dia, no meu universo de trabalho, eu consigo levar para a sala de aula, também até mesmo com os exemplos, que eu tenho aqui, e eu acho bem relevante para os meus alunos.

INTERLOCUTOR: Então, basicamente o senhor se definiria como um profissional especialista da área.

PROFESSOR (A): Com certeza.

INTERLOCUTOR: Professor, tem publicações na área da contabilidade governamental.

PROFESSOR (A): Então, André, como eu havia dito, apesar de eu ser contador, de trabalhar com contabilidade pública, a partir do momento que eu fui atuar na área da educação, eu quis entender um pouco mais sobre o saber, o saber necessário para estar atuando, como docente. Então a minha especialização, se voltou para área da educação, então hoje eu faço mestrado em educação, e as minhas publicações elas estão voltadas para o ensino a distância, e os saberes docentes. Então eu tenho já uma publicação na amostra de pesquisa que ela fala da mediação pedagógica, do ensino a distância, e eu tenho um artigo que foi aprovado, que ela fala do trabalho fórum a educação a distância, onde eu procuro, nesse artigo, eu falo especificamente de um caso dos fóruns que eu tenho, na disciplina contabilidade pública.

INTERLOCUTOR: Então basicamente, apesar do tema ser ensino acaba, se tendo um enfoque dentro da disciplina contabilidade pública governamental,

PROFESSOR (A): O ensino de caso, ele é feito em cima dos fóruns, da disciplina contabilidade pública, que são fóruns voltados, para o conceito de contabilidade pública, então eu faço um recorte do que foi exposto pelos alunos nesse fórum, tentando provocar essa mediação pedagógica entre professor e aluno.

INTERLOCUTOR: Ok, professor. A próxima parte começa com a seguinte pergunta: a disciplina contabilidade governamental permite variar as estratégias de ensino? E aqui professor, aqui o senhor pode dizer como funciona o sistema dentro da sua universidade com relação a disciplina e de que maneira ela é realizada?

PROFESSOR (A): Bom a disciplina ela é realizada em ambiente virtual, eu disponho de ferramentas, como *chat*, fóruns, atividades, *on line* e eu tenho toda a liberdade para eu poder estar postando material, vídeos, então eu procuro trabalhar bastante, essa parte que é as ferramentas que o EAD proporciona, e o interessante é, ela dá para diversificar bastante, porque eu, na contabilidade governamental eu posso dispor de legislação, posso dispor de economia, então eu trabalho o cenário econômico, eu trabalho legislação, haja vista que a contabilidade pública, ela é regida pela 4320, que é a legislação pertinente, e as legislações complementares, como a própria lei 101, a lei de responsabilidade fiscal, também consigo trabalhar a lei 866, de 1993, que é a lei de licitação, então ela é bem diversificada sim, e ela possui uma grande gama de informações a respeito.

INTERLOCUTOR: Professor sobre a mesma, pergunta com relação as estratégias de ensino, então em resumo o senhor comentou alguns conteúdos, mas estratégias efetivamente o senhor considera quais?

PROFESSOR (A): Eu acho que a principal estratégia, do professor é estar provocando o aluno, então eu procuro manter essa provocação, essa provocação ela é instituída através de estudos de caso, onde eu procuro incentivá-los a responder o que eles pensam, ou através de vídeos onde eles expressam suas opiniões após assisti-los e esses documentos eu procuro como meio estratégico, poder estar debatendo com eles, dividindo as experiências, e eu acho que principalmente pelo fato de eu ser um professor EAD, eu acho que o *feedback* inscrito para o aluno, ele é muito importante, então eu procuro deixar todos com *feedback* e eu procuro deixá-los bem à vontade também, para poder falar e se não estiverem certo eu aponto o porquê, o pensamentos dele está errado, ele tem a oportunidade de defender a sua opinião, e eu tenho sempre a oportunidade complementar com uma justificativa, então essa provocação ela é constante. Ela é uma estratégia que eu tenho. Pelo menos.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. Professor dentro do tema quais são os métodos utilizados com os alunos, na pratica dos conteúdos da contabilidade governamental, com relação a conteúdo pratico, mesmo é exemplo? Que acrescentar, são vídeo aulas? Os conteúdos, os fóruns como exatamente esse conteúdo ele acaba sendo também utilizado, de que maneira, quais os métodos então são os mais utilizados?

PROFESSOR (A): Então, os alunos dispõem de uma plataforma, onde eles encontram essa plataforma, são trinta e duas aulas textos e dezesseis vídeo aulas, existe uma agenda pedagógica, onde eles tem que cumprir a leitura, semana a semana está dividido por semana, então por exemplo, na semana 1 que vai de primeiro de agosto a trinta de setembro, eles tem uma quantidade X de aula texto, e eles tem uma quantidade X de vídeo aulas, que eles tem que assistir, e ler, porque essas vídeo aulas, é que vão dar substância para eles fazerem as atividades, os fóruns que eu vou instituir, e eu procuro não sair dessa agenda, até mesmo porque o aluno poderia se prejudicar, então procuro cumprir a agenda dentro da semana, e eu vou fazendo isso de forma gradual conforme as semanas vão passando, ai ele vai ter mais material de leitura, mais vídeo, mais conteúdo de vídeo assistido, e ele vai ter maior conhecimento para poder estar fazendo as atividades, então o conteúdo é aulas texto, e vídeo aulas, além das atividades, fóruns, *links*, vídeos, fora os vídeo aulas eu tenho a liberdade de colocar vídeos de *youtube*, ou vídeos de internet que eu acho que seja relevante a matéria.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. Professor durante o curso, o aluno tem contato com o ambiente de trabalho, da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Durante o curso, eles têm que cumprir o estágio, mesmo sendo um curso a distância, é cobrado para eles as horas de estágio, a faculdade ela entra com a documentação necessária, e o aluno, nós temos alguns convênios, também com algumas empresas, onde os alunos podem cumprir esse estágio.

INTERLOCUTOR: Professor sobre a mesma pergunta ainda. Esse ambiente quando eu digo é até como uma questão de estratégia mesmo, método didático e tal, se o aluno tem contato com o ambiente de trabalho, de contabilidade governamental, então visitas técnicas, ou alguma coisa do tipo?

PROFESSOR (A): Então na verdade não há essa possibilidade até mesmo porque a gente atende alunos do Brasil inteiro, hoje eu tenho alunos, que eles estão tanto no Maranhão, como na região norte, sul, centro-oeste, nordeste, então há essa dificuldade, então até gostaria, mas não é possível pela forma que eu trabalho, com ambiente virtual não há essas possibilidades,

INTERLOCUTOR: Obrigado pela contribuição professor. A próxima pergunta é durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com profissionais de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Essas palestras são feitas também na modalidade a distância através de *link*, elas são marcadas e elas são ao vivo, é marcado horário para o aluno poder estar entrando, no *link* que a gente cria, e mesmo que o aluno não tenha a possibilidade de assistir ali ao vivo, que seria, a oportunidade de abertura de perguntas, elas ficam gravadas e ele tem acesso depois a gravação, mas se você tiver a possibilidade de assistir ao vivo, você pode contribuir com as suas perguntas. Então é de grande valor.

INTERLOCUTOR: No caso é algum profissional que exercer a função na gestão na área da contabilidade governamental, ele vai estar apresentando então um seminário ao vivo, no sistema EAD, é isso?

PROFESSOR (A): É um seminário ao vivo no sistema EAD, através de um *link*, que funciona em um ambiente virtual, a universidade que eu trabalho, ela conta com estúdio, então facilita bastante, então até as matérias que eu dou a disciplina eu gravo os vídeos aulas lá, ela dispõe de um estúdio de televisão que facilita muito, então as matérias que eu dou, as gravações, as aulas são feitas por mim, o material escrito é material meu, então o professor lá é um professor autor.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor por esse complemento, que vai contribuir bastante, professor quais os critérios de avaliação são utilizados na disciplina de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Ok. A disciplina contabilidade governamental, ela conta com um sistema de atividades, fora as atividades, as atividades contam com 0,2 pontos, cada, e são cinco atividades, no qual se ele, constituir a cinco ele já vai ter 1,0 ponto, nós temos prova presencial, apesar de ser na modalidade a distância, a Universidade dispõe de pólos em todo país, onde os alunos se encontram para poder fazer essa prova presencial, fora a prova presencial, nós temos a prova a distância, que nessa prova o aluno tem um acesso ao *link*, esse *link* é disponibilizado dentro de uma data, ele não abre antes, e a pessoa também tem um prazo, de uma semana para também está fazendo essa prova a distância, as provas são somadas, e dividida por dois, e as atividade são complementares, então ela é um apoio para o aluno, se o aluno precisar dos pontos, ela será utilizada. Fora isso também, posso instituir atividades extras, como auxílio aqueles que não conseguiram nota, aí onde entra os fóruns avaliativos, os fóruns de discussões avaliativas, as atividades reflexivas, também, e tudo que possa dar apoio e fundamentação teórica ao aluno.

INTERLOCUTOR: Professor só completando essa pergunta, o formato da avaliação, seria o que? Assertivas, alternativas ou ambas? Como seria?

PROFESSOR (A): São provas onde você conjuga, a parte objetiva, e parte dissertativa, então, são constituídas de dez questões, onde nove são objetivas, e uma vai ser dissertativa, maior peso está na dissertativa, e vai constituir a média de sete pontos as objetivas, e três pontos a dissertativa, até três pontos a dissertativa.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. Professor os alunos identificam a integração com a disciplina com a contabilidade governamental, com outras disciplinas do curso?

PROFESSOR (A): Sim. Até mesmo porque, pelo fato de eu dar aula no curso, tecnológico de gestão pública, a parte da contabilidade governamental, que vai dar subsídios, para eles, atuarem como disciplinas como orçamento público. Nós temos também a parte contabilidade

aplicada ao setor público, então essa disciplina, ela te dá um embasamento para você poder, até mesmo, rever ou até mesmo fortificar o conceito em outras disciplinas.

INTERLOCUTOR: Professor sobre a mesma pergunta, só para esclarecer, o aluno do curso, de ciências contábeis dessa instituição, ele tem a disciplina de contabilidade governamental, ou pública, enfim, de maneira EAD, mas tem mais de um semestre aí, isso? É um único semestre?

PROFESSOR (A): São dois semestres.

INTERLOCUTOR: São dois semestres, então eu vou chegar nessa parte então, então eu vou retomar a pergunta, a pergunta é sobre a integração, da disciplina de governamental, aplicado ao terceiro setor pública, ou seja, o termo contabilidade pública, com outras disciplinas, então se o senhor entende que existe alguma disciplina ou algumas, que o aluno consegue enxergar, integração dessas disciplinas ou não, né?

PROFESSOR (A): Sim, sim. Até mesmo pelo fato de ser contabilidade pública, os princípios as vezes, eles destoam, as vezes eles não destoam, qual o objeto da contabilidade? O patrimônio. Entendeu? Enquanto contabilidade pública, é o patrimônio público, receita, conceito de receita, conceito de despesa, então eles conseguem enxergar isso em outras matérias, entendeu? Eles se cruzam...

INTERLOCUTOR: Ok professor. Então o senhor consideraria a questão, da contabilidade básica seria mais ou menos isso? Como uma das disciplinas é isso? Existe outras possibilidades ou não, a principal é essa mesmo ou o que o senhor acha?

PROFESSOR (A): Eu acho que o principal mesmo está ligado mais aos conceitos, da contabilidade, as teorias gerais, na contabilidade básica, onde há maior aderência.

INTERLOCUTOR: Está ok professor. Professor a carga horária, destinada a disciplina é o suficiente?

PROFESSOR (A): É... olha, consideravelmente, o conteúdo é bem denso, ele é bem denso e acredito eu que a disciplina poderia ocorrer numa carga horária maior.

INTERLOCUTOR: Qual seria, hoje, atualmente a carga horária, então o senhor já disse, que o semestre letivo dentro do curso, né de quatro anos, mas é deve ser qual a carga efetiva, horária assim por semestre assim o senhor saberia dizer?

PROFESSOR (A): Hoje a carga são trezentas e vinte horas aula, perdão, são oitenta horas aula, dividida em quarenta práticas, ou perdão. Quarenta teóricas, dez práticas, dez reflexivas, dez de atividades e dez de leitura.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. Professor, a biblioteca da instituição, possui os livros indicados na ementa? E são indicadas outras fontes bibliográficas além de livros? Agora o plano de ensino, tá professor?

PROFESSOR (A): Sim. A própria ementa, já consta com uma gama de livros questão obrigatórios, e os livros complementares, a biblioteca, até mesmo por atendimento ao MEC, ela, toda, é um cuidado que nós temos, toda leitura que é proposta para o aluno, é verificada antes, na biblioteca, para ver se existe, e hoje contamos também com a biblioteca Persson que é a biblioteca virtual que é também, para dar esse subsídio para os alunos. Então ele tem tanto essa fonte física de livros, quanto a biblioteca virtual que também pode está consultando.

INTERLOCUTOR: Mas no, obrigado professor, mas só completando a pergunta, no caso outras fontes além de livros, ou seja, artigos, por exemplo, existem como material, complementar ou não, no plano de ensino.

PROFESSOR (A): É de maneira geral a gente tem essa liberdade, de estar usando os artigos, mas eles não constam no plano de ensino.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor, o professor recomenda novos livros a serem adquiridos para a biblioteca? E se sim esses livros ficam, são adquiridos pelas instituições.

PROFESSOR (A): Na instituição que que trabalho particularmente, a nossa gestão de livro sim, e dentro da possibilidade a instituição, ela adquiriu sim.

INTERLOCUTOR: Professor qual o prazo de atualização dos programas e conteúdo, dentro desse prazo as obras mais recentes, são consideradas nas atualizações dos programas?

PROFESSOR (A): As atualizações podem ocorrer a todo momento, o professor é o encarregado, da matéria...

INTERLOCUTOR: No plano de ensino o senhor diz?

PROFESSOR (A): No plano de ensino esta, ele pode fazer sugestões, até mesmo na parte da contabilidade, pela atualização constante da legislação e nós acabamos de passar por uma atualização aí com as novas regras contábeis, então o professor tem a autonomia, para solicitar a atualização, até mesmo de gravar novas aulas, de fazer correções nas aulas textos, de fazer sugestões no plano de ensino, é claro que você entrar em uma outra seara que você tem que passar pelo colegiado, tudo, mas é bem aberto ao professor está fazendo essas sugestões.

INTERLOCUTOR: Então, dentro do semestre o senhor sugere para o semestre seguinte e aí sim tem alteração?

PROFESSOR (A): Isso, a sugestão é feita, passa pela análise da coordenação, da reitora, e passa pela apreciação do colegiado, e se todos acharem relevância, elas são incluídas no plano de ensino, claro que isso demora, o tramite cabível, né.

INTERLOCUTOR: Mas hoje o conteúdo, o plano de ensino é atual, foi é... constante, ficou claro e que esse último, seria o mais atual mesmo, seria para o semestre, que está sendo executada a disciplina. É isso?

PROFESSOR (A): Isso a disciplina foi descrita no começo desse semestre, ela foi reinscrita, e foram gravadas as novas aulas, entraram todas para esse semestre.

INTERLOCUTOR: Está ok, obrigado. Professor, o conteúdo desenvolvido, em sala de aula, está alinhando com as novas exigências dos concursos públicos? Para o cargo de contador público? E aí professor no seu caso, o senhor, sala de aula entende-se o conjunto de métodos EAD.

PROFESSOR (A): Nós acabamos de fazer justamente essa revisão, para atualizar, a matéria com as novas normas, NBCs que agora estão fortes, essa internacionalização da contabilidade, da contabilidade pública que dá ênfase, no patrimônio, ora então, após essa estruturação toda, até mesmo por força de exigências, houve essa atualização,

INTERLOCUTOR: Isso nesse ano, é isso?

PROFESSOR (A): No início desse ano. Já com as novas normas incluídas nas atividades, nos textos, nos vídeos aulas, também, sempre citadas.

INTERLOCUTOR: Então entendendo, que a resposta do senhor seria sim.

PROFESSOR (A): Sim.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. O programa da disciplina considera as atualizações posteriores a lei 4320, lei de responsabilidade fiscal.

PROFESSOR (A): Sim consideramos, até mesmo porque, a lei 11608, que já veio em 2009, e as posteriores, até mesmo por força da legislação por onde o ativo passou a ser dividido de outra maneira, como ativo circulante e não circulante, então sim.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor as mudanças no manual de contabilidade aplicadas no manual setor público, MCASP afetam as atualizações dos programas, e conteúdo?

PROFESSOR (A): O MCASP, ela procurou, a internacionalização, então no que tange, as mudanças em si, ela afeta sim, hoje é uma valorização do patrimônio público, onde você começa a dar valor, a coisas que você não dava valor antes, por exemplo você vai ter que ter seu inventário muito bem definido, você vai ter que ter valor de praça, valor de rua, coisas que antes não eram reconhecidas na contabilidade pública, então a ênfase do patrimônio público está muito grande. Então afetou de uma maneira consideravelmente sim.

INTERLOCUTOR: O senhor acaba se utilizando do manual, no caso.

PROFESSOR (A): Sim. O manual é, praticamente, utilizado constantemente.

INTERLOCUTOR: Professor, o programa da disciplina, considera as normas brasileiras de contabilidade aplicada? No setor público?

PROFESSOR (A): Sim, sim. CPCs, IPSAS e todas.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor, a próxima é o programa de disciplina constante, considera as atualizações das IPSAS?

PROFESSOR (A): Considera as atualizações das IPSAS, sim.

INTERLOCUTOR: Professor o conteúdo de contabilidade governamental, quanto ao processo de convergência das normas internacionais, está sendo abordada em que grau nos seguintes temas: é abordada a história e evolução da contabilidade governamental com o processo de convergência através do MCASP, CFC e IFAC, IPSAS?

PROFESSOR (A): Sim. Inclusive começamos a matéria, com essa parte histórica, até chegar a fundamentação. Começamos com a parte histórica, evolução, aplicação e até os dias de hoje.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor, o professor aborda as diferenças, entre o MCASP e as IPSAS?

PROFESSOR (A): Não, na verdade, são complementares, há um conteúdo que se fala da MCASP e também falamos das IPSAS, mas não fazemos esse contraponto entre essas duas.

INTERLOCUTOR: Há exemplos, se nas IPSAS existir divergências entre a MCASP no caso a MCASP será a base, do conteúdo...

PROFESSOR (A): Sempre o manual, sempre o manual.

INTERLOCUTOR: Agradeço professor. É abordado o subsistema de custos, o subsistema patrimonial, é abordado com a inclusão do aspecto financeiro?

PROFESSOR (A): Sim, tanto no aspecto financeiro, patrimonial e orçamentário.

INTERLOCUTOR: A receita despesa pública são abordados levando em consideração os aspectos patrimoniais distinguidos dos aspectos orçamentários?

PROFESSOR (A): Sim.

INTERLOCUTOR: São abordados demonstrativos contábeis, trazendo comparação entre legislação brasileira, o MCASP e IPSAS?

PROFESSOR (A): Sim. A tanto que temos que estudar os princípios. E os princípios você tem que ir buscar na constituição, as normas primárias estão na MCASP, e as IPSAS que são os adendos, então é a conjuntura dos três.

INTERLOCUTOR: Então eu vou repetir essa pergunta está bom? São abordados os demonstrativos contábeis, trazendo comparação entre legislação brasileira, MCASP e IPSAS, ou seja, os três níveis vamos assim, dizer com relação a demonstração contábeis.

PROFESSOR (A): Sim com relação a demonstração contábeis sim, até mesmo porque as mesmas passaram por mudanças, então eu tenho que falar dessas mudanças e essas mudanças estão no, elas constam no MCASP e IPSAS.

INTERLOCUTOR: Professor eu vou aprofundar essa pergunta. Se o senhor me permitir. O senhor falou agora sobre a questão das IPSAS e MCASP com relação ao conteúdo que seguia o MCASP, com relação as demonstrações, professor a legislação brasileira MCASP e IPSAS, eu quero entender ao senhor entre MCASP e IPSAS nessas demonstrações, e se elas existem e se abordam elas?

PROFESSOR (A): Elas se completam, não existe diferença.

INTERLOCUTOR: Está ok, professor. Professor leciona quanto as diferenças nas consolidações dos demonstrativos em relação entre o adotado pela IPSAS e o adotado pelo MCASP?

PROFESSOR (A): Eu não trabalho, eu trabalho com a parte da teoria, nessa parte da contabilidade governamental em si, pelo menos aonde eu atuo, eu não trabalho com consolidação. Parte mais teórica.

INTERLOCUTOR: Então o senhor não trabalha com consolidação de contas, de demonstrações de então no caso não tem nem o porquê... tudo bem. Professor o plano de contas MCASP, é apresentado aos docentes com a nova estrutura, sete níveis, nove dígitos e oito classes de contas?

PROFESSOR (A): Sim. Inclusive consta de um capítulo.

INTERLOCUTOR: Então seria a última versão do MCASP.

PROFESSOR (A): Com certeza.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor. Professor a última pergunta, o reconhecimento e mensuração dos ativos está sendo apresentado com as modificações trazidas com a adoção do processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público?

PROFESSOR (A): Sim. Com toda essa convergência. Houve a mudança para que a gente pudesse se adaptar e pudesse passar tudo como está no MCASP,

INTERLOCUTOR: Então o senhor diz, há exemplos do reconhecimento, até a questão de mensurar e

PROFESSOR (A): Sim e a parte do *imperment*, tudo que foi consolidado com a nova lei.

INTERLOCUTOR: Ok obrigado professor. Professor agradeço pela generosidade, do senhor pelo tempo do senhor, agradeço imensamente, reforço aqui na gravação que o senhor receberá a transcrição da entrevista, e espero encontrar o senhor em outras oportunidades.

PROFESSOR (A): Eu que agradeço sempre bom estar contribuindo com os colegas e disponha.

INTERLOCUTOR: Obrigado professor.

APÊNDICE J - ENTREVISTA IES “G”

INTERLOCUTOR: Eu gostaria professor de agradecer a participação a contribuição, na entrevista no seu tempo disponibilizado, vamos começar a entrevista com a primeira pergunta, professor qual a sua formação acadêmica?

PROFESSOR (A): Bom a minha formação acadêmica é em ciências econômica, e trabalho no setor público, então a minha formação e minha atuação é na economia do setor público.

INTERLOCUTOR: Professor sobre a formação acadêmica, além da graduação, você tem outras formações além de economia? Ou está no momento cursando algum curso, enfim...

PROFESSOR (A): Além da graduação eu tenho uma pós-graduação em gestão pública em saúde, seguindo a área da saúde coletiva, tenho também, estou mestrando, em políticas públicas, na área do conhecimento, política, desenvolvimento e práticas em saúde, tenho também licenciatura em matemática, e uma extensão também na, em contabilidade internacional.

INTERLOCUTOR: Poderia relatar a sua experiência acadêmica, quanto tempo atua na área acadêmica?

PROFESSOR (A): Na área acadêmica eu estou desde 2012 que eu fiz a minha especialização em 2011, e em 2012 eu fui convidada a dar uma aula em um módulo, da pós-graduação, e a partir daí quando eu entrei nesse módulo, da pós-graduação no semestre seguinte, me convidaram para a graduação, sempre na área do conhecimento da economia, e parte da contabilidade principalmente na parte da contabilidade pública, que é a área que eu atuo, e de lá para cá estou até hoje. Hoje, neste ano, também recebi o convite em está coordenando um curso de pós-graduação em controladoria finanças corporativas e a tendência é continuar no ramo acadêmico.

INTERLOCUTOR: Além da docência, exerce outra atividade profissional?

PROFESSOR (A): Sim, além de docente eu sou funcionária pública, concursada, pela prefeitura da Praia Grande, coordeno também uma parte de orçamentária e financeira, da área da saúde, onde leva toda a metodologia da contabilidade pública, na prática.

INTERLOCUTOR: Professor quanto a contabilidade governamental, considera-se um especialista?

PROFESSOR (A): Olha, considero, mas todos os dias a gente aprende, principalmente agora com as novas normas, aplicadas ao setor público, então assim, por mais que está havendo a mudança, estamos em transição, ainda, a gente está em constante aprendizado, nesta área.

INTERLOCUTOR: Eu vou, eu compreendi a resposta, mas eu ... se fosse sim ou não, o que você diria?

PROFESSOR (A): Sim.

INTERLOCUTOR: Ok. Tem publicações na área de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Tenho publicações, é... mais voltada a área da saúde, então mais voltada, o índice de aplicação, na área da saúde que de certa forma, também é a parte da contabilidade governamental, que é a parte da gestão fiscal, dentro da contabilidade pública, na área da saúde,

INTERLOCUTOR: Então a sua publicação é saúde do setor público, então?

PROFESSOR (A): É economia no setor público, é que também assim é chamado...

INTERLOCUTOR: Está Ok. A disciplina de contabilidade governamental, permite variar as estratégias de ensino?

PROFESSOR (A): Como que é?

INTERLOCUTOR: A disciplina de contabilidade governamental, pública, enfim, permite variar as estratégias de ensino?

PROFESSOR (A): Permite. Principalmente pelo ponto de estudos de caso, então assim, muitas coisas que acontecem, ou até mesmo divulgações, na mídia, você traz esses estudos de caso para dentro de sala de aula né, e muitas vezes você consegue, visualizar com o aluno, o porquê que chegou a determinado acontecimento, ou a determinada fraude, muitas vezes, porque infelizmente nessa área da contabilidade pública, o mais difícil de lidar em sala de aula, é você colocar a teoria com a prática. Quando eu falo a teoria com a prática, eu falo, que a teoria é muito bacana, ela é muito fácil de entender, mas o que a gente vê na prática, principalmente, devido aos escândalos que, infelizmente quando vem à tona a coisa no setor público, e principalmente, na área da contabilidade pública, infelizmente não são boas notícias, é então lidar com isso, as vezes o aluno fala, a tá eu entendo isso mas porque isso não acontece na prática, então é um desafio todos os dias você, está ministrando nessa área.

INTERLOCUTOR: Professor sobre essa mesma pergunta ainda, sobre estratégias então eu entendo que você traz estudo de caso, entre elas a única ou você utiliza também, outras estratégias, na disciplina? Você acha que dá para variar, ou seja, a pergunta é: você utiliza essa como a principal, mas consegue variar a estratégia, ou não?

PROFESSOR (A): Consigo, consigo também, além dos estudos de caso, desenvolvemos, projetos em sala de aula, como gestão governamental e também como a parte de concurso, essa parte ela é muito esperada eu faço muito simulado, então a concurso os alunos, até querem, até pedem nessa parte de como entender certas questões, que possam estar caindo em concurso, então tem várias estratégias vários instrumentos de você está levando.

INTERLOCUTOR: Então, entende que sim, que daria, que dá para variar.

PROFESSOR (A): Dá. Para variar tranquilamente.

INTERLOCUTOR: Professor quais são os métodos utilizados, com os alunos na prática, dos conteúdos da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): A prática, a gente, o que eu gosto muito de falar, e de fazer com eles é principalmente quando você entra na parte de planejamento estratégico, você tem as peças orçamentárias, então essas peças, você trabalha com eles como se eles fossem o gestor público, de um determinado município, então aí nesse sentido, eles, visualizam o problema, que eu levo para eles em sala de aula, para você promover política pública, você tem que ter um problema, então eu levo esse problema, cada um em uma área, um na área da educação, outro na área da saúde, então eles se veem como gestor daquela área, daquela pasta, então, dá para colocar em prática assim, fazendo esses grupos de estudo.

INTERLOCUTOR: Então professor, ainda sobre a mesma pergunta, sobre métodos utilizados, com aplicação do conteúdo da disciplina, o professor diz, em relação aos estudos de caso, práticas, né? Questões noticiários, que estão presentes, e existem outros métodos utilizados nas práticas dos conteúdos? Assim? Complementares, enfim, desde aula expositiva, o que exatamente você diria?

PROFESSOR (A): Além da aula expositiva, também, há troca do aluno também, o que ele conseguiu extrair daquele conteúdo, ele também fazendo seminário, apresentando o ponto de vista dele também, então assim, a maioria, além, de eu expondo, o meu conteúdo, eles

também, indo buscar, aquilo que foi determinado para eles também ministrarem esse seminário fazendo determinado projeto, então assim, porque, no ramo de contabilidade eles, são muito práticos, então assim a contabilidade pública, ela é mais teórica, ela é mais maçante de fato, então assim, se você só ficar, você falando e o aluno ouvindo, ele vai achar extremamente um porre, digamos assim, né, então você tenta articular de varias maneiras dentro de sala de aula para eles além e sentir pertencente a matéria, porque muitas vezes, é a realidade do aluno, as vezes ele fala eu vou usar isso para que? Então você começa a abordar conteúdos, que na outra ponta ele fala de fato, eu vou precisar disso, tanto é que a gente tem trabalhos interdisciplinares que ele tem que *linkar* a contabilidade pública, com uma contabilidade societária por exemplo. Ele *linkar* o público com o privado, o que tem haver. Então assim para torna-lo, com vários olhares, um profissional, multiprofissional, que o mercado exige.

INTERLOCUTOR: Professor durante o curso os alunos têm contato com o ambiente de trabalho da contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Olha é muito difícil, né, só quem trabalha mesmo na área, que também são poucos, mas no dia a dia é difícil, você tentar fazer essa sala de aula ampliada, levá-los para conhecer algum órgão público, até mesmo por conta de horários, enfim, então fica um pouco restrito assim, essa a proximidade.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor durante a disciplina os alunos assistem, palestras e seminários com profissionais de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Assistem, tanto é que sempre tem um seminário na faculdade no período, que geralmente é em outubro, segundo semestre que é quando eles têm a contabilidade pública, geralmente é no segundo semestre, então sempre que tem assim parte do setor público, até mesmo porque estão inseridos, então porque despertou a curiosidade, eles participam e sempre tem um gestor da área que traz uma realidade e eles sempre estão atuando.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor quais os critérios de avaliação, são utilizados na disciplina de contabilidade governamental?

PROFESSOR (A): Bom além das provas, que tem que ter, e também a desenvoltura em sala de aula, a participação nos estudos de caso, as repostas dos trabalhos propostos e prova. Então são provas e trabalhos.

INTERLOCUTOR: Como seriam as provas?

PROFESSOR (A): As provas sempre de múltiplas escolhas, igual as de concursos, então assim, tem as provas formato concurso, e também tem as provas dissertativas, no formato ENADE, justamente para o aluno ter essa articulação e essa interpretação.

INTERLOCUTOR: São duas avaliações então?

PROFESSOR (A): São duas avaliações.

INTERLOCUTOR: De prova eu digo.

PROFESSOR (A): De provas. Isso. E o restante complementos em sala de aula.

INTERLOCUTOR: Professor, os alunos identificam como a integração da disciplina da contabilidade governamental com outras disciplinas do curso?

PROFESSOR (A): Sim, justamente por conta do trabalho, interdisciplinar, que eles são obrigados a eles correlacionarem, as disciplinas do módulo, então eles conseguem aí, as vezes eles conseguem, com muita dificuldade porque a princípio, mas poxa, o que tem haver

contabilidade pública com a societária? Com geralmente, tem matemática financeira também no mesmo modulo, e direito do trabalho, então dá um nó, mas aí conforme está vindo as disciplinas o desenvolver do semestre eles começam a elencar e começam no fim fazer um produto legal.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Professor, a carga horaria destinada a disciplina é suficiente?

PROFESSOR (A): Não. Eu tenho oitenta horas, e é só um semestre, para abordar a contabilidade pública, é humanamente impossível, tanto é que eles falam, poxa professor a gente não vai ter uma contabilidade, tipo pública dois... Não vai ter.... A gente está passando por uma reformulação inclusive do curso, eu já fiz até uma proposta em ter um e dois, porque você não consegue, por conta que é muita teoria, e se você não der a teoria a pratica não vai fazer sentido.

INTERLOCUTOR: Certo professor, então sobre a carga é um semestre, no ano, oitenta horas, o curso todo. Seria isso.

PROFESSOR (A): Isso. Exato. Exatamente.

INTERLOCUTOR: Então ok. Obrigado. Professor qual semestre?

PROFESSOR (A): Sempre o segundo semestre, assim o

INTERLOCUTOR: Perdão, ou o semestre que o aluno está cursando?

PROFESSOR (A): Lá é assim, o aluno ele pode mexer nas grades dele, então geralmente, é a partir do quarto semestre, então assim se o aluno está no quarto semestre, se o aluno está no terceiro semestre, não, se ele está no quarto semestre e ele vai colocar contabilidade pública pode colocar, se ele fez a grade dele do quinto e pulo para o sexto e não fez a contabilidade pública, ele também pode colocar, então teve anos, e teve semestre, que eu peguei “ensalamentos” que eu tinha, terceiro modulo, o quarto e o sexto.

INTERLOCUTOR: A senhora inclui como credito.

PROFESSOR (A): Exatamente. Eu não tenho um pré-requisito para poder fazer.

INTERLOCUTOR: Mas professorar para aproveitar, desculpa, mas, o credito é obrigatório?

PROFESSOR (A): É obrigatório.

INTERLOCUTOR: Ok. Obrigado. Professor a biblioteca da instituição possui os livros indicados na ementa? E são indicadas outras fontes bibliográficas além de livros?

PROFESSOR (A): São. Tem. A biblioteca, possui as referências bibliográficas recomendadas, também existem outras fontes de pesquisa também, mesmo em *sites* governamentais em sites de pesquisas institucionais o aluno pode estar buscando, e temos também a biblioteca virtual, que também tem algumas bibliografias mais recentes,

INTERLOCUTOR: Sobre essa pergunta ainda, professor, existem ainda, dentro da bibliografia complementar, de livros quais os tipos de material além de livros? Caso existam...

PROFESSOR (A): Além de livros tem também artigos, recomendados manuais, de tribunal de contas, e também do tesouro nacional, instrumentos mesmo governamentais.

INTERLOCUTOR: Está ok. Professor. Professor recomenda novos livros para serem adquiridos pela biblioteca? A instituição adquira os livros recomendados?

PROFESSOR (A): Adquire. Adquire. O EAD sempre recomenda algumas bibliografias, e a faculdade sempre atende de pronto.

INTERLOCUTOR: OK. Professor qual o prazo de atualização dos programas e conteúdo? Dentro desse prazo as obras mais recentes, são consideradas na atualização dos programas?

PROFESSOR (A): Meu Deus, então, estamos passando por uma estruturação porque realmente, tanto é que eu estou trabalhando com uma ementa, muito antiga, antiga demais, então assim eu vejo que tem coisas, que tudo bem você não vai deixar de dar porque está ali, na ementa, mas eu só passo, rapidamente, porque quando chega no final, por eu ter apenas oitenta horas, e o aluno quer ver a prática, quer ver a prática, e muitas vezes ele não consegue ver a prática, por ter muito conteúdo desatualizado, você tem que passar desatualizado assim, não tem tanta relevância eu diria, e nessa nova reformulação, eu estou até tentando propor algo mais prático, e inserir a MCASP que nesse conteúdo que eu trabalho atualmente não tem a MCASP.

INTERLOCUTOR: Quanto a atualização dos programas e conteúdos então, o prazo de atualização dos programas deve ser o que dois anos ou três? Você teria uma sorte de acertar?

PROFESSOR (A): Deixa eu ver, eu estou lá, desde 2012, e eu trabalho com esse conteúdo, então eu acredito, que a última foi em 2009, eu lembrei foi o último TCC do curso, 2009 que teve.

INTERLOCUTOR: Ok. Professor, obrigado. Professor o conteúdo desenvolvido em sala de aula, está alinhado com as novas exigências dos concursos públicos para os cargos de contador público?

PROFESSOR (A): Eu tento, por ter, essa metodologia ainda um pouco ultrapassada, no sentido de ementa e tudo mais, então o que eu tento trazer para o aluno, até mesmo para ele fazer sentido para ele estudar. Então eu pego, exatamente, as perguntas que mais caem em concurso, para contador, e trago em sala de aula... óh, está vendo porque vocês tiveram que aprender os princípios da contabilidade pública ou os princípios da administração pública? Porque isso aqui cai para auditor, cai, aí eles... ah... pra eles terem sentido, em estar estudando, então eu sempre busco, plataformas de concursos recentes, para estar trazendo para eles no perfil de contador público.

INTERLOCUTOR: Professor na mesma pergunta só, um complemento, entendi a resposta, a questão é que o concurso está atual, você está seguindo ele, e ele inclui normas que não estão na ementa, mas a sua posição na sala, então eu vou até alinhar a pergunta, eu acho que com a seguinte, o programa da disciplina, considera as alterações posteriores a lei 4320, a lei de responsabilidade fiscal? O programa professora... O programa...

PROFESSOR (A): Está. O programa é no que diz a lei 4320, lei de responsabilidade fiscal?

INTERLOCUTOR: É só que o programa, o plano, o plano a senhora acabou já respondendo essa pergunta, é só para formalizar. O programa da disciplina considera, as atualizações posteriores a lei de responsabilidade a lei 4320?

PROFESSOR (A): Elas respondem, não no sentido assim, como posso dizer que esta preconizada na ementa, mas como o programa tem contabilidade pública, então a contabilidade pública eu já trago aí as atualizações.

INTERLOCUTOR: Mas você traz em sala de aula, mas o programa em si, o plano em si, não está ou está inserida as informações, posteriores a lei de responsabilidade fiscal?

PROFESSOR (A): Está e assim, como o programa fica, deixa genérico tipo, contabilidade pública, então eu consigo aí inserir todas as legislações pertinentes a ...

INTERLOCUTOR: Entendi. Por exemplo o MCASP não diz qual edição então...

PROFESSOR (A): Está dentro da contabilidade pública exemplo isso.

INTERLOCUTOR: Ok, Obrigado. As mudanças no manual de contabilidade aplicada ao setor público, MCASP, afetam as atualizações dos programas e conteúdo.

PROFESSOR (A): Ele afeta um pouco. Porque assim, querendo ou não eu tenho que começar pela ementa, então antes a contabilidade pública, ela estava voltada para o orçamento, então você mostra toda a parte orçamentaria para o aluno, quando você entra com o manual MCASP, vem já com o olhar no patrimônio, que é o que faz sentido a contabilidade, então assim, na minha opinião, eu acho que ele mexe um pouco sim, até mesmo, na forma de você passar para o aluno, eu acredito que ele tem mais facilidade com o olhar com o MCASP, do que o olhar da contabilidade pública que antes a gente utilizava lá no olhar orçamentário.

INTERLOCUTOR: Professor, sobre a mesma pergunta, é no caso do MCASP, que afeta a atualização dos programas e conteúdo do plano? Aí parece que você respondeu, já a questão que ele está lá...

PROFESSOR (A): Ele está lá mais assim, é que mudou algumas coisas, mas não mudou completamente, a MCASP, então assim, alguns fundamentos ainda são aplicados, mas eu acho que a parte do patrimônio, mesmo que vai mexer bastante nessa parte de conteúdo que aqui na minha ementa, ela está defasada.

INTERLOCUTOR: É relacionado a ementa, exato. Então ao plano de ensino.

PROFESSOR (A): Isso. Está totalmente defasado.

INTERLOCUTOR: Está ok então, em relação, ao plano de ensino, defasado.

PROFESSOR (A): Está defasado, em relação ao MCASP, está defasado.

INTERLOCUTOR: Isso que eu quis dizer, só para com relação ao plano não há aplicação.

PROFESSOR (A): Ao plano sim está defasado. Com certeza.

INTERLOCUTOR: Professor o programa da disciplina, ainda continuando sobre o programa, considera as normas brasileiras, de contabilidade aplicada ao setor público?

PROFESSOR (A): Considera?

INTERLOCUTOR: As normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público? - A NBCT.

PROFESSOR (A): A minha ementa, o meu programa, não. O meu programa, não. O meu programa é... ele está muito mais voltado a parte, teórica da administração pública, e a parte da contabilidade pública, em si não considerando as normas, as normas você trabalha, você praticamente a gente não trabalha em sala de aula, mesmo porque até mesmo pela falta do tempo, por conta da carga horaria, é... até mesmo pelos registros dos conteúdos, então assim não considera.

INTERLOCUTOR: Professor eu vou ter que continuar a mesma pergunta, quando eu comentei aqui sobre as normas, se elas estão no programa, então você está respondendo que elas não estão no programa e não estão na execução da disciplina na prática, isso que você está querendo dizer?

PROFESSOR (A): Não estão em execução da disciplina na prática.

INTERLOCUTOR: Obrigado. Bom professor, o programa da disciplina considera as atualizações da IPSAS?

PROFESSOR (A): Não. Também não.

INTERLOCUTOR: A próxima professor, o conteúdo de contabilidade governamental, quanto ao processo de convergência, das normas internacionais, está sendo abordada em que grau, com relação aos seguintes temas: agora vou falar sobre alguns temas, é a última fase... é abordado a história e a evolução da contabilidade governamental, com o processo de convergência através do MCASP, CFC, NBCT e IFAC, IPSAS?

PROFESSOR (A): Não.

INTERLOCUTOR: O professor aborda as diferenças entre o MCASP e as IPSAS.

PROFESSOR (A): Também não.

INTERLOCUTOR: É abordado o subsistema de custos, o subsistema patrimonial é abordado com a inclusão do aspecto financeiro.

PROFESSOR (A): Muito pouco. Muito pouco. Praticamente, vamos colocar não, para não, é muito pouco.

INTERLOCUTOR: Você consegue entrar no assunto?

PROFESSOR (A): Eu consigo entrar no assunto, exatamente, aí volta aquele mesmo problema, em relação a carga horária, quando chega, na prática, acabou o semestre, então eu vejo que o aluno saiu meio frustrado, no final do semestre, porque poxa, só fiquei ouvindo teoria.

INTERLOCUTOR: Professor, a receita, despesa pública, são abordados levando a consideração os aspectos patrimoniais, distinguidos dos aspectos, orçamentários?

PROFESSOR (A): Sim, é tanto na receita quanto na despesa, neste caso a gente vai dar muito mais ênfase, na parte orçamentaria né, e o patrimonial, você também passa, mas a abordagem é muito mais aprofundada, na parte orçamentaria. No que a patrimonial. Também.

INTERLOCUTOR: Mas há distinção?

PROFESSOR (A): Mas há distinção.

INTERLOCUTOR: Ok. Obrigado. São abordados os demonstrativos contábeis, trazendo comparação entre legislação brasileira, o MCASP e as IPSAS?

PROFESSOR (A): Não. Também não.

INTERLOCUTOR: Professor, o senhor pode aprofundar um pouco sobre as demonstrações contábeis? Qual o processo que você executa? De conteúdo?

PROFESSOR (A): Das demonstrações contábeis, ela também acaba ficando bem para o final, do conteúdo, então eu mostro para eles quais seriam, balanço orçamentário, enfim, DVA, e aí eles, eu coloco algum exercício para eles tentarem visualizar e tentar, tentar colocar a prática ali, mas é muito também ilustrativo, é só para “ah, eu vi isso” na disciplina.

INTERLOCUTOR: Agora certo professor, mas o formato dessas demonstrações, você usa a 4320, ou MCASP ou ambos, como exatamente, você faria?

PROFESSOR (A): Como que eu faço, eu coloco sempre nas últimas semanas, eu coloco essa diferença, assim no MCASP eu não me aprofundo muito, então assim eu coloco o MCASP e as diferenças, as diferenças assim, no sentido, igual aos das demonstrações, olha gente na 4320 preconizava isso aqui, já no MCASP preconizava determinadas demonstrativos, então assim é tipo um de para só para eles conseguirem começar a entender como vai ser a dinâmica daqui para frente, então assim, de modo, só conceitual, para eles, mostrando a diferença. Acaba mostrando um pouco, se aprofunda mais na 4320 que estão trazendo o semestre inteiro, e no MCASP eu já mostro assim, olha era assim e ficou assim, para eles.

INTERLOCUTOR: Leciona quanto as diferenças, nas consolidações dos demonstrativos, em relação ao adotado pelas IPSAS e o adotado pelo MCASP?

PROFESSOR: Bem assim, de modo conceitual, mostro as diferenças na maneira conceitual mesmo, e dificilmente a gente consegue trabalhar na prática, dentro é sala de aula.

INTERLOCUTOR: Professora a dentro da mesma pergunta tudo bem? Eu pergunto se leciona, quanto as diferenças nas consolidações dos demonstrativos em relação ao adotado pela IPSA, ou seja, as normas, e o que é MCASP, essa é a pergunta. Se na consolidação, você mostra nas IPSAS, é assim, na MCASP é assim, ou não ou se ambos são iguais, enfim etc...

PROFESSOR (A): Não. Consigo. Eu não consigo chega nesse nível, com eles...

INTERLOCUTOR: O plano de contas PCASP, é apresentado aos decentes com nova estrutura de sete níveis, nove dígitos e oito classes de contas?

PROFESSOR (A): Sim, justamente quando faço esse, resumão, que na realidade eu apresento o que é MCASP para eles, apenas, então nesse resumão, de como vai virar, a contabilidade aplicada ao setor público, eu mostro essas diferenças de classes, de como vai ficar sendo estruturada e daí os níveis de conta do planejamento de contas dentro da administração pública, que é de agora para frente, então assim de certa forma eu mostro, para eles essa diferença.

INTERLOCUTOR: Você então utiliza, essa, só para aproveitar aqui a mesma pergunta, você costuma utilizar então sempre a última edição, é isso? Como você disse que usa o 7,9,8, então você utiliza sempre a última versão?

PROFESSOR (A): Sempre as últimas versões, isso.

INTERLOCUTOR: Última pergunta. O reconhecimento e a mensuração dos ativos está sendo apresentado com as modificações trazidas com adoção do processo, de convergência da contabilidade aplicada no setor público? Vou repetir a pergunta, o reconhecimento e a mensuração dos ativos está sendo apresentado com as modificações, trazidas com adoção do processo de convergência?

PROFESSOR (A): Não por conta mesmo do tempo, todo o problema é em função do tempo, eu não tenho perna para fazer além daquilo que esta preconizado, e com as novas regulamentações, que tem aí a contabilidade pública, porque assim eu percebo que o aluno, é muita informação para o aluno, é muita informação e eles não conseguem assimilar, para eles assimilarem a administração pública e a contabilidade pública, já é um desafio, então assim e já trazendo, as novas orientações, eles surta. Então assim, eu não consigo chegar nesse nível, de detalhamento dentro da MCASP, para eles na parte do ativo, na parte do patrimônio em si.

INTERLOCUTOR: Professora a entrevista, as perguntas acabaram, mas como você comentou que a carga horaria não ser suficiente, e eu estou vendo isso que está trazendo sobre toda a entrevista, você teria uma carga que você entendesse ser mais aceitável dentro da formação do aluno.

PROFESSOR (A): Eu acho que, principalmente, é devido a essa mudança que está tendo dentro da contabilidade teria que estar tendo no mínimo ai dobrar a carga horaria, tinha que ser no mínimo dois semestres, I e II, no I você colocaria toda essa parte das regulamentações iniciais, porque muita coisa MCASP preservou, e no segundo momento trazer somente a MCASP, que é a pratica para eles, porque, nesse primeiro momento você não consegue trabalhar a prática com o aluno, a pratica que você consegue trazer, é estudos de casos, enfim, mas trabalhar com eles a parte de registrar, enfim, se sentir um contador enfim, não consegue,

INTERLOCUTOR: Professor quero agradecer a entrevista, as razões foram abordadas aqui, a relevância nós especialistas da área, entendemos que todo esse processo, que está ocorrendo e toda a dificuldade a relevância da pesquisa, com toda a humildade, eu digo que está nisso, inclusive, a questão realmente é o cenário, é mostrar o cenário mesmo, é o principal. Eu quero agradecer pela sinceridade, pela entrevista pela contribuição pela pesquisa, e formalizando que será entregue à professora a transcrição da entrevista, está ok? A gente se despede por aqui e muito obrigado.

PROFESSOR (A): Obrigada. Eu quem agradeço.

**ANEXO A – PARECER 545/91: RECONHECIMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE		UF RJ
ASSUNTO: Reconhecimento do Curso de Ciências Contábeis, ministrado pela Faculdade de Economia e Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Federal Fluminense.		
RELATOR: Sr. Cons. Lauro Franco Leitão		
PARECER Nº 545/91	CÂMARA/COMISSÃO CESu	APROVADO EM: 03/10/91
		PROCESSO Nº: 23001.001882/90-28
<p>1 - RELATÓRIO</p> <p>O Reitor da Universidade Federal Fluminense encaminha a este Conselho pedido de reconhecimento do curso de Ciências Contábeis, ministrado pela Faculdade de Economia e Administração, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade.</p> <p>O curso foi autorizado a funcionar através da Resolução nº 25/84, do Conselho Universitário da referida Universidade.</p> <p>Pela Portaria nº 196/90 - SENESu/MEC, foi designada Comissão Verificadora, constituída pelos professores José Gomes Pacheco Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais e Flávio da Cruz, da Universidade Federal de Santa Catarina, para verificar as condições de funcionamento do curso e apresentar relatório conclusivo.</p> <p>Com base nos dados contidos no processo, nos relatórios da CAE e da Comissão Verificadora, passamos à análise de pleito. Após exame preliminar do processo, solicitou-se à Instituição, através do DC 46/91, que esclarecesse questões relativas ao Corpo Docente, ao conteúdo programático e bibliografia de algumas disciplinas e à estrutura e funcionamento de escritório modelo.</p> <p>Cumprida satisfatoriamente a diligência, acha-se o processo em condições de receber parecer conclusivo.</p>		

VRS

MEC/CFE

PARECER Nº

PROC. Nº

pliada das disciplinas: Introdução à Contabilidade, Contabilidade Financeira, Contabilidade Mercantil, Prática Contábil e Contabilidade Pública (fls. 7/19 da diligência).

4. Comprovando providências tomadas para a reorganização do es_ critério modelo, a Instituição relacionou:

1. Pessoal vinculado ao escritório modelo;
2. Disciplinas que integram o quadro das escalas previstas para o uso dos computadores.
3. 15 microcomputadores que incorporam atualmente o escritório modelo.

2.4. Corpo Docente

O Corpo Docente do curso é constituído por 31 (trinta e um) professores com seguinte perfil: 4 (quatro) Doutores, 12 (doze) Mestres, 7 (sete) com curso de Especialização, 1 (um) com Mestrado em fase de dissertação e 7 graduados.

Há professores indicados para todas as disciplinas.

A relação do corpo docente e respectivos currícula vitae figura no Anexo II.

O Relator deixou de analisar a situação e capacitação do corpo docente constante dos autos do processo, pelo fato de não se aplicar às Instituições Federais de Ensino Superior o que dispõe a Resolução 20/77, em seu art. 5o.

Segundo declaração da Instituição (fls. 61 da diligência), devido à oferta de concurso público em outubro de 1989, todos os professores de Departamento de Contabilidade já pertencem ao Quadro Permanente do Magistério da Universidade Federal Fluminense

II - VOTO DO RELATOR.

O Relator vota favoravelmente ao reconhecimento do Curso de Ciências Contábeis, ministrado pela Faculdade de Economia e Administração, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Federal Fluminense.

III - CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior acompanha o voto do Relator Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1991.

Amadeu Vinfier Presidente

Lauco Leitão Relator

Assessor
Luiz Carlos de F. J.
Secretário Executivo

A N E X O II

CORPO DOCENTE

01. Almir Barbosa
Disc: Contabilidade Financeira Contabilidade Pública Análise de Balanços Qualif: Graduação em Economia - Universidade Federal Fluminense. /64; Mestre em Análise Econômica - Conselho Nacional de Economia, 165; possui experiência no magistério superior e Pareceres de aprovação CFE n°s L.746/74 e 1.506/76 para as disciplinas Contabilidade Pública e Análise de Balanços (Contabilidade II); apresenta Termo de Compromisso,
02. Altair de Oliveira Lessa
Disc: Introdução à Contabilidade
Prática de Escritório
Contabilidade Industrial Qualif: Graduado em Contabilidade - Fundação Getúlio Vargas/74; Especialização em CURSEF - Fundação Getúlio Vargas/70 com 1.320 h/a e em Engenharia Econômica - UFRJ/66 com 1.320 h/a; possui experiência no magistério superior e pareceres de aprovação CFE n°s 506/76, 739/84 para as disciplinas Contabilidade III, Contabilidade Industrial II e III e Contabilidade de Custos I e II; apresenta Termo de Compromisso.
03. Amaro Coutinho de Vasconcelos
Disc: Introdução ao Computador
Qualif: Graduado em Engenharia de Sistemas Elétricos - Universidade Federal Fluminense/70; possui experiência no magistério superior prof. Assistente da UFF desde 1974 apresenta Termo de Compromisso.
04. Antonio da Costa Dantas Neto
Disc: Fundamentos de Macroeconomia
Contabilidade Nacional Qualif: Graduado em Economia - UFF/70; Mestre em Economia - Fundação Getúlio Vargas/72, possui experiência no magistério superior e apresenta Termo de Compromisso.

30. Wandir Gasparello

Disc: Planejamento da Produção Administração de Material Controle da Produção Qualif.
 Bacharel em Economia - Universidade Federal Fluminense/69;
 especialização em Pesquisa Operacional/71; 600h/a possui experiência no
 magistério superior e parecer de aprovação CFE no 1.506/76 para a
 disciplina Teoria Geral da Administração IV; apresenta Termo de
 Compromisso. Foi aprovado em concurso público para professor da UFF-RJ
 (1973)

31. Ziéde Coelho Moreira Disc:

Ética Contábil

Estudo de Problemas Brasileiros Qualif: Licenciado em História e em Geografia - Faculdade
 Fluminense de Filosofia/52, bacharel em Direito - Faculdade de Direito /57 - especialização em
 Recursos Florestais - Centro Panamericano Rec. Naturais/55, em Manegment Accounting-
 Org. Intern. do Trabalho (OIT) - Turim/70 e em Administração Pública - FGV/68; possui
 experiência no magistério supe-

rior- Prof. Adjunto desde 1963 pareceres de aprovação CFE 316/60 e 1506/76 para
 as disciplinas Economia, Administração Financeira e Orçamento, 04 trabalhos
 publicados e apresenta Termo de Compromisso.

* MEC/CEA PALEIA N° 545/91 PLEN. N°

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal do Educação aprovou, por
 unanimidade a conclusão da Câmara.

Sala Barretto Filho, em 3 outubro de 1991.

ANEXO B - DIÁRIO DE SÃO LUIZ - 18 DE JUNHO DE 1949



Reunião de todos os secretários de Fazenda, do nordeste, em Recife

O conclave visa acertar medidas para a terceira conferência de técnicos em contabilidade pública e assuntos fazendários

RECIFE, 17 (Asapress) — Amanhã instalar-se-á, aqui, a reunião dos secretários da Fazenda de todos os Estados do nordeste, para acertar as providências relativas à Terceira Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários a realizar-se no Rio, entre 20 e 30 de junho próximos.

O REPRESENTANTE CEARENSE

FORTALEZA, 17 (Asapress) — Afilié de tomar parte na reunião dos secretários de Fazenda de todos os Estados do nordeste que se instala, amanhã, em Recife, seguiu para a capital pernambucana, o secretário da Fazenda de

Ceará, Francisco Pessô Araújo.

NO RIO. O SECRETARIO DE AGRICULTURA DE PERNAMBUCO

RIO, 17 (Asapress) — Chegou hoje, pelo "Constellation" o sr. Barros Barreto, secretário da Agricultura de Pernambuco que hospedar-se-á no Hotel Serrador.

VETADOS VARIOS ARTIGOS DA LEI JUDICIARIA

ARACAJU', 17 (Asapress) — O governo do Estado vetou vários artigos do código da organização judiciário do Estado, tendo a Assembléa Estadual aprovado os vetos por unanimidade. O deputado Seixas Dória pronunciou um

discurso, esclarecendo que a UDN apolaria os vetos, pois todos os artigos vetados foram combatidos pelo seu partido.

PERDIU DEMISSAO O PRESIDENTE DA C.E.P. DE SERGIPE

ARACAJU', 17 (Asapress) — O presidente da Comissão Estadual de Preços pediu demissão. Segundo o jornal local "Correio de Aracajú", a referida comissão é inoperante.

TAMBEM RENUNCIARA' AO CARGO.

ARACAJU', 17 (Asapress) — Corre nos meios políticos que o secretário de Justiça do Estado

ANEXO C - DIÁRIO DE SÃO LUIZ - 1 DE SETEMBRO DE 1949

Edição Matutina
12 Páginas
CR\$ 1,00

DIARIOS DE LUIZ
O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO ESTADO
São Luiz, 1 de Setembro de 1949

Vitorino Freire
EXCELENTÍSSIMO SECRETÁRIO
Aristides Fontoura
Pessoa

Pela revogação de dois decretos que favorecem os grandes Estados industriais em prejuizo das outras unidades federativas

O governador Archer dirige-se à bancada federal do P.S.T. e ao líder da maioria na Câmara Baixa

O dr. Clodoaldo Cardoso sustentou, na conferência de contabilidade pública, a inconstitucionalidade dos decretos 915 e 1.061, que dispõem sobre o imposto de vendas e consignações

— O governador Archer dirigiu-se ao gabinete do Sr. Clodoaldo Cardoso, chefe da bancada federal do P.S.T., e ao Sr. Archer, líder da maioria na Câmara Baixa, para discutir a inconstitucionalidade dos decretos 915 e 1.061, que dispõem sobre o imposto de vendas e consignações.

— O Sr. Archer afirmou que os decretos em questão são inconstitucionais, pois violam o princípio da isonomia tributária estabelecido na Constituição Federal.

— O Sr. Archer afirmou que os decretos em questão são inconstitucionais, pois violam o princípio da isonomia tributária estabelecido na Constituição Federal.

Ecoss da visita do governador e do sen. Vitorino Freire ao sertão

A Integra do discurso do dr. Vitorino Freire, na chegada a Graxiá

A visita do Sr. Vitorino Freire ao sertão foi muito proveitosa, segundo o Sr. Archer, pois permitiu conhecer de perto as condições de vida da população rural e as necessidades de melhoramento da agricultura e da pecuária.

— O Sr. Archer afirmou que a visita ao sertão foi muito proveitosa, pois permitiu conhecer de perto as condições de vida da população rural e as necessidades de melhoramento da agricultura e da pecuária.

O dr. Dualibe faz duas valiosas ofertas ao gabinete dentário do Partido Social Trabalhista

Doados um aparelho de raios infra-vermelhos e outro de raios ultra-violetas

O Sr. Dualibe fez duas valiosas ofertas ao gabinete dentário do Partido Social Trabalhista: um aparelho de raios infra-vermelhos e outro de raios ultra-violetas.

— O Sr. Dualibe afirmou que as ofertas são muito valiosas e que serão utilizadas para o tratamento de pacientes com problemas dentários.

O gal. Dutra telegrafa ao governador Archer

Comendador Sebastião Archer — São Luiz, 30/8/49 —

Excelentíssimo Senhor Governador, recebo a sua telegrafa de 28/8/49, referente ao Sr. Archer, e agradeço a atenção que me dispensou.

— O Sr. Archer afirmou que a visita ao sertão foi muito proveitosa, pois permitiu conhecer de perto as condições de vida da população rural e as necessidades de melhoramento da agricultura e da pecuária.

Espanha e Portugal estão negociando um pacto de defesa militar mútua

Utilização conjunta das bases aéreas nas Canárias e nos Açores

— Ansiosa a Iugoslávia, por uma ajuda econômica do Ocidente

A Espanha e Portugal estão negociando um pacto de defesa militar mútua, segundo fontes diplomáticas. O pacto prevê a utilização conjunta das bases aéreas nas Canárias e nos Açores.

— A Iugoslávia está ansiosa por uma ajuda econômica do Ocidente, segundo fontes diplomáticas.

Melhoramento no interior de Barra do Corda

O Sr. Archer afirmou que o melhoramento do interior de Barra do Corda é uma das prioridades do governo.

— O Sr. Archer afirmou que o melhoramento do interior de Barra do Corda é uma das prioridades do governo.

OP S.T. trabalha pelo povo

O Partido Social Trabalhista trabalha pelo povo, segundo o Sr. Archer.

— O Sr. Archer afirmou que o Partido Social Trabalhista trabalha pelo povo, segundo o Sr. Archer.

Verdade Dominadora

A verdade é que o povo brasileiro precisa de uma liderança firme e honesta.

— A verdade é que o povo brasileiro precisa de uma liderança firme e honesta.

O dr. Clodoaldo Cardoso sustentou, na conferência de contabilidade publica, a inconstitucionalidade dos decretos 915 e 1.061, que dispõem sobre o imposto de vendas e consignações

Do governador das Alagoas, recebeu o chefe do Executivo maranhense o seguinte telegrama: "Governador Sebastião Archer da Silva

Palacio do Governo — S. Luiz — Maranhão

N.º 209 — Data 29 — Hora 17,00 TG-1202 de 29-8-49

Durante conferência sobre contabilidade pública e assuntos fazendários vg ultimamente realizado Capital Federal vg secretario Fazenda deste Estado sustentou tese inconstitucionalidade decretos leis números 915 e 1061 vg respectivamente primeiro dezembro 1938 e vinte de janeiro de 1939 vg que dispõem sobre imposto Vendas e Consignações pt Somente votaram contra referida tese representantes S. Paulo vg Rio Grande do Sul e Minas Gerais pt Dada evidentes razões direito financeiro defendidas secretario Fazenda deste Estado vg

garah pagamento Estado Impostos desviados por força aqueles decretos e destinados beneficiar Estados São Paulo, vg Rio Grande Sul vg Minas Gerais e outros pt Delegados referidos Estados foram únicos votar contra tese inconstitucionalidade mencionados decretos apresentada dr. Clodoaldo Cardoso na atual conferência sobre contabilidade pública assuntos fazendários vg todos demais votaram favor pt Acabo receber telegrama governador Alagoas comunicando demarches esse assunto e solicitando cooperação junto representação nacional finalidade obter aprovação projeto lei apreço pt Abraços, Sebastião Archer vg Governador Maranhão".

"Deputado Acurcio Torres
Palacio Tiradentes — Rio (DF)
31/8/49

Solicito fineza bustre amigo interesse aprovação projeto lei 681

revogando decretos leis 915 et 1061 que dispõem sobre Imposto Vendas Consignações pt Citados decretos leis beneficiam Estados possuem grandes indústrias prejudicando demais unidades federação pt Doutor Clodoaldo Cardoso delegado Maranhão atual conferência sobre contabilidade

pública assuntos fazendários apresentou brilhante tese provando inconstitucionalidade mencionados decretos leis aprovada delegados todas unidades federação exceção Estados São Paulo vg Rio Grande Sul pt Acabo receber telegrama dignissimo governador Alagoas solicitando cooperação torno assunto tão relevante interesse econômico nossos Estados pt Antecipo agradecimentos vossa valiosa interferência aprovação lei pt Cordiais saudações, Sebastião Archer governador Maranhão".

interpretando fielmente Constituição Federal vg varios deputados federais acabam apresentar projeto-lei nr. 681 vg revogando decretos leis 915 1061 pt Solicito portanto fineza vossencia para exame e providencias cabiveis virtudes interessarem legitimamente demais Estados federação projeto lei que me referi e apresentado Camara Federal sob nr. 681 pt Cds. Sds. Silvestre Pericles governador".

TELEGRAMAS A BANCADA FEDERAL E AO LIDER DA MAIORIA

O governador enviou, ontem, os seguintes telegramas a bancada federal do PST e ao líder da maioria:

Deputado Elisabetho Carvalho
Deputado Odilon Soares
Deputado Freitas Diniz
Deputado Afonso Matos
Palacio Tiradentes — Rio (DF)

Solicito fineza maximo interesse obter aprovação projeto lei 681 revogando decretos leis 915 e 1.061 que dispõem sobre Imposto Vendas Consignações pt Citada lei tem profundo reflexo economico Maranhão porquanto obri-

ANEXO D – PLANO DE ENSINO IES A

CURSO:	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Turma /	4ºSEM-
		Sem:	Noturno

DISCIPLINA:	CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO
--------------------	--

Carga horária semanal:	4hrs
-------------------------------	-------------

Carga horária Total:	80 hrs
-----------------------------	---------------

1. Objetivo do Curso:

O curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS da XXXX destina-se à formação de profissionais para as atividades de Contador. Tem por base uma concepção filosófica que valoriza a formação global do profissional que, identificando-se com a filosofia empresarial seja um agente facilitador e colaborador na implantação de mudanças administrativas e políticas na empresa.

Sua organização parte do pressuposto de que deve haver uma visão integrada, assumida coletivamente, sobre o tipo de profissional que se deseja formar, e que a formação acadêmica deve proporcionar ao aluno o amor ao conhecimento científico e à pesquisa, a fim de que ao longo de sua carreira continue em seu processo evolutivo dentro da educação e seja sabedor de que a formação recebida na Faculdade terá sido apenas mais um elo de uma cadeia que não terminará durante toda sua vida. .

2. Habilidades Desejadas dos Formandos – Do Curso:

No desenvolvimento das atividades do curso, procurar-se-á:

Direcionar todo trabalho do corpo docente e discente para a formação do profissional que atenda às peculiaridades da situação do país, formando profissionais competentes para o desempenho das funções de Contador.

Possibilitar aos administradores, professores e alunos a construção de um processo de avaliação sobre a prática docente, discente e administrativa, no sentido de proporcionar uma reflexão constante sobre o curso, com vistas a um permanente aperfeiçoamento.

Tornar o Curso de Ciências Contábeis da XXXX um referencial de qualidade.

Buscar-se-á, ainda, favorecer condições para que o aluno:

Desenvolva a capacidade de utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico, estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos, além de expressar-se de modo crítico e criativo em face dos diferentes contextos organizacionais e sociais.

Atue como profissional capaz de interpretar, nortear e interagir com uma determinada realidade.

Possa agir como elemento facilitador das relações interpessoais na sua área de atuação. Atue como figura chave no fluxo de informações desenvolvendo e mantendo de forma dinâmica e contínua os sistemas de comunicação.

Na busca destes objetivos, o Projeto Pedagógico traçará diretrizes para que a ação educacional possa transformar o aluno ingressante naquele profissional exigido pela realidade socioeconômica.

3. Ementa:

Apresentar os princípios básicos de administração dos recursos públicos, nos três níveis de administração, discorrendo sobre as formas de receitas e despesas. Enfoca as obrigações de cumprimento legal, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, exemplificando as formas de contabilização. Também aborda as alternativas de captação para o cumprimento dos orçamentos e determinações legais.

4. Objetivo da Disciplina

Capacitar o formando a administrar os recursos públicos, dotando-o de conhecimento sobre as formas de contabilização em função das diversas fontes e dos diversos destinos. Tornar o aluno apto a entender como o executivo se relaciona com o legislativo relativamente ao orçamento público, bem como isso é controlado e fiscalizado. Também tomar conhecido o dever do poder judiciário no que diz respeito ao orçamento. Tornar clara na responsabilidade do administrador público em função da observância da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Nº 4.320/64 – Decreto Nº 93.872/86.

5. Competências e Habilidades da Disciplina:

O conhecimento básico sobre o funcionamento do orçamento público, os meios de formar receitas e as regras para as despesas já proporciona ao formando uma ideia geral de como funciona as instituições públicas nos três níveis de administração. Torna o aluno conhecedor do relacionamento entre os três poderes relativamente ao orçamento público e dá uma visão geral sobre a forma de administrar os recursos públicos e a observância da legislação.

6. Conteúdo Programático:

1 – Introdução à Contabilidade Pública; 2 - Orçamento Público; 3 – Conceitos e Princípios Orçamentários; 4 – Receitas e Despesas Públicas; 5 – Títulos Públicos; 6 – Precatórios; 7 –

Licitações; 8 - Empenho de Despesas; 9 – Regimes Contábeis; 10 – Variações Patrimoniais; 11 – Restos a Pagar; 12 – Administração Direta e Indireta; 13 – Plano de Contas; 14 – Contabilidade Sintética; 15 – Contabilidade Analítica; 16 – Lançamentos Especiais; 17 – Órgãos Fiscalizadores.

7. Metodologia de Ensino:

- Aula expositiva
- Debates
- Trabalhos em grupo
- Estudo Dirigido
- Pesquisas
- Seminários

Para as aulas expositivas serão elaboradas apostilas relativas aos assuntos tratados, disponibilizando-as previamente aos alunos, de forma que nas aulas os conteúdos já estejam de posse dos alunos, facilitando a explanação e o aprendizado. A apresentação dessas apostilas em sala de aula pode ser via *slides*, utilizando os recursos de Datashow. Pode ser escrita em lousa, como também exemplificada em forma de textos distribuídos ou apresentação de filmes. Sempre que possível a aula será substituída pela exibição de filmes relacionados a fatos relevantes e atuais ocorridos no mercado.

8. Critérios de Avaliação Ensino Aprendizagem:

AVALIÇÃO N1: A nota da avaliação N1 será composta da seguinte forma:

1 – Prova – valendo de **(0) zero a 6,0 (seis)** pontos, aplicada individualmente, abrangendo o conteúdo estudado durante o período letivo decorrido (1º bimestre);

2- Atividades – práticas realizadas durante o bimestre em sala de aula, pesquisas, seminários, resenhas, etc.: nota de **(0) zero a 2 (dois)** pontos;

3 – Comportamento: acompanhamento do aluno durante o bimestre no que se refere à frequência nas aulas, atitudes em sala de aula, participação nos assuntos debatidos, pontualidade na entrega dos trabalhos, avaliação institucional (CPA) e evolução apresentada na aprendizagem: nota de **(0) zero a 2 (dois)** pontos.

A soma das notas obtidas nesses três itens formará a Nota Geral da Avaliação

N1.

AVALIAÇÃO N2: A nota da avaliação N2 será composta da seguinte forma:

1 - Prova - valendo de **(0) zero a 4,0 (quatro)** pontos, aplicada individualmente, abrangendo o conteúdo estudado durante o período letivo decorrido (2º bime

2- Projeto Multidisciplinar – pesquisa e apresentações escrita e oral do Projeto Multidisciplinar **(0) zero a 4,0 (quatro)** pontos;

3 – Comportamento: acompanhamento do aluno durante o bimestre no que se refere à frequência nas aulas, atitudes em sala de aula, participação nos assuntos debatidos, pontualidade na realização das tarefas, cumprimento dos prazos do Projeto Multidisciplinar e evolução apresentada na aprendizagem: nota de **(0) zero a 2 (dois)** pontos.

A soma das notas obtidas nesses três itens formará a Nota Geral da Avaliação

N2.

MÉDIA DAS 2 AVALIAÇÕES: Calcula-se a média aritmética das notas conseguidas avaliações (N1 e N2), sendo considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a **7,0 (sete)**. Caso a média seja inferior a **7,0 (Sete)**, o aluno terá que prestar Exame.

EXAME: O aluno que satisfizer as condições constantes dos artigos 4º e 5º da Portaria 10/2010 e não obtiver na média final do semestre nota igual ou superior a **7 (sete)**, poderá realizar prova de EXAME, desde que, obrigatoriamente, durante o período letivo tenha obtido frequência mínima de 75% na disciplina, que a **média** de aproveitamento não seja inferior a **3,0 (três)** e que não tenha cometido nenhuma irregularidade de comportamento na vida acadêmica.

A referida avaliação valerá **10,0 (dez)** pontos e será composta de 10 (dez) questões discursivas/problemas.

9.Recursos Didáticos:

Quadro de giz.

Datashow. (Tv. e Vídeo)

Textos de Livros e Publicações Periódicas

Visita a sites específicos através da *Internet*.

10.Bibliografia Básica:

AMORIM, Maria do Socorro Gomes de, - Contabilidade pública – Para

Concursos e Graduação em Ciências Contábeis, São Paulo, Editora Ícone, 2010.

TIMBÓ, Maria Zulene Faris; PISCITELLI, Roberto Bocaccio, - Contabilidade Pública – Uma Abordagem da Administração Financeira Pública, São Paulo, Editora Atlas, 11ª Edição, 2010.

11. Bibliografia Complementar:

MONTEIRO, Jorge Vianna, - Como Funciona o Governo – Escolhas Públicas na Democracia Representativa, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

FILGUEIRAS, Cláudio, - Manual de Contabilidade Bancária, Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 3ª Edição, 2010.

REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabrício; ARAUJO, Érika, - O Dilema Fiscal – Remendar ou Reformar?, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

CAMPELLLO, Carlos Alberto Gabrielli Barreto. MATIAS, Alberto Borges. Administração Financeira Municipal, São Paulo, Editora Atlas, 2000

LIMA, Diana Vaz. CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade Pública, São Paulo, Editora Atlas, 2000.

PROFESSOR:

NOME:

XXXXX XXXXX XXXXX XXXXX

ASSINATURA

COORDENADOR:

NOME:

XXXXX XXXXX XXXXX XXXXX

ASSINATURA

CURSO:

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Turma

/

4ºSEM-

Sem:

NOTURNO

DISCIPLINA:	CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO
--------------------	--

Carga horária semanal:	4hrs
-------------------------------	-------------

Carga horária Total:	80 hrs
-----------------------------	---------------

Professor	XXXXX XXXXX XXXXX XXXXX
------------------	--------------------------------

Semanas Letivas	DATA	CONTEÚDO	OBSERVAÇÕES	ASSINATURA
1^a	13.08.2015	Apresentação da Disciplina; 1 – Introdução à Contabilidade Pública.		
2^a	20.08.2015	2 - Orçamento Público.		
3^a	27.08.2015	3 – Conceitos e Princípios Orçamentários.		
4^a	03.09.2015	4 – Receitas e Despesas Públicas.		
5^a	10.09.2015	5 – Títulos Públicos; 6 – Precatórios.		
6^a	17.09.2015	7 – Licitações; 8 - Emprenho de Despesas.		
7^a	24.09.2015	9 – Regimes Contábeis.		
8^a	01.10.2015	Avaliação N1.		
9^a	08.10.2015	10 – Variações Patrimoniais.		
10^a	15.10.2015	11 – Restos a Pagar.		
11^a	22.10.2015	12 – Administração Direta e Indireta.		
12^a	29.10.2015	13 – Plano de Contas.		
13^a	05.11.2015	14 – Contabilidade Sintética; 15 – Contabilidade Analítica.		
14^a	11.11.2015	Apresentações PM		
15^a	12.11.2015	16 – Lançamentos Especiais.		

16^a	19.11.2015	17 – Órgãos Fiscalizadores.		
17^a	26.11.2015	Avaliação N2.		
18^a	03.12.2015	Avaliação Substitutiva.		
19^a	10.12.2015	EXAMES		
20^a	17.12.2015	Revisão dos Exames Encerramento do Semestre.		
21^a				

DATA	OCORRÊNCIAS

Declaro para os devidos fins que o presente cronograma foi elaborado em consonância com o plano de ensino, o ementário, a bibliografia básica proposta para a disciplina e o Calendário Acadêmico da Faculdade.

Assinatura Professor

Assinatura do Coordenador

ANEXO E – PLANO DE ENSINO IES B

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX

CURSO: Ciências Contábeis

COORDENAÇÃO: Prof. XXXXXXX XXXXXXXXXXX XXXXXXX

ANO: 2015

DADOS SOBRE A DISCIPLINA

CÓDIGO	NOME
XXXXXX	CONTABILIDADE PÚBLICA E GOVERNAMENTAL

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	SEMESTRE
36 horas/aula	8º Semestre

OBJETIVOS:

A Contabilidade Pública é um ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão orçamentária e desta forma oferecer à sociedade de maneira transparente a gestão dos entes públicos.

Para tanto, essa disciplina possui como objetivos:

- Apresentar e discutir as particularidades da Contabilidade Pública;
- Fornecer conhecimentos técnicos sobre os processos de planejamento;
- Apresentar as diferenças entre a contabilidade financeira e a contabilidade pública;
- Apresentar e elaborar os relatórios obrigatórios e formas de contabilização.

Com base na lei 4320/64 que elenca normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, irá preparar o aluno para ingresso em concursos públicos e por fim uma carreira pública

EMENTA:

Introdução à Contabilidade Pública
Orçamento Público, Orçamento Fiscal e Plano Plurianual
Peças Contábeis do setor Público

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**1º Bimestre****Conceitos da Contabilidade Pública****1.1 Introdução à Contabilidade Pública**

Orçamento Público

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Lei Orçamentária Anual

Plano Plurianual

Classificação Orçamentária**2.1 Categorias Econômicas**

Receitas Correntes.

Receitas de Capital.

Receitas Extra orçamentárias.

Despesas Correntes.

Despesas de Capital.

Despesas Extra orçamentárias.

Estágios das Receitas e Despesas.

2.2 Créditos Adicionais

Mecanismos e autorização para abertura de Créditos Adicionais

Créditos Adicionais Suplementares

Créditos Adicionais Especiais

Créditos Adicionais Extraordinários.

2º Bimestre**3- Contabilidade****3.1 Contabilidade Orçamentária e Financeira**

A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

3.2 - Balanços.

Balanço Orçamentário

Balanço Financeiro

Balanço Patrimonial

Demonstração das Variações Patrimoniais

3.3 - Subvenções Econômicas

Terceiro setor

Contratos

PPP – Parceria Público Privadas

4 - Transparência e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei de Responsabilidade Fiscal

SIAF Sistema Integrado de Administração Financeira

Audesp

Tribunal de Contas da União

METODOLOGIA DO ENSINO:

Aulas expositivas com a utilização de recursos áudio visuais.

Leituras supervisionadas.

Proposta de debates sobre os assuntos apresentados no plano de ensino.

Análise e estudo de casos em sala de aula.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Nota do 1º Bimestre: Será composta de uma única prova (P1) valendo no mínimo 8 pontos (peso 8,0). Os trabalhos solicitados no Bimestre valerão no máximo 2 pontos (peso 2,0).

Nota do 2º Bimestre: Será composta de uma única prova (P2) valendo no mínimo 8 pontos (peso 8,0). Os trabalhos solicitados no Bimestre valerão no máximo 2 pontos (peso 2,0).

As provas são obrigatoriamente compostas de questões dissertativas e o conteúdo das provas é obrigatoriamente cumulativo, ou seja, na prova do 2º Bimestre (P2), será exigido todo o conteúdo da prova do 1º Bimestre (P1). O mesmo vale para provas substitutivas (PSub) e exame (PExame).

RECURSOS AUDIOVISUAIS UTILIZADOS:

Datashow

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOHAMA, Helio, *Contabilidade Pública: teoria e Prática*. 11ª Ed. São Paulo: Atlas 2010

CASTRO, Domingos Poubel de. *Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público – Integração das áreas do Ciclo de Gestão*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da, *Contabilidade governamental: um enfoque administrativo*. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA, Daniel. ARAUJO, Inaldo. *Contabilidade Pública – da teoria a prática*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

ARAUJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel; HUMBERTO, Pedro. *O essencial da Contabilidade Pública- teoria e exercícios*. 1ª ED. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Valmir Leôncio. *A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Uma abordagem prática*. 2ª ED. São Paulo: Atlas, 2013.

MAUSS, César Volnei. *Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais. Instrumento de Suporte à Gestão Pública*. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TIMBÓ, Maria Zulene Farias e PISCITELLI, Roberto Bocaccio, *Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Pública Financeira*. 11ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

Nome: XXXXX XXXXX XXXXX
Professor Titular

Nome: XXXXX XXXXX XXXXX
Coordenador

ANEXO F – PLANO DE ENSINO IES C

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Plano Didático
Ano Letivo: 1º Semestre 2015

Curso: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Disciplina: CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

Carga horária Semestral/Semanal: Semestral/Semanal: 80 horas

1. Ementa (Sumário, Resumo)

Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo: Princípios Contábeis; campo de aplicação, objetivos, função social, patrimônio público, plano de contas; lançamentos típicos, elaboração e análise das demonstrações contábeis, custos e controle interno sob a ótica contábil.

2. Objetivo

- Identificar a estrutura do Estado no que consiste a administração pública;
- Coletar informações sobre o orçamento público, bem como a execução orçamentária e financeira;
- Interpretar e executar os mecanismos de Contas e Plano de Contas na Administração Pública;
- Analisar os lançamentos contábeis nos sistemas: orçamentário, patrimonial, custos e de compensação;
- Interpretar as demonstrações contábeis segundo a legislação.

3. Conteúdo Programático

Conceito de Contabilidade Pública de acordo com a NBCT 16.1;
Princípios Orçamentários
Princípios Contábeis aplicadas ao Setor Público – Entidade, Prudência, Oportunidade, Competência, Valor Original;
Estrutura Conceitual da Contabilidade Pública conforme a NBCT 16
Conceito de Receita Pública
Receitas Orçamentárias e Extraorçamentárias
Classificação Econômica: Receitas Correntes e Receitas de Capital
Etapas da Receita: Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento
Princípio da Unidade de Caixa
Registro Contábil da Receita
Conceito de Dívida Ativa
Registro Contábil da Dívida Ativa (recebimento e cancelamento)
Conceito de Despesa Pública

Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias
 Classificação Econômica das despesas (Correntes e de Capital)
 Etapas da Despesa Orçamentária: Fixação, empenho, liquidação e pagamento
 Registro Contábil das despesas
 Estrutura do Sistema Contábil de acordo com a NBCT 16.2
 Subsistemas de informações: Orçamentário, Patrimonial, Custos e de Compensação.
 NBCT 16.5 – Registro Contábil - Formalidades do Sistema Contábil: Comparabilidade, Compreensibilidade, Confiabilidade, Fidedignidade, Imparcialidade, Integridade, Objetividade, Representatividade, Tempestividade, Uniformidade, Utilidade, Verificabilidade e Visibilidade.
 Transferências Voluntárias e destinação de recursos públicos para o setor privado.
 Dívida e Endividamento
 Dívida Flutuante: Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos e Débitos de tesouraria (ARO)
 Conceito de Dívida Fundada
 Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados
 Contabilização dos Restos a pagar
 Conceito de Operações de Crédito e seus impedimentos
 Contabilização das Operações de Crédito
 Gestão Patrimonial – Classificação dos bens em uso comum, especiais e dominiais
 Contabilização dos Bens Públicos: incorporação, desincorporação e transferências (doações recebidas e concedidas)
 Avaliação e mensuração de ativos e passivos em Entidade do Setor Público – NBCT 16.10
 Transparência, Controle e Fiscalização – NBCT 16.8
 Demonstrações Contábeis conforme NBCT 16.6: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico.
 Principais Lançamentos do Plano de Contas do Setor Público Resumido.

4. Metodologia de Ensino

Explicação dos temas relativos à Contabilidade Pública e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
 Atividades Práticas em sala de aula;
 Discussão em grupo;
 Trabalhos em classe.

5. Critérios de Avaliação

Trabalho em grupo e Exercício individual- valor 3 pontos;
 Prova do Professor (dia 23/04) – valor 3 pontos;(23/04/2015)
 Prova Oficial Institucional – valor de 4 pontos.
 Nota Final: Trabalho (3) + Prova do Professor (3) + Prova Oficial (4)

6. Recursos Técnico-Pedagógicos(Audio-Visuais/Laboratórios/Internet/Etc.)

Apresentação de conteúdos em data-show
 Internet – análise de relatórios e documentos contábeis do setor público.

7. Bibliografia Básica

- QUINTANA, Alexandre Costa et AL. Contabilidade Pública de acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Social. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BEZERRA FILHO, JOÃO EUDES. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- Bento, Leonardo Valles. Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização. 1ª edição. São Paulo. Ed. Manole, 2003.(BV)

8. Bibliografia Complementar

- Assumpção, Márcio José. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 1ª edição. Curitiba. Editora: Intersaberes, 2012. (BV)
- Chiavenato, Idalberto. Administração Geral e Pública: Provas e Concursos. 3.ª edição. Barueri, SP. Ed.: Manole, 2012. (BV)
- Catapan, Anderson et al. Planejamento e Orçamento na Administração Pública. 2.ª Edição. Curitiba. Editora Intersaberes, 2013. (BV)
- Corbari, Ely Célia. Controle Interno e Externo na Administração Pública. 1ª edição. Curitiba. Ed.: Intersaberes, 2012. (BV)
- Pires, Valdemir. Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz. 1ª edição. Barueri. Ed. Manole, 2001.(BV)

9. Planejamento Diário

- 3/2 Apresentação da Disciplina
- 5/2 Estrutura Básica do PCASP
- 10/2 Princípios contábeis aplicados ao Setor Público
- 12/2 Receita Pública: Conceito e Classificação
- 17/2 Dívida Ativa
- 19/2 Registro Contábil da Receita
- 24/2 Exercício em sala de aula valendo ponto
- 26/2 Despesa Pública: Conceito e Classificação
- 28/2 Registro contábil da Despesa: Principais lançamentos
- 3/3 exercício
- 5/3 Adiantamento: Conceito e registro contábil
- 10/3 Restos a Pagar: conceito e classificação
- 12/3 Créditos Adicionais
- 17/3 Exercício em sala de aula valendo ponto
- 19/2 Correção do exercício em sala de aula
- 24/3 Repartição Tributária
- 26/3 Arrecadação dos tributos e transferências ao FUNDEB
- 31/3 Exercício em sala de aula valendo ponto
- 2/4 Correção do exercício em sala de aula
- 7/4 Conceito e Lançamentos da Dívida Flutuante
- 9/4 Conceito e Lançamentos da Dívida Fundada
- 14/4 Demonstrações Contábeis

16/4 Síntese da matéria
 21/4 Síntese da matéria
 23/4 Prova do Professor
 28/4 Execução do Exercício Prático em sala de aula
 30/4 Execução do Exercício Prático em sala de aula
 5/5 Trabalho em Grupo referente exercício dado em aula
 7/5 Resolução do trabalho em grupo
 12/5 semana cult
 14/5 Exercício em sala de aula valendo ponto
 19/5 Correção do exercício em sala de aula
 21/5 Estudo das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público
 26/5 Exercício em sala de aula valendo ponto
 28/5 Estrutura do Plano de Contas aplicado ao Setor Público
 2/6 Exercício em sala de aula valendo ponto
 4/5 feriado
 9/6 Entrega do Trabalho em Grupo
 11/6 Estudo da Lei 4.320/64
 16/6 Exercício em sala de aula valendo ponto
 18/6 POI - Prova Oficial da Instituição
 20/6 exercício
 23/6 Estudo da Lei de Responsabilidade Fiscal
 25/6 Exame Final
 30/6 Reunião CONSU

Plano Didático
 Ano Letivo: 2º Semestre 2015

Curso: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Disciplina: FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO

Carga horária Semestral/Semanal: AGOSTO- 16 horas/aula;

SETEMBRO - 18 horas/aula;

OUTUBRO - 18 horas/aula;

NOVEMBRO - 16 horas/aula;

DEZEMBRO - 12 horas/aula;

TOTAL: 80 (oitenta) horas-aula

1. Ementa (Sumário, Resumo)

Definições da Teoria das Finanças Públicas, Planejamento do Setor Público, Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal.

2. Objetivo

Geral: Estudar conteúdos que propiciem ao aluno, no contexto prático e teórico a compreensão dos fundamentos e dos princípios que norteiam a formulação e implementação do atual arcabouço institucional e das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil a partir do reconhecimento dos principais instrumentos adotados no ciclo de gestão dos recursos públicos.

Específico: Gerar cenários com a análise do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA e Programação Financeira Anual. Entender as principais definições e classificações relacionadas com receitas e despesas públicas.

3. Conteúdo Programático

Teoria das Finanças Públicas; Planejamento do Setor Público; Orçamento Público; Responsabilidade Fiscal.

4. Metodologia de Ensino

Aulas Expositivas; Mesa Redonda; Seminários, debates e discussão utilizando o cenário atual do setor público.

5. Critérios de Avaliação

Trabalho e exercícios em sala de aula: valendo 3,0 (três) pontos;
 Prova do Professor: valendo 3,0 (três) pontos;
 Prova Oficial da Instituição(POI): valendo 4,0 (quatro) pontos.

6. Recursos Técnico-Pedagógicos(Audio-Visuais/Laboratórios/Internet/Etc.)

Sala de aula; vídeo; pesquisa nos diferentes veículos de comunicação e nas redes sociais.

7. Bibliografia Básica

1. KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 11ª edição, São Paulo: Atlas, 2010. (BF)
2. PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. 5ª edição, São Paulo: Atlas, 2010. (BF)
3. PIRES, Valdemir. Orçamento Participativo: O que é, para que, como se faz. São Paulo. Ed. Manole. (BV)

8. Bibliografia Complementar

1. ASSUMPÇÃO, Márcio José. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 1.ª edição, Curitiba/PR. Ed. Intersaberes, 2012. (BV)
2. BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 5ª Edição, São Paulo, 2011. Ed. Pearson. (BV)
3. BENTO, Leonardo Valles. Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização. São Paulo. Ed. Manole, 2003. (BV)

4. CHAHIN, Ali (et al). E-Gov.Br: a próxima revolução brasileira - eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. Ed. Pearson (BV).
5. D'ANDREA, Roque & DA SILVA, Ribeiro. Introdução ao Direito Constitucional Tributário. Curitiba/PR. Ed. Intersaberes, 2013. (BV)

9. Planejamento Diário

- 1 04/08 Apresentação da disciplina: ementa, objetivos, avaliações, metodologias de estudo, trabalhos.
- 2 06/08 Teoria das finanças públicas: Estado e Economia. Eficiência, Eficácia e Efetividade. Objetivos, metas, abrangência e definição de finanças públicas.
- 3 11/08 Visão clássica das funções do estado. Evolução das funções do Governo.
- 4 13/08 A função do Bem-estar. Políticas alocativas, distributivas e de estabilização.
- 5 15/08 Exercício em sala de aula
- 6 18/08 Bens públicos, semi-públicos e privados. Instrumentos e recursos da economia pública (políticas fiscal, regulatória e monetária).
- 7 20/08 Exercícios em grupo.
- 8 25/08 Princípios teóricos da tributação. Tipos de tributos: progressividade, regressividade e neutralidade. Conceito de déficit, financiamento do déficit.
- 9 27/08 Necessidade do financiamento do setor público, resultado primário, resultado nominal, planejamento do setor público.
- 10 29/08 Exercício em grupo
- 11 01/09 O sistema atual e o processo de planejamento público nacional,
- 12 03/09 Planejamento e gestão estratégica, missão, visão, objetivos e plano de ação. Legislação Básica e Dispositivos Constitucionais.
- 13 08/09 Exercícios em grupo.
- 14 10/09 Financiamento do plano e orçamento. Ciclo orçamentário.
- 15 12/09 Exercício em sala de aula.
- 16 16/09 Plano Plurianual: Aspectos Formais. Estrutura do PPA, Elaboração do Plano Plurianual.
- 17 17/09 Exercício em Grupo.
- 18 19/09 Exercício em sala de aula.
- 19 22/09 Apresentação dos Trabalhos em Grupo
- 20 24/09 Apresentação dos Trabalhos em Grupo
- 21 29/09 Exercícios em grupo.
- 22 01/10 Prova do professor.
- 23 06/10 Exercícios em sala de Aula.
- 24 08/10 Tramitação no legislativo. Acompanhamento, avaliação e controle. Orçamento Público.
- 25 13/10 Exercício em sala de aula.
- 26 15/10 Resumo do conteúdo programática da matéria de Prova
- 24 20/10 Prova do Professor.
- 25 22/10 Lei de Diretrizes Orçamentárias. Conceitos e princípios orçamentários e tipos de orçamentos.
- 26 24/10 Exercício em sala de aula.
- 27 27/10 Processo orçamentário da Administração Pública. Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 28 29/10 A programação e a classificação das despesas e das receitas.
- 29 29/10 Programação Financeira. Restos a pagar.

- 30 31/10 Exercício em sala de aula.
- 31 03/11 A execução orçamentária da receita e da despesa. Créditos adicionais.
- 32 05/11 Exercícios em grupo.
- 33 07/11 Exercício em sala de aula.
- 34 10/11 Responsabilidade Fiscal: Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário.
- 35 12/11 Regra de ouro. Anexo de Metas Fiscais. Anexo de Riscos Fiscais. Receita Corrente Líquida.
- 36 17/11 Vedações. Instrumentos de transparência.
- 37 19/11 Entrega dos trabalhos individuais e em grupo.
- 38 21/11 Exercício em sala de aula.
- 39 26/11 Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.
- 40 03/12 Prova Oficial da Instituição - POI.
- 41 08/12 Substituição da POI.

ANEXO G – PLANO DE ENSINO IES D

PLANO DE ENSINO

CURSO: Ciências Contábeis

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Contabilidade Pública e Governamental

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 04 Horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 80 Horas

I - EMENTA

Esta disciplina trata da escrituração contábil na Administração Pública, oferecendo aos alunos o conhecimento necessário para a elaboração de demonstrações contábeis do setor público. Ela capacita os estudantes a registrar os principais fatos decorrentes da ação dos gestores dos bens públicos, evidenciando, por meio de relatórios, os resultados da administração orçamentária, financeira, patrimonial e de custos, em conformidade com a legislação pertinente. Esta disciplina possibilita o aluno o domínio da sistemática que envolve o controle orçamentário e financeiro da administração pública.

II - OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver com os alunos conhecimentos necessários para as seguintes competências: a) abordar os aspectos de interpretação de cunho legalista sobre as normas de orçamento, contabilização, controle e prestação de contas do setor público; b) assinalar a importância crescente que a Contabilidade Pública assume no setor econômico; c) enfatizar a Contabilidade Pública como instrumento que visa à prestação de serviços, exigindo que os profissionais renovem seus métodos de trabalho para tornar o processo de tomada de decisões mais eficaz.

III - OBJETIVOS Específicos

Capacitar os estudantes a contabilizar os principais fatos decorrentes da ação dos gestores dos bens públicos, evidenciando, por meio de relatórios contábeis ou gerenciais, os resultados da administração orçamentária, financeira, patrimonial e de custos, em conformidade com a legislação pertinente. Possibilitar o domínio da sistemática que envolve o controle orçamentário e financeiro da administração pública.

IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.1 Contabilidade Aplicada Ao Setor Público

4.1.1 Serviço Público

4.1.2 Administração Pública

4.1.3 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

4.2 Patrimônio e Sistemas Contábeis

4.2.1 Patrimônio público

4.2.2 Classificação do patrimônio público

4.2.3 Sistema Contábil

4.2.4 Sistema Orçamentário

- 4.2.5 Sistema Financeiro
- 4.2.6 Sistema Patrimonial
- 4.2.7 Sistema de compensação
- 4.2.8 Sistema de Custos
- 4.2.9 Regimes Contábeis

4.3 Orçamento Público

- 4.3.1 Origem, conceito e divisões.
- 4.3.2 Princípios orçamentários

- 4.3.3 Técnicas de elaboração orçamentária.
- 4.3.4 Plano plurianual de investimentos (PPA)
- 4.3.5 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e Lei orçamentária anual (LOA)
- 4.3.6 Processo Orçamentário

4.4 Registro Contábil

- 4.4.1 Conceitos
- 4.4.2 Classificação
- 4.4.3 Plano de Contas
- 4.4.4 Receitas e Despesas Públicas
- 4.4.5 Estágios e legislação
- 4.4.6 Suprimento de fundos, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores

4.5 Demonstrações Contábeis

- 4.5.1 Balanço Orçamentário
- 4.5.2 Balanço Financeiro
- 4.5.3 Balanço Patrimonial
- 4.5.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

- 4.5.5 Demonstração das Variações Patrimoniais
- 4.5.6 Demonstração do Resultado Econômico
- 4.5.7 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
- 4.5.8 Consolidação das Demonstrações Contábeis

v - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas expositivas, exercícios de fixação individuais e em grupo, exercícios em classe e extraclasse, pesquisas extraclasse.

VI - AVALIAÇÃO

Provas escritas, trabalhos e exercícios desenvolvidos em classe e extraclasse, participações em questionamentos e debates.

VII - BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública. 12^a ed., São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Valmir Leôncio da, A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Prática. 3^a ed., São Paulo: Atlas, 2014.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público, 6^a edição:
<<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/ptlcontabilidade-publica/principais-publicacoes/mcasp>

Bibliografia Complementar

KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAUSS, César Volnei. Análise das Demonstrações Contábeis Governamentais, 1^o ed., São Paulo: Atlas, 2012.

QUINTANA, Alexandre Costa et al. Contabilidade Pública: De acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 1 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

ROSA, Maria Berenlpe, Contabilidade do Setor Público: De acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade, 1 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

ANEXO H – PLANO DE ENSINO IES E

Regime: semestral: 6º semestre 2015/ 1
Carga Horária Total: 68 horas
Professor: XXXXXX XXXX XXXXX

EMENTA

A disciplina enfocará basicamente a introdução à Administração Pública – conceito, objetivo e evolução; Administração Pública – direta e indireta; Serviço Público – concessões e permissões – Lei de Licitações e suas atualizações; contabilidade pública – origem, conceitos e campo de aplicação, Patrimônio Líquido; Exercício Financeiro – licitações; Planos de Contas – orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação – Lançamentos contábeis e Sistemas de escrituração; encerramento do exercício – montagem dos razonetes; Balanços Públicos – fechamento e quocientes de análise.

OBJETIVO (S) GERAL (IS)

Dar conhecimentos aos alunos dos conceitos da Administração Pública, sistemas de contabilidade Pública, Patrimônio e Licitação e ainda Lei de responsabilidade fiscal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ter conhecimentos das características do Serviço Público, sua organização administrativa e o desenvolvimento dos registros de operações típicas de estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FEVEREIRO: apresentação da matéria; serviço público – conceito; serviço privativo do estado, serviço de utilidade pública; prestação de serviço misto; administração pública – conceito. MARÇO: a contabilidade pública – conceito e importância; a Fazenda Pública – conceito e história da contabilidade pública; o Patrimônio Público – conceito e importância; sistemas de Contabilidade Pública. ABRIL: Continuação dos Sistemas de contabilidade pública – sistema Orçamentário, Financeiro, controle do Fluxo de Caixa; estrutura de controle Orçamentário. MAIO: o Direito Financeiro aplicado na contabilidade pública; a Lei Federal 4320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal LRF nº 101/00, o Plano de contas Público. JUNHO: Balanços Públicos – conceitos e análise; composição e conteúdo dos balanços públicos; quocientes de Balanços Públicos; Análise dos quocientes dos Balanços Públicos.

ESTRATÉGIAS PROCEDIMENTOS DE ENSINO

Aulas expositivas, com desenvolvimento de debates em sala de aula e exercícios práticos.

SISTEMÁTICA E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Trabalhos presenciais: serão 5 (cinco) temas a serem debatidos em sala de aula com aproveitamento de dois pontos por encontro.

Provas: 2 (duas) provas no semestre, com direito a uma substitutiva (substituirá uma das notas de prova).

Média Final: Soma aritmética das três notas (trab+P1+P2) dividido por três.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HEILIO, Kohama. Contabilidade pública: teoria e prática. 8º. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HEILIO, Kohama. Balanços Públicos> teoria e prática. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TOLEDO JR, Flávio C. de, Lei de Responsabilidade Fiscal: comentada artigo por artigo – 2 ed – São Paulo: ed. NDJ 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBANEZ, Oswaldo. A Lei 4320/64, anotada revista e atualizada. 9º ed. Ribeirão Preto: Ibrap, 2006.

DA SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Plano de Ensino

2015/2

CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E
FINANÇAS PÚBLICAS

Regime: semestral: 6º semestre 2015/ 2

Carga Horária Total: 68 horas

Professor: XXXXXXX XXXX XXXXX

EMENTA

Orçamento Público - Conceitos, objetivos; Instrumentos de Planejamento Orçamentário

-

Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, Receita Pública -

Características, conceitos e etapas; Despesa Pública - Características, conceitos e etapas;

Execução Orçamentária - Conceitos e Etapas; Controle da Execução Orçamentária -

Contingenciamento do Orçamento Público.

OBJETIVO (S) GERAL (IS)

Dar conhecimentos aos alunos sobre as técnicas de planejamento financeiro no setor público, suas etapas e seus controles.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ter conhecimento de como planejar o Orçamento Público, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Lei de Responsabilidade Fiscal e suas implicações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Agosto: 1º semana: Apresentação da Matéria; 2º semana: Receita Pública Conceito; 3º semana: Estágios da Receita, Receita efetiva e receita por Mutações Patrimoniais Receitas Derivadas e Receitas Originais Classificação das receitas segundo a lei 4320/64 e portarias federais. Setembro: 1º semana: Despesa Pública, Conceito, Estágio da Despesa; 2º semana: Despesas efetivas e despesas por mutações patrimoniais; 3º semana: classificação da despesa segundo a Lei 4320/64 e portarias federais; 4º e 5º semana: Exercícios. Outubro: 1º semana: O Orçamento Público, Conceito; 2º semana: O orçamento programa Funções Sub-funções e Programa; 3º semana: Execução Orçamentária Créditos Orçamentários (suplementares, especiais e extraordinários) Montagem do Orçamento Público; 4º semana: Prova. Novembro: 1º semana: Administração Tributária – conceitos; 2º semana: Princípios teóricos de Tributação; 3º semana: Previdência Conceitos Princípios a abrangência; 4º semana: Modelos e características. Dezembro: 1º semana: Lei de Responsabilidade Fiscal, Estruturas e aplicabilidade; 2º semana: Práticas de controles na área pública, Montagem e definições de controles; 3º semana: Apresentações e entrega do exercício de orçamento; 4º semana: Exame.

ESTRATÉGIAS PROCEDIMENTOS DE ENSINO

Aulas expositivas, trabalhos em classe de fixação da matéria, provas práticas com a utilização de portarias federais de classificação orçamentária e ainda trabalho em grupos para formação de uma prefeitura simulada.

SISTEMÁTICA E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

02 (uma) avaliações (P1 e P2), ambas valendo de 0 a 10 sendo a média final definida pela seguinte equação: $(P1 + P2) / 2$. Obs: Não haverá prova substitutiva. Caso a classe não corresponda na elaboração do trabalho prático o mesmo poderá ser substituído por uma prova surpresa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HEILIO, Kohama,. Contabilidade pública: teoria e prática. 8º. ed. São Paulo: Atlas, 2005.J.TEIXEIRA, Machado Jr.,;COSTA, Reis, Heraldo da. A lei 4320/64: comentada. 30ª. ed. Rio de Janeiro: Ibam, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Silva, Uno. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001. TEIXEIRA, Machado Jr., J .. Técnica de orçamento programa no brasil8. ed. Rio de Janeiro: Ibam,2002.

ANEXO I – PLANO DE ENSINO IES F

PLANO DE ENSINO I

CURSO: Ciências Contábeis

MODALIDADE: Ensino à Distância

(EAD)

ANO: 2015

COMPONENTE CURRICULAR: Contabilidade Pública I

PROFESSOR: xxxxxxxxxxx xxxxxx xxxxxxxx

ANO/SEMESTRE: 2015/1

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Contabilidade Aplicada ao Serviço Público. Regimes Contábeis. Escrituração. Sistemas Contábeis: Orçamentário Financeiro. Patrimonial e Compensação. Balancos Públicos: Composição. Conteúdo e Levantamento. Tópicos Especiais de contabilização: Restos a Pagar. Dívida Pública e Créditos Adicionais. Levantamento de Contas: Prestação de Contas, Tomada de Contas e Relatórios.

Objetivo Geral:

Possibilitar ao aluno conhecimentos básicos teórico-práticos relativos às técnicas e tipos de orçamentos públicos e sua vinculação com a Contabilidade aplicada ao Setor Público.

Objetivos Específicos:

Conteúdo Programático	Horas/Aulas	Horas/Aulas Práticas	Horas/Aula teóricas
UNIDADE I: Contabilidade Pública e Escrituração Contábil.			
Objetivos: oferecer ao aluno uma visão sobre a forma de obtenção dos relatórios contábeis através da contabilização e escrituração, os regimes contábeis e as formalidades legais oriundos da administração pública.	20	10	10
Conteúdo: compreender a importância da escrituração e a aplicação dos regimes contábeis, as informações que servirão de base decisória e as formalidades legais pertinentes.			
Conteúdo Programático			
UNIDADE II: Sistemas Contábeis: Orçamentário Financeiro, Patrimonial e Compensação.			
Objetivos: passar uma visão ao aluno sobre relatórios Contábeis, sua elaboração e utilização para atender às Necessidades dos usuários e apresentar noções de Análise dos relatórios contábeis.	20	10	10
Conteúdo: apresentação dos relatórios contábeis e			

Sua aplicabilidade na gestão dos recursos e Indicadores de análise das demonstrações.

Conteúdo Programático	Horas/Aulas	Horas/Aulas Práticas	Horas/Aula teóricas
UNIDADE III: Balanços Públicos: Composição, Conteúdo e Levantamento.			
Objetivos: demonstrar a importância e utilização dos relatórios gerenciais na administração pública, orientar o aluno sobre a análise dos relatórios contábeis para uso gerencial.			
Conteúdo: estrutura e análise de relatórios contábeis para a tomada de decisão e a contabilidade com ferramenta de gestão.	20	10	10

Conteúdo Programático	Horas/Aulas	Horas/Aulas Práticas	Horas/Aula teóricas
UNIDADE IV: Tópicos Especiais de contabilização: Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores, Dívida Pública e Créditos Adicionais.			
Objetivos: apresentar as ferramentas de correção e do Orçamento bem como evidenciar os erros de planejamento que podem ser modificados através destes mecanismos.			
Conteúdo: conceito dos principais tópicos especiais de Contabilização aplicada ao serviço público bem como a sua utilização pelo gestor.	10	5	5

Conteúdo Programático	Horas/Aulas	Horas/Aulas Práticas	Horas/Aula teóricas
UNIDADE V: Prestação e Tomada de Contas.			
Objetivos: oferecer uma visão de como as contas Públicas necessitam de transparência para atender o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal.			
Conteúdo: estabelecer relação entre prestação e tomada de contas e sua aplicabilidade.	10	5	5

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Constituição Federativa (1988). Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em: 29 set. 2014.

Lei complementar n.º 101, de 4 de maio e 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em: 29 set. 2014.

Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 29 set. 2014.

Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. 2009. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/modelo-artigo-contabilidade-publica/asset_publisher/09mRBdHXTRjKlcontent/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp- >. Acesso em: 29 set. 2014.

Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3, de 14 de outubro de 2008. Aprova os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional e dá outras providências. Disponível em:<<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/PortariaConjunta3.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria Interministerial n.º 163, de 4 de Maio de 2000. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: < http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_1nterm163_2001_Atualizada_2011_23DEZ2011.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGELICO, J. Contabilidade pública. - 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

METODOLOGIA

As aulas serão desenvolvidas por meio de recursos como: vídeo-aulas, fóruns, chats, atividades individuais, atividades em grupo. O desenvolvimento do conteúdo programático se dará por leitura de textos, indicação e exploração de sites, atividades individuais, colaborativas e reflexivas entre os alunos e os professores.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos é contínua, considerando-se o conteúdo desenvolvido e apoiado nos trabalhos e exercícios práticos propostos ao longo do curso, como forma de reflexão e aquisição de conhecimento dos conceitos trabalhados na parte teórica e prática e habilidades.

Prevê ainda a realização de atividades em momentos específicos como fóruns, chats, tarefas, avaliações à distância e Prova Presencial.

PLANO DE ENSINO II

CURSO: Ciências Contábeis

MODALIDADE: Ensino à Distância

(EAD)

ANO: 2015

COMPONENTE CURRICULAR: Contabilidade Pública II

PROFESSOR: xxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxx

ANO/SEMESTRE: 2015/2

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Introdução ao Orçamento Público. Instrumentos de Planejamento. Créditos Adicionais. Receitas e Despesas Públicas. Restos a pagar. Despesas de Exercícios anteriores. Adiantamentos. Dotação Orçamentária e Fontes de Recursos. Despesa Orçamentária. Conta única do Governo Federal e Programação Financeira.

Objetivo Geral:

Possibilitar ao aluno conhecimentos básicos teórico-práticos relativos às técnicas e tipos de orçamentos públicos e sua execução e a gestão Orçamentária e Financeira com vinculação a Contabilidade aplicada ao Setor Público.

Objetivos Específicos:

Conteúdo Programático	Horas/Aulas	Horas/Aulas Práticas	
Horas/Aula teóricas			
UNIDADE I: Introdução ao Orçamento Público e Instrumentos de Planejamento.			
Objetivos: oferecer uma visão conceitual e histórica do orçamento, do planejamento, dos relatórios contábeis e execução orçamentária bem como as formalidades legais	20	10	10
Conteúdo: compreender a importância do orçamento, as informações que servirão de base decisória e as formalidades legais pertinentes.			
Conteúdo Programático			
Horas/Aula teóricas			
UNIDADE II: Contabilidade Pública.			
Objetivos: passar uma visão ao aluno sobre relatórios Contábeis, sua elaboração e utilização para atender às necessidades dos usuários e apresentar noções de Análise dos relatórios contábeis.	20	10	10
Conteúdo: apresentação dos relatórios contábeis e sua aplicabilidade na gestão dos recursos e indicadores de análise das demonstrações.			
Conteúdo Programático			
Horas/Aula teóricas			
UNIDADE III: Execução Orçamentária e Fontes de Recursos.			
Objetivos: demonstrar a importância da execução Orçamentária como um termômetro gerencial na			

administração pública, orientar o aluno sobre a análise dos relatórios contábeis para uso gerencial.	20	10	10
--	----	----	----

Conteúdo: análise da execução orçamentária para a Tomada de decisão.

Conteúdo Programático teóricas	Horas/Aulas	Horas/Aulas Práticas	Horas/Aula
---------------------------------------	--------------------	-----------------------------	-------------------

UNIDADE IV: Conta única do Tesouro Nacional e Programação Financeira.

Objetivos: apresentar o funcionamento das contas públicas, suas fontes de recurso e desembolso financeiro.

20	10	10
----	----	----

Conteúdo: estrutura da programação financeira das contas Públicas bem como a sua utilização pelo gestor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANGELICO, J. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1992.

ANGELICO, I. Contabilidade pública: da teoria a prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição Federativa (1988).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRUZ, F. Auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, S; MARTINS, E; e GELBCKE, E. R. Manual de contabilidade das sociedades por ações. FIPECAFI. São Paulo: Atlas, 1995.

JANNY TEIXEIRA, H & SANTANA, S.M. Remodelando a gestão pública. São Paulo: Edgard Blucher, 1994.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria a prática. São Paulo: Atlas, 1995.

DALTON, Hught. In: GIACOMONI, James. Orçamento Público. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MACHADO JR., José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 comentada. 31. Ed. IBAM, 2002/2003.

MOTA, Francisco Glauber Lima. Curso Básico de Contabilidade Pública. 2. Ed. Brasília: [s.s.] 2006.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

METODOLOGIA

As aulas serão desenvolvidas por meio de recursos como: vídeo-aulas. fóruns. chats. atividades individuais. atividades em grupo. O desenvolvimento do conteúdo programático se dará por leitura de textos, indicação e exploração de sites, atividades individuais, colaborativas e reflexivas entre os alunos e os professores.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos é contínua, considerando-se o conteúdo desenvolvido e apoiado nos trabalhos e exercícios práticos propostos ao longo do curso, como forma de reflexão e aquisição de conhecimento dos conceitos trabalhados na parte teórica e prática e habilidades.

Prevê ainda a realização de atividades em momentos específicos como fóruns, chats, tarefas, avaliações à distância e Prova Presencial.

ANEXO J – PLANO DE ENSINO IES G

Professor: XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX **Período/Letivo:** 2015/2

Disciplina: Contabilidade Pública **Carga Horária:** 80 hrs

Curso: Ciências Contábeis

Ementa:

Introdução à Administração Pública - Conceito, objetivos e evolução.
Administração Pública - Direta e Indireta; Serviço Público - Concessões e Permissões - A Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e suas atualizações; Patrimônio Público. Contabilidade Pública - Origem, conceitos e campo de aplicação; Exercício Financeiro; Legislações; Planos de Contas: Orçamentário, financeiro Compensação e Patrimonial; Balanços Públicos - Fechamento e Quocientes.

Objetivo Geral:

Objetivos Gerais: Dar conhecimentos aos alunos dos conceitos da administração Pública, sistemas de contabilidade Pública, Patrimônio e Licitação e ainda a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Objetivos Específicos:

Ter conhecimentos das características do Serviço Público, sua Organização administrativa e o desenvolvimento dos registros de operações típicas de Estado.

Programa:

- 1 Conceituação de Administração Pública.
- 2 Conceituação de Serviço Público.
- 3 A Lei no. 8.666/93 (Lei de Licitações).
- 4 Contabilidade Pública.

Data(s): 06/08/2015 (21:10-22:00), 06/08/2015 (22:00-22:50). 11/08/2015 (19:10-20:00), 11/08/2015 (20:00-20:50)

Tema da Aula / Atividade Discente: RECEPÇÃO CALOUROS E APRESENTAÇÃO DO PLANO DE ENSINO

Programa: 1 Conceituação de Administração Pública.

Data (s): 13/08/2015 (21:10-22:00), 13/08/2015 (22:00-22:50), 07/11/2015 (21:10-22:00), 07/11/2015 (20:00-20:50). 07/11/2015 (22:00-22:50), 07/11/2015 (19:10-20:00)

Tema da Aula / Atividade Discente:
CONTEXTUALIZAÇÃO DA DINÂMICA NA ESFERA PÚBLICA

Programa: 1 Conceituação de Administração Pública.

Data(s): 25/08/2015 (19:10-20:00), 25/08/2015 (20:00-20:50), 27/08/2015 (21:10-22:00), 27/08/2015 (22:00-22:50), 01/09/2015 (19:10-20:00), 01/09/2015 (20:00-20:50)

Tema da Aula / Atividade Discente: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A INFLUÊNCIA DA INICIATIVA PRIVADA - VÍDEOS, ESTUDOS DE CASO E SITUAÇÕES PRÁTICAS EM SALA DE AULA

Programa: 2 . Conceituação de Serviço Público

Data(s): 03/09/2015 (21:10-22:00), 03/09/2015 (22:00-22:50), 10/09/2015 (21:10-22:00), 10/09/2015 (22:00-22:50), 15/09/2015 (19:10-20:00), 15/09/2015 (20:00-20:50), 17/09/2015 (21:10-22:00), 17/09/2015 (22:00-22:50), 22/09/2015 (19:10-20:00), 22/09/2015 (20:00-20:50)

Tema da Aula / Atividade Discente: LICITAÇÕES E CONTRATOS - TEORIA E PRÁTICA Programa: 3 A Lei no. 8.666/93 (Lei de licitações).

Data(s): 24/09/2015 (22:00-22:50), 24/09/2015 (21:10-22:00)

Tema da Aula / Atividade Discente: SIMULADO - CONCURSO

Programa: 3 A Lei no. 8.666/93 (Lei de Licitações).

Data(s): 29/09/2015 (20:00-20:50), 29/09/2015 (19:10-20:00)

Tema da Aula / Atividade Discente: CORREÇÃO E REVISÃO PROVA

Programa: 3 A Lei no. 8.666/93 (Lei de Licitações).

Data(s): 01/10/2015 (22:00-22:50), 01/10/2015 (21:10-22:00)

Tema da Aula / Atividade Discente: PROVA PI

Programa: 1 Conceituação de Administração Pública., 2 . Conceituação de Serviço Público, 3 A Lei no. 8.666/93 (Lei de Licitações).

Data(s): 06/10/2015 (19:10-20:00), 06/10/2015 (20:00-20:50), 08/10/2015 (21:10-22:00), 08/10/2015 (22:00-22:50), 13/10/2015 (19:10-20:00), 13/10/2015 (20:00-20:50), 20/10/2015 (19:10-20:00), 20/10/2015 (20:00-20:50), 22/10/2015 (21:10-22:00), 22/10/2015 (22:00-22:50), 27/10/2015 (19:10-20:00), 27/10/2015 (20:00-20:50), 29/10/2015 (21:10-22:00), 29/10/2015 (22:00-22:50), 10/11/2015 (19:10-20:00), 10/11/2015 (20:00-20:50), 12/11/2015 (21:10-22:00), 12/11/2015 (22:00-22:50), 17/11/2015 (19:10-20:00), 17/11/2015 (20:00-20:50), 19/11/2015 (21:10-22:00), 19/11/2015 (22:00-22:50), 24/11/2015 (19:10-20:00), 24/11/2015 (20:00-20:50), 26/11/2015 (21:10-22:00), 26/11/2015 (22:00-22:50)

Tema da Aula / Atividade Discente: CONTABILIDADE PÚBLICA E SUAS FERRAMENTAS DE CONTROLE COM APLICAÇÃO DA TEORIA EM SALA DE AULA COM A CONSTRUÇÃO DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS E O PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

Programa: 4 . Contabilidade Pública

Data(s): 03/11/2015 (19:10-20:00), 03/11/2015 (20:00-20:50), 05/11/2015 (21:10-22:00), 05/11/2015 (22:00-22:50)

Tema da Aula / Atividade Discente: CIDADE-SE

Programa: 4 . Contabilidade Pública

Data(s): 01/12/2015 (19: 10-20:00). 01/12/2015 (20:00-20:50), 03/12/2015 (21: 10-22:00), 03/12/2015 (22:00-22:50)

Tema da Aula / Atividade Discente: INTEGRA MAIS UNIMONTE

Programa: 4. Contabilidade Pública

Data(s): 08/12/2015 (20:00-20:50). 08/12/2015 (19:10-20:00)

Tema da Aula / Atividade Discente: REVISÃO PROVA

Programa: 4 . Contabilidade Pública

Data {s): 10/12/2015 (22:00-22:50), 10/12/2015 (21:10-22:00)

Tema da Aula / Atividade Discente: PROVA 2

Programa: 4 . Contabilidade Pública

Data {s): 15/12/2015 (20:00-20:50). 15/12/2015 (19:10-20:00)

Tema da Aula / Atividade Discente: REVISÃO FINAL PA

Programa: 1 Conceituação de Administração Pública., 2 . Conceituação de Serviço Público, 3 A Lei no. 8.666/93 (Lei de licitações)., 4 . Contabilidade Pública

Data(s): 17/12/2015 (22:00-22:50), 17/12/2015 (21:10-22:00)

Tema da Aula / Atividade Discente: PROVA ALTERNATIVA

Programa: 1 Conceituação de Administração Pública., 2 . Conceituação de Serviço Público, 3 A Lei no. 8.666/93 (Lei de Licitações) .. 4 . Contabilidade Pública

Data(s): 22/12/2015 (20:00-20:50), 22/12/2015 (19:10-20:00)

Tema da Aula / Atividade Discente: ENCERRAMENTO SEMESTRE

Programa: 4 . Contabilidade Pública

Avaliação:

Trabalho 1 (T1) 15pts

Trabalho Compartilhado I (AVACOMP1) 5pts

Trabalho Compartilhado

(AVACOMP2) 10pts

Avaliação 1 (P1) 35pts

Avaliação 2 (P2) 35pts

Prova Alternativa (PA) 35pts (Extra)

Exigência mínima para aprovação: 70 pontos e 75 de frequência nas disciplinas presenciais.

Tipo de Avaliação: Avaliação e Frequência

Bibliografia Básica:

KOHAMA, Heilio.. Contabilidade pública: teoria e prática. 10. ed. São Paulo:

Atlas, 2009. xxii, 352 p. ISBN 9788522443024.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos., ARRUDA, Daniel. Contabilidade pública: da teoria à prática. 2. ed. rev. e atual. São Paulo:

Saraiva, 2009. xiv, 320 p. ISBN 9788502067554.

Bibliografia Complementar:

ALOE, Armando. Técnica orçamentária e contabilidade pública. 5. ed. São Paulo: Atlas. 1970. 335 o. Coleção Técnica contábil.